



CORPO GESTOR

Reitor

Prof. Alcides Ribeiro Filho

Vice-Reitor

Prof. Me. José Carlos Barbosa Soares

Pró-Reitor Acadêmico

Prof. *PhD.* Carlos Alberto Vicchiatti

Pró-Reitor de Relações Institucionais

Prof. Msd. Luiz Antonio de Faria

Pró-Reitor de Desenvolvimento

Prof. Msd. Divino Eterno de Paula Gustavo

Pró-Reitor Financeiro

Prof. Esp. Leandro Júlio dos Santos Faria

Pró-Reitor de Controladoria

Marcello Oliveira Ferreira

Pró-Reitor Jurídico

Wallace Braz Francisco

Pró-Reitor de Apoio Estudantil

Prof. Me. Claudio Everson da Silva e Souza

© Editora Alfredo Nasser, 2022
© Centro Universitário Alfredo Nasser, 2022

EXPEDIENTE

Editora-chefe

Prof^a. Dr^a. Michele Giacomet

Editor-adjunto

Peterson Daniel Vieira

Bibliotecárias

Ana Márcia Santana Lima
Eliana Batista Pires e Silva
Francisca Rodrigues da Silva

Layout e diagramação

Peterson Daniel Vieira

Capa

Cleyton Nascimento

Foi de total responsabilidade dos (as) autores (as) a revisão gramatical, ortográfica e textual final dos trabalhos, antes de serem publicados, incluindo as referências bibliográficas.

PESQUISAR+: a ciência em processo e seus resultados. 10º PESQUISAR Congresso Interdisciplinar de Produção Científica [Recurso Eletrônico] / Organização: Prof. Dr. Júlio César Borges, Prof. Dr. Carlos Alberto Vicchiatti, Prof. Dr. Emídio Silva Falcão Brasileiro. – Aparecida de Goiânia: Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN): Editora Alfredo Nasser, 2022. (Volume 2).

ISBN: 978-65-89165-09-5

E-BOOK. 305 Páginas. Inclui Bibliografia.

1. PESQUISAR. 2. 10º Congresso Interdisciplinar de Produção Científica. 3. Centro Universitário Unifan. 4. Júlio César Borges. 5. Carlos Alberto Vicchiatti. 6. Emídio Silva Falcão Brasileiro. I. Título. II. UNIFAN.

CDU:001.891(081.2)(90.034.1)(817.3)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Pós-Dr. Emídio Silva Falcão Brasileiro
Ms. Alessandro Moreira Freire
Dr. Fábio Marques de Almeida
Dr. Júlio César Borges
Dr. Kesley Mariano da Silva
Esp. Marijara de Lima
Ms. Newton Paulo Monteiro
Ms. Sandra Maria Machado Jorge
Pós-Dr. Vinícius Novais G. de Andrade

COMITÊ CIENTÍFICO

Dr^a. Adriana Tarlá Lorenzi
Dr^a. Anna Claudia Sentanin
Pós-Dr. Aroldo Vieira de Moraes Filho
Ms. Elias Rafael de Sousa
Dr^a. Fabiana da S. Bianchi Perez
Ms. Fernanda Laura Costa
Ms. Fernanda Franco Tiraboschi
Ms. Fernando Medeiros Bastos
Ms. Francislene Lavor Batista
Pós-Dr. Humberto César Machado
Dr. Júlio César Borges
Ms. Karla Vitor de Oliveira
Ms. Lorena Torres de Arruda
Dr^a. Márcia Cristina Hizim Pelá
Ms. Marcos Cristiano dos Reis
Esp. Marijara de Lima
Ms. Marília Cordeiro de Sousa
Pós-Dr. Nivaldo dos Santos
Esp. Paulo Henrique C. Pinho
Ms. Rosy-Mary M. de O. Sousa
Pós-Dr. Vinícius Novais G. de Andrade

ALUNOS MONITORES

Agnaldo dos Santos Araujo
Álefe Rodrigues de Oliveira
Álida Fernanda Pereira Rocha de Lima
Ana Caroline Cardoso de Sousa
Ayslan Rodrigues de Paiva
Bianca Mendes Rodrigues
Cellyanne Silva Vogado
Cleibe Pereira Dias
Daniel Rodrigues Silva Filho
Danielle Ribeiro dos Santos
Davi Souza ampos
Eglaeide Santos de Oliveira Barbaresco
Fábio Pereira de Moraes
Gabriela de Souza Martins
Gabrielle Vieira Oliveira
Gustavo Pereira Alves de Lima
Jehan Gonçalves Quinupas
João Ricardo Garcia
Kevin Ribeiro dos Santos
Rafaela Ferreira de Oliveira
Rebeca Martins do Nascimento
Rildo Fukuyoshi Watanabe
Rony Gomes de Brito
Savianny Gonçalves Rodrigues
Viviane Figueiredo do Nascimento

PREÂMBULO

O Centro Universitário Alfredo Nasser (Unifan) tem a honra de apresentar o presente trabalho *Pesquisar Mais: a ciência em processo e seus resultados, Vol. 2*, resultado da produção científica de sua comunidade acadêmica proveniente de Aparecida de Goiânia - GO e do estado de Goiás.

A Unifan, por intermédio do *Pesquisar – Congresso Interdisciplinar de Produção Científica*, tem possibilitado aos pesquisadores a divulgação de seus trabalhos científicos. Com isso, também tem contribuído para a produção acadêmica de docentes e discentes em prol do desenvolvimento dos diversos métodos e técnicas de pesquisa.

Esta obra é, portanto, resultado do *Pesquisar*, que é considerado um dos maiores eventos científicos do Brasil. Ela apresenta a seleção de uma produção científica que atende quatro linhas de pesquisa do Centro Universitário: I - Educação, Cultura e Comunicação; II - Empreendedorismo e Inovação; III - Direito e Cidadania; IV - Saúde, Meio ambiente e Sustentabilidade.

É imperioso reiterar que o(a) leitor(a) desta obra encontrará soluções para as problemáticas que envolvem o ser humano desde os primeiros passos em busca da sua plenitude consciencial. Ao final da leitura desta obra, o(a) leitor(a) não será mais o mesmo pois perceberá em si a necessidade premente de saber observar, analisar, comparar e decidir, ou seja, de pensar antes de agir.

Parabenizamos e agradecemos ao Centro Universitário Alfredo Nasser na pessoa do seu Magnífico Reitor, o Professor Alcides Ribeiro Filho, por mais este empreendimento editorial. Igualmente congratulamo-nos com todos(as) os(as) autores(as), colaboradores(as) e organizadores para a edição dessa produção científica que nos espera, ávida, para que a leiamos e para que nos tornemos seres humanos melhores, principalmente nesse tempo peculiar em que passamos.

A você caro(a) leitor(a), o nosso abraço e consideração!

Professor Pós-Doutor Carlos Alberto Vicchiatti
Pró-Reitor Acadêmico do Centro Universitário Alfredo Nasser

APRESENTAÇÃO

A presente publicação é resultante do *10º PesquisAR – Congresso Interdisciplinar de Produção Científica*, evento de divulgação da produção científica do Centro Universitário Alfredo Nasser (Unifan). Assim como na edição anterior, essa também ocorreu de modo remoto em virtude do isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19. Para tanto, foi utilizada a plataforma Zoom, com inscrições prévias e gratuitas realizadas no *site* Sympla. O Congresso foi realizado entre os dias 20 e 22 de outubro de 2021, tendo 15.122 inscrições, das quais 8.324 concretizadas em efetiva participação.

O Congresso PesquisAR é considerado um dos maiores fóruns de divulgação da pesquisa universitária do Estado de Goiás. Nasceu, em 2012, a partir das políticas institucionais de pesquisa que visam oportunizar espaço de divulgação da produção científica nas áreas do conhecimento trabalhadas na Instituição.

Seu objetivo geral é divulgar projetos e resultados de pesquisa de acadêmicos, egressos, docentes e pesquisadores da Unifan e de outras Instituições de Ensino Superior (IES). Dentre seus objetivos específicos, destacam-se: integrar ensino, pesquisa e extensão; promover o intercâmbio de saberes entre as várias áreas de conhecimento; estimular a iniciação científica nos acadêmicos da Unifan; desenvolver e aprimorar o conhecimento de métodos e técnicas de pesquisa e reconhecer trabalhos científicos com qualidade socialmente referenciada.

No ano de 2021, o evento foi pensado e estruturado por uma comissão organizadora composta por professores (as) pesquisadores (as) de diferentes cursos da Unifan. Teve o apoio de uma comissão científica para a seleção de trabalhos, além de professores mediadores e alunos monitores, de diversos cursos da Instituição, selecionados por meio de chamamento público.

Com abrangência nacional e internacional, dos mais de 300 trabalhos inscritos, foram selecionadas 120 atividades: 15 mesas redondas, 38 apresentações orais, 4 e-pôsteres, 49 palestras, 4 minicursos e oficinas, 2 rodas de conversa, mais a conferência de abertura. O Congresso também contou com a participação de acadêmicos e professores contemplados no edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC).

Cada atividade do evento ocorreu em uma sala no Zoom. As apresentações orais e de ê-poster foram agrupadas em salas interdisciplinares. O ingresso nas atividades esteve condicionado à inscrição prévia no *site* Sympla; para tanto, o *link* de acesso para inscrição ficou disponível no *site* da Unifan durante duas semanas anteriores ao início do evento, em um arquivo (pdf) com a programação geral incluindo informações do título da atividade, responsáveis (no caso de palestras, minicursos e mesas redondas), data e horário da sua realização, além do já mencionado *link* para inscrição. Em cada uma das salas, as discussões foram mediadas por professores da Unifan e contaram com suporte técnico de alunos monitores. Acrescenta-se que a conferência de abertura e a mesa redonda de encerramento tiveram transmissão ao vivo pelo YouTube, no canal oficial da Unifan.

Na primeira parte deste livro, o(a) leitor(a) encontrará contribuições feitas por pesquisadores do Unifan e outras instituições. Esses trabalhos são uma amostra da programação de palestras, mesas-redondas e minicursos realizados nos três dias de congresso. Na segunda, constam os melhores trabalhos oriundos das apresentações orais e de ê-poster submetidos por alunos(as) da Unifan, avaliados pela comissão científica do evento e organizados nas seguintes linhas de pesquisas: Educação, Cultura e Comunicação; Empreendedorismo e Inovação Tecnológica; Direito e Cidadania e; Saúde, Meio ambiente e Sustentabilidade.

Desejamos a todos(as) excelente leitura!

SUMÁRIO

PARTE 1 - TRABALHOS APRESENTADOS POR PESQUISADORES	12
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO LITERÁRIA - Kesley Mariano da Silva; Paulo Ricardo Ribeiro da Costa	13
GOIÂNIA: uma cidade sexista - Márcia Cristina Hizim Pelá; Eguimar Felício Chaveiro	30
OS DIREITOS HUMANOS E A VISÃO DE JUSTIÇA EM TEMPOS PANDÊMICOS: análise crítica da representação social - Cinthya Amaral Santos; Humberto César Machado; Renata Assumpção Marmori Crucchioli; Ana Valéria de Jesus Ribeiro Miranda	53
EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE E COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA: utensílios práticos para uma educação transformadora - Fernando Turchetto	72
CIVILIZAÇÃO EM FREUD: da necessidade absoluta ao mal-estar - Bruno Fiuza Franco	85
O CÂNCER DO COLO DO ÚTERO – Suelene Brito do Nascimento Tavares; Mariana do Nascimento Tavares	105
A TRANSVERSALIDADE NA SAÚDE COLETIVA: saberes e fazeres a favor da sociedade - Linamar Teixeira de Amorim; Leila Medeiros Melo; Marcelo Elias Pereira	127
EDIÇÃO GENÔMICA UTILIZANDO CRISPR-CAS9: a ferramenta da medicina do futuro no presente - Júlio César Borges de Moura; Aline Rodrigues Gama	152
PARTE 2 - TRABALHOS DISCENTES PREMIADOS	
LINHA DE PESQUISA: Educação, Cultura e Comunicação	171
ANÁLISE DO FILME SHREK SOB O OLHAR DA TEORIA ORGANÍSMICA - Débora Carvalho de Araujo; Francielle Fernandes Silva; Whigney Edmilson da Costa	172
O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE PERSONAGEM COMO INSTRUMENTO TERAPÊUTICO - Alynne Ferreira Cabral; Gleiton Nunes de Azevedo	179
PERCEPÇÕES DE ALUNOS SOBRE O BULLYING ESCOLAR: emancipação e responsabilidade - Matheus Rodrigues da Silva; Vinícius Novais Gonçalves de Andrade	187

LINHA DE PESQUISA: Empreendedorismo e Inovação Tecnológica	195
ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DE ESCOLHA: desconto salarial em função da probabilidade de recebimento de comissão e concorrência à vaga de trabalho em tempos de COVID-19 - Aline da Silva Rodrigues Marques; Lucas Marques Rodrigues; Matheus Rodrigues da Silva; Gleiton Nunes de Azevedo	196
GESTÃO DE CUSTOS: custo/volume/lucro dos cursos de pós-graduação em uma Instituição de Ensino Superior - Milena Maria Soares; Sandra Maria Machado Jorge	204
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E REGIMES DE TRIBUTAÇÃO: um estudo de caso em um comércio agrícola no município de Goiânia - João Paulo Caetano da Silva; Reginaldo de Souza Lopes	207
LINHA DE PESQUISA: Direito e Cidadania	219
ACESSO AO CARGO PÚBLICO E A LIMITAÇÃO DA IDADE CONFORME ENTENDIMENTO DO STF E JURISPRUDÊNCIAS - Paulo Ferreira Sena; Ana Celuta Fulgêncio Taveira	220
ATIVIDADE POLICIAL ABRANGIDA COMO PRÁTICA JURÍDICA PARA FINS DE CONCURSO PÚBLICO - Ricardo Cruvinel Silva; Humberto César Machado	228
A IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL COMO MEIO DE GARANTIR A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA EM PRISÕES INDEVIDAS - Rildo Fukuyoshi Watanabe; Humberto César Machado	237
A VISÃO REPRESENTACIONAL DOS ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG) NA PERSPECTIVA DA DIGNIDADE HUMANA - Cinthya Amaral; Ana Valéria de Jesus Ribeiro Miranda; Humberto César Machado	247
LINHA DE PESQUISA: Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade	256
ANÁLISE DO SANEAMENTO BÁSICO E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE PÚBLICA EM APARECIDA DE GOIÂNIA - Daniel Rodrigues Silva Filho; Márcia Cristina Hizim Pelá; Francispaula Luciano	257
REVELAÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL: a importância do acompanhamento psicológico às crianças sexualmente abusadas - Ayla Campos Pereira; Vinicius Novais Gonçalves de Andrade	267
O SILÊNCIO DO ABUSO SEXUAL SOFRIDO NA INFÂNCIA: efeitos na vida adulta - Tatiane Maria Oripa Tirabassi; Vinicius Novais Gonçalves de Andrade	276

ANÁLISE CINEMÁTICA DA MARCHA DE PACIENTES COM ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA: estudo longitudinal - <i>Paloma Nepomuceno Araujo; Paulo Fernando Lôbo Correa; Denise Sisterolli Diniz; Jakeline Ferreira de Araújo Lôbo</i>	282
CÂNCER DE MAMA: os efeitos biopsicológicos do tratamento e os colaterais do tamoxifeno - <i>João Guilherme de Souza Ramos; Micailla Alves de Souza; Gustavo Martins Pereira; Karlla Morgana Nunes Rocha</i>	289
PREVENÇÃO DE DOENÇAS OSTEOMUSCULARES EM PROFISSIONAIS DENTISTAS ATRAVÉS DA ERGONOMIA: revisão de literatura - <i>Emanoelli Pereira Lima; Vitória Taveira Aires; Letícia da Silva Freitas; Thelma Dias Gomes; Paulo Inácio Marques da Cruz</i>	300

PESQUISAR +
A ciência em processo e seus resultados
Volume 2

PARTE 1

TRABALHOS APRESENTADOS

POR PESQUISADORES

ISBN: 978-65-89165-09-5

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO LITERÁRIA

Kesley Mariano da Silva¹

Paulo Ricardo Ribeiro da Costa²

RESUMO: O artigo propõe uma investigação sócio-histórica do processo de ensino de literatura no país e uma reflexão de como ela é, muitas vezes, condicionada por aspectos voltados às tecnologias de informação e comunicação nos dias de hoje. São apresentados conceitos da Educação literária, difundidos principalmente pela obra de Leahy-Dios e sua perspectiva social, buscando estabelecer uma relação entre esses dois vieses, literatura e tecnologia.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Literária. Tecnologia. Recurso Didático. Literatura.

ABSTRACT: The article proposes a socio-historical investigation of the literature teaching process in the country and a reflection on how it is often conditioned by aspects focused on information and communication Technologies today. Concepts of Literary Education are presented, mainly disseminated by the work of Leahy-Dios and its social perspective, seeking to establish a relationship between these two biases, literature and technology.

KEYWORDS: Literature Education. Technology. Didactic Resources. Literature.

1 INTRODUÇÃO

“Ah, se eu tivesse uma hora a mais no meu dia!” Quem nunca pensou dessa forma? Como se o tempo fosse curto demais para a quantidade de coisas que temos para fazer. É assim que muitos se sentem, na maioria das vezes, diante da realidade em que vivemos. Pensamos tanto no futuro, que esquecemos de viver o presente. Onde os avanços tecnológicos nossos de cada dia podem, por vezes, acabar gerando mais ansiedade que conforto.

Estamos projetados em um futuro imediatista praticamente sem tempo para o presente, deixando, quase sempre, aquela sensação de que o prazo é curto demais para a quantidade de coisas que temos para resolver. Desse modo, é certamente improvável processar a quantidade de informações às quais a tecnologia atual nos submete, sobretudo na velocidade com que

¹ Graduado em Letras: Português/Inglês (UEG/2007); Graduado em Direito (UniMB/2009); Especialista em Docência do Ensino Superior (FINOM/2012); Especialista em Língua Portuguesa e Literatura (Faculdade ESEA/2021); Mestre em Educação (UNESA/2016); Doutor em Educação (UDS/2020). E-mail: kesleymariano@hotmail.com.

² Graduado em Letras pelo Centro Universitário Alfredo Nasser - UNIFAN.

temos que acompanhar as novas mudanças e os desenvolvimentos tecnológicos em constante evolução. Diante disso, é como se vivêssemos em um mundo de adaptações descartáveis.

Esta concepção pode até parecer bastante atual, mas vem de encontro ao que já nos alertava Bauman (2001) em sua *Modernidade Líquida*, principalmente quando se refere à emancipação do tempo em relação ao espaço no percurso da história até o que é considerado por ele como o começo da era moderna.

Assim como tais tecnologias podem servir como mediadoras do processo de ensino e aprendizagem, essas também podem se voltar contra ele, se não houver a competência devida para lidar com ambas as questões num mesmo contexto. De forma similar, a própria educação, em todos os seus processos, é capaz de se adaptar e proporcionar currículo, metodologias e melhor qualidade para utilização desses recursos. A saber, então, educação e tecnologia, em via de mão dupla, promovem benefício mútuo.

Nesse entendimento, a principal perspectiva apresentada como proposta de comunhão entre esses dois aspectos, em nosso trabalho, é a da Educação Literária, conceito amplamente difundido nos ambientes de ensino e aprendizagem na atualidade. Paralelamente, é possível vislumbrar também a dimensão da Literatura Decolonial. Ambas, em suas campanhas, proporcionam aos indivíduos autonomia intelectual e conhecimento provindo de contextos históricos que necessitam de reparo.

Sob esta ótica de análise, a escolha da educação literária para difundir as implicações das tecnologias em seus fins de informação e comunicação se justifica fundamentalmente pela necessidade de se formar leitores competentes e conscientes, pois estes merecem formular sua própria compreensão de mundo e saberem se posicionar diante dele. Dessa maneira, a fruição, proporcionada pela literatura, tanto como ato artístico quanto social, é capaz de despertar nestes leitores, aqui tratados como nossos alunos, uma percepção de pertencimento e possibilidade de ascensão enquanto indivíduos/cidadãos, logo providos das próprias manifestações subjetivas.

Em continuidade a essa compreensão, o período calamitoso, decorrente da pandemia pela COVID-19, só nos prova quanto não estamos preparados para lidar com questões que dependem de aspectos tecnológicos, ainda mais quando associados ao campo da educação. Nesse viés, a falta de preparo dos profissionais da educação, tão alardeada, é decorrente de várias nuances, mas a mais profunda é a do Estado, promotor de descasos que resultam em dificuldades que deveriam ter sido sanadas há algum tempo e agora, mais do que nunca, não deixam espaço para serem optativas. Sendo assim, entendamos: a mudança chegou de modo impositivo, quer aceitemos ou não!

Este escrito vem, então, como um convite ao leitor, a fim de suscitar questionamentos e reflexões sobre propostas educacionais que se submetem à literatura e como estas lidam com fatores tecnológicos contemporâneos. A partir daí, atua na percepção de contextos e instiga sugestões de práticas associadas ao processo de ensinar e aprender.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E ASPECTOS LEGAIS DO ENSINO DE LITERATURA NO BRASIL

Antes de nos aprofundarmos nos conceitos de Educação Literária, Letramento Literário e seus aspectos que envolvem a tecnologia moderna, faremos uma breve contextualização do processo de ensino de literatura com um recorte para o cenário nacional, mais especificamente no Ensino Médio. Abrangendo, desde o primeiro contato dos portugueses com os indígenas, em que se deu início à formação de uma nova identidade linguística em nosso território, traçaremos um percurso até os dias de hoje para tentarmos compreender as implicações dessa trajetória da língua e principalmente da literatura, não só como produção, mas também como objeto de estudo.

Leahy-Dios (2004) aponta para a importância do conhecimento acerca de todo esse percurso sócio-histórico que atravessa a linguagem enquanto ferramenta de colonização. Além disso, situa os entendimentos em relação a como uma abordagem pela Educação literária, ou por demais vieses de letramento literário, podem facilitar a compreensão desse processo e em que ele implica para nós até hoje.

Conseqüentemente, a chegada das frotas portuguesas e o estabelecimento da língua materna destes, enquanto colonizadores na nova terra, podem ser considerados os principais motivos para a implementação de estudos literários. Tendo em vista essa linha, a literatura, tomada de seu caráter artístico, passa, então, a ser abordada de forma didática como método de ensino de uma nova língua aos nativos, não havendo qualquer compromisso com subjetividades implicadas nas obras.

Nesse âmbito, o surgimento de uma abordagem formal do ensino de literatura, por parte dos padres da Companhia de Jesus, com a finalidade de letramento ou catequização, merece nossa devida atenção. Ademais, os traços deixados pela herança da escola humanista podem ser percebidos hodiernamente. Embora os estudos por base em textos religiosos e literatura greco-latina, tida como clássica, tivessem o intuito de imposição linguística e cultural, desses processos de colonização que permeiam a história da humanidade, esse pode

ser considerado o ponto de partida para a trajetória da literatura e do ensino de literatura, que, como exposto por Welck (1973), são definições distintas.

Logo que os jesuítas são expulsos e, por consequência, destituídos da formação educacional, principalmente das famílias mais importantes, se estende pelo país um novo ideal de liberdade influenciado pelos pensamentos iluministas em voga nesse período. Assim, como quase sempre, a literatura, mesmo com seu papel reduzido perante a priorização do cientificismo, ainda atua de maneira a perder sua prioridade inicial e agora contempla um cenário mais nacionalista e patriótico. Frente a isso, passa-se a valorizar a produção nacional e tudo o que nosso país representa, ou pelo menos deveria representar, contudo, sem alterar a perspectiva de como o ensino de literatura era ou poderia ser tratado.

Nesse cenário, as escolas secundárias passam a desempenhar um papel mais proeminente quanto ao estudo de literatura a partir do Século XIX, sendo esse o período das maiores e mais significativas mudanças no ensino da disciplina. Mediante esse parâmetro, a maior preocupação de tais colégios era com a formação de seus alunos no ensino superior, focando num currículo que contemplava a aprovação em universidades, principalmente de Direito e Medicina, por parte dos estudantes provindos da elite social.

A literatura, portanto, compõe esse compilado de conteúdos específicos, sendo que sua aplicabilidade não oferecia mais do que o necessário para ser aprovado nesses exames, assim como as demais áreas de conhecimentos, uma realidade não muito diferente da contemporânea.

Ainda ao longo do Século XIX, a educação brasileira sofreu diversas reformulações no ensino, desde a Reforma de Couto Ferraz (1854) à Reforma Gustavo Capanema (1942), sendo que somente em 1961 tivemos o surgimento de uma LDB (Lei de Diretrizes e Bases), tendo a literatura e estudos linguísticos como parte dos conteúdos que tiveram alterações em sua estrutura de ensino. Em meio a tudo isso, ressaltamos também que, logo na década seguinte, essas mudanças deram espaço a outras mais drásticas.

Posteriormente, o período de regime militar também trouxe mudanças significativas para a disciplina, que passou a ser conhecida por Comunicação e Expressão. Como o próprio nome infere, sua preocupação era o uso da literatura justificado pela possibilidade de se potencializar a capacidade de comunicar, ou seja, novamente temos um enfoque na linguagem.

Tal ênfase na “comunicação e expressão”, como dito, é reflexo direto das propostas abordadas na Linguística estruturalista europeia, sobretudo a do Círculo Linguístico de Praga, e a contribuição do linguista russo Roman Jakobson com o desenvolvimento da teoria das

funções da linguagem, a qual destacava a comunicação e reservava para a literatura a função expressiva, pautando-se inicialmente na formulação do psicólogo Karl Buhler. Era, portanto, esse ambiente científico e intelectual que refletia no ensino de língua portuguesa no Brasil nos anos 1980.

Dessa vez, porém, a contemplação do ensino se estende para aqueles que não pertenciam à elite, mesmo que isso não implicasse atingir uma parte significativa da população, pelo menos já era intencional, como previsto na Lei 5.692/71, ou Segunda Lei de Diretrizes e Bases. Já em 1988, para a nova Constituição, essa LDB não representava mais um ideal a ser seguido e, então, somente em meados da década de 90, foi promulgada uma nova Lei de Diretrizes e Bases (1996), retomando um caráter pragmático e a aplicação discursiva para a literatura, contemplando, como proposto pela própria Constituição, ensino de modo indistinto, ou seja, para todos.

Enquanto expressão artística, e claro que também como reflexo social a ser trabalhado como disciplina, a literatura atingiu certa independência do material estrangeiro, geralmente referenciado pelas escolas literárias, com o surgimento do movimento modernista. As novas ideias do Modernismo, logo na primeira metade do Século XX, ainda na de grande importância Semana da Arte Moderna, alteraram significativamente o pensamento artístico-literário. A partir desta, se estabeleceram características bem distintas para as obras nacionais, principalmente as que validam e evidenciam aspectos regionalistas, sociais e históricos que, como mencionado, são de grande valia para a própria literatura enquanto disciplina, ainda mais nas decorrentes mudanças que surgiram nos próximos anos, em que os currículos contemplariam a interdisciplinaridade.

Apoiando-se, doravante, nos aspectos da contemporaneidade, o ensino de literatura é abarcado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCN). A partir de uma perspectiva não tão gramatical e pragmática, se relacionada com a linguagem, a via literária passou a ter seu viés social e artístico mais acentuado. Como proposto por Leahy-Dios (2004), este triângulo de segmentos a que o estudo literário é submetido, admite aspectos didáticos, estéticos e socioculturais, sendo sempre previsto alternância na sua representatividade em determinado momento histórico.

Ainda mais recentemente, sobretudo com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, a que se refere ao Ensino Médio, a literatura é tomada não como uma disciplina ou componente específico, mas possui proporções mais abrangentes e assume um caráter transversal, sendo capaz de se comunicar e interagir com outras disciplinas,

fornecendo e buscando informações referentes a demais campos de estudo, mesmo que com mais pontualidade no ensino de Língua Portuguesa.

Ela traz também contribuições nos campos artísticos e sociais (como a Geografia e História). Conforme previsto nas competências gerais da educação básica, a terceira é “Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural” (BRASIL, 2017, p. 9). Podemos perceber aqui uma das várias possibilidades da literatura que permeiam as propostas do currículo.

Faz-se perceptível, portanto, que independentemente do viés ou parâmetro que analisarmos a literatura perante seu contexto histórico até hoje, é inegável a importância desempenhada por essa na Educação, seja como proposta de intervenção para a formação de indivíduos sociais e críticos, seja para o desenvolvimento da escrita e leitura propriamente dita. Dada essa percepção panorâmica inicial, concluindo com a ainda recente implementação das bases curriculares, passaremos a abordar a importância do ensino de literatura e seu alcance interdisciplinar e de questões sociais, aplicadas aos conceitos de Educação e letramento literário, com foco na abordagem de ferramentas tecnológicas modernas e suas implicitudes.

3 CONCEITOS DE LITERATURA, EDUCAÇÃO LITERÁRIA E TECNOLOGIA

Provavelmente, o único consenso a se obter entre estudiosos do campo da literatura é quão complexa e árdua pode ser a busca por uma definição conceitual do que de fato é ou não, literatura. Isso se justifica inclusive pela quantidade imensurável de obras referentes à temática de teorias literárias que surgiram ao longo dos anos, principalmente do último século, que buscam acertar ou alinhar as prováveis respostas para esse questionamento quase existencialista.

Já nos atenta Eagleton (2006), em sua própria Teoria da Literatura, que muitas têm sido as tentativas de defini-la. De categorizações que perpassam pelo campo do imaginário e o factual, composição estética ou aplicação cotidiana, dentre outras, a que parece compreender melhor a ideia que o autor (2006) propõe em sua teoria remete à implicação que o próprio leitor faz do material que tem à disposição e não de fato do que ele lê em si. Eagleton (1985, p. 1-25) adita:

É possível, por exemplo, defini-la como a escrita “imaginativa”, no sentido de ficção - escrita esta que não é literalmente verídica. [...] Talvez a Literatura seja definível não pelo fato de ser ficcional ou “imaginativa”, mas porque emprega a linguagem de forma peculiar. [...] A definição de literatura fica dependendo da maneira pela qual alguém resolve ler, e não da natureza daquilo que é lido.

Wellek e Warren (2003) também se deparam com esse questionamento indelével em sua obra quase homônima “Teoria da Literatura e metodologias dos estudos literários”. Os pesquisadores tratam, da mesma forma que Eagleton (2006), dos dilemas que abarcam as estruturas da linguagem e escrita referente a obras que podem ser consideradas ou não literárias, de aspectos conteudistas e da disposição prática dos formatos pelos quais são distribuídos, chegando a considerar como literatura apenas material impresso, dando indícios do que pode ser entendido uma influência da tecnologia.

Ater-se a dimensões de “forma” e “conteúdo”, enquanto esses aspectos são característicos de uma obra, é uma abordagem simplista, que não considera a devida profundidade que ela envolve. Assim, o que podemos apreender como literatura, acarreta em definir, antes disso, contextos, competências e finalidades. Por isso é que, segundo Wellek e Warren (2003, p. 22), “[...] a análise moderna da obra de arte deve começar com questões mais complexas: o seu modo de existência, o seu sistema de estratos”.

Podemos perceber, por essa afirmação, como as suposições teóricas podem se estender de maneira quase exponencial quando se trata de definir literatura, mas independentemente da quantidade de conceitos a serem considerados, ainda podemos lhe inferir um caráter de relevância social. Isso concorda com a visão de Eagleton (2006, p. 22), para quem a “[...] ‘literatura’ pode ser tanto uma questão daquilo que as pessoas fazem com a escrita como daquilo que a escrita faz com as pessoas”.

Igualmente, difícil e ingrata é a tarefa de buscar traduzir os conceitos de Educação em uma única concepção. Objetivando praticidade, nos sustentaremos nos apontamentos, quase que proféticos - ao menos aos estudantes das licenciaturas - de Paulo Freire, para quem a educação é tida como um processo não só de transmissão do conhecimento, mas também de compartilhamento mútuo do saber, sendo capaz de transformar a realidade humana através de sua capacidade reflexiva e ativa, se dada como um instrumento de liberdade ao indivíduo. Essa definição pode muito bem ser associada ao caráter questionador das propostas da Educação literária, como veremos mais à frente.

Essa tentativa de conceituar ou criar uma base para sustentar o argumento de “literatura” e “educação”, se faz necessária, antes de adentrarmos numa das grandes questões que permeiam esse trabalho: Educação literária. Ora pois, como entender e definir Educação

literária, sem então compreender distintivamente cada um dos termos que compõem essa expressão?

Leahy-Dios (2004), principal autora aqui utilizada para compor a identidade de uma Educação literária, se apoia principalmente na ideia de Wellek e Warren (2003), da literatura como uma instituição social, por fazer uso da linguagem como ferramenta essencial. Portanto, trataremos dessa como a proposta fundamental para a compreensão do que é Educação literária, tendo literatura enquanto disciplina.

Problematicamente, mesmo tratando literatura como uma disciplina, isso não torna seu conceito inicial mais específico ou menos abrangente, como nos deixa claro Leahy-Dios (2004, p. 20), em sua afirmação de que “[...] o primeiro motivo pelo qual se trata de uma disciplina complexa é o fato de que a literatura lida com uma das mais poderosas formas de cultura e de expressão artística da humanidade, que é a palavra”.

Do mesmo modo que tentamos nos amparar em Paulo Freire, também contamos com a ajuda da Professora Januária Alves (2016, *on-line*), pontuando sua, muito bem colocada, fala, em uma entrevista para o Estadão, em que ela nos apresenta de modo conciso o que é preciso saber sobre a, já utilizada à exaustão, expressão “Educação literária”: “Educação literária é aquela capaz de transformar pessoas em leitores competentes, ou seja, naquele leitor que não apenas entende as palavras de um texto, isoladamente, mas também compreende seu contexto e utiliza suas referências para apreendê-lo”.

Assumindo, então, as colocações das duas estudiosas da área e inferindo o contexto de literatura, fundamentado inclusive por autores-referência de ambas, podemos compreender que esse processo de educação de viés literário se aproxima, e até mesmo se confunde, com o de letramento literário. Esse é um dos principais objetos de estudo de Cosson (2006, p. 103-119), que nos define sinteticamente como “[...] processo de apropriação da literatura enquanto linguagem [...]”.

Porém, no caso da Educação literária, existe um caráter ainda mais desafiador, que resulta em reflexões, questionamentos e propostas que envolvem ações transformadoras do indivíduo para com ele mesmo e para com o mundo, ampliando sua percepção enquanto ser humano e ser social. Podem parecer pasmosas as mudanças que essa perspectiva de educação é capaz de proporcionar, tanto a um indivíduo quanto à própria humanidade, apenas retomando e compreendendo o que foi resultado também de outros momentos históricos.

Tão importante quanto instituir os princípios de literatura, educação e a relação delas entre si, é entender como, ao longo de todos esses anos de processo de ensino e aprendizagem, seja no seu sentido mais amplo de educação, ou no aspecto do contexto de literatura, fomos

atravessados por fatores que direta ou indiretamente remontam um caráter social, cultural e/ou histórico. Por um desses fatores, destacaremos aqui a tecnologia.

Sob a ótica de Oliveira (2016), se retomarmos todo o percurso histórico das ações literárias e educacionais apresentado no primeiro tópico, podemos perceber, às vezes de maneira implícita, a influência que a tecnologia de cada época é aplicada em seu contexto. Uma vez que entendemos tecnologia como recursos e ferramentas referentes a certas técnicas, sejam industriais ou de comunicação e afins, não se limitando apenas a isso, podemos considerar desde manuscritos a materiais impressos como resultados da aplicação tecnológica.

Todas essas definições serão submetidas a uma abordagem pelo viés do que entendemos por tecnologia moderna, principalmente nos campos da comunicação, tendo por base a era digital. Schwab (2016) chama essa percepção de a “Quarta Revolução Industrial”, realizando, assim, uma aplicação conceitual desses aspectos em nossa realidade.

4 A LITERATURA E A PRÁTICA DOCENTE NO CONTEXTO ESCOLAR

O processo de se compor um corpo de estudo e sustentação para um trabalho acadêmico como esse é quase tão meticuloso e intenso quanto à própria produção dele em si. Se realizado, então, em tempos como os dos últimos anos, com agravos pandêmicos, bem como prejuízos às condições alarmantes de saúde pública, tal processo se faz um pouco mais desafiador do que o habitual.

Eis aqui uma justificativa que prevê, mais do que nunca, a importância dos recursos tecnológicos de que dispomos hoje em dia, principalmente em tempos de pandemia, essa acessibilidade provinda da era digital se propõe bastante útil. Afinal, em sua grande maioria, os recursos bibliográficos utilizados para a fundamentação dos argumentos aqui apresentados, foram resultado de buscas em acervos de bibliotecas virtuais, publicações de artigos e documentos em áreas especializadas específicas da internet, e até mesmo os exemplares físicos necessários para uma pesquisa mais assertiva, que não possuíam correspondentes digitalizados disponíveis, foram adquiridos por meio de compra on-line.

Por mais que, dessa vez, tenha nos sido tomada a oportunidade e experiência de consultas em ambientes propícios, como as saudosas bibliotecas, inspeções minuciosas nas prateleiras de livrarias de estrutura física, é inegável a praticidade a que fomos submetidos em localizar digitalmente materiais para suficiente fundamentação epistemológica. Conseguimos,

assim, um direcionamento necessário e mais ágil quanto ao foco nos resultados dessa pesquisa.

Ainda que possamos desfrutar de toda essa praticidade, é certo que tais recursos, como outros também envoltos nos aspectos tecnológicos, não substituirão de fato, o bom e velho livro, como argumentam Eco e Carrière (2010), na obra conjunta “Não Conte com o fim do Livro”. Tanto o livro enquanto objeto, quanto o que ele representa, e aqui buscamos referência em sua vertente literária condizente com a proposta de Educação literária, não serão substituídos, mas contemplados com extensões de sua finalidade provindas da demanda de novos tempos.

Isso só prova quão importante ainda se faz a educação e sua incumbência no letramento, uma vez que, para acessar tais recursos tecnológicos de que dispomos, antes faz se necessário conhecimento de leitura e escrita. Volta-se, então, aos princípios contemplados para a literatura como ferramenta de educação, conhecimento e emancipação intelectual.

“O Direito à Literatura”, inclusive, obra de Antônio Cândido, vislumbra a função da literatura a partir de um caráter humanizador, embora contraditório, ressaltando o quão importante é o seu papel de instrução e educação nas nossas sociedades. Cândido (2004, p. 177) ainda menciona que “[...] a literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas [...]”. Aqui, o autor evidencia a importância da literatura para os currículos de ensino, tanto a que contempla manifestações artísticas quanto, e principalmente, a literatura engajada.

Diante disso, cabe reverberar que Educação Literária é um conceito que se faz tão necessário e indispensável quanto os aspectos tecnológicos, com os quais é pretendido relacioná-lo. Essa apreensão concorda com Leahy-Dios (2004, p. 20), que nos admite que “[...] estudar literatura é essencial ao processo de educar sujeitos sociais [...]”. Como enunciado em tópicos anteriores, a autora defende a existência do que ela chama de triângulo interdisciplinar, o qual contempla três aspectos do ensino de literatura: estudos da língua, estudos culturais e estudos sociais, cada um imbuído de sua relevância própria dentro de determinado contexto sócio-histórico. Para a autora (2004, p. 25), é assim que,

[...] como disciplina literatura é parte de uma agenda educacional determinada por compromissos ideológicos, papéis e expectativas político-culturais. O paradigma com que os estudantes lidam é basicamente fundamentado em literatura pedagógica, de finalidade didática, antes que estética e sociocultural; [...]

Esse viés questionador, de não conformidade e transformação social, por motivos óbvios, não contenta parte de uma classe dominante. Aqui surgem contra-argumentos que afrontam as competências da literatura, tanto como produção quanto como disciplina. Leahy-Dios se apoia em Gillespie (1994) para nos apresentar os argumentos antiliterários adotados por pragmatistas, quando esses questionam o valor da literatura enquanto disciplina, uma vez que seus ensinamentos, segundo eles, não implicariam nenhuma competência mercadológica dentro da competitividade crescente a que estavam sendo submetidos.

Em suma, a máxima de que o trabalhador não precisa da literatura para ser produtivo não é o único entrave que encontramos. Os formalistas, de acordo com Eagleton (2006), defendiam a ideia de que a literatura não deveria se incumbir de questões sociais, consideradas sórdidas, não se fazia necessária a reflexão e sim apenas a apreciação. A literatura, tida como arte, escrita criativa, era dada como um ‘fim em si mesma’.

Em um período de extrema imposição ideológica, principalmente religiosa, como foi a Inglaterra do Século XVIII, a literatura, como provedora de liberdade de expressão, apresentava uma ameaça às instituições privilegiadas. Portanto, uma vez que era pregado seu caráter apenas contemplativo, isento de problematizações e ideologia, isso não passava de uma falácia para uma questão igualmente ideológica. Nas palavras do próprio autor (2006, p. 33), “[...] a pretensão de que o conhecimento deve ser ‘isento de valores’ é, em si, um juízo de valor”.

Se analisarmos, com certa criticidade, os discursos empregados por esses pragmatistas e formalistas, é possível identificar a importância de se combater tais pressupostos e como a didática da Educação Literária pode fazer a diferença no contexto social do aluno, logo indivíduo, logo sociedade. Desse preceito, infere-se que a revolução começa na sala de aula, e, enquanto educadores, devemos estar cientes disso e dar a devida atenção para a capacidade que nós e nossos alunos temos.

Muitas vezes, a capacidade de alunos, aqui enfatizando o Ensino Médio, é subestimada quando se trata de uma produção de texto. É como se a leitura de mundo a que eles foram acometidos até então não tivesse tanto a acrescentar, isto é, entendendo que os estudantes não tiveram uma experimentação válida ou validada. Esse é um dos questionamentos que Leahy-Dios (2004, p. 29) nos faz e ainda acrescenta: “[...] permitimos que eles escrevam sobre textos, mas não seus próprios textos, e muito menos que sejam vistos como autores [...]”, empregando em autores a significação dada por Kress, de que “[...] seriam capazes de uma apreciação consistente e de uma produção textual crítica [...]”.

Formar esse sujeito crítico e problematizador envolve mais do que apenas encerrá-lo em leituras e reflexões, mas também dar voz à sua subjetividade, fazê-lo compartilhar seus questionamentos e opiniões e se posicionar frente às suas ideologias e ao mundo. Mais do que de literatura em si, é disso que se trata a finalidade da Educação literária, segundo seus estudiosos, como Millás (2000, *on-line*), em sua concepção de que “[...] não se escreve para ser escritor nem se lê para ser leitor. As pessoas escrevem e leem para compreender o mundo. Ninguém, então, deveria sair para a vida sem ter adquirido essas habilidades básicas”.

Face à inevitabilidade tecnológica, sustentada principalmente pela concepção da Indústria 4.0 [Quarta Revolução Industrial, por Schawab (2016), como citado anteriormente] e a nova era digital, adentramos, enfim, aos campos da tecnologia e suas implicações. Isso não se deu somente no processo que tratamos por Educação Literária, mas também na própria educação e literatura em si.

Passemos a tratar distintivamente das Tecnologias da Informação e Comunicação (comumente conhecidas como TIC’s, exatamente no plural por se tratar de mais de uma propriedade tecnológica). Essas são definidas pelo Manual do Professor da UNESCO³ (2005, p. 109, tradução nossa) como “[...] o conjunto de tecnologias associadas com processamento de informação, por um lado e, por outro, com envio e recebimento de mensagens [...]”, apontando que se trata muito mais do que apenas o uso de computadores.

O uso dessas TIC’s já é tido como uma realidade nas salas de aula, independentemente de os recursos serem utilizados pelos professores como parte de uma proposta inclusiva. As novas tecnologias, de certa forma, interferem, mesmo assim, no processo de ensino e aprendizagem. Embora um professor se recuse a utilizar materiais didáticos em multimídia ou digitais durante suas aulas, essa realidade não será afastada do aluno, tendo em vista que ele ainda terá contato com seu celular, com a internet e afins que, pelo seu ponto de vista, serão bem mais atrativos que aquela “aula chata”.

Como competir, portanto, com a tecnologia e sua infinidade de recursos cada vez mais interativos que tanto fascina a denominada, por Mark McCrindle (2019, *on-line*), Geração Alfa? “Esse talvez possa ser considerado um dos principais desafios do professor contemporâneo, que é adentrar essa nova ‘realidade virtual’”. Como reza o ditado, “se não pode vencê-los, junte-se a eles”.

Com base nos dados da 5ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, 37% dos entrevistados já tiveram algum contato com leitura no formato digital, principalmente pelo

³ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

uso do celular. Leitura aqui é considerada a de literatura, independentemente do gênero. Ainda assim, o percentual geral indicou que 67% prefere o livro de papel, contra 17% que opta pelo digital e 16% se dedica à leitura em ambos os formatos.

Outros dados importantes para nos situar na compreensão dessa realidade são os de atividades que as pessoas mais realizam na Internet (provocado por respostas estimuladas), indicando aqui que 60% trocam mensagens no *WhatsApp*, ou no bate-papo do Facebook e 42% dedicam parte do tempo assistindo a vídeos, filmes, séries ou programas de TV. Atividades que representam algumas associações mais estreitas com a leitura apontam para 23% de notícias, jornais e revistas, 12% em leitura de textos ou estudos em uma área de interesse, enquanto que apenas 7% exclusivamente à leitura de livros.

Mais difícil que lidar com essa perspectiva é tentar não lidar. A prática de ensino, ou no caso aqui da Educação Literária, sempre esteve atrelada à dos avanços tecnológicos, conforme se compreende pelo percurso histórico da humanidade. Da necessidade de se comunicar e da praticidade que os novos recursos proporcionam, podemos ser muito mais beneficiados se soubermos como utilizar tais ferramentas a nosso favor. Desse modo, Vygotsky (2007, p. 113-114) elucida:

[...] Toda a percepção é um estímulo para a atividade. Uma vez que uma situação é comunicada psicologicamente através da percepção, e desde que a percepção não está separada da atividade motivacional e motora, é compreensível que a criança, com sua consciência estruturada dessa maneira, seja restringida pela situação na qual ela se encontra.

Pela percepção de aprendizado da criança, segundo Leahy-Dios (2004, p. 23), Vygotsky explanava: “[...] o primeiro contato de uma criança com o texto literário ocorre através de um encontro sensorial [...]”. Isso significa que a condição de percepção se dá por meio de elementos visuais que ela consegue assimilar (como imagens) ou ler, até audiovisuais ou apenas ouvindo histórias. Nesse novo mundo de estímulos provocados pelas tecnologias, como incitado pelas pesquisas, as pessoas procuram cada vez mais e de diferentes formas, gerar um consumo de informação quase que desenfreado.

Nessa lógica, o professor pode, por meio das consideradas tecnologias de informação e comunicação, provocar seus alunos. Isso seria o mesmo que estimulá-los e submeter os recursos a que dispõem e a utilização que fazem destes aos seus interesses como educador. Atividades como pesquisas de conteúdos, filmes e séries, podem ser voltadas para as áreas de literatura, abarcando as concepções da Educação Literária que admitem a compreensão da realidade para aquisição de conhecimento necessário à interação com o mundo.

Outro aspecto que vale nos atentarmos é o de que as novas tecnologias não fazem tudo sozinhas (não são ensimesmadas no que tange à educação), não são totalmente isentas de aspectos negativos (malefícios) e é equivocado considerar superior tecnologias contemporâneas (atuais) em detrimento aos modelos que as precederam. Isso pode se referir tanto ao uso de ferramentas multimídias quanto de formatos de leitura, como dos previamente tratados na pesquisa, a exemplo dos digitais (*e-Books*), cada vez mais comuns frente às limitações dos tempos em que vivemos. Pérez-Lanzac (2020, on-line), por exemplo, destaca, em artigo sobre a leitura em diferentes formatos, que:

[...] sabemos que, para um leitor, ler em uma tela não é o mesmo que ler um livro. Faltam mais pesquisas que avaliem o efeito do uso da tecnologia no funcionamento cognitivo a longo prazo. Enquanto isso, o segredo estaria em usar a tecnologia de maneira equilibrada e saudável.

No mesmo artigo, Pérez-Lanzac (2020) aborda a perspectiva de Van den Broek, especialista holandês e membro do grupo de profissionais que prepara o relatório PISA, de que os diferentes formatos prestados à leitura possuem finalidades e públicos também diferenciados. Inclusive na própria declaração referente às pesquisas de campo associadas ao tema, Van den Broek (1995) ressalta a importância dos textos impressos quando dada certa extensividade e necessidade de compreender mais profundamente e reter informações.

Enquanto não obtemos resultados definitivos sobre a influência das tecnologias em nossos processos de cognição referentes à leitura, a proposta mais coerente seria a que contempla a diversidade e as competências que podem ser atribuídas aos diferentes formatos de leituras. É possível, também, aplicar essa máxima às ferramentas multimídias.

Outra perspectiva a qual devemos nos atentar é a da propagação de informações e por vezes a falta de credibilidade que se aplica a elas. Alves (2020, on-line) observa, em seu artigo para a Revista Emília, que “[...] se cada vez se lê e se escreve mais nas telas de computador e dos smartphones, isso não quer dizer que temos mais leitores e escritores competentes [...]”. Ela inclusive se apoia em dados do PISA, para problematizar a capacidade dos alunos que, em sua maioria, não são capazes de distinguir fato e opinião ou mesmo realizar inferências baseadas em seu repertório cultural.

Uma das soluções que a autora propõe, em seu artigo, é a composição de uma Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), conscientizando leitores quanto ao consumo de informações, seu conteúdo, como identificar a autenticidade e caráter discursivo do que se leem nas mídias, principalmente internet e redes sociais. Uma proposta de desenvolvimento

da criticidade desses novos leitores, tanto alunos quanto daqueles que fazem parte de sua realidade social, é a responsabilidade perante o compartilhamento e propagação de qualquer informação obtida também por esses meios.

Encontramos, enfim, um ponto de convergência entre os aspectos inerentes à condição emancipatória e questionadora da Educação Literária e a finalidade das novas tecnologias dentro dos campos de comunicação e informação. É necessário percorrer todo esse compêndio de teorias, estudos, análises e constatações, e de como se deu esse processo ao longo da história, para que possamos chegar a conclusões, no mínimo, um pouco mais esclarecedoras do que as que tínhamos antes de chegarmos até aqui.

Educação e literatura, embora possuam conceitos distintos, podem se confluír em aspectos indissociáveis quando compreendemos a complexidade de sua importância no processo do desenvolvimento humano. Logo, as tecnologias, enquanto mediadoras desse processo, se fazem necessárias, pois, como constatado antes, seu caráter inevitável e de constante mudança – evolução, por assim dizer –, se aplicam a todas essas questões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos perceber no decorrer de todas as análises, propostas e pesquisas relacionadas às temáticas, a importância com que se aplicam as questões sociais às realidades dos alunos, até mesmo daqueles que não frequentam o Ensino Médio, é indubitável. Mas, ainda há muito que se fazer. Barreiras são quebradas, apenas para descobrir que outras estão logo à frente.

Assim como os avanços da tecnologia, o processo de ensino e aprendizagem é contínuo. A busca por um aperfeiçoamento de técnicas que contemplam esse processo, também. Os aspectos didático, artístico, social e histórico da literatura são contínuos. O que ela representa, enquanto ferramenta de conhecimento, também adquire esse caráter de continuidade, isto é, não pode, não se deve ficar para trás.

Muitos dos teóricos e estudiosos, referenciados neste artigo, defendem esse trabalho conjunto da educação com a tecnologia, contanto que se encontre um ponto de equilíbrio. Uma está a serviço da outra, num vínculo que hoje podemos considerar quase que de codependência, posto que, para inserir-se no mundo da era digital, é indispensável ter por sanadas certas necessidades básicas de conhecimento. Logo, a própria condição de se

compartilhar/mediar esse conhecimento está totalmente atrelada às funções atribuídas às tecnologias de informação e comunicação impostas atualmente.

As TIC's aqui são consideradas, no caso de língua portuguesa e literatura, como instrumentos mediadores dos conhecimentos associados à Educação Literária e suas abordagens, num cenário em que as justificativas aplicadas a ela são tão importantes quanto necessárias. Porém, cabe ao professor o papel de incentivador e mediador por excelência das tecnologias e sua aplicabilidade prática nesse processo de desenvolvimento de leitores competentes e críticos. Cabe aos educandos se automotivarem num movimento educativo ativo e dinâmico, com interesses e participações constantes em sua formação humana, integral e crítica.

É tudo uma grande questão de responsabilidade fundamentalmente social para com os alunos e destes para com a sociedade, tornando-os cidadãos condignos, participantes e ativos, visando ajudá-los a encontrar e compreender seu lugar no mundo. Saber utilizar as ferramentas das quais se dispõe e estender a aprendizagem para ampliação de uma realidade mais justa e pertencente a todos é uma necessidade que não pode mais ser adiada.

REFERÊNCIAS

ALVES, Januária Cristina. Ler e escrever na era da Pós-Verdade. **Revista Emilia**, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wr7YpI>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ALVES, Januária Cristina. Educação literária. Você já ouviu falar? **Estadão**, 2016. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/estante-de-letrinhas/educacao-literaria-voce-ja-ouviu-falar/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

CANDIDO, Antônio. **O Direito à Literatura e outros ensaios**. Coimbra, PT: Angelus Novus, 2004. Disponível em: https://elpais.com/diario/2000/10/27/cultura/972597606_850215.html. Acesso em: 26 nov. 2020.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: Uma Introdução**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ECO, Umberto; CARRIÈRE, Jean-Claude. **Não contem com o fim do livro**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

IPL – Instituto Pró-Livro. **Retratos da Leitura no Brasil**. 5. ed. Plataforma pró-livro. Brasil, 2020.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.

LEAHY-DIOS, Cyana. **Educação literária como metáfora social: desvios e rumos**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MCCRINDLE, Mark. *Generation Alpha: Mark McCrindle Q & A with the New York Times*. *New York Times*, 2019. Disponível em: <https://mccrindle.com.au/insights/blog/generation-alpha-mark-mccrindle-q-new-york-times/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

MILLÁS, Juan José. *Leer. El País*, 2000. Disponível em: https://elpais.com/diario/2000/10/27/cultura/972597606_850215.html. Acesso em: 23 nov. 2020.

OLIVEIRA, J. R. de. O “homo faber”, de usuário de ferramentas a objeto tecnológico. **Educação e Filosofia**, v. 30, n. 59, p. 331-351, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v30n59a2016-p331a351>. Acesso em: 23 nov. 2020.

PÉREZ-LANZAC, Carmen. Ler em um formato diferente é ler pior? *El País*, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-05-24/ler-em-um-formato-diferente-e-ler-pior.html>. Acesso em: 23 nov. 2020.

SCHWAB, Klaus Martin. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2018.

UNESCO. *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Information and communication technologies in schools: a handbook for teachers or how ICT can create new, open learning environments*. UNESCO, Division of Higher Education, 2005. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001390/139028e.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

VYGOTSKY, Levi S. **A formação social da mente**. O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOIÂNIA: uma cidade sexista

Márcia Cristina Hizim Pelá¹

Eguimar Felício Chaveiro²

RESUMO: O pressuposto que embasa este estudo pode ser assim enunciado: Goiânia, como qualquer outro espaço urbano construído e vivido, é produto social e, por isso, torna-se (re)produtora dos seus modos de produção e de vida nos quais está inserida. O espaço urbano goianiense é a concretude, material e imaterial, desta proposição, uma vez que a produção das suas formas e dos seus conteúdos é amalgamada pelo capitalismo e pela cultura do patriarcado, contextos econômicos e culturais que a situam no tempo e no espaço. A questão central é averiguar quais as implicações, objetivas e subjetivas, deste processo na dinâmica espacial da cidade e no cotidiano de vida das mulheres goianienses. Sexismo, opressão, violência, medo, desigualdade, amnésia histórica e socioespacial, controle, emancipação, movimentos sociais, espaços de sublevação são alguns dos elementos que urdem e permeiam esta trama histórica que perpassa a vida e a existência de grande parte dos oprimidos, como é o caso das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Goiânia. Mulheres. Tradição. Preconceito. Sexismo.

ABSTRACT: The assumption underlying this study can be stated as follows: Goiânia, like any other urban space built and lived, is a social product and, therefore, becomes a (re)producer of its modes of production and life in which it is inserted. The urban space of Goiás is the material and immaterial concreteness of this proposition, since the production of its forms and contents is amalgamated by capitalism and the culture of patriarchy, economic and cultural contexts that place it in time and space. The central question is to find out what are the implications, objective and subjective, of this process in the spatial dynamics of the city and in the daily life of women from Goiania. Sexism, oppression, violence, fear, inequality, historical and socio-spatial amnesia, control, emancipation, social movements, spaces of uprising are some of the elements that weave and permeate this historical plot that permeates the life and existence of a large part of the oppressed, such as this is the case for women.

KEYWORDS: Goiânia. Women. Tradition. Preconception. Sexism.

¹ Professora do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN); Pós-Doutora em Natureza e Produção do Espaço pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). E-mail: marciapela@unifan.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7615-6381>.

² Professor Titular do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). Pós-Doutor em Saúde do Trabalhador pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ). E-mail: eguimar@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8608-2278>.

1 INTRODUÇÃO

Goiânia é uma cidade-capital planejada no Cerrado e se localiza na região Centro-oeste-norte do Brasil. Projetada inicialmente com objetivos e funções políticas, administrativas econômicas e socioculturais específicas: a de ser o projeto urbano piloto do processo de ocupação e modernização do território brasileiro e do Cerrado. Em outras palavras: Goiânia é a concretude da nova geopolítica territorial do país e a representação prático-sensível do espaço moderno nacional, haja vista que a cidade, dentro desta conjuntura, será o lócus do epicentro político, econômico e sociocultural do Brasil urbano e industrial. Não menos importante é que esta é uma condição *sine qua non* para a expansão do modo de produção capitalista em terras brasileiras.

Estes são alguns dos fatores que fazem que alguns autores a considere uma cidade-capital planejada para e pelo capital. Contudo, esta é uma visão unilateral do processo, uma vez que, ao tratar estas cidades-capitais como mera mercadoria e privilegiar a exterioridade do espaço geográfico (espaço concebido) em detrimento do espaço vivido, elimina a condição do espaço como produção social. Sem falar que esta é uma visão que, ao colocar o modo de produção capitalista e o modelo civilizatório que ele apregoa como algo imutável, elimina o movimento, as disputas, as contradições e a dialética existente neste processo.

Não menos importante, é que esta visão da cidade como mera mercadoria só serve à classe hegemônica, pois é dela que surgem à falsa ideia de naturalização das desigualdades socioespaciais e, conseqüentemente, de imutabilidade da ordem estabelecida. Mais ainda, é dela que as contradições e as alterações da ordem estabelecida são tratadas como caos e não como possibilidades de uma práxis transformadora. Possibilidades estas que surgem por meio das lutas sociais pelo direito à cidade que são travadas por todos e todas que, por causa desta lógica perversa de transformar a cidade em mercadoria, são “excluídos” de usufruir a cidade em sua totalidade.

Entender este processo de lutas e disputas territoriais é fundamental, haja vista que é deste entendimento que é possível desvelar as relações e práticas sociais que tornam o espaço condição, produto e meio, fato que, para Calió (1991, p. 2), além de diferenciá-lo de uma mercadoria qualquer, também permite compreender “[...] a prática desigual de uso do espaço urbano entre homens e mulheres”.

Nesse sentido, procura-se neste trabalho apresentar uma leitura socioespacial que consiga romper com a fragmentação, distanciamento e fetichismo entre os sujeitos e suas obras e que possa revelar, a partir da tríade mulher-cidade-vida urbana, como as práticas

socioculturais instituídas pelo modo de produção capitalista e o pelo modo vida patriarcal influenciam na produção socioespacial de Goiânia.

O intuito é romper a lógica unilateral de análise socioespacial que, caso prossiga, tende a aniquilar a história de grande parte dos sujeitos protagonistas da construção de Goiânia, bem como proporcionar uma verdadeira amnésia socioespacial e histórica sobre parte da memória de Goiânia, uma vez que aquilo que se é difundido e propagado é uma memória oficiosa sexista e patriarcal que tende a inviabilizar a mulher como produtora do espaço urbano.

Vieira (2013) subsidia esta afirmação ao dizer que os especialistas e dirigentes quem pensam, escrevem e operam na cidade, ao se colocarem como os detentores da racionalidade urbanística, além de criar a falaciosa ideia de neutralidade na resolução dos problemas urbanos em nome de todos(as), também cooperam para a exclusão histórica das mulheres na política, no planejamento urbano, nas discussões e na elaboração de propostas sobre os problemas vividos pela cidade até o final do século XX – o que para a autora é um paradoxo, haja vista que estas mulheres sempre estiveram presentes nas cidades usufruindo dos serviços públicos e de lazer, habitando as casas, andando nas ruas e trabalhando.

Conforme apregoa Calió (1991), a partir do entendimento da totalidade desse sistema de dominação econômica (capitalismo) e sexual (patriarcado) é possível analisar a questão da mulher dentro do sistema urbano, uma vez tal entendimento permite quebrar o antagonismo entre a vida pública e a vida privada que causa uma invisibilidade da mulher como produtora e produto da cidade.

As assertivas apresentadas remetem ao desafio de romper com a forma oficiosa e unilateral de pensar a mulher e a cidade. Para isso, defende-se uma leitura de Goiânia de forma integrada em que as perspectivas paisagística, histórica e econômica sejam conectadas aos sujeitos. Afinal, segundo Chaveiro e Barreira (2010, p. 67), “[...] a vivência do sujeito culturaliza a natureza e constrói territórios”.

Neste sentido é que este artigo, fruto das investigações e das publicações do projeto de pesquisa de Pós-Doutorado “As mulheres e a construção do espaço urbano de Goiânia”, realizado em 2021, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (PPGEO/UFG), propõe analisar como a cultura sexista, machista e patriarcal se materializa no espaço urbano de Goiânia e, conseqüentemente, quais os impactos (material e imaterial) deste processo na sociedade goianiense, em especial na vida cotidiana das mulheres.

Um pressuposto inicial que embasa a investigação é que o espaço urbano, fruto das ações e relações humanas, é um produto social. Desta feita, ele se torna (re)produtor da sociedade e dos seus modelos de produção econômico e sociocultural, produção esta (material e imaterial) mediada pela práxis humanas, ou seja, pelo trabalho e pela ação política dos símbolos nos quais a humanidade se produz na sua relação com a natureza e com si mesma.

Portanto, não há como separar a cidade de seus sujeitos sociais e muito menos barrar o movimento que é inerente à vida; o que se consegue é criar mecanismos de controle e opressão que visam aniquilar a concretude das ações dos que lutam contra uma ordem estabelecida que segrega e exclui. Por isso, é necessário um olhar atento que consiga entrever na sua integralidade a essência dos símbolos e códigos da cidade, uma vez que a concretude é apenas uma das partes do processo do qual os operadores globais, tanto das práticas socioculturais como das práticas espaciais, são os sujeitos sociais.

A partir dessas assertivas, que servem como base para as problematizações a seguir, questiona-se: como desvelar nos conteúdos e nas formas do espaço urbano de Goiânia a relação entre o modo de produção capitalista e a cultura patriarcal? O que os símbolos e a paisagem de Goiânia têm a nos dizer sobre a relação entre a mulher e a cidade?

Para responder a estas indagações, valemo-nos de pesquisas acumuladas envolvendo diretamente a interpretação da estrutura espacial de Goiânia (GO). Recorremo-nos também a teses, dissertações, livros, arquivos oficiais e outros tantos trabalhos que investigam a história das mulheres, a história das cidades e a história das transformações do espaço urbano de Goiânia. Como fontes exploratórias documentais e imagéticas, buscamos os jornais; a Internet; e os acervos dos movimentos de mulheres. Por fim, devido à pandemia da Covid-19, realizamos a pesquisa on-line “As mulheres e a produção do espaço urbano de Goiânia”, que teve o projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, CAAE: 45134921.3.0000.8011, em que cento e oitenta e oito mulheres, que responderam a dois questionários, nos abasteceram com as suas impressões e olhares sobre a cidade. Todo esse arcabouço nos auxiliou a compor as reflexões que apresentaremos a seguir.

2 A MATERIALIZAÇÃO DO PATRIARCADO E DO CAPITALISMO NO ESPAÇO URBANO GOIANIENSE

Para iniciar este tópico, que trata da relação intrínseca entre o modo de produção capitalista e o modo de vida patriarcal na construção do espaço urbano de Goiânia, tomar-se-á

como subsídio a reflexão de duas geógrafas feministas. A primeira é da inglesa Jane Darke (1996, p. 88) que diz que “todo assentamento é uma inscrição no espaço das relações sociais da sociedade que a constrói [...]. Nossas cidades são o patriarcado escrito em pedra, tijolo, vidro e concreto”. Já a segunda, da canadense Leslie Kern (2020, p. 01), apresenta a seguinte reflexão: “as cidades refletem as normas das sociedades que as constroem. E o sexismo é uma norma profundamente enraizada”.

Patriarcado e sexismo são duas faces de uma mesma moeda: o modo de produção capitalista. Os conteúdos de ambos se entrelaçam com as novas formas e dinâmicas socioespaciais da vida urbana na sociedade capitalista, haja vista que o capitalismo, mesmo estando em movimento constante (da acumulação primitiva à rentista), ainda tem como base estruturante a luta de classes, a exploração, a acumulação, a expropriação da força de trabalho, a propriedade privada, a violência e o consumo. Esta contradição entre movimento (que gera a expropriação do trabalho e a acumulação das riquezas) e estagnação (que perpetua a lógica sociocultural de dominação) só sobrevive a partir do controle do movimento social.

Por isso é que o conservadorismo, o espetáculo, a fragmentação, a ideologia, a ignorância, entre tantos outros elementos que auxiliam no falseamento da realidade, são vitais para a sobrevivência do sistema capitalista. Neste sistema, o que se anuncia comumente não é plausível de realização, uma vez que se mudam as formas, mas a estrutura é preservada. Estas contradições – que são, dialeticamente, as suas fragilidades e a garantia de sua sobrevivência – materializam-se, de tempos em tempos, nos espaços geográficos, rurais e/ou urbanos, imprimindo novas formas em velhos conteúdos.

Esta materialidade transpõe as dinâmicas socioespaciais e se constituem modos de vida que irão imprimir os conteúdos desejados e necessários para garantir o controle e a opressão. A escravidão, a tentativa de aculturação e extermínio dos povos africanos e americanos e o patriarcado são alguns dos modos de vida que alavancaram e sustentam este sistema. Todos eles, de uma forma ou de outra, têm em sua gênese uma lógica de poder que oprime e, conseqüentemente, tenta aprisionar material e subjetivamente, a classe oprimida, na qual a força de trabalho feminino está enquadrada.

Vale elucidar que a mulher, ao longo do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, vem sendo subjugada pela família, pela igreja e pelo Estado. Os mecanismos utilizados vão desde a opressão e o assujeitamento (no qual a sua existência só é reconhecida a partir do outro) até a sua transformação em propriedade privada do homem. Beauvoir (1970, p. 74-75) auxilia na compreensão desta assertiva ao explicar que:

Com a descoberta do cobre, do estanho, do bronze, do ferro, com o aparecimento da charrua, a agricultura estende seus domínios. Um trabalho intensivo é exigido para desbravar florestas, tornar os campos produtivos. O homem recorre, então, ao serviço de outros homens que reduz à escravidão. A propriedade privada aparece: senhor dos escravos e da terra, o homem torna-se também proprietário da mulher [...] O direito paterno substituiu-se então ao direito materno; a transmissão da propriedade faz-se de pai a filho e não mais da mulher a seu clã. É o aparecimento da família patriarcal baseada na propriedade privada. Nessa família a mulher é oprimida.

Deste modo, conclui-se que o patriarcado é o modelo nuclear do capitalismo, e a opressão da mulher faz parte deste pacote, opressão esta, como anua Federici (2017), inerente à principal alavanca do capitalismo: a violência. Segunda a autora – que apresenta um alargamento ao pensamento de Marx sobre a chamada acumulação primitiva –, a violência foi o principal poder econômico no processo de acumulação primitiva, haja vista que se baseou na acumulação do trabalho morto (bens roubados) e do trabalho vivo (exploração da força de trabalho humano).

Tanto para Federici (2017) como para Marx (2013), a acumulação seria inerente ao capitalismo, e não um aspecto dele precursor. Contudo para autora, a sujeição dos corpos das mulheres como um bem comum para o capitalismo e para os homens, foi, juntamente com a expropriação do trabalho do camponês, com o roubo das terras e a subordinação dos povos africanos e americanos, um aspecto fundacional do sistema capitalista. A partir da violência e do medo, coagiu as mulheres a serem “produtoras de mão de obra” e a exercerem gratuitamente os serviços domésticos necessários para sustentar os maridos e os filhos homens que seriam usados como força de trabalho do sistema que emergia.

Esta situação demonstra como a acumulação, ao despossuir as mulheres do controle reprodutivo e da sua sexualidade, se estendeu para os seus corpos ampliando a noção de território e dos terrenos de disputas e de luta contra o capitalismo. Por isso que pensar a cidade como espaço demarcado pelo gênero é reconhecer, conforme assevera Calió (1991), que as relações de poder extrapolam as desigualdades socioespaciais fruto das diferenças socioeconômicas; desigualdades estas que também atingem as relações entre os gêneros em relação à construção e evolução do espaço urbano da cidade.

Goiânia é um exemplo concreto desta afirmativa, uma vez que o planejamento inicial e a construção do seu espaço urbano, além de carregarem as contradições entre modernidade-tradição, agrário-rural, urbano-industrial, espaços planejados para a elite gestora-espaços de exclusão para os trabalhadores construtores, também já demonstram, a partir da divisão social do trabalho entre mulheres e homens, como a cultura sexista e patriarcal vai se materializando na cidade.

Pelá e Chaveiro (2016, p. 66) evidenciam esta conjuntura ao expor as declarações do cotidiano de vida das famílias dos operários construtores de Goiânia. Neste relato de uma das operárias, que diz que, na época, “água não tinha. Aqui em casa tinha cisterna, eu lavava a roupa aqui. Mas as mulheres, muitas levavam a trouxa na cabeça e lavavam ali” [Rio Botafogo, hoje Córrego Botafogo], demonstra como as desigualdades socioeconômicas se entrecruzam com a divisão social do trabalho entre homens e mulheres e se materializa espacialmente.

Outro depoimento, a seguir, reforça esta assertiva ao descrever a luta para conquistar o direito à moradia e, conseqüentemente, um pedaço de terra na nova capital de Goiás. Não só isso; do ponto de vista dos autores (2016, p. 59-60), ao falar com naturalidade das divisões das tarefas entre mulheres e homens, confirma a potência das práticas culturais na produção do espaço e, conseqüentemente, da vida:

Mutirão. Pra fazer mutirão nós juntávamos os pedreiros, fim de semana; quem não tinha nada, eles compravam o material. Ali no Botafogo, no Setor Universitário, nós invadíamos muito terreno e fazíamos casa para os operários. Juntávamos aquela turma de pessoas e fazíamos, invadíamos. Levávamos no sábado, no domingo à noite podia mudar, quando eles chegavam a casa já estava pronta. [...] Tinha um tal de Luizão, que era jagunço, e andava com outros dois jagunços – ele já morreu também – e chegava, queria derrubar. Os homens iam trabalhar, ficavam só as mulheres com os filhos, aí eles não derrubavam, porque só tinha criança. De noite, quando eles voltavam, o pessoal já saía da casa, pra eles não derrubarem a casa.

Acrescentam-se a este cenário a situação de violência e precariedade e os sentimentos de amargura e de decepção a que estas mulheres foram submetidas, conforme constatado por Pelá e Chaveiro (2016, p. 56) no relato de uma pioneira construtora, ao descrever os seus primeiros anos como moradora da Vila Nova:

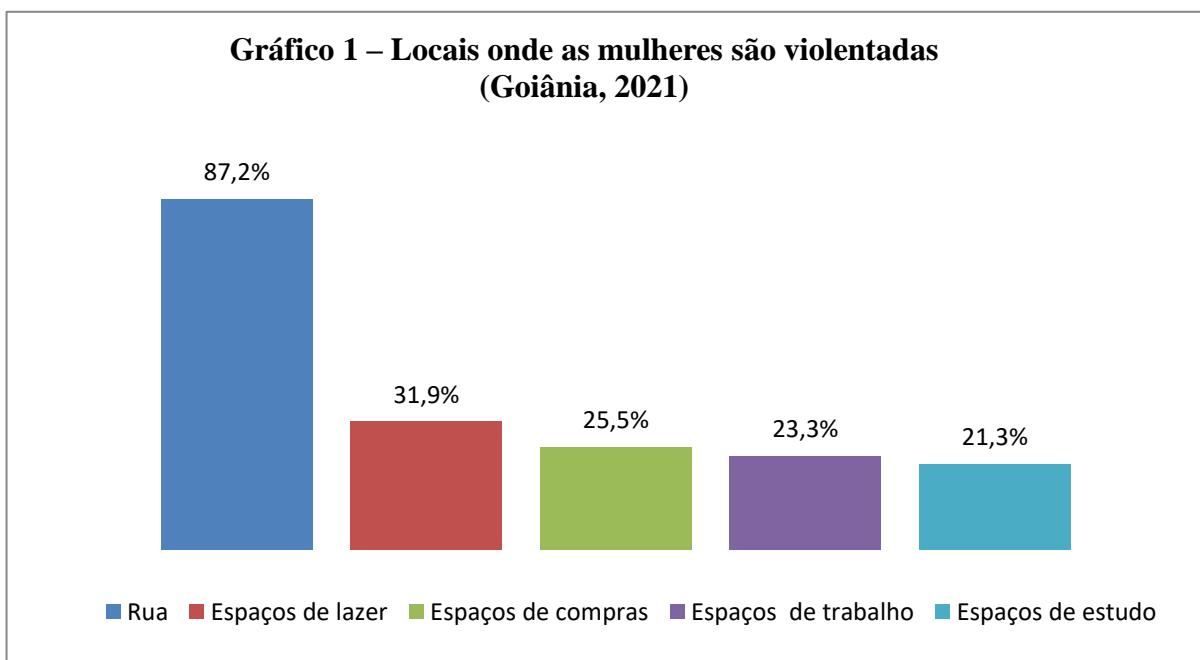
Aqui era um martírio. Eu chorei, porque saí da minha terra, sem conhecer ninguém, vim pra aqui pra esse lugar, prum barracãozinho que nem porta tinha; nós não podia por, pra falar a verdade. Com tanta gente matando, tiro na rua. Eu fiquei muito nervosa, muito assustada, entendeu? Não tinha rua. Era buraco. Quando chovia dava cada buraco nessa rua! Quando passava a chuva, era poeira que tinha que pó na tampa da panela, de tanta poeira. E eu chorava noite e dia. Arrependi milhões de ter casado. Saí da minha terra... Lá não era bom, mas aqui estava pior. Só de poeira, buraco, matança, sem conforto, não tinha rua, só tinha um trieiro. Formigueiro aqui na oficina era assim, faltava carregar nós. Matava os cachorros e escondia. Maldito mau cheiro, aquele maldito mau cheiro.

A imagem de Goiânia acima descrita é caótica e precária. Revela uma vida dura permeada pelo desencanto, medo, mau cheiro, insegurança, restrição ao espaço público e desigualdades socioespaciais, econômicas e culturais. Mais que isso: ao expor seu cotidiano

de vida, nos apresenta as linhas que formam a teia de aprisionamento das mulheres e como, na sociedade capitalista/patriarcal, a violência contra a mulher está diretamente relacionada com a cidade, com as desigualdades socioeconômicas e com as esferas de poder.

Tal violência, apesar dos avanços alcançados desde o final da década de 1970 e início da década de 1980 em decorrência do alargamento das discussões sobre o feminismo e da organização de movimentos sociais de mulheres que emergem desde década de 1980 – como o Centro de Valorização da Mulher, o Grupo Feminista de Estudo, o Núcleo Feminino da METAGO, o Centro Popular da Mulher, a Resistência Feminista, o Coletivo Feminista da PUC/GO, o Sarau das Minas, entre outros –, ainda perdura na cidade de Goiânia, conforme registrou a pesquisa “As mulheres e a produção do espaço urbano de Goiânia”, que realizamos em 2021.

Os dados revelam que 68% das mulheres entrevistadas já foram vítimas de violência e assédio em espaços públicos em Goiânia. O lugar de maior incidência é a rua, com 87,2% dos casos. Em segundo lugar, com 31,9%, estão os espaços de lazer, como bares, parques, shows, teatros, cafés, entre outros. Já em terceiro lugar, com 25,5%, foram apontados locais de compras como supermercados, lojas de vestuário, *shoppings centers* e feiras (Gráfico 1)³.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

³ A soma dos números ultrapassa 100% em virtude de ter sido possibilitada mais de uma resposta nas questões de múltipla escolha.

Esta cruel e indignante realidade de violência contra as mulheres em espaços públicos também é expressa em palavras e podem ser encontradas nas justificativas de algumas perguntas da pesquisa. Na que indaga se a respondente acha Goiânia uma cidade segura para mulheres: 78,5% disseram que não, 7,7% responderam que acham parcialmente e 13,8% falaram que sim. Entre as justificativas das que responderam ‘não’, uma das entrevistadas descreve: “uma mulher aqui precisa estar atenta o tempo todo. Com medo para caminhar na rua e andar no transporte público. Até dentro do trabalho. O assédio é constante”.

Pelá e Chaveiro (2021, p. 208) explanam que, em outro depoimento, o cenário de insegurança e assédio enfrentado pelas mulheres goianienses é robustecido, além de ficar evidenciado o desconforto e o sentimento de vulnerabilidade que elas sentem ao expor o seu corpo em público, bem como expressar o descrédito que elas têm nas instituições de segurança pública:

Não há segurança específica para mulheres, não me sinto segura na rua, de moto ou no transporte público, situações que meu corpo está exposto. Também não sinto segurança em procurar órgãos de segurança quando é necessário, pois eles não estão preparados, de forma geral, para lidar com as mulheres.

Duas questões chamam atenção neste testemunho. A primeira delas é que o corpo da mulher é sexuado na e pela cidade, tornando-a vulnerável nos espaços públicos e, conseqüentemente, fazendo-a sentir desconfortável, invadida e insegura. A segunda, diretamente relacionada com a primeira, é a falta de credibilidade das mulheres nas instituições de poderes do Estado, endossada pela baixa incidência e ineficácia punitivas em delitos cometidos por homens e pelo predomínio destes nesses contextos institucionais, homens estes, em sua grande maioria, constituídos culturalmente sob a égide do patriarcado e do capitalismo.

Fica nítido que, apesar de a modernidade e de a vida urbana terem proporcionado às mulheres mais autonomia socioeconômica e mais mobilidade pelas ruas das cidades, libertando-a do enclausuramento familiar e religioso, seu corpo permanece capturado pelas “velhas” estruturas econômicas e culturais. Ou seja, a despeito dos discursos e dos avanços conquistados por meio das organizações e lutas sociais, as mulheres continuam a ter o seu corpo marginalizado e controlado pelas instituições de poderes.

“Por ser conservadora [a cidade], os homens ainda acreditam ser donos das mulheres. Isso nos coloca no lugar de assediadas o tempo todo. Então se torna difícil andar pela cidade livremente”, atesta uma das entrevistadas, ao ser indagada sobre quais as dificuldades que as

mulheres enfrentam para viver em Goiânia. Outra participante, sobre o mesmo assunto, diz que “o conservadorismo faz com que a emancipação da mulher ainda tenha de ser uma luta diária. A sociedade cobra uma família-padrão, determinadas condutas da mulher e outras”.

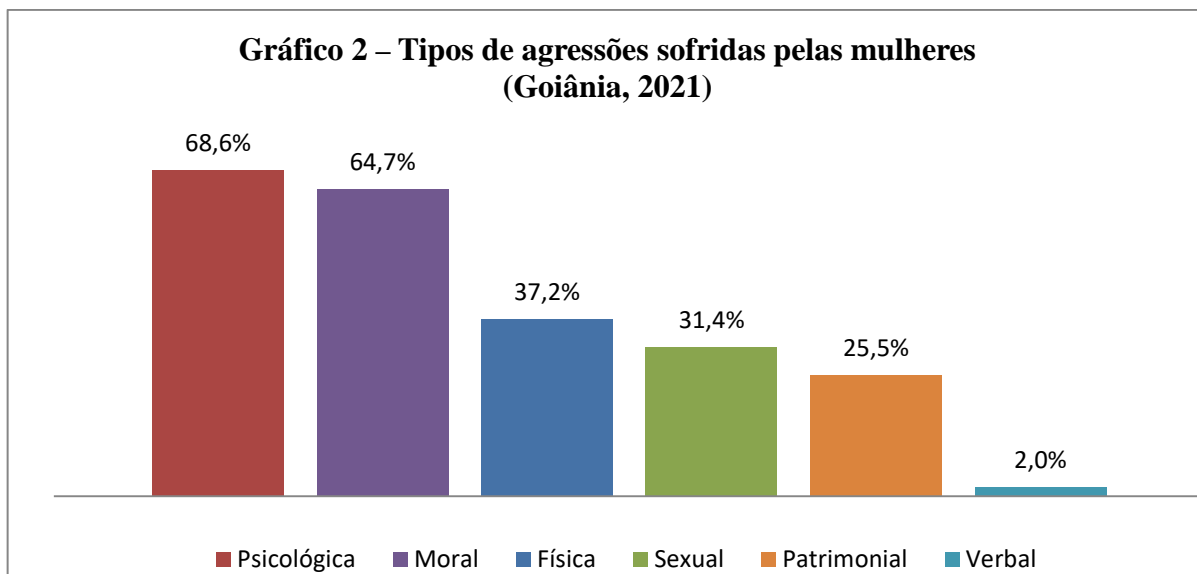
Os autores (2021, p. 208) destacam outro depoimento que apresenta outros componentes:

A falta de opções de lazer e espaços públicos que acolham o feminino e tragam segurança, pois não me sinto segura nem em voltar para casa depois da academia. [...] Já sofri assédio no ônibus 037 e não tinha uma delegacia perto que pudesse se comprometer com o caso. Isso me faz lembrar outro ponto importante que é a péssima estrutura de mobilidade urbana! Ônibus abarrotados de gente, que atrasam sempre e por falta de opções me fazia sempre ir incomodada, sentindo alguma importunação, como o assédio sexual que é um cara se sentir permitido a e te “encochar” em público. Eu acredito que esse problema é imaterial e envolve a cultura sertaneja que enaltece o patriarcado pela figura do homem bruto e sistemático que a gente vê isso nas baladas, nos comportamentos que impõem desafios às mulheres questionadoras da normatividade dessas relações, quase sempre machistas.

Uma análise inicial que pode ser extraída dos depoimentos e dados é que as mulheres não têm a garantia do direito básico de ir e vir nas cidades. A violência contra elas mina as suas subjetividades e as esmaece enquanto cidadãs de direito e, com isso, cria uma “pérfida”, mas potente, falta de possibilidades que tende a as sujeitar às “normas” urbanas sexistas que não proporcionam alternativas de vivenciar, vislumbrar e criar outras ações e relações humanas que possam transformar esta realidade de opressão.

Fica evidente que os mecanismos de controle não se limitam apenas aos seus corpos, como a objetivação do trabalho e da mais-valia; eles extrapolam a materialidade e se dilatam na formação das suas subjetividades. Não por acaso que, conforme pode ser constatado no gráfico 2, entre os tipos de agressão que sofrem as mulheres goianienses estão as violências psicológica, com 68,6%, e moral, com 64,7%, sendo estas as de maior incidência. Em seguida estão a violência física, com 37,2%, e a sexual, com 31,4%⁴.

⁴ A soma dos números ultrapassa 100% em virtude de ter sido possibilitada mais de uma resposta nas questões de múltipla escolha.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Em outras palavras, a violência contra as mulheres nos espaços urbanos, ao controlar e restringir, objetivamente, o seu movimento – elemento básico da vida e da existência humana –, adentra em sua subjetividade, promovendo o medo, a sujeição, a vitimização, a alienação, a revolta e tantos outros sentidos, percepções e cognições que passam a ser bases estruturantes em sua forma de sentir, perceber, pensar e agir no mundo. A conjunção destes fatores é constitutiva para que elas repitam e perpetuem o que está posto pelos códigos e normas dos poderes e, em consequência, tenham dificuldade de construir alternativas contra este emaranhado de opressão e violência a que são sujeitadas pelo capitalismo e pelo patriarcado.

Todo esse enredo gera e reflete a sua invisibilidade que, conforme mostraremos a seguir, materializa-se nos símbolos de Goiânia e, conseqüentemente, em virtude da forjada amnésia socioespacial e histórica acerca da sua condição de produtora da cidade, adentra no inconsciente coletivo e na subjetividade dos sujeitos goianienses.

3 GOIÂNIA: entre versos, símbolos e sexismo

Para iniciar este tópico, tomar-se-á como contribuição a seguinte afirmação de Abreu (1998, p. 86):

As classes mais poderosas não apenas construíram objetos mais duráveis, como foram também as criadoras das próprias instituições de memória, não raro estabelecidas exatamente para guardar as lembranças que aqueles que as instituíram consideravam importantes.

A asserção acima permite, juntamente com algumas proposições apontadas anteriormente, sustentar que a imbricação entre capitalismo e patriarcado, além de produzir espaços sexistas e conceitos machistas, também forja uma violenta invisibilidade das mulheres na esfera pública e, de efeito, cria uma amnésia histórica e socioespacial nelas e sobre elas. Tal fato clarifica e explica que as questões relacionadas à invisibilidade e à opressão contra as mulheres estão diretamente ligadas à luta de classes. Mais que isso, elas – a invisibilidade e a opressão – são produzidas e capilarizadas dentro das estratégias utilizadas pela classe detentora do poder para se apropriar da história e da memória urbana do processo de produção do espaço urbano de Goiânia.

Uma primeira constatação desses estratagemas advém de dois preceitos teóricos que embasam o “moderno” planejamento urbanístico e arquitetônico de Goiânia. Um é o da escola de Chicago que, entre outras concepções, promove a desnaturalização da análise da produção do espaço; o outro é o idealismo neo-hegeliano, que prega uma visão teológica e determinista da natureza, do espaço e da humanidade. Nestas concepções, os sujeitos existem a partir dos objetos e os objetos transformam-se em coisas e, em decorrência, a cidade ganha vida própria. É a coisificação tanto da humanidade como de seus processos produtivos, que terá como sustentáculos o idealismo e a ideologia, ambos essenciais para garantir a ilusão do predomínio da mercadoria sobre a obra.

Sendo assim, na opinião de Pelá e Chaveiro (2016), os processos (socioculturais, históricos e geográficos), as contradições e qualquer possibilidade de alteração da ordem estabelecida são eliminados, ou melhor, escamoteados. À vista disso, negam-se a materialidade e o movimento, bem como a própria vida, constituindo, assim, uma ilusória transformação da técnica, da racionalidade e da ciência em mitos e em dogmas. Ora, cidades e civilizações abrolhando das formas e do acaso nada mais são do que a “mágica” da ideologia anunciando o fim da história e a nascitura do divino mundo neo-hegeliano, que surge exaltando o produto final, mitigando o processo histórico da produção dos espaços urbanos e negando as contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

O que se constata é que as negações da materialidade, do movimento e da própria vida são estratégias de poder que visam naturalizar e, conseqüentemente, falsear e negar as desigualdades socioeconômicas, as contradições estruturais e culturais, a opressão, o conservadorismo e, acima de tudo, as mulheres como produtoras da existência humana. E, ao negarem a realidade, ditas estratégias forjam uma memória coletiva de que a cidade planejada no coração do Brasil por si só representaria o progresso e, com isso, apagaria o passado, a

história e a memória das contradições, dos conflitos e da participação das mulheres e dos trabalhadores na construção de Goiânia.

Contudo, as diversas e diferentes investigações já realizadas sobre o processo de construção de Goiânia apontam que a contradição entre o moderno e o tradicional foi um dos vetores da constituição da cidade, uma vez que a aparência da nova capital poderia ser moderna e cosmopolita, mas a sua essência carregaria traços tradicionais que se embasavam no modo de produção capitalista e na cultura patriarcal.

Duas questões balizam esta afirmativa. A primeira é que a criação de Goiânia está diretamente ligada ao projeto desenvolvimentista e de integração do Brasil que tinha como um dos objetivos a expansão do capitalismo via modernização do território. A segunda é que, tanto a elite construtora como grande parte da população da nova capital, seriam compostas por migrantes oriundos das cidades do interior do estado de Goiás, que tinham o coronelismo como principal prática política e sociocultural.

Sendo assim, não há como falar da cidade de Goiânia sem incluí-la em um projeto nacional e sem considerar as suas raízes rurais, uma vez que as forças produtivas, assim como os modos de produção e de vida, também são relações resultantes dos processos sociohistóricos e espaciais. A cidade, como realidade prático-sensível do espaço, é uma produção social. E como tal é que Goiânia se produz e reproduz em conexão com as forças produtivas e as relações de produção. Deste modo, a dicotomia criada entre rural e urbano é mais uma das estratégias de poder que tem gerado, de acordo com Souza (2019), uma espécie de urbanofilia⁵ contra uma ruralfobia.

O arquiteto e urbanista italiano Arnaldo Cecchini (2021) irá dizer que esta relação entre cidade e rural não é dicotômica, mas sim dialética. Primeiro porque, apesar de serem formas diferentes de vida, ambas são oriundas das ações antrópicas. Segundo o autor, a cidade, que hoje se apresenta como o lócus das atividades humanas, não sobrevive sem o campo porque “*ad reductio ad unum* das formas do espaço feito pelo homem é a premissa (e consequência) da crise da cidade, ligada à outra *reductio ad unum* que é sua causa primária, ou a aceitação do pensamento único como critério para governar as cidades” (*Id.*, 2021, p. 3).

As argumentações de Souza (2019) e Cecchini (2021) nos levam a inferir que para analisar a cidade é necessário ater-se ao processo de produção de socioespacial, e não apenas ao resultado de suas formas e conteúdos. O resultado não surge do nada, ele é proveniente das ações e relações humanas; por isso, o rural se imbrica nas formas e conteúdos da cidade. E

⁵ Segundo Souza (2019), urbanofilia é a tese que apresenta a sociedade urbana como a única possibilidade da vida humana.

acrescenta-se: estes conteúdos são reforçados pelo apego à tradição cultural e pela força da ideologia que tenta camuflar a realidade dos processos histórico, econômico e socioespacial.

Goiânia, como qualquer outra cidade erigida sob a égide do capitalismo e da modernidade, é um exemplo concreto de que o processo de desenvolvimento e urbanização do território brasileiro é conservador. Contudo, não se pode negar a dialética que existe nos conflitos, bem como a força da ideologia que não possibilita que o entendimento desta realidade esteja ao alcance de todos. A cidade representa para muitos o sonho de uma vida próspera e pujante, principalmente para os que têm uma vida dura e escassa de possibilidades no campo. No caso das mulheres, cresce-se a este sonho de melhoria financeira a busca da emancipação de sua existência, fazendo que tanto a cidade como o urbano se apresentem, para elas, como campo fértil de possibilidades e como contraponto ao patriarcado.

É exatamente aí que se encaixam as reflexões de Lefebvre (2008) sobre a representação do urbano como utopia e o porvir de uma nova sociedade. No sonho pela emancipação, as mulheres vislumbram, a partir da vida urbana, uma possibilidade de desconstrução de um modo de vida onde elas existirão sem a subordinação aos homens e a opressão enclausurante da cultura patriarcal. No entanto, como já apontamos, os vetores fundantes das cidades modernas (capitalismo e patriarcado), como é o caso de Goiânia, não possibilitam que as mulheres realizem este “sonho” em sua integralidade, já que a opressão exercida pela cultura patriarcal são mecanismos de controle utilizados para garantir que elas continuem a desempenhar a função social de acumulação das riquezas e de geração de força de trabalho.

Deste modo, fica evidente que a cisão entre rural e urbano é mais uma cortina de fumaça em torno da realidade, que tem como objetivo escamotear o que de fato há para ser averiguado, a saber, a luta entre os agentes que dominam econômica e culturalmente as cidades e os movimentos sociais e políticos que protestam contra este domínio. Esta reflexão remete às seguintes indagações: quais são os mecanismos e instrumentos que garantem esta imaginária “cisão” entre o moderno e o tradicional, que quase a tornam um axioma? Qual a relação desta cisão com a criação de um espaço urbano sexista que anula as mulheres como produtoras da existência humana?

Um primeiro argumento são as linguagens do poder. Nesse trecho do editorial “Um homem e Uma Obra”, que versa sobre a construção de Goiânia, é possível constatar esta assertiva:

Pelo papel a que está destinada a desempenhar em nossa economia, devido a sua esplêndida localização geográfica; pela função social que está exercendo, de integradora de nossos hábitos e costumes [...]; pela atuação política, que em consequência de tudo isso vai desenvolvendo, altamente nacionalizante, porque aproximando grupos populacionais variados, que aqui se amalgamam social e biologicamente, possibilitando a formação de uma democracia social e biológica, tão da essência do Estado Nacional, Goiânia se situa, no Brasil, como uma cidade ímpar, e o seu fundador adquire, por isso, o relevo dos gênios (REVISTA OESTE, 2001, p. 197).

Nas palavras de Chaveiro (2001), a matéria, publicada em julho de 1943 na revista oficial do Governo do Estado de Goiás, demonstra claramente como as linguagens do poder são utilizadas para construir toda uma atmosfera de novo, esperanças e oportunidades em torno da construção da nova capital de Goiás. Destaca-se a estratégia da criação de dois mitos: Pedro Ludovico, como o herói construtor, e Goiânia, como cidade-sujeito; ou seja, uma total inversão de sentidos, em que o objeto se transforma em sujeito e o sujeito só é visível no objeto.

O trecho destacado a seguir do artigo de opinião, “A praça e o monumento de Pedro Ludovico Teixeira”, de Alencar Filho (2015, p. 1), publicado no Jornal Diário da Manhã, em outubro de 2015, reforça estes argumentos, ao dizer:

Importante fazer o registro das personalidades de Goiás que de uma forma ou de outra iniciaram e marcaram o passado de uma época promissora para a força do presente pujante, construindo os primeiros pilares da infraestrutura goiana. Dentre tantos, nomeio Pedro Ludovico Teixeira, o pai de Mauro Borges Teixeira, um homem construtor dos tempos [...] e, segundo os anais da história goiana, o responsável, através de decreto governamental, pela mudança da capital de Goiás para Goiânia. Pedro Ludovico era médico por formação e político naturalmente moldados pelos sonhos e ideais formados pela bandeira da Revolução de 1930. Um sonho realizado por Pedro Ludovico, e nele, no mês corrente, comemora-se o aniversário da cidade de Goiânia, a capital do Brasil Central que hoje está com uma população estimada em 1.430.697 milhão de habitantes, segundo o IBGE.

Fica evidente que Goiânia também é tecida no verbo. Porém, não é qualquer verbo. É um verbo que, além de ser carregado de ideologia, também é sexista porque, ao se embasar em uma linguagem androcêntrica, que enaltece o masculino e exclui as mulheres dos discursos oficiais, promove o apagamento destas dos processos históricos e geográficos e, por conseguinte, cria um simbolismo cultural que transforma a diferença sexual em desigualdade social.

Segundo Bueno (2015), esta é uma forma de discriminação revelada da qual emerge o sexismo linguístico. Afinal, segundo a autora, o que não é nominado não existe. Por isso, o não dizer também é um modo de dizer, haja vista que aquilo que a linguagem omite é uma mensagem de exclusão ou de supressão de outros dizeres imagináveis. E o resultado deste

fenômeno é o encadeamento de uma amnésia histórica e sociocultural da memória das mulheres, principalmente as oriundas da classe trabalhadora nas cidades.

Este apagamento é mais um ato de violência contra a mulher. Excluí-la da história é condenar a sua existência a uma insignificância sem precedentes. Mais do que isso: é a completa negação de sua vida biológica e cultural que tem a capacidade e o poder de gerar outras vidas, riquezas, força de trabalho, enfim, de fazer parte do processo de produção social. O seu poder é temido e, por isso, “não basta” oprimi-la, queimá-la na fogueira, apedrejá-la, chamá-la de puta, excluí-la da vida pública: é preciso anular a sua vida e qualquer vestígio de sua existência.

Em suma, os registros históricos não são meras e pueris recordações, mas representações sociais, simbólicas e políticas feitas pelos diferentes sujeitos sociais da vida da cidade que revelam a imaterialidade como componente do espaço e de sua inserção no mundo. Como bem lembra Abreu (1998), a vivência da cidade dá origem a diversas memórias coletivas que podem ser distintas uma das outras, mas que têm como ponto comum a aderência a essa mesma cidade.

Deste modo é que, apesar da força da linguagem na formação da subjetividade humana, para que este processo de apagamento seja consistente é importante que seja materializado, haja vista que a objetivação da ideia em algo concreto e palpável é um fator importante de reforço ideológico e de desvirtuação da verdade. Em Goiânia esta estratégia, que consiste no segundo pressuposto que apresentamos, pode ser perceptível em seus símbolos de poderes.

Com efeito, acrescenta-se a este processo de apagamento da memória, por meio discurso ideológico e sexista, o uso dos códigos e dos símbolos do poder que foram materializados no espaço urbano de Goiânia. A espacialização das práticas socioculturais é algo inerente à condição humana e, desta feita, quando se “forja” outra significação cultural da realidade é necessário criar mecanismos de poderes consistentes que consigam camuflar o real processo do construto histórico e sociocultural.

As imagens a seguir, que retratam os Momentos ao Bandeirante, às Três Raças e a Pedro Ludovico Teixeira, corroboram com esta afirmativa.

Figura 1 – Fotos dos monumentos ao Bandeirante, às Três Raças e a Pedro Ludovico Teixeira – Goiânia/GO



Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

As fotografias simbolizam e complementam o que temos defendido sobre Goiânia ter o patriarcado, o conservadorismo e o sexismo como vetores fundantes de seu espaço urbano. A primeira imagem (fotografia à esquerda) retrata o Monumento ao Bandeirante, que se situa em uma praça que leva o nome de Attilio Corrêa Lima, arquiteto urbanista que projetou a cidade, e foi inaugurado em 1942 para homenagear Bartolomeu Bueno da Silva. Ora, a cidade criada sob a égide da modernidade e como símbolo de civilidade e progresso tem um escravista encravado nas suas duas principais avenidas centrais. Isso nada mais é que o velho vindo travestido de novo para escamotear as estratégias do poder, haja vista que a dubiedade é um excelente elemento para falsear a verdade.

Como se isto não bastasse, vinte e seis anos após, em 1968, é inaugurado no centro da principal praça da cidade – a Praça Pedro Ludovico Teixeira (mais conhecida como Praça Cívica) – o Monumento às Três Raças (fotografia ao centro), construído para homenagear a miscigenação entre as etnias branca, negra e indígena, que deu origem ao povo goiano. O irônico é que o monumento, que foi esculpido por uma mulher, a escultora Neusa Moraes, é retratado apenas por homens, o que reafirma as argumentações de que as mulheres na cultura patriarcal são subjugadas e, desse modo, são completamente alijadas da história oficial e dos processos simbólicos do poder.

Para reforçar ainda mais esta lógica de exaltação de poder dos homens e, conseqüentemente, de invisibilidade da mulher, em 2015 foi inaugurado, na mesma praça, um

monumento em homenagem ao herói construtor de Goiânia: Pedro Ludovico Teixeira (fotografia à direita). Este monumento, além de exaltá-lo como o dito herói construtor, também simboliza as contradições e as imbricações entre moderno e tradicional, rural e urbano, campo e cidade, bem como o processo de ‘sexuar’ a cidade, que vai sendo constituído.

A insegurança, o medo de andar nas ruas, a dificuldade de romper com a cisão entre o público e do privado, entre outros elementos que violentam a existência das mulheres, são reforçados nos/pelos símbolos de Goiânia. Afinal, os objetos, como bem elucida Barthes (2001) ao se referir sobre a sua semântica, são o agir da humanidade sobre o mundo, modificando o mundo, estando no mundo de maneira ativa; o objeto é uma espécie de mediação entre a ação e a humanidade e, portanto, não é inócuo: sempre fornece sentidos.

Os sentidos que os discursos oficiais e os monumentos aqui apresentados nos fornecem é de uma cultura conservadora que tem na figura do homem o símbolo do poder. Não por acaso que 90% das mulheres que entrevistamos consideram Goiânia uma cidade machista. Pelá e Chaveiro (2021) testificam que a ruralidade que nos é apresentada é a da tradição do domínio do masculino e da sujeição da mulher, ao ponto de uma das participantes da pesquisa, ao responder se considerava Goiânia uma cidade machista, afirmar:

Bastante, inclusive pretendo sair daqui quanto antes por isso. A cultura goiana colabora com os comportamentos machistas que nós mulheres observamos nos bares, na rua, no ônibus e a falta de lugares adequados para assegurar as mulheres e deixá-las confortáveis corrobora com a estrutura machista. A ruralidade envolvida na produção do mapa econômico pela exploração de recursos naturais a partir do agronegócio amplifica esses problemas sociais [...].

Os autores (2021) acrescentam que, em outra resposta sobre o machismo de Goiânia, a depoente expõe os processos de objetivação da mulher enquanto mercadoria e de discriminação no mercado de trabalho.

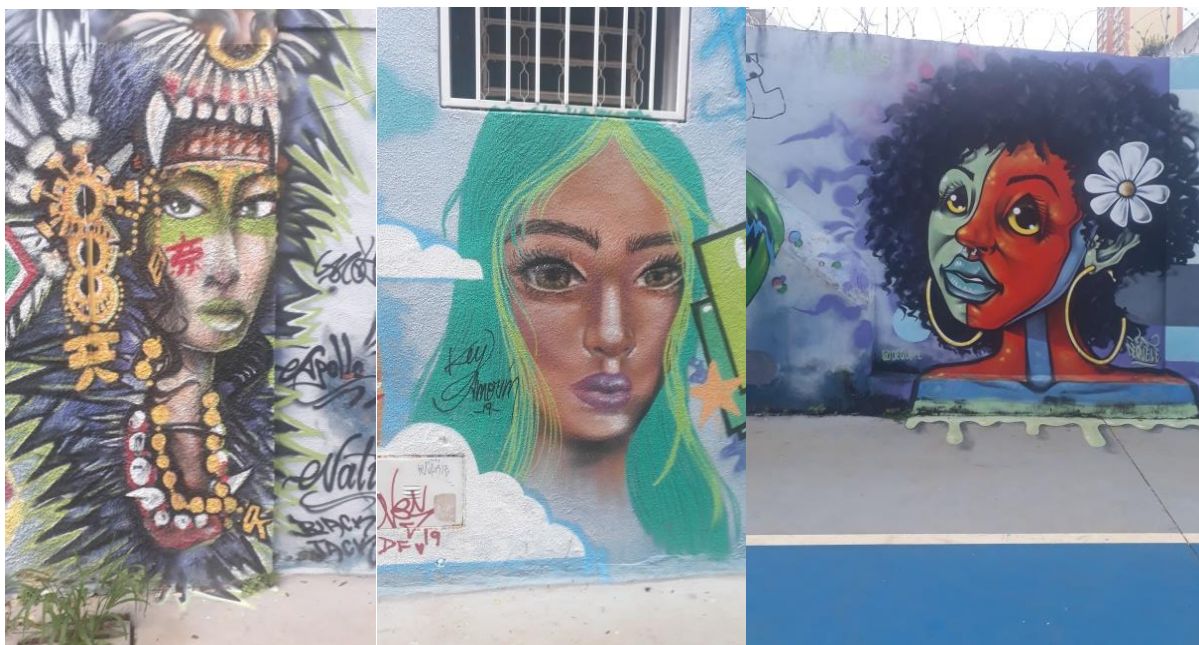
[...] Há um incentivo ao consumo feminino e a venda de Goiânia como lugar de “mulher bonita”. Eu já coloquei *insufilm* em um carro que eu tinha por conta de preconceito, vários homens se sentiam no direito ou de me xingar ou de dar em cima de mim no trânsito por ser mulher. No mercado de trabalho predomina uma figura de que a mulher não tem competência, precisa ter um respaldo masculino. Então sim, Goiânia é muito machista ainda, essa “capital com cara de interior” é um efeito que até hoje as pessoas propagam como algo positivo, mas é uma grande farsa. Não vejo a cidade como acolhedora.

Infelizmente, pela ótica oficial e de poder, a cidade da prosperidade, do novo e do avanço está longe de ser vivida e desfrutada pelas mulheres com igualdade de poderes. Na

verdade, ela as exclui, mas, contraditoriamente, não as descartam, haja vista que sua mão de obra é imprescindível na produção social e econômica das riquezas da cidade. Por isso, os artifícios de poder e controle, como a violência, a invisibilidade, a exclusão socioespacial e a opressão, são contra elas tão utilizadas, já que visam a negação do seu ser e o enfraquecimento de sua existência enquanto sujeitos históricos que são, por direito e fato.

A título de exemplo, pois aprofundaremos este assunto em outro trabalho, gostaríamos de ressaltar que este processo é dialético. Existem reações contra esta opressão, pois as mulheres, como qualquer outro ser humano, não são passíveis de alienação total. Elas reagem, organizam-se, lutam pelos seus direitos de desfrutar a cidade e pela conquista de sua emancipação, ressignificando assim os códigos e os símbolos que as oprimem e tentam apagar sua história e sua memória socioespacial. Pouco a pouco, elas estão se transformando e transformando os traços e os compassos que insistem em excluí-las de qualquer representatividade pública. As imagens a seguir, que fazem parte dos grafites que compõem a Galeria de Arte Urbana, inaugurada em 2019, na Rua do Lazer no Centro de Goiânia, sinalizam esta luta e estas transformações.

Figura 2 – Grafites de mulheres. Galeria de Arte Urbana – Goiânia/GO



Fonte: Elaboradas pelos autores (2021).

As imagens, ao retratar as mulheres se colocando no espaço com todas as suas diversidades, as tornam representações sociais, criando, assim, meios de pertencimento ocupacional das cidades, sejam eles por meio da fala, da escrita, das representações culturais e

artísticas, seja pelas lutas emancipatórias via movimentos sociais. Elas também anunciam os indícios das transformações da ordem estabelecida demonstrando que o movimento da vida não se dobra à norma. Ele, o movimento, é como a água doce e mansa, mas persistente, que vai dia a dia, de forma lenta e constante, remodelando as formas e os conteúdos da pedra. Em Goiânia também é assim. Pouco a pouco vão-se abrolhando os espaços de sublevação que, de uma forma ou de outra, estão imprimindo outra ordem na dinâmica socioespacial da cidade.

4 CONSIDERAÇÕES EM MOVIMENTO

As considerações e reflexões que apresentamos neste trabalho nos possibilitou alargar o nosso olhar e entendimento sobre algumas questões específicas que balizam o espaço urbano de Goiânia.

A primeira versa sobre como a imbricação entre o modo de produção capitalista e o modo de vida, baseado na cultura do patriarcado, se completam e se materializam nos conteúdos e na dinâmica socioespacial de Goiânia. A segunda, que está diretamente conectada com primeira, pressupõe que é desta imbricação, entre capitalismo e patriarcado, que se vislumbra o que Calió (1991) denomina de “sexuar a cidade”.

E a terceira é a compreensão de como a violência contra as mulheres é uma das mais letais armas que o modo de produção capitalista e a cultura de patriarcado promovem e usam para garantir a sua perpetuação. Em síntese: o sexismo urbano é necessário para a manutenção da sociedade capitalista e da cultura patriarcal, e a violência contra mulher é uma de suas principais molas propulsoras.

Afinal, a humanidade que temos e vivenciamos é fruto das nossas experiências cotidianas e, deste modo, que não há como separar, tampouco hierarquizar a relação entre mulher, cidade e vida urbana. Esta relação entre objetivo e subjetividade é dialética: não se excluem, se pressupõem. Sendo assim, este sexismo se revela de várias formas no cotidiano de vida das mulheres goianienses, seja alijando-as por meio do medo e da violência dos espaços públicos, seja disseminando uma cultura patriarcal e machista que difunde a ideia de que o lugar da mulher não é a rua, mas a casa.

Em outras palavras, a violência gera o medo e, juntos, esses elementos abastecem o sexismo urbano e a cultura patriarcal que, de sua feita e conseqüentemente, anulam a mulher dos espaços e poderes públicos.

Trata-se de um importante enunciado com vistas a compreender a origem e o porquê desta distinção e fragmentação entre o público e o privado que, além de altamente nocivo e violento para as mulheres, é um dos fatores que contribui para promover a sua invisibilidade e a expropriação da sua força de trabalho. A fragilização e o aniquilamento social, político e econômico das mulheres da vida pública são imprescindíveis para garantir a sua dominação e exploração pelos homens.

Contudo, como apontamos, a vida e a humanidade estão em um movimento ininterrupto e constante, transformando e ressignificando cotidianamente os nossos sentidos, percepções, pensamentos e ações no mundo e sobre o mundo. Este movimento é que indica que a humanidade não é passível de alienação total. Ela resiste e luta para garantir as suas necessidades e os seus desejos supridos. Contudo, enquanto durar a opressão de um ser humano sobre o outro, haverá disputas de poderes travadas pelos que não concordam com esta lógica ilógica sexista, opressora e de invisibilidade das mulheres.

Desse modo, é importante ressaltar que há décadas esta lógica de poder vem sendo combatida e corrigida pelas próprias mudanças socioculturais e, como efeito, socioespaciais, que algumas mulheres, ao lado de homens que acreditam na construção de uma realidade urbana pautada no respeito à diferença, na diversidade e na distribuição equânime das riquezas produzidas coletivamente, estão construindo cotidianamente.

Ao lutarem contra o assujeitamento, a opressão, a submissão e se adentrarem nos espaços políticos e econômicos antigamente reservados apenas aos homens, elas passam a construir outras formas vida na e pela cidade que alteram, paulatinamente e em um movimento constante, as suas formas e os seus conteúdos. É a vida em seu movimento contínuo e ininterrupto, modificando as normas, os códigos e a própria existência.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, Série I, v. XIV, Porto, 1998, p. 77-97.

ALENCAR FILHO, A. **A praça e o monumento de Pedro Ludovico Teixeira**. 2015. Disponível em: <https://www.dm.jor.br/opiniao/2015/10/praca-e-o-monumento-de-pedro-ludovico-teixeira/>. Acesso em: 2 mar. 2021.

BARTHES, R. **A Aventura Semiológica**. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BUENO, A. L. D. A produção do sexismo na linguagem: gênero e poder em dicionários da língua portuguesa. **Simpósio Internacional de Educação Sexual**: feminismos, identidades de gênero e políticas públicas, UEM, abr. 2015. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2015/674.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

CALIÓ, S. A. **Relações de gênero na cidade**: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana. 177 p. Tese (Doutorado em Geografia Urbana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP, 1991.

CECCHINI, A. *Vita di città, vita di campagna*. 2021. Disponível em: <http://www.multiversoweb.it/rivista/n-13-due/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CHAVEIRO, E. F. **Goiânia**: uma metrópole em travessia. 321 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP, 2001.

CHAVEIRO, E. F.; BARREIRA, C. C. M. A. Cartografia de um pensamento de Cerrado. In: PELÁ, M.; CASTILHO, D. (Orgs.) **Cerrados**: perspectivas e olhares. Goiânia: Editora Vieira, 2010. p. 15-33.

DARKE, J. *The Man-Shaped City*. In: BOOTH, Chris; DARKE, Jane; YEANDLE, Sue (Comps.). **Changing Places. Women's Lives in the City**. Londres: Sage, 1996, p. 88 (*el énfasis me pertenece*).

FEDERECI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres corpo e acumulação primitiva. Tradução de coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

KERN, L. *'Upward-thrusting buildings ejaculating into the sky' – do cities have to be so sexist?* **The Guardian**, 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/artanddesign/2020/jul/06/upward-thrusting-buildings-ejaculating-cities-sexist-leslie-kern-phallic-feminist-city-toxic-masculinity?fbclid=IwAR1bYNoVjmMKEoPyoOQuffRiyhh7Eq0zpw1njvNte15JXNxEFvxBCHoRHdc>. Acesso em: 7 mar. 2021.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital [1867]. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

PELÁ, M. C. H. **Goiânia**: o mito da cidade planejada. 165 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa) da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/GO, 2009.

PELÁ, M. C. H.; CHAVEIRO, E. F. **As mulheres e a produção do espaço urbano de Goiânia**. Questionários de pesquisa de Pós-doutorado em Geografia do IESA-UFG. Google Forms, 2021.

PELÁ, M. C. H.; CHAVEIRO, E. F. As mulheres na produção socioespacial de Goiânia: invisibilidade e sexismo. **Ateliê Geográfico**, v. 15, n. 2, p. 202-218, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ag.v15i2.70240>.

PELÁ, M. C. H.; CHAVEIRO, E. F. **Uma nova (des) ordem nas cidades**: o movimento dos sujeitos não desejados na ocupação de Goiânia, Brasília e Palmas. Aparecida de Goiânia: Faculdade Alfredo Nasser, 2016.

REVISTA OESTE. **Um homem e uma obra**. Goiânia: Agepel, 2001. CD-Rom.

SOUZA, M. L. Seria a cidade, em si mesma, uma solução? **Passa Palavra**, 30 set. 2019. Disponível em: <https://passapalavra.info/2019/09/128457/>. Acesso em: 2 mar. 2021.

VIEIRA, C. A. **Imagens reveladas, diferenças veladas**: relações de gênero na dinâmica do espaço público na cidade do Salvador, Bahia. 282 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador/BA, 2013.

**OS DIREITOS HUMANOS E A VISÃO DE JUSTIÇA EM TEMPOS PANDÊMICOS:
análise crítica da representação social**

Cinthya Amaral Santos¹

Humberto César Machado²

Renata Assumpção Marmori Cruccioli³

Ana Valéria de Jesus Ribeiro Miranda⁴

RESUMO: O presente artigo tratou da representação social dos direitos humanos em tempos de pandemia de Covid-19. O objetivo principal foi verificar qual a representatividade dos acadêmicos, profissionais da área da saúde e professores em relação às normas fundamentais violadas durante esse período pandêmico e de isolamento social. Foram entrevistadas 166 pessoas, não identificáveis, dentre as profissões citadas, que responderam uma pergunta discursiva sobre quais os fundamentos que, para elas, foram sobrepujados durante esse período. Para a discussão e análise dos resultados, foi utilizado o software Iramuteq, empregando a tabela de classes chamada de CHD. A partir dos resultados, verificou-se que as palavras mais evocadas foram: liberdade, igualdade, segurança, saúde e educação. Todas se interligaram ao princípio máximo que rege o ser humano, a dignidade da pessoa humana. Foram geradas quatro classes de palavras, distribuídas da seguinte forma: a primeira interligada com a segunda, e as duas ligadas à terceira. Essa última, por fim, ligada em conjunto com a quarta, que se resumiu no bem-estar da população de modo geral, representado por todos os direitos das outras classes, citados acima. A possível perspectiva representacional aqui estudada teve como conclusão a falta de liberdade, a qual levou à quebra da justiça no sentido da violação do princípio da dignidade humana.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia. Justiça. Normas. Dignidade.

¹ Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestre em Sociedade, tecnologia e meio ambiente pelo Centro Universitário de Anápolis. Especialista em Direito Constitucional e Eleitoral (UCG) e Docência Universitária (UCG); graduada em Direito (UniEvangélica - 1997). E-mail: camarals2013@gmail.com.

² Pós-Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO (2016); Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO (2013); Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO (2006), Especialista em História pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2002), Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (1996), Graduado em Pedagogia pela ISCECAP (2018), Elemento Credenciado Fatores Humanos e Prevenção de Acidentes Aéreos pelo CENIPA (Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos), Professor Coreógrafo e Dançarino de Salão; Membro do Comitê de Ética e Pesquisa e Professor do Centro Universitário Alfredo Nasser - UNIFAN e professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). E-mail: humberto.cesar@unifan.edu.br.

³ Mestra em Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica - 2011). Especialista em Controladoria e Finanças pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2002), em Linguística Aplicada a Língua e a Literatura pela Faculdade Apogeu (2012), em Direito Empresarial pela LFG (2014). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Goiás (1999), em Direito pela UniEvangélica (2009). Licenciada em Pedagogia pela Fundação Antares de Ensino Superior - Faespe (2014). E-mail: remarmori@gmail.com.

⁴ Graduada em Direito pelo Centro Universitário de Goiás (2013) e em Farmácia e habilitação em Bioquímica pela Faculdade Objetivo (1995).

ABSTRACT: This article dealt with the social representation of human rights in times of the Covid-19 pandemic. The main objective was to verify the representation of academics, health professionals and professors in relation to the fundamental norms violated during this pandemic and social isolation period. One hundred and sixty-six people were interviewed, unidentifiable, among the professions mentioned, who answered a discursive question in which they asked, in their view, which foundations for them were surpassed during this period. For the discussion and analysis of the results, the Iramuteq software was used, using the class table, called CHD. From the results, it was verified that the most evoked words were freedom, equality, security, health and education and all were connected to the maximum principle that governs the human being, the dignity of the human person. Four classes of words were generated, distributed as follows, the first interlinked with the second, and the two linked to the third. The last one, finally, linked together with the fourth, which summed up in the general welfare of the population, represented by all the rights of the other classes, mentioned above. The possible representational perspective studied here had as conclusion the lack of freedom, which led to a breach of justice in the sense of violating the principle of human dignity.

KEYWORDS: Pandemic. Justice. Standards. Dignity.

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em direitos, pensa-se em normas, regras de conduta que regem uma sociedade. A adjetivação em fundamentais traz um conceito baseado na proteção humana, no que diz respeito à dignidade que deve ser preservada, pois, para se viver em sociedade, é necessária a relação harmônica entre o Estado e o povo.

Esses são uma razão para agir ou o poder que o cidadão tem de exigir do outro um determinado comportamento, seja em relação ao Estado, como em relação à sociedade. Há vários tipos de normas, que estabelecem essas garantias e permeiam o documento maior de um país, que é a Constituição Federal. Deve haver uma reciprocidade, pois todos tem o direito de cobrar o cumprimento dos mesmos, como um compromisso legal.

Esse estudo vem com o objetivo de analisar quais os direitos que foram violados durante o período da pandemia da Covid-19, que ainda não acabou, mas teve momentos de maior gravidade, em que foram determinados o isolamento social e o distanciamento entre as pessoas. Para essa abordagem, utilizou-se da teoria das Representações Sociais, que são aqueles conjuntos de crenças e de explicações que determinados grupos indicam em sua interação social.

Tal estudo tem como finalidade tornar algo, muitas vezes desconhecido, em familiar, e, a partir desta ótica, ser capaz de classificar conceitos e nomes a partir de um determinado fenômeno e valores. Sendo assim, a pesquisa teve como foco utilizar os momentos de

insegurança e de quarentena pelos quais o povo brasileiro passou e pesquisar na visão de acadêmicos, profissionais da área da saúde e professores quais os direitos fundamentais que lhes foram violados a fim de tentar encontrar uma possível representatividade entre esse grupo escolhido aleatoriamente.

Para a análise dos resultados alcançados (as respostas dadas por 166 sujeitos, distribuídas em 25 blocos), foi utilizado o Software Iramuteq, que gerou quatro classes de palavras esquematizadas em cores diferentes para melhor visualização. A partir da discussão das respostas, pelo sistema, as classes mostraram palavras mais evocadas e que se interligam, sendo elas direitos como liberdade, igualdade, segurança, saúde e educação. Na ligação entre esses vernáculos, deu-se uma união central ao princípio maior que o respeito à dignidade da pessoa humana.

O Brasil e o restante do mundo ainda vivem uma pandemia, agora com uma nova descoberta de mais uma variante do vírus original, a *omincron*. Quando da realização desse estudo, o país passava pelo pior momento da pandemia, o que gerou maior rigor no isolamento social. Por isso, a importância da pesquisa, que primou pela análise minuciosa de todos os dados coletados.

Várias concessões já foram feitas pelos fatores econômicos, sociais, trabalhistas e políticos. Mas, dentro da perspectiva dessa consulta, foi importante concluir que o ser humano, mesmo sabendo da importância das medidas que foram tomadas, sentiu-se violado, o que possivelmente moldou uma representação social. Para os sujeitos que responderam ao questionamento proposto por este estudo, a falta de liberdade e a igualdade foram as palavras centrais, as quais fizeram com que os outros fundamentos citados fossem violados e todos unidos levam a dignidade ao ponto central de todos os direitos humanos.

2 DA TEORIA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

O conceito dessa teoria foi resgatado da vertente sociológica da psicologia existente na Europa. Esse tipo de estudo marca uma mudança nas tradicionais pesquisas realizadas nos ramos da Psicologia Social, que se baseavam no behaviorismo, com a verificação de comportamentos.

Para Moscovici (1976), os conteúdos implícitos na área das atitudes humanas foram pouco trabalhados. A partir disso Moscovici em seus estudos resgata esses conceitos

sociológicos e psicológicos para empreender a definição dessa ordem, como um conhecimento particular que terá a função de comunicação entre os indivíduos.

Quando se pensa nessa teoria, busca-se a compreensão do processo de construção da realidade social, defendido por Berger e Luckmann (1973), que também afirmam que a sociedade é um produto social, uma reelaboração humana. Três anos depois, Moscovici (1976) estuda novamente o conceito de representação coletiva, idealizado por Durkheim, e afirma que o sociólogo pensava em uma classe de conhecimento e crenças, entre elas a religião e a ciência.

A partir dessa perspectiva é que esse autor definiu a representação social, a qual estaria destinada a interpretar e construir o real, ou seja, determinar campos de comunicações. Jodelet (1984) definiu-a como uma forma de conhecimento específico, o que é chamado de senso comum. Os pensamentos são manifestações generativas e funcionais, e designam um discernimento da sociedade. Acrescenta ainda ser uma comunicação e compreensão existente em um domínio social, onde circulam e interagem com o mundo e com os outros.

No entendimento de Moscovici (2003), elas são de suma importância para as práticas sociais e contribuem para a construção de uma realidade, quando se formam em conjunto têm repercussão direta com o grupo que foi estudado. Os comportamentos, atitudes e modos de agir formam estruturas individuais que são determinadas pelo tempo e espaço.

O mesmo autor afirmou que elas são determinantes para delimitar e compreender o mundo. Por isso, não se pode deixar de lado o sujeito que acredita naquela cultura, envolvido em um determinado contexto histórico, social, político e econômico. Acrescenta ainda que se cria, a partir dessa teoria, uma mediação entre o ser individual e o conjunto social, e assim se cumpre importantes funções.

Abric (2008) identificou essas funções, totalizando quatro, sendo a primeira a de saber, que permite a compreensão da realidade e facilita a comunicação. A identitária é a segunda, e define a identidade, o que protege as especificidades de cada grupo. Nesse estudo, trata-se de acadêmicos, professores e profissionais da saúde. A terceira, de orientação, vem para orientar as práticas, adequando-as a situações diferentes e filtrando as informações. Por fim, a justificadora, que explica as condutas dos sujeitos quando tomam as decisões em relação aos pensamentos individuais.

Arruda (2002) defende que constituem como uma espécie de fotossíntese cognitiva, que trazem à tona, quando metabolizam a luz do pensamento, em novidades no pensar e perceber o mundo. Esse entendimento é devolvido ao mundo como juízos, definições e classificações. A autora faz uma analogia com as plantas, explicando que como esses seres

essa energia colore, singulariza, pois há uma intensa troca através de mecanismos complexos que se constituem em um ciclo de renovação da vida.

A partir das representações, são expressos vários significados que, possivelmente, estão relacionados à realidade vivenciada por aquele grupo de pessoas. Esse estudo busca conhecer essas ideologias, em tempos de pandemia, no que se refere à justiça e aos direitos humanos, ou seja, o laço entre o sujeito e o que ele conhece.

Conforme Ferreira (1975), a representação é uma forma de conhecimento, cujo conteúdo concreto é apreendido pelos sentidos, pela imaginação, o que em resumo indica a reprodução daquilo que se pensa. Isso vem dos estudos sobre ideologia, bem como relativismo cultural que abriram caminho para o paradigma do construtivismo. Assim, esse conceito se baseia em forma de conhecimento prático, o senso comum.

O mesmo autor ainda aborda que esse saber é formalizado, pois já ultrapassou o limiar epistemológico e a lapidação final se enuncia através da definição de normas de verificação e coerência. Existe um contratase entre os que pensam que os conhecimentos são apenas projeções, mesmo se formalizados ou não e procuraram assim a superar a ciência e o senso comum, passando a mostrar essas construções como determinações sócio-históricas que acontecem em épocas específicas.

Jodelet (1989) argumenta que o sujeito pode ser produto ou produtor da realidade social, tornado como indivíduo ou grupo na construção da representação social. Isso vem mostrar que essa teoria é uma edificação do cidadão, enquanto ser social, e que não apenas determina os pensamentos ao seu redor, mas também os produz independentemente, pois o que se pensa é construído de forma contextualizada e está sujeita as condições de onde surgem e circulam.

A mesma autora ensina que essa tese deve ser estudada com a articulação de elementos de afeto, junto com os mentais e sociais. E deve integrar o conhecimento, a linguagem e a comunicação, que são geradas nas relações entre as pessoas. É justamente essa ligação que pode afetar a representatividade social e a realidade material, social e ideal sobre as pessoas as quais elas intervêm.

3 DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

No Brasil, os direitos humanos estão normatizados na Constituição Federal de 1988, no título II, e são considerados as normas centrais do ordenamento jurídico brasileiro. Todos

aqueles que estão submetidos à ordem constitucional, ao Estado e à sociedade, devem estar protegidos por essas regras.

Este artigo estuda a visão representacional dos sujeitos escolhidos de forma aleatória, no sentido de verificar quais direitos podem ter sido violados durante a pandemia da Covid-19, bem como a atuação da justiça na condução da proteção contra as arbitrariedades do Estado.

3.1 Conceito de direitos humanos

De acordo com Castilho (2018), muitos doutrinadores entendem que os termos “direitos humanos” e “direitos fundamentais” equivalem a mesma expressão. O autor mostra que, apesar de aparentarem semelhanças, possuem significados distintos. O primeiro, objeto de estudo desse artigo, está relacionado às ideias de reconhecimento e de proteção, o que o segundo não tem, pois trata apenas das normas legais inseridas em um texto, mas já inerentes à condição humana. Além do que, para a conquista dos direitos humanos, houve sacrifícios, pois eles não foram dados, mas revelados à medida que a sociedade se consumava e crescia.

Alguns autores fazem uma distinção entre os dois conceitos. Marcelo Freire Sampaio Costa (2010), fala que os direitos fundamentais possuem um sentido preciso, restrito, e está desconectado da ideia de atemporalidade, pois estão juridicamente normatizados na esfera positiva que determina um Estado. Já os direitos humanos assumem um contorno mais amplo, pois se voltam para previsões declarativas, publicadas em convenções internacionais e que tem a característica da perenidade.

Santos (2004) reflete que o conceito de direitos humanos indica valores atribuídos, inatos; imanescentes à pessoa e gerado pelo fato de ter vindo ao mundo com essa qualificação jurídica. Direitos humanos são pertencentes à essência e à natureza humana, por isso não podem, simplesmente, aparecerem e desaparecerem em quaisquer circunstâncias.

Herkenhoff (1994, p. 30) ensina:

Por direitos humanos ou direitos do homem são, modernamente, entendidos aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e de garantir.

No contexto brasileiro, o jurista Alexandre de Moraes (2011) considera que os direitos humanos são normas necessárias e eles devem ser colocados em todas as Constituições. A

finalidade é consagrar o respeito à dignidade e limitar o poder do Estado para que haja o desenvolvimento pleno da personalidade humana.

Segundo João Baptista Herkenhoff (1994, p. 30),

Por direitos humanos ou direitos do homem são, modernamente, entendidos aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e de garantir.

Beltramelli Neto (2014) salienta que o grande objetivo dos direitos humanos é a proteção da dignidade da pessoa humana, incluindo entre eles os valores da vida, liberdade, segurança, propriedade, dentre tantos outros. Eles têm a função de promover a pessoa e lhes dar condições de realizar-se plenamente, bem como de se emancipar. Ter uma condição digna é o norte para a normatização das normas fundamentais, tanto publicadas em tratados internacionais como nas Cartas Magnas dos Estados.

3.2 Das gerações dos direitos

A partir da análise conceitual, Karel Vasak, citado por Ramos (2019), idealizou as “gerações de direito”. Elas são divididas, atualmente, em quatro. Essa divisão foi apresentada por esse autor em uma conferência ministrada no Instituto Internacional de Direito Humanos, na cidade de Estrasburgo, em 1979, tendo como inspiração o lema liberdade, igualdade e fraternidade, originário da Revolução Francesa.

O mesmo autor ensina que a primeira geração de direitos são as liberdades, os que constam em primeiro plano nos textos normativos constitucionais, tais como os direitos civis, políticos. Eles têm como marco inicial as revoluções ocorridas no século XVIII, tais como a Americana e a Francesa. Equivalem a prestações negativas, em que o Estado tem o dever de proteger a esfera de autonomia do indivíduo.

Moraes (2011) menciona que provém do Estado Liberal e correspondem assim aos direitos individuais, políticos e a nacionalidade. Parte da Nação o dever de abstenção e visa a proteger a esfera pessoal de cada cidadão. Inibe qualquer atuação do Poder quanto a cumprir ou deixar de cumprir suas obrigações.

Schmitt (1928) assevera que os de segunda geração, que são classificados como os sociais e econômicos, surgem durante a Revolução Industrial, mas não só em decorrência de uma maior participação dos cidadãos nas tomadas de decisões, mas também pelos

movimentos sociais que buscavam resguardar as liberdades públicas. A consagração desses direitos ocorreu no século XX com as Constituições do México de 1917 e da Alemanha, Weimar, de 1919.

A definição de terceira dimensão já reflete um conjunto de normas tais como a paz, o desenvolvimento, o patrimônio comum da humanidade e o meio ambiente. Todos esses teriam como objetivo traçar o terceiro pilar da Revolução Francesa, a fraternidade. Celso de Mello (2010) explica que são aqueles que se consagram também na solidariedade, e constituem um momento de desenvolvimento e de reconhecimento dos direitos humanos, ou seja, aqueles valores fundamentais indisponíveis.

Paulo Bonavides (2003) os definiu como aqueles que se destinam à proteção dos interesses de um grupo ou sujeito específico. O primeiro destinatário é o homem, no momento em que, se afirma a supremacia da existencialidade concreta. Destacam-se entre eles, o desenvolvimento, a comunicação, meio ambiente, conservação do patrimônio cultural e histórico da humanidade, dentre tantos outros.

O quarto pilar seriam aqueles fundamentos relacionados à globalização, à democracia, à informação, ao pluralismo e à bioética, defendidos pelo autor (2017), como a quarta geração dos direitos. Equivale a uma participação direta do povo, inclusive fiscalizatória, para que se veja uma concretização melhor do Estado em relação ao cumprimento dos direitos humanos.

Apesar de existir uma divisão doutrinária em gerações ou dimensões de direito é preciso especificar que não há hierarquia entre eles, ou sucessão. Todos devem ser tratados como valores que são indivisíveis e interdependentes. Não houve uma ordem cronológica quando do surgimento dessas vertentes, inclusive há uma tendência da doutrina moderna na defesa da possibilidade de acumulação de direitos, por isso, na atualidade o uso da nomenclatura dimensão ao invés da primeira citada no parágrafo.

3.3 Da justiça e os direitos humanos

Com base nas ideias de Ross (2000), a palavra justiça possui várias acepções e sua conceituação perpassa por juízos de valor nos contextos históricos, políticos, sociais e culturais. O poder que emana dessa expressão é grande, pois lutar pelo que é justo fortalece e excita a sociedade. Quando algo não está bem, parece que se aflora de forma onipresente o senso de justiça e desperta a suspeita de que algo pode ser realizado.

Para Reale (2003), justiça pode ser entendida como um valor caracterizado como absoluto, o que reflete aquele sentimento que já é inato ao ser humano. Entende-se como as

expectativas de que uma determinada ação seja realizada. Mas não se pode pensar em um conceito tão simplório, pois seu conteúdo é variável, no tempo e no espaço. Ao longo de eras, os povos, os filósofos e os estudiosos foram discutindo esse tema nos aspectos históricos, culturais e sociais, gerando diversas e diferentes vertentes ao longo da história.

Bittar e Almeida (2015) pontuam que, na concepção de Sócrates para se existir a justiça, a lei deveria ser respeitada, pois ela representa a vontade da sociedade, e também a vontade dos deuses. O lado crente do filósofo era o grande motor de sua teoria que explicava que se as normas não fossem respeitadas seria um crime contra a sociedade bem como contra a justiça divina. Diferente de seus predecessores, ele não acreditava que o divino interferia na vida direta do ser humano, esses eram responsáveis pela sociedade.

Os mesmos autores ensinam que Platão via a justiça como uma virtude de origem suprema, o que indicava que, a partir dela, se reuniam todas as outras virtudes. Já Aristóteles a entendia como igualdade, o equilíbrio entre a temperança e as paixões. Ele também indicou várias formas de justiça, podendo ser elas indicadas na forma distributiva e corretiva. A primeira seria tratar os iguais na medida de sua igualdade e os desiguais na medida de sua desigualdade. A segunda seria aquela que faz a reparação e atinge o *status quo*, não se baseando em mera retribuição.

Aristóteles, discípulo de Platão, idealizou uma visão estrutural de justiça. A primeira vertente, a distributiva explica que ela se dá pela divisão dos bens e recursos comuns. Em escala geométrica se encontra o respectivo mérito individual. A igualdade é proporcional. Considera-se a situação da pessoa e reparte-se os benefícios conforme a capacidade individual. Na comutativa cada ser é colocado perante os demais e faz uma visualização das vantagens e desvantagens entre as trocas humanas voluntária ou involuntariamente realizadas.

O estudioso de Atenas acrescentou ainda a justiça social, que equivale ao estado de espírito para a realização de atos justos. Quem desrespeita a lei comete algo que inesperado, ou seja, o injusto. O ato bom é o alcance da virtude completa, pois obedece a igualdade, reparte o bem e reflete sobre as necessidades sociais.

A concepção de justiça, na visão de Rousseau (1995, p. 891), está ligada à garantia de todos vão obedecer às leis civis de sua nação, que equivale diretamente à divisão distributiva, que é dar a cada pessoa o que lhe é devido, o que lhe é direito. Ele associa a condição moral, ou seja, nas obrigações mútuas entre os seres sociais. O primeiro e maior interesse é buscá-la, todos almejam igualdade, pois ninguém quer apenas as normas, mas a observações de suas normas.

O mesmo autor (1995, p. 378) especifica que:

O que é bom e conforme à ordem o é pela natureza das coisas e independente das convenções humanas. Toda justiça provém de Deus, só ele é a sua fonte; mas, se soubéssemos recebê-la de tão alto, não necessitaríamos nem de governo nem de leis. Há, por certo, uma justiça universal que emana unicamente da razão, porém essa justiça, para ser admitida entre nós, precisa ser recíproca. Se consideramos humanamente as coisas, desprovidas de sanção natural, as leis da justiça são vãs entre os homens. Produzem somente o bem do malvado e o mal do justo, quando este as observa para com todos sem que ninguém as observe para com ele. Por conseguinte, tornam-se necessárias convenções e leis para unir os direitos aos deveres e conduzir a justiça a seu fim. No estado de natureza, em que tudo é comum, nada devo àqueles a quem nada prometi, e não reconheço como de outrem senão o que me é inútil. O mesmo não se passa no estado civil, no qual todos os direitos são estabelecidos pela lei.

Kelsen (1998) ensina e defende que para que qualquer decisão seja justa deve ser acatada conforme a lei, só assim tem o seu fundamento para ser válida. Quando o indivíduo possui suas condutas conforme a justiça estará suas atitudes reguladas pelas normas, caso aconteça o contrário é porque aquele ser está a contrariando. É o valor constituído por uma norma jurídica, como uma forma de interpretar a conduta que só será justa se corresponder ao que está normatizado, e injusta se a contrariar. Ela reside na intersubjetividade, pois além da norma é uma questão que envolve o relacionamento humano e a vida.

Em um contexto mais atual, Rawls (1997) explica essa virtude como a solução para uma sociedade promissora, refletindo um contrato justo entre Estado e sociedade. As necessidades do povo devem ser tratadas igualmente de modo a retribuir o que é necessário e dar igualdade e liberdade. Esses dois princípios, para o autor, são os naturais a serem seguidos e respeitados.

Na visão de Capelleti (1988), outra vertente mostra a justiça como um direito humano de acesso ao Poder Judiciário, um requisito fundamental para acessar um sistema jurídico moderno e que seja igualitário. O certo é se pensar em um caminho judicial eficaz, acessível, para todos o que dela necessitam, e que tenha condições imediatas de gerir as demandas com precisão. Isso deve-se se refletir em uma capacidade de atender a sociedade que vive constantes mudanças.

A partir dessas teses apresentadas de forma resumida é que o presente trabalho fará uma análise representacional da justiça e dos direitos humanos em tempos de pandemia da Covid-19. A partir do próximo tópico todos os resultados adquiridos nas respostas aos questionários serão analisados e interpretados.

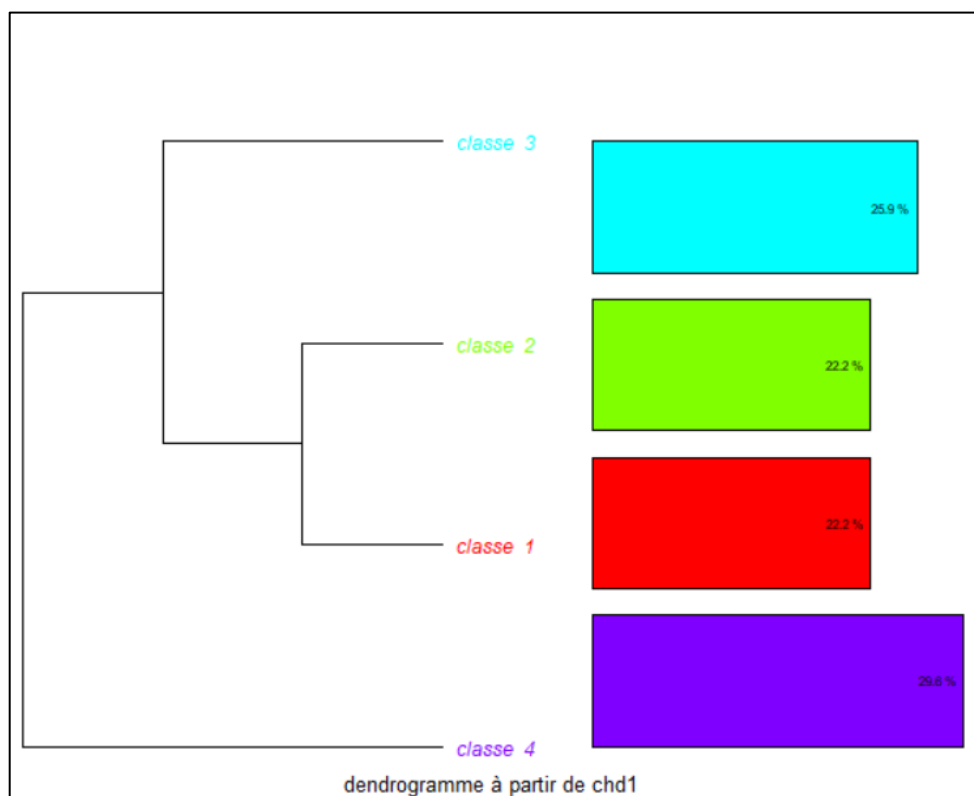
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para o estudo das respostas aos questionários, desenvolvidos pelo *Microsoft Forms* e respondidos por 166 pessoas, divididas entre profissionais da saúde, professores e acadêmicos do curso de Direito, foi utilizado o *Software Iramuteq*. Empregou-se a análise textual em que se criou um *corpus*, um conjunto de unidades de contexto, o qual se pretende analisar.

A pergunta discursiva da entrevista foi “Em poucas palavras, quais direitos humanos você sentiu ser lesionado durante o período de isolamento social?” e ela gerou 166 respostas, divididas em 25 textos, que, através do programa classes de palavras, serão abaixo interpretados.

Para essa pesquisa utilizou-se o Método de Classificação Hierárquica Descendente – CHD, em que os trechos são classificados em função dos respectivos vocabulários. O programa faz um cálculo e fornece resultados, que são divididos e descritos em classes, além de fornecer a apresentação das palavras, através de uma análise fatorial, como mostra as figuras abaixo.

Figura 1 – Dendograma: Classes de palavras



Fonte: *Software Iramuteq*. Autoria própria.

Os 25 textos respondidos pelos sujeitos da pesquisa geraram 4 classes de palavras que estão interligadas da seguinte forma: A de número 01, representada pela cor vermelha, está conectada com a 02, na cor verde. As duas unidas se conectam com a classe 03, de cor azul clara, que, por fim, se une à classe 04, pintada de roxo.

As palavras, em cada classe, são as seguintes: A primeira traz como vernáculos principais “liberdade, ir e vir, direito, pessoas e social”. Todas essas se mostram em destaque. A segunda já tem como palavras-chave “trabalho, saúde, pandemia, educação, e acesso também a liberdade”. O que mostra a representatividade principal dessa última expressão.

Essa palavra vem do grego “eleutheria” e significa movimento, ou seja, a possibilidade de o corpo ser considerado algo além do corpo, mas sim pertencente à consciência e do espírito (ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2011). O homem é a sua própria liberdade, porque equivale a sua vida moral, propriedade e o domínio de si, a base de tudo, na busca de desenvolvimento e perfeição. É a condição para que se tenha gozo, inteligência e um meio para se fazer e alcançar o seu destino, segundo Samogin (2007).

De acordo com o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2004), vem da palavra latina “Libertate” e possui vários sentidos distintos. Pode significar a faculdade de cada ser humano decidir ou agir de acordo com a determinação individual de cada um. Ou pode ser o poder de agir, dentro de uma sociedade devidamente organizada, segundo a vontade, mas respeitando as normas publicadas. E por fim, a faculdade de fazer tudo o que não está explicitado como proibido na lei.

Bonavides (2017) declara que é importante, diante do vernáculo principal da primeira classe ter sido o direito de ir e vir e outras vertentes do conceito, explicar o surgimento do mesmo no mundo jurídico. No século XVII, 1689, a Grã Bretanha promulgou um documento chamado *Bill of Rights*, considerada uma das primeiras declarações de direitos. Em suas normas constava a liberdade como garantia que deveria ser assegurada aos homens.

O mesmo autor ainda complementa que, em 1776, deflagra-se a Declaração de Independência dos Estados Unidos, que seguindo o mesmo contexto também colocou esse direito como um direito inalienável. Mas foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada em 1789, seguindo os lemas *liberté, égalité, fraternité*, que trouxe ao mundo o grande impulso para a garantia de todos dos tipos de liberdade.

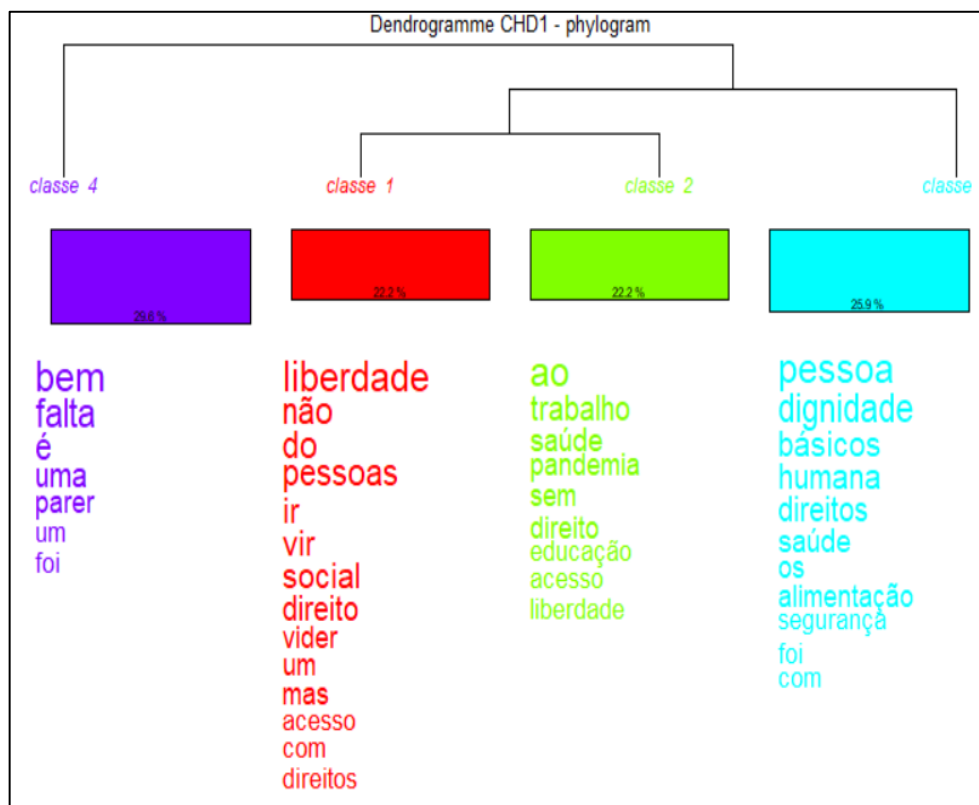
O artigo 4º da Declaração, citado pelo doutrinador acima, especifica o seguinte:

Art. 4º. A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo. Assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão

aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela lei.

Todas elas não estão restritas apenas à locomoção, devem ser entendidas em um contexto mais geral e amplo. A terceira mostra “pessoa, dignidade, saúde, direito, básico, alimentação, segurança”. Por fim, as três classes iniciais se interligam à última de número quatro, que destacam os termos “bem, falta e pare”.

Figura 2 - Dendograma: Classe de palavras com as respectivas palavras



Fonte: Software Iramuteq. Autoria própria.

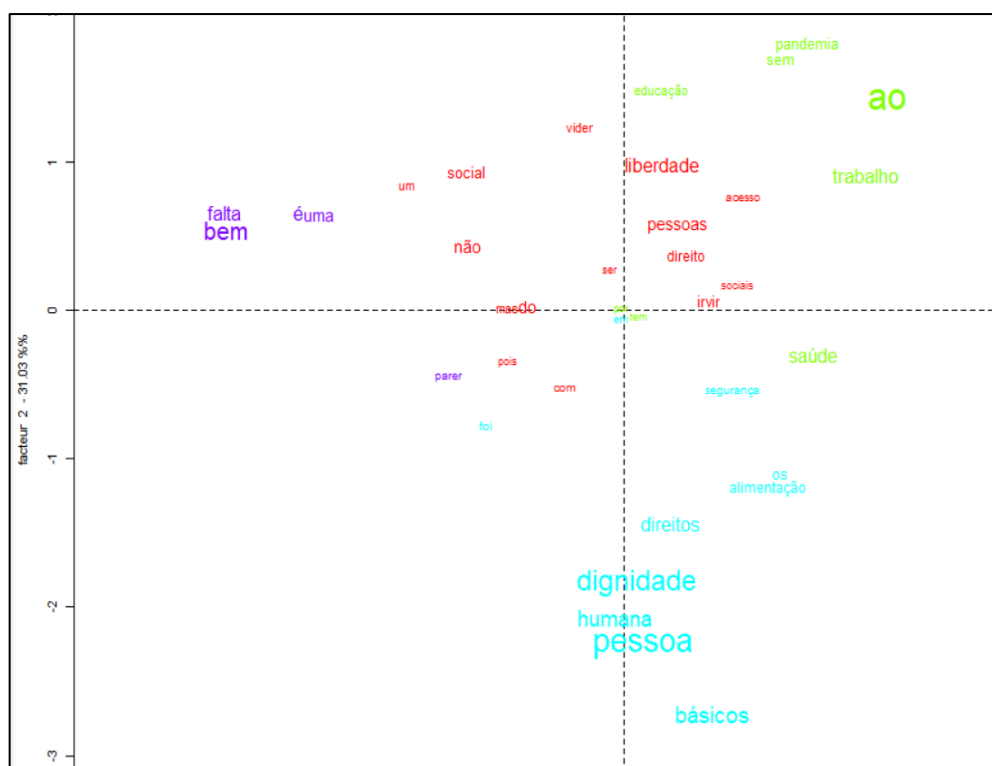
A classe em vermelho trouxe uma possível representação no sentido de que os direitos mais violados durante a pandemia foram a liberdade de ir e de vir. O conviver social, o acesso às pessoas. Essa vertente se liga, diretamente, com a segunda ordem, que também teve a palavra liberdade evocada, mas ela também se refletiu no trabalho, pois tantos acabaram perdendo emprego. Na saúde, falta de acesso pelo estrangulamento do Sistema Único de Saúde – SUS, no Brasil. E, por fim, na educação, que, em tempo recorde, teve que se adaptar a um modelo remoto, sendo que muitos não têm acesso ao computador, quiçá à internet.

A terceira classe, a qual as duas primeiras se ligam, prescreveu que os direitos violados refletiam a dignidade do ser humano, pois diziam respeito às normas básicas que

pertencem à sociedade. Dentre elas, destacam-se: saúde, alimentação e segurança. Com a pandemia, a saúde enfrentou um colapso, tendo em vista o número de casos, as falhas do sistema e a quantidade de mortes.

Com o fechamento do comércio, trabalhadores ficaram sem emprego, gerando a miséria para o cidadão. Tudo isso significa e reflete o que foi perdido como bem maior do ser humano, que é o ter uma vida digna e bem-estar. Ainda na sequência da análise textual, o programa gerou esse quadrante com as palavras mais importantes dos textos coletados nas entrevistas. Veja-se:

Quadro 1 - Palavras mais evocadas no corpus textual



Fonte: Programa Iramuteq. Autoria própria.

O primeiro quadro mostra que os sujeitos, possivelmente, representam os direitos humanos violados como aquele bem que faltou, o que pertence ao ser social, mas lhes foi tirado. No segundo quadrante, as palavras em vermelho destacam que as pessoas devem ter acesso aos fundamentos constitucionais, principalmente à liberdade, e essa se interliga a bens sociais como trabalho, educação, alimentação e saúde.

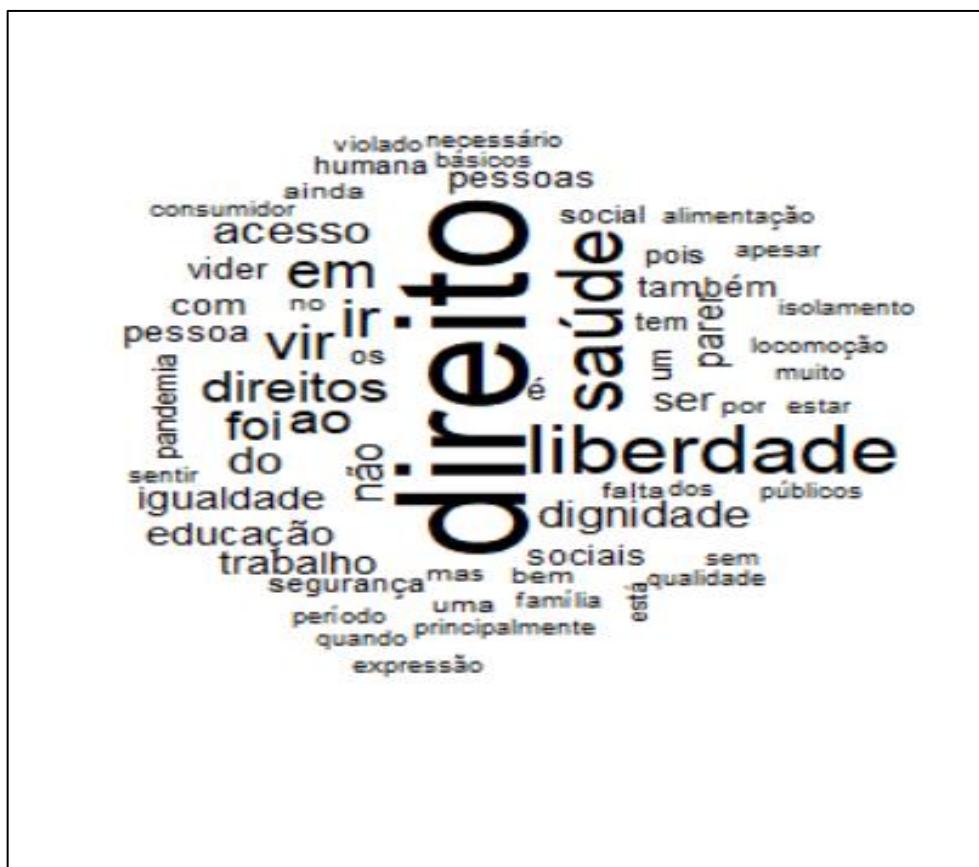
A saúde, princípio que consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, traz uma definição de que toda pessoa deve ter um padrão de vida que

assegure tanto a ela quanto a sua família o bem-estar, a alimentação, o vestuário, os cuidados médicos. Essa garantia está interligada e é indissociável da vida (ONU, 1948).

A liberdade, também bastante repetida nas respostas, simboliza o direito de agir, segundo a própria vontade e livre-arbítrio. É um direito individual, por isso não pode prejudicar o direito do outro. Também reflete um conjunto de ideais liberais que envolvem os pensamentos de cada cidadão em particular.

O trabalho, também violado pela Covid-19, refere-se não só a um elemento de produção, mas também aquilo que valoriza o ser humano e que lhe traz dignidade. Isso tudo se mostra como padrão para atingir a dignidade humana. Nesse estudo, também se utilizou a nuvem de palavras em que se faz uma análise mais simples e clara com representação gráfica, em função da frequência de evocação das palavras. Em relação aos direitos humanos violados, foi gerada a figura 3:

Figura 3 - Nuvem de palavras



Fonte: Programa Iramuteq. Autoria própria.

Mais uma vez, percebe-se a palavra direito em destaque, ou seja, os sujeitos representaram várias normas que lhes foram violadas, dando ênfase nessa terceira forma de

análise, de maneira clara, para a liberdade, dignidade, igualdade, educação, trabalho, segurança, locomoção.

Quando se faz uma verificação em relação ao tema central do artigo, a representação social da justiça e os direitos humanos em tempos de pandemia, verifica-se que, quanto à violação dos dogmas citados, faltou a principal ligação da justiça: a dignidade. Ela representa um princípio que reflete além de um valor espiritual e moral, também se manifesta na autodeterminação consciente e responsável da própria vida.

É uma qualidade intrínseca, inseparável de todo ser. É uma condição para o ser humano que independentemente de qualquer outra particularidade pertence ao indivíduo e deve ser respeitado pelo Estado, bem como pelos seus semelhantes. É um predicado com valor próprio. Leonardo Boff, citado por Oliveira (2005), ensina que ela não pode ser ultrajada, pois nada é mais violento do que desrespeitar a convivência com os seus iguais. Significa reduzir a pessoa a algo inanimado e morto.

Rocha (2004) expressa que a Declaração dos Direitos Humanos, em seu artigo 1º decreta a igualdade de todos em dignidade e direitos, o que mostra que todos são os mesmos. Pode se mudar o invólucro, mas todos querem ter esperança. Apesar de cada um viver a seu modo, lida com medos, agonias, de um jeito único, só seu, mas o sofrimento é sofrido de forma igualitária.

A Ministra do Supremo Tribunal Federal, acima citada, ainda acrescenta que a ausência desse princípio possibilita que o ser humano seja identificado como coisa, pois viola uma característica própria da natureza humana, a liberdade, igualdade, ou seja, dignidade. Promove assim a desqualificação da pessoa, ferindo vários direitos, pois não se concebe que um passe por cima do outro, todos são iguais em normas e obrigações.

Ainda na linha do conceito, Castanho (1973) aduz que a palavra vem de “dignitas”, qualidade de ser digno. É um adjetivo que faz correspondência com o mérito de alguém, ou seja, aquele que é merecedor de algo, a qualidade do que é aceitável. Está ligada a honorabilidade das pessoas na sua forma de se comportar em sociedade. Está vinculada à autonomia do homem que se governa com retidão e honra.

Assim, percebe-se que os sujeitos entrevistados perceberam e possuem possivelmente a representação social de que lhes foi tirada a dignidade. Na possível visão representacional dos entrevistados, toda a dignidade refletida nas normas básicas de convivência em sociedade, como ter acesso ao estudo, à família, aos lugares que gosta de frequentar e ao direito de ter uma vida digna com saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta feita nesse estudo se baseou na representação social de acadêmicos, professores e profissionais da área da saúde, da justiça e dos direitos humanos violados no período da pandemia da Covid-19. Quando se analisou o conteúdo respondido por 166 sujeitos não identificados, percebeu-se que as principais perdas, possível senso comum, foram a liberdade, saúde, educação, segurança e dignidade.

Diante dos resultados apresentados pelo software Iramuteq, percebe-se que os indivíduos verificaram que os direitos violados durante a pandemia têm relação com a realidade dantesca da falta de liberdade, vista pelo isolamento social, familiar e do trabalho. Além da educação que tirou o direito de crianças, adolescentes e adultos a terem o estudo presencial.

Pode-se sintetizar que os princípios fundamentais são as prerrogativas importantes e próprias dos cidadãos, e o da dignidade humana está previsto no ordenamento jurídico brasileiro como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, artigo 1º, inciso, III e é o núcleo de irradiação de todos os outros direitos.

As energias e aspirações sociais são orientadas por esse metal imantado, que reúne todos os outros direitos em um só, como a liberdade, segurança, saúde, educação e tantos outros. Esses fazem parte do núcleo dos direitos centrais da personalidade da pessoa e obrigação do Estado. É a realização da justiça social, vistas no desenvolvimento e exercício da cidadania. A rotina empreendida, para preservar a vida da população, trouxe perspectivas ruins, o que gerou uma insegurança jurídica, tanto de ordem social quanto pessoal.

O senso comum se destacou pela falta de ser livre, do direito de ir e vir, que impediu uma educação de qualidade e a convivência segura com outras pessoas. A justiça de se ter uma vida digna foi violada, pois as normas básicas e fundamentais, inerentes ao ser humano, tiveram que ser barradas quando do confinamento da sociedade.

Foi uma pesquisa bastante promissora que se primou pela análise minuciosa dos dados coletados. O país e o mundo ainda vivem em tempos de pandemia, inclusive com o surgimento de novas variantes. Concessões estão sendo feitas, mas, em relação aos piores momentos que ocorreram entre os anos de 2020 e 2021, a perspectiva representacional aqui estudada teve como conclusão a falta de liberdade, que levou à quebra da justiça no sentido da violação do princípio da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. *In*: MOREIRA, Antônia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 2000.
- ARRUDA, Angela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, 2002.
- BELTRAMELLI NETO, Silvio. **Direitos humanos**. Salvador: Juspodivm, 2014. p. 29.
- BITTAR, E. C. B; ALMEIDA, G. A. de. **Curso de Filosofia do Direito**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 34. ed. São Paulo: Editor Malheiros, 2017.
- CAPPELLETTI, Mauro. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.
- CASTANHO, Cônego Amaury. **Direitos Humanos: Aspiração ou Realidade**. São Paulo: Edições Loyola, 1973.
- CASTILHO, Ricardo. **Direitos Humanos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 43.
- COMPARATO, F. K. **Estado, empresa e função social**. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 85, n. 732, out. 1996.
- COSTA, Marcelo Freire Sampaio. **Eficácia dos direitos fundamentais entre particulares: juízo de ponderação no processo do trabalho**. São Paulo: LTr, 2010. p. 32.
- ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. **Dicionário de Direitos Humanos**. 2011. Disponível em: <http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Liberdade>. Acesso em: 07 jan. 2022.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- HERKENHOFF, João Baptista. **Curso de direitos humanos: gênese dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1994. p. 30.
- HESSE, Konrad. **Grundzuge des Verfassungsrechts der Bundesrepublik. Deutschland**. 19. Aufl., Heidelberg: C.F. Muller, 1993.
- JODELET, Denise. *Reflection sur le traitement de la notion de representation sociale em psychologie sociale*. **Communication Information: Les Representations**, Paris, v. 6, n. 2-3, p. 15-41, 1984.

- JODELET, Denise. *Representation sociale: phénomènes, concepts et théories*. In: MOSCOVID, S. (Org.). *Psychologie Sociale*. Paris: PUF, 1984. p. 357-378.
- KELSEN, Hans. **O Problema da Justiça**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MELLO, Celso de. **RE 482.611**, rel. min. Celso de Mello, j. 23-3-2010, dec. monocrática, DJE de 7-4-2010.
- MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 2.
- MOSCOVICI, S. *The coming era of social psychology*. In: CODOL, J. P.; LEVENS, J. P. *Cognitive Approaches to Social Behavior*. The Hague, Nijhoff, 1982.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Fé e Política: fundamentos**. São Paulo: Ideias e Letras, 2005.
- RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 57.
- RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- REALE, Miguel. **Teoria Tridimensional do Direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- ROCHA, Carmem Lúcia. Antunes. **Direito de Todos e para Todos**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2004, p. 13.
- ROSS, Alf. **Direito e Justiça**. São Paulo: Edipro, 2000.
- ROUSSEAU, J.-J. *Oeuvres Complètes*. Edição de Bernard Gagnebin e Marcel Raymond. Paris: GALLIMARD, 1959-1995, 5 v. (Col. “*Bibliothèque de la Pléiade*”).
- SAMOGIN, Juliana Maria Simão. Direitos Individuais na Constituição de 1824. **Revista Etic**, v. 3, n. 3, 2007. Disponível em:
<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1427/0>. Acesso em: 07 jan. 2022.
- SANTOS, Enoque Ribeiro. **Direitos humanos e negociação coletiva**. São Paulo: LTr, 2004. p. 38.
- SCHMITT, Carl. *Verfassungslehre*. Munchen: Duncker & Humblot, 1928. p. 169.

**EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE E COMUNICAÇÃO NÃO
VIOLENTA: utensílios práticos para uma educação transformadora**

Fernando Turchetto¹

RESUMO: Esse trabalho tem como escopo a análise da comunicação não violenta e da educação como prática da liberdade pelas lentes da filosofia da linguagem da Escola de Oxford. Como um contributo alternativo ao desenvolvimento educacional brasileiro, o objetivo da investigação é verificar potenciais compatibilidades entre os conceitos e se esses servirão como utensílios metódicos ao projeto metodológico da educação transformadora de Paulo Freire.

PALAVRAS-CHAVE: Educação como prática da liberdade. Comunicação não violenta. Educação Transformadora. Filosofia analítica. Escola de Oxford.

ABSTRACT: The paper has as its scope the analysis of non-violent communication and education as a practice of freedom through the lens of the Oxford School's philosophy of language. As an alternative contribution to the Brazilian educational development, the objective of the investigation is to verify potential compatibilities between the concepts and if they will serve as methodical objects to Paulo Freire's methodological project of transformative education.

KEYWORDS: Education as a freedom practice. Non-violent communication. Transformative Education. Analytical philosophy. Oxford School.

1 INTRODUÇÃO

Em conformidade com a constituição brasileira, documento de maior respaldo normativo do país, a educação é direito de todos, dever do Estado e dever da família (especificamente como preconiza o artigo 205). Como expectativa de comportamento aos cidadãos, a educação deveria ser compreendida como um direito fundamental de todos, sem excessão, como preconiza o artigo 7º, também da constituição brasileira.

¹ Mestre em ciências jurídico-filosóficas, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal (diploma revalidado pela Universidade Federal de Minas Gerais). Especialista em Direitos Humanos, *Ius Gentium Conimbrigae*, Portugal. Bacharel em Direito, Universidade Salgado de Oliveira (unidade Goiânia/GO). Coordenador do curso de Direito, Faculdade Alfredo Nasser (unidade Pontalina/GO). Coordenador adjunto do instituto de ciências jurídicas do centro universitário Alfredo Nasser (Aparecida de Goiânia/GO). Professor no curso de Direito e no programa de pós-graduação em Direito do centro universitário Alfredo Nasser. Revisor e membro do conselho editorial da revista "Direitos Sociais e Políticas Públicas" da UNIFAFIBE (Bebedouro/SP). E-mail: fernandoturchetto@unifan.edu.br.

No intuito de contribuição científico-metodológica ao desenvolvimento da educação no Brasil, o objetivo da investigação é o de verificar possíveis compatibilidades entre os conceitos “comunicação violenta” de Marshal Rosenberg e “educação como prática da liberdade” de Paulo Freire pelo uso desses conceitos nas práticas sociais educacionais da educação transformadora, projeto educacional de Paulo Freire.

Para tanto, opta-se pela filosofia da linguagem comum ou ordinária da Escola de Oxford como ponto de partida da análise dos conceitos propostos. Caso haja potencial complementaridade entre os conceitos acima, a intenção é de verificar por meio da linguagem ordinária de Oxford se a educação como uma prática da liberdade e se as técnicas da comunicação não violenta poderão contribuir como ferramentas metódicas ao modelo de “educação transformadora” de Paulo Freire, patrono da educação no Brasil.

2 METODOLOGIA

A metodologia para elaboração do trabalho de conclusão de curso é analítica, na medida em que justifica a hipótese de sua investigação de maneira racional, expondo argumentos claros, objetivos, com coerência e consistência lógica diante das premissas e conceitos considerados, refutando assim impactos persuasivos e argumentos emocionais (ao suspender pré-juízos e opiniões pessoais sem fundamento científico diante do seu objeto).

Além de analítica, a metodologia será crítico-reflexiva, de modo a desvelar os conceitos analisados no contexto específico da alfabetização de adultos no Brasil, bem como verificar se estão em conformidade com as práticas sociais educacionais brasileiras, ou caso contrário, se não coadunam com as práticas em questão (ao passo que serão refutados). Ademais, será realizado levantamento de referências bibliográficas que tratam da temática em comento, disponíveis em livros e artigos científicos indexados em periódicos impressos ou eletrônicos, quanto os que estão disponíveis na rede mundial de computadores.

3 DISCUSSÕES E RESULTADOS

No intuito de elucidar a exposição didática da pesquisa, as discussões e os resultados foram divididos em três subtópicos. O primeiro tópico de discussões irá traçar algumas

características marcantes da filosofia analítica da Escola de Oxford, bem como, o modo pelo qual a busca pelo conhecimento é desenvolvida sob essa perspectiva.

Com base nas características da filosofia analítica da Escola de Oxford, os tópicos seguintes irão analisar a “educação como prática da liberdade” e a “comunicação não violenta”, daí perceber como se dá o conhecimento pela filosofia da linguagem e como os conceitos projetam-se como ferramentas para a educação transformadora².

Ao final, os resultados serão traçados nas considerações finais. A intenção é de analisar a reflexão metodológica de cada uma das propostas, bem como, suas possíveis capacidades no processo de educação transformadora no Estado democrático brasileiro. Portanto, sequencialmente realiza-se uma introdução aos postulados marcantes acerca filosofia da linguagem comum, as características metodológicas da educação como prática da liberdade e da comunicação não violenta para, ao final, colher os resultados das discussões a seguir.

3.1 Introdução à filosofia da linguagem ordinária

Em breves palavras, a filosofia da linguagem ordinária tentará priorizar a intenção do indivíduo falante (e participante das práticas sociais) na interpretação de um determinado conceito, ou para compreensão da linguagem. Segundo os filósofos³ (da Escola de Oxford⁴), a subjetividade do falante sobre o objeto textual é condição de possibilidade de compreensão da linguagem:

Em todas essas discussões, fica claro que para Searle, na esteira do pensamento de Austin e Grice, e até mesmo de Strawson, o significado intencional do falante tem primazia sobre o significado convencional da sentença, ou, dito de outro modo, não há como compreender os significados da língua, enquanto sistema, sem lidar com o complexo de intenções do falante [...] (GOMES, 2020, p. 75).

² “Essa é a grande contribuição da viragem linguística e a aproximação do segundo Wittgenstein com a hermenêutica. Existem estruturas que precedem o conhecimento. Isto quer dizer que o sentido não estará mais na consciência (de si do pensamento pensante), mas sim, na linguagem pública, como algo que produzimos e que é condição de nossa possibilidade de estarmos no mundo. Não nos relacionamos diretamente com objetos, mas com a linguagem, que é a condição de possibilidade de estarmos no mundo” (STRECK, 2020, p. 125).

³ “Importa-nos mais utilizar a expressão “Escola de Oxford” para aglutinar um conjunto de formulações elaboradas no interior de um mesmo empreendimento linguístico-filosófico: a filosofia da linguagem ordinária. Assim, a despeito dos diferentes níveis de protagonismo, podemos dizer que seus principais representantes são John L. Austin, Paul Grice, Peter Strawson e John Searle” (GOMES, 2020, p. 69).

⁴ “É certo que, quando se fala em Escola de Oxford, a referência feita normalmente diz respeito à fundação de uma pragmática conversacional (GRICE, 1975) e de uma pragmática da linguagem performativa (AUSTIN, 1962; Searle, 1969; 1979a). E, realmente, é possível dizer que desconhecer o caráter precursor da Escola de Oxford nesses dois segmentos é, em si, desconhecer a própria Escola de Oxford e, provavelmente, as bases de um dos pensamentos filosóficos modernos que mais impactaram os estudos linguísticos. Todavia, as contribuições de Austin e companhia vão além” (GOMES, 2020, p. 73).

Diante dessas premissas, a Escola de Oxford atribui ao uso da compreensão da linguagem por meio das práticas sociais, isto é, no contexto real onde a linguagem se realiza. Desta feita, percebe-se que os diálogos e os discursos entre sujeitos participantes de uma prática social se tornam condições de possibilidade da significação de qualquer conceito linguístico⁵.

Vinculada a intersubjetividade como condição de possibilidade de significação conceitual, a linguagem ordinária (ou linguagem pública⁶) parte de pressupostos implícitos consensuais que irão aos poucos sendo desmembrados e revelados por uma noção comunitarista (falantes) de sentido, onde a linguagem servirá como uma ferramenta dos participantes que tratão a melhor visão dos conceitos linguísticos analisados.

São diversas as características da filosofia analítica da escola de Oxford, mas optou-se pelo resgate da ideia de que há algo além da materialidade linguística e que esse algo condiciona o processo de significação das mais diferentes maneiras (GOMES, 2020, p. 78). Esse algo só pode ser o contexto real construído intersubjetivamente e em conjunto com os pressupostos implícitos consensuais da linguagem pública:

De qualquer forma, o que nos parece certo é que a Escola de Oxford, assim como praticamente todas as outras teorias integrantes da abordagem enunciativa da linguagem, reconhece uma distinção entre a unidade abstrata da língua, enquanto sistema, e a unidade real da língua posta em funcionamento (GOMES, 2020, p. 81).

A característica fundamental da Escola de Oxford para a metodologia analítica é revelada na unidade real da língua posta em funcionamento, isto é, na distinção entre lógica formal e abstrata de um texto objetivo e o seu real raciocínio dialógico entre os membros que o vivenciam e, conseqüentemente, constroem a significação conceitual na prática.

Portanto, as teorias da educação que consideram os pressupostos implícitos consensuais da linguagem pública pela relação dialógica buscam repensar o próprio conceito de educação. Partindo dessa premissa, analisa-se a seguir conceito de “educação como prática da liberdade” do cientista brasileiro Paulo Freire.

⁵ “Posto isso, é importante considerar que todo o conjunto de formulações provenientes da Escola de Oxford, ainda que não tenha registrado pormenorizadamente o que seja a noção de “contexto” – essa “situação da enunciação” –, ao menos lidou com a intuição, por parte dos integrantes de uma interação discursiva concreta, de que as circunstâncias contextuais condicionam o processo de significação” (GOMES, 2020, p. 77).

⁶ “A linguagem é *condição de possibilidade* de acesso ao mundo, o que se dá numa experiência compartilhada/intersubjetiva” (STRECK, 2020, p. 83).

3.2 A educação como prática da liberdade

A educação como prática da liberdade é um ensaio escrito por Paulo Freire que trata de contextualizar a prática da educação brasileira, se não, o próprio autor exilado⁷ no Chile escreve em 1965:

Este ensaio tentará um pouco da história, dos fundamentos e dos resultados deste empenho no Brasil. Empenho que custou a seu Autor, obviamente, o afastamento de suas atividades universitárias, prisão, exílio. Empenho de que não se arrepende e que lhe valeu também compreensão e apoio de estudantes, de intelectuais, de homens simples do povo, engajados todos eles no esforço de humanização e libertação do homem e da sociedade brasileira. A estes, entre os quais muitos estão pagando na prisão e no exílio, pela coragem da rebeldia e pela valentia de amar, oferece o Autor este ensaio (FREIRE, 1999, p. 37).

O autor prescreve no ensaio de maneira explícita a questão da subjetividade no processo de educação quando afirma que todo seu empenho “se fixou na busca desse homem-sujeito que, necessariamente, implicaria numa sociedade também sujeito” (FREIRE, 1999, p. 36).

Traço marcante é a subjetividade na filosofia da linguagem comum e na educação como prática da liberdade, na medida em que são os próprios sujeitos participantes que por meio da sua linguagem ordinária e dialogando em determinado contexto irão deliberar para conhecer.

Da Silva Barbosa ao explicitar que a educação como prática da liberdade está intrinsecamente voltada ao contexto democrático brasileiro faz questão de frisar o sujeito que vive e enfrenta os problemas do Brasil, pois educação democrática só é possível na crença da subjetividade no processo de formação do conhecimento, bem como na consciência dos problemas contextuais que cercam os participantes desse processo:

A democracia, adverte Paulo Freire, antes de ser uma forma política, é uma forma de vida, caracteriza-se sobretudo por forte dose de transividade de consciência no comportamento do homem. Transividade que não nasce nem se desenvolve a não ser dentro de certas condições em que o homem seja lançado ao debate, ao exame de seus problemas e dos problemas comuns, em que o homem participe (DA SILVA, 2000, p. 184).

Assim, à medida que o indivíduo participante percebe a importância da democracia como fundamento da educação, há uma crença em seu potencial transformador do seu mundo

⁷ Durante o período de exílio, Paulo Freire participa de diversos projetos desenvolvendo o Método de Alfabetização de Adultos e escreve algumas obras. É nesse momento que conclui o ensaio Educação como Prática da Liberdade (DA SILVA, 2000, p. 180).

e do mundo a sua volta. Se “ausente a criticidade entre os educadores, mais ingenuamente esses tratarão os problemas reais e, superficialmente tratarão os demais assuntos, deixando de lado a importância política do significado de educação” (DA SILVA, 2000, p. 183).

A contribuição trazida por Paulo Freire haveria de ser crítica e criticizadora, isto é, a democratização do ensino por meio da educação transformaria o conhecimento no agir-refletir acerca da realidade que cerca todos os participantes do processo social (educacional⁸). A autorreflexão⁹ da educação como prática da liberdade mostra:

Essa posição transitivamente crítica, afirma o autor, implica um retorno à matriz verdadeira da democracia. Daí ser essa transitividade crítica característica dos autênticos regimes democráticos e corresponder a formas de vida altamente permeáveis, interrogadoras, inquietas e dialogais, em oposição a formas de vida “mudas”, quietas discursivas, das fases rígidas e militarmente autoritárias, como infelizmente estava sendo vivenciado por uma parcela significativa da sociedade brasileira, no período apresentado (DA SILVA, 2000, p. 182).

Portanto, não basta dialogar se não estiver fértil o solo contextual onde surgem os problemas, os direitos, os deveres, a concepção de cidadania e consequente noção de democracia como forma de governo do Brasil. O educador, conhecedor e crítico do conceito “democracia”, situa os participantes no contexto que os cerca e abstem-se de preferências ideológicas que não consideram ou não respeitam o progresso democrático do país.

Aliás, na prática, caberá “ao educador apenas registrar fielmente o vocabulário dos participantes e selecionar algumas palavras básicas em termos de frequência, relevância como significação vivida e tipo de complexidade fonêmica” (DA SILVA, 2000, p. 184). Essa afirmação é importante na medida em que fornece o percurso metodológico do modo de aprendizagem dos adultos participantes envolvidos, seja aos que conhecem o cenário democrático, seja aos que estão em processo inicial do contexto em que se situam¹⁰.

⁸ “[...] ela afirma ser o conhecimento um processo social, o qual seria criado pela ação-reflexão transformadora dos seres humanos sobre a realidade. Portanto, agir-refletir sobre a realidade com o propósito de transformá-la e visando criar um processo social que seria o conhecimento, isso é que significaria por em prática a teoria do conhecimento elaborada por Paulo Freire, prática essa que, por sua vez, realizaria a concepção freireana de educação. Logo, educação seria criação do conhecimento como processo social resultante da ação-reflexão humana para a transformação da realidade” (DA COSTA, 2015, p. 77).

⁹ “Estava e está convencido o Autor de que a “elevação do pensamento” das massas, “o que se sói chamar apressadamente de politização”, a que se refere Fanon, em *Los Condenados de la Tierra*, e que constitui para ele uma forma de se “ser responsável nos países subdesenvolvidos”, começa exatamente por esta auto-reflexão. Auto-reflexão que as levará ao aprofundamento consequente de sua tomada de consciência e de que resultará sua inserção na História, não mais como espectadoras, mas como figurantes e autoras” (FREIRE, 1999, p. 36).

¹⁰ “Nesse último capítulo, Paulo Freire explica minuciosamente o Método de alfabetização de adultos. Cita diversos exemplos dessa experiência no Brasil, sendo que o Plano elaborado no Governo Goulart, em 1964, indicava a implementação de 20 mil Círculos de Cultura em todo o país, conforme foi citado na apresentação da resenha. O golpe militar impediu a continuidade do método no território brasileiro. Porém, no exílio, Paulo Freire estabelece trabalhos da mesma natureza em diversos países” (DA SILVA, 2000, p. 184).

A título de convergência com a filosofia da linguagem comum, Paulo Freire cria o conceito “palavras geradoras”, isto é, conceitos com um alto grau de generalidade e abstração que, para extração da melhor luz, compartilha experiências vividas pelos participantes. Os diferentes caminhos na interpretação e argumentação dos conceitos serão permitidos por meio das funções da linguagem, nos níveis da sintática, semântica e pragmática, pois “estas palavras, de uso comum na linguagem do povo e carregado de experiências vividas, são as palavras geradoras” (DA SILVA, 2000, p. 184).

A primeira fase do procedimento de aprendizagem por meio de palavras geradoras pelas é realizado pelas funções prágmatica e semântica. Por meio de fotografias, os educadores provocam os participantes a comentarem a foto e se a mesma coaduna com a ideia que tenta nortear a palavra geradora em questão, justamente para identificar suas práticas comuns e cotidianas que a fotografia possa propor¹¹.

Já na segunda fase, a palavra geradora é sintaticamente analisada pelos participantes. Primeiro, por meio de separação das sílabas da palavra geradora em questão, e após, com a demonstração dos fonemas desmembrados da palavra geradora e suas diferentes divisões e desdobramentos. Após a descoberta da sintaxe na capacitação de criação de palavras pelo desmembramento da palavra geradora, caberá aos alfabetizandos na terceira fase do processo, a elaboração de frases e orações que possam identificar-se com a palavra geradora, como no resultado das divisões fonêmicas e silábicas.

Essas frases serão discutidas com todos os participantes para que juntos, construam a melhor significação sintática, semântica e pragmática da palavra geradora e o “grupo de alfabetizandos começa a criar palavras com as combinações à sua disposição. Percebe-se que a alfabetização e a conscientização jamais se separam” (DA SILVA, 2000, p. 185).

O rito procedimental irá permitir a criatividade e a consciência dos participantes sobre a palavra geradora, mas as demais palavras que consigam construir e identificar também, pois os fonemas (separação silábica e família fonêmica) e as situações práticas criadas pelos participantes permitiram o aflorar dessa consciência aos participantes.

Como exemplo de palavra geradora, o conceito “favela”, termo que implica uma carga altíssima de generalidade e abstração é posto em prática. Respeitando os filtros procedimentais, os participantes deverão analisar as necessidades fundamentais da vida na

¹¹ “No apêndice do livro, entre os diversos momentos do processo da alfabetização de adultos, o autor registra as 17 palavras geradoras escolhidas do “universo vocabular” pesquisado no estado do Rio de Janeiro e que os educadores aplicariam, também, na Guanabara” (DA SILVA, 2000, p. 185).

favela ou a consideração de um mínimo existencial real para a vivência de um indivíduo em uma favela.

Em breves palavras, o que será colocado em deliberação entre os participantes do processo pedagógico é o que todos, sem distinção, entendem como fundamental para a existência democrática na favela, ou se favela contradiz democracia, entre outras questões. Ao final, conceitos como educação, alimentação, vestuário, saúde e habitação foram requisitos indispensáveis pelos participantes como afirma Da Silva (2000, p. 184):

Analisada a situação existencial em que é representada, em fotografia, o aspecto de uma favela em que se debate o problema da habitação, da alimentação, do vestuário, da saúde, da educação na favela e, mais ainda, em que se descobre a favela como situação problemática, passa-se à visualização da palavra apresentada com a sua vinculação semântica.

Após construir a significação semântica e pragmática do conceito favela, os participantes realizaram o desmembramento da palavra geradora sintaticamente. Favela é separada silabicamente por fa-ve-la. Logo após, as famílias fonêmicas do conceito são desmembradas em “fa-fe-fi-fo-fu”, “va-ve-vi-vo-vu” e “la-le-li-lo-lu”¹².

Portanto, percebe-se que educação transformadora se projeta na refutação de um discurso neutro, puramente objetivo em sua lógica formal e conseqüentemente acrítico, isto é, separado da subjetividade humana no contexto sócio-político em que se situa. Pelas práticas e pelo uso de “palavras geradoras” como uma ferramenta no processo de pedagógico de alfabetização dos brasileiros (participantes), é possível perceber o viés crítico-reflexivo, mas também analítico-linguístico da educação como prática da liberdade desenvolvida em ensaio pelo autor brasileiro Paulo Freire.

No tópico seguinte, analisa-se o conceito de comunicação não violenta, sobretudo na tentativa de verificar possíveis convergências do seu uso prático, bem como seu possível uso (assim como a palavra geradora “favela”), ou como mais um utensílio metóico disponível para educação transformadora.

¹² “Paulo Freire afirma ter testemunhado, no processo de alfabetização de adultos, vários alfabetizados que, após a apropriação do mecanismo fonêmico, com a “ficha da descoberta”, escreviam palavras com fonemas complexos que ainda não lhe haviam apresentado, chegando a elaborar frases que passavam a ser debatidas pelo grupo, discutindo-se a sua significação em face da realidade brasileira” (DA SILVA, 2000, p. 185).

3.3 A comunicação não violenta: consciência e empatia na educação transformadora

Marshall Rosenberg, autor da obra “Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais”, ensina que o conceito está na identificação das diferentes formas de lidar com a linguagem e por isto, o cuidado exigido nas relações intersubjetivas se faz por meio de uma comunicação habilidosa, sobretudo porque há um necessário respeito com o outro participante no processo dialógico:

A CNV se baseia em habilidades de linguagem e comunicação que fortalecem a capacidade de continuarmos humanos, mesmo em condições adversas. Ela não tem nada de novo: tudo que foi integrado à CNV já era conhecido havia séculos. O objetivo é nos lembrar do que já sabemos – de como nós, humanos, deveríamos nos relacionar uns com os outros – e nos ajudar a viver de modo que se manifeste concretamente esse conhecimento (ROSENBERG, 2006, p. 24).

O cuidado exigido na comunicação violenta (CNV) não é inovador para o autor, pois cabe aos falantes relembrares da empatia, como se a empatia fosse algo natural das relações intersubjetivas. No entanto, o autor se limita a dizer que empatia “nos permite perceber o mundo de uma maneira nova e ir em frente” e “quanto mais temos empatia pela outra pessoa, mais seguros nos sentimos” (ROSENBERG, 2006, p. 199; 201). Ademais, afirma que a empatia pode ser praticada também em silêncio (2006, p. 211), mas não apresenta robustez científica nas suas conjecturas, limitando-se a exemplos ou vivências sociais de pessoas conhecidas.

Inobstante, ao falar do resultado positivo da CNV, o autor (2006, p. 25-26) refere-se a quatro componentes indispensáveis: observação, sentimento, necessidades e pedido. Só assim será possível “identificar e articular claramente o que de fato desejamos em determinada situação. A forma é simples, mas profundamente transformadora”.

Os quatro componentes (observação, sentimento, necessidades e pedido) podem ser entendidos aqui como um percurso da comunicação não violenta e que se aplica a qualquer jogo de linguagem contextual em que estiver submetida. No entanto, os quatro componentes só terão resultados se respeitada a empatia no procedimento:

Ao usarmos esse processo, podemos começar nos expressando ou então recebendo com empatia essas quatro informações dos outros. [...] mas é importante ter em mente que a CNV não consiste numa fórmula preestabelecida; antes, ela se adapta a várias situações e estilos pessoais e culturais. Embora eu, por conveniência, me refira à CNV como “processo” ou “linguagem”, é possível realizar todas as quatro partes do processo sem pronunciar uma só palavra. A essência da CNV está em nossa consciência daqueles quatro componentes, não nas palavras que efetivamente são trocadas (ROSENBERG 2006, p. 27).

Pela afirmativa acima do autor, fica cristalina a ideia de que o pilar fundamental da CNV está no percurso de quatro componentes e não nas palavras que foram trocadas entre os falantes e esse processo se dá pela empatia, isto né, na consideração com o outro independente da sua linguagem.

Aqui há uma diferenciação entre o objeto metódico da educação como prática da liberdade e da comunicação não violenta. Enquanto o método da primeira se concentra na linguagem pública e ordinária dos falantes em um determinado contexto (que no caso é do Estado democrático brasileiro) no procedimento de aprendizagem, o objeto metódico da segunda se concentra nas quatro componentes procedimentais de acolhimento ao outro (independente do contexto em que vive ou viveu), como uma forma natural de empatia. Rosenberg irá chamar essa nuance empática da comunicação violenta de “estado compassivo natural” dos participantes.

Para explicar esse conceito, Rosenberg (2006, p. 31) cita vários exemplos de pessoas que realizaram a comunicação violenta e que só foi possível graças ao estado compassivo ou de compaixão, de modo que todos saíram satisfeitos e resolvidos em diversas searas da linguagem (na medicina por uma médica em Paris, na escola por uma professora de Chicago, na política por uma ministra francesa em um seminário em Jerusalém, etc):

A CNV nos ajuda a nos ligarmos uns aos outros e a nós mesmos, possibilitando que nossa compaixão natural floresça. Ela nos guia no processo de reformular a maneira pela qual nos expressamos e escutamos os outros, mediante a concentração em quatro áreas: o que observamos, o que sentimos, do que necessitamos, e o que pedimos para enriquecer nossa vida. A CNV promove maior profundidade no escutar, fomenta o respeito e a empatia e provoca o desejo mútuo de nos entregarmos de coração. [...] No mundo inteiro, utiliza-se a CNV para mediar disputas e conflitos em todos os níveis.

Portanto, a CNV de Rosenberg é um processo de comunicação que se encaixa a qualquer uso prático da linguagem e nas relações sociais e intersubjetivas. Diante dessa flexibilização, seria possível conectá-la na linguagem educacional, na medida em que serviria como mais um utensílio no processo de aprendizagem. Enquanto a educação como prática da liberdade pretende registrar fielmente o vocabulário dos participantes para entender melhor o contexto do alfabetizando e acolhê-lo, a própria prática da liberdade no processo pedagógico já não seria em si uma forma de comunicação não violenta? A diferença está não apenas no percurso, mas no rigor científico de cada um dos conceitos analisados.

Como exemplos de complementaridade entre a comunicação não violenta e a educação como prática da liberdade pode-se verificar com Lima (2019, p. 156) a sugestão de

criação de grupos de ações práticas de apoio aos alunos, bem como um dia do diálogo entre todos em um dia na escola.

Ações solidárias no ambiente institucional também ajudam também a desenvolver o senso de empatia segundo o autor, mas principalmente, a criação de um ambiente disponibilizado pela instituição de ensino para ouvir as pessoas que pariticpam ali, ambiente esse gerido por um profissional em psicologia semanalmente¹³.

O autor (2019, p. 157) também afirma que “ouvir os alunos, conhecer sua realidade externa e dialogar são caminhos para gerar uma CNV, oportunizando mudanças no ambiente escolar e conseqüentemente na vida do aluno”.

Portanto, conclui-se que a comunicação não violenta nao possui o rigor um método científico, ou de um percurso sistemático com funcionalidades complexas específicas (como a filosofia analítica da escola de Oxford e a educação transformadora de Paulo Freire). Ainda assim, ela acontece como uma prática capaz de se adaptar as mais diversas esferas sociais e justamente por isso poderá contribuir na prática do desenvolvimento da “educação como prática da liberdade” (auxiliando, por exemplo, na apuração prática das “palavras geradoras” e fomentar conseqüentemente o projeto de educação transformadora).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com os referenciais teóricos e com a contribuição bibliográfica foi possível verificar que a comunicação não violenta, em que pese à ausência de método científico no projeto de educação transformadora, pode sim ser analisada como um processo de comunicação e linguagem e diante dessa afirmação foi possível analisar esse conceito conforme as premissas da filosofia analítica da Escola de Oxford.

Nesse sentido, a comunicação não violenta pode ser compreendida como uma prática social que pode ser introduzida em todas as esferas comunicativas e linguísticas da sociedade, inclusive ao desenvolvimento educacional. Portanto, a comunicação não violenta não se limita a determinados métodos científicos lógico-formais, mas os métodos científicos poderão

¹³ “Frente a estas ações foi desenvolvendo atividades paralelas semanais que tornaram hábitos: -grupo de ações de apoio ao amigo (neste o aluno que tiver algum problema pode contar com o grupo para registro e busca de ajuda- trabalhando o ouvir) dia de diálogo (momento para alunos conversarem sobre temas com um profissional da área de trabalhanndo o dialogar) ação solidária (ação no bairro ou famílias – trabalhando a partilha) sala de ouvir (uma profissional em psicologia semanalmente em uma sala para atender alunos que sentem a necessidade de conversar)” (LIMA, 2019. p. 156).

incluir a comunicação não violenta como uma ferramenta prática, isto é, como um utensílio metódico.

Igualmente, foi possível verificar as premissas da filosofia da linguagem comum na educação como prática da liberdade, ensaio produzido pelo educador brasileiro Freire, sobretudo no uso de palavras geradoras, isto é, uso comum do povo no que tange a palavras que possuem um alto grau de generalidade e abstração.

Foi possível concluir também que a educação “prática da liberdade” do autor Paulo Freire também parte das premissas da filosofia analítica da Escola de Oxford, sobretudo no tocante à busca do conhecimento pelo uso da linguagem comum no contexto prático em que se realiza e nesse caso, no contexto democrático brasileiro onde a educação se desenvolve.

Igualmente, foi possível verificar as premissas da filosofia da linguagem comum na educação como prática da liberdade, ensaio produzido pelo educador brasileiro Freire. Ao priorizar a intenção do indivíduo falante (e participante das práticas sociais) na construção do significado de uma “palavra geradora” em seus diferentes filtros e funções de linguagem (sintática, semântica e pragmática), o conhecimento passa a ser transformado pelos participantes por um processo dialógico, mas também crítico-reflexivo.

O melhor exemplo dessa afirmativa está na autorreflexão, procedimento de aprendizagem que busca na construção de um significado quando questiona, provoca e confronta os falantes que estão participando. Considerando todas essas questões, a educação é realizada por diferentes processos que vão além do formalismo.

A educação carrega uma carga política quando a considera como um direito e uma garantia fundamental dos cidadãos brasileiros bem como um dever do Estado e responsabilidade de todos os cidadãos participantes no processo civilizatório. Todavia, a educação como desdobramento da democracia para Paulo Freire é uma forma de vida que necessita de constante revisão, inclusive política.

Se a comunicação não violenta se concentra na empatia, a educação como prática da liberdade se concentra na democracia brasileira, no ideal emancipatório dos cidadãos, no exercício do direito a educação como uma forma de vida transformadora. Portanto, mesmo com métodos diferentes, a educação como prática da liberdade e a comunicação não violenta são utensílios práticos, isto é, ferramentas metódicas para uma educação transformadora, metodologicamente crítica e reflexiva.

Em que pese às conclusões, uma “varredura” relacionando a filosofia analítica e o projeto da educação transformadora seria de suma importância, bem como a possível relação do autor Paulo Freire com a filosofia da linguagem. Além da reflexão metodológica crítico-

analítica, a educação como prática da liberdade e a comunicação não violenta inseridas em um modelo de educação transformadora projetam-se em conceitos que serão compartilhados entre os participantes para que se extraia a melhor significação dos conceitos que se queira discutir de maneira harmônica, cidadã, democrática, argumentativa e transitória.

REFERÊNCIAS

DA COSTA, J. A educação segundo Paulo Freire: uma primeira análise filosófica. **Theoria** – revista eletrônica de filosofia, v. 7, n. 18, p. 72-88, 2015.

DA SILVA, B. E. Resenha de “Educação como prática da liberdade”, de Paulo Freire. **Revista Brasileira de Educação**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Rio de Janeiro, Brasil n. 14, p. 180-186, maio-ago., 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27501416>.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GOMES, F. A. A abordagem enunciativa da linguagem e a Escola de Oxford: algumas considerações. **ReVEL**, v. 18, n. 34, p. 68-84, 2020.

LIMA, L. H. Comunicação Não Violenta: reflexões sobre um novo método de abordagem e combate à violência verbal no ambiente escolar. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 4, ed. 9, v. 3, p. 145-158, 2019.

ROSENBERG, M. B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Ágora, 2006. Disponível em: http://www2.ifam.edu.br/campus/cmc/noticias/setembro-amarelo-1/comunicacao-nao-violenta-marshall-b_-rosenberg.pdf. Acesso em: 16 ago. 2021.

STRECK, L. **Dicionário de Hermenêutica**. 2. ed. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2020.

CIVILIZAÇÃO EM FREUD: da necessidade absoluta ao mal-estar

Bruno Fiuza Franco

RESUMO: O presente trabalho busca articular o surgimento do campo de saber psicanalítico articulando os conceitos de inconsciente, pulsão e civilização. Através de uma pesquisa bibliográfica da obra freudiana, pretende-se demonstrar como a concepção de sujeito na psicanálise está articulada à necessidade inerente deste à civilização, sendo esta a possibilidade para sua satisfação pulsional. Como na experiência humana se perdeu qualquer possibilidade de orientação natural para a descarga energética em busca do prazer, é na relação social que será dado essa possibilidade de satisfação. Nesse sentido a civilização é uma necessidade absoluta do sujeito. Ao mesmo tempo, porém, na obra de Freud essas limitações pulsionais, necessárias para a cultura, são causadoras de sofrimento, já que exige uma alta renúncia sem contrapartida satisfatória, gerando a sensação de mal-estar.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise. Inconsciente. Pulsão. Civilização. Mal-estar.

ABSTRACT: The present work seeks to articulate the emergence of the psychoanalytic field of knowledge articulating the concepts of unconscious, drive and civilization. Through a bibliographic research of the Freudian work, it is intended to demonstrate how the concept of subject in psychoanalysis is articulated to the inherent need of this to civilization, which is the possibility for his pulsional satisfaction. As in the human experience any possibility of natural orientation for the energetic discharge in search of pleasure was lost, it is in the social relationship that this possibility of satisfaction will be given. In this sense, civilization is an absolute necessity of the subject. At the same time, however, in Freud's work, these drive limitations, necessary for culture, cause suffering, since it requires a high level of renunciation without satisfactory counterpart, generating a feeling of unease.

KEYWORDS: Psychoanalysis. Unconscious. Drive. Civilization. Malaise.

1 INTRODUÇÃO

O século XX e, por conseguinte, o século XXI, foi o século da psicanálise. A torção feita pelo pensamento freudiano na epistemologia científica é incontornável, seja em diálogo seja em negação. Ao deslocar o centro de gravidade da humanização pra a instância inconsciente, em contrapartida ao pensamento moderno que colocava em evidência a racionalidade consciente, alterou profundamente a sociedade.

Advinda da prática clínica, a descoberta de Freud, médico vienense, de que as ações subjetivas não eram determinadas por aquilo que o sujeito tinha na sua consciência, porém eram movidas por forças que lhe eram estranhas, mas, nem por isso, menos imperiosas, carrega consigo uma compreensão de formação do sujeito que gera consequências para a

gênese subjetiva. Essa importância se dará não somente no âmbito das ciências psicológicas, mas em todo o campo das ciências sociais.

Mais do que fruto da genialidade de uma única pessoa, no caso Sigmund Freud, a psicanálise só foi possível através de certas condições históricas e sociais específicas da modernidade. As transformações advindas de fenômenos históricos muito específicos, como o pensamento cartesiano, as transformações da compreensão do conceito de saúde e, portanto, a alteração da figura do médico e das práticas de cuidado, forma indispensáveis para que o sofrimento individual pudesse ser elegido como uma fenômeno digno de ser escutado e estudado. Nesse sentido é fundamental pensar como a psicanálise é fruto das contradições de seu tempo.

2 A HISTORICIDADE DA PSICANÁLISE

Não há como um pensador das chamadas ciências humanas ou sociais escapar da tarefa de pensar a civilização, ou seja, as formas como os seres-humanos coexistem em determinado espaço geográfico, com suas regras, efeitos subjetivos, problemáticas. Isso se dá pois não existe sujeito sozinho, fora das relações estabelecidas dentro de um grupo. Embora seja um tema exaustivamente revisitado não é possível falar que esteja esgotado, uma vez que a interpretação sobre os elementos desse fenômeno depende de abordagem teórica, elementos epistemológicos, entre outros fatores. Assim, mesmo sendo um tema em comum, seus efeitos, a importância dada a cada polo, por exemplo, serão explicados a partir de determinado ponto de vista epistemológico.

O criador da Psicanálise, Sigmund Freud (1856-1939) também buscou construir um saber sobre essa questão. É válido ressaltar que o interesse inicial deste autor era a tentativa de tratamento de uma doença que vinha sendo negligenciada pela medicina de sua época. Nascido na Morávia, mas se mudando logo cedo para Viena, Freud se formou em medicina e tinha o interesse em seguir carreira de pesquisador da área, muito embora também tivesse interesse nas questões do espírito, tanto que pensava em seguir a carreira de advogado (ROUDINESCO, 2016). Entretanto, as necessidades materiais da vida fizeram com que Freud tivesse que renunciar a sua promissora carreira de pesquisador e passasse a exercer a função de clínica médica. Em sua prática ele se deparou com diversos casos de uma doença que parecia se multiplicar em seu tempo, a histeria, que, devido ao estado das ciências da saúde no século XIX, era negligenciada por esses saberes.

A medicina de sua época vivia um dilema epistemológico. A prática médica não surge na modernidade, tanto que quem é considerado o pai da medicina é o grego Hipócrates (377 a.C). Como prática e construção de um saber, portanto, este campo existe desde que a civilização humana se formou, na tentativa de auxiliar os enfermos, além de construir um saber sobre o próprio adoecimento e de saúde. Entretanto, não é possível afirmar que, tanto epistemologicamente quanto em relação à prática, a medicina tenha sido um campo uniforme em toda a sua história.

A própria noção do objetivo do médico se altera na medida em que se modifica o seu objeto de intervenção, qual seja, a doença. Scliar (2007) nos aponta que definir o que é saúde, e, portanto, seu par, a doença, não é uma tarefa simples, e que se necessita de uma perspectiva histórica para se ter de fato a dimensão de como ela se estabelece em cada época. Em suas palavras,

O conceito de saúde reflete a conjuntura social, econômica, política e cultural. Ou seja: saúde não representa a mesma coisa para todas as pessoas. Dependerá da época, do lugar, da classe social. Dependerá de valores individuais, dependerá de concepções científicas, religiosas, filosóficas. O mesmo, aliás, pode ser dito das doenças. Aquilo que é considerado doença varia muito (SCLIAR, 2007, p. 30).

Assim, a doença foi entendida durante muito tempo, principalmente na Grécia antiga como um elemento de desequilíbrio entre os humores internos, e a saúde, portanto, seu oposto, um equilíbrio. A tendência interna era a de se manter esse equilíbrio, sendo a interferência ambiental a causa do adoecimento, como através da respiração de gases putrefatos. As espécies de tratamento vinham no intuito de auxiliar o convalescente a restabelecer esse estado ideal de equilíbrio interno, sendo essa a orientação do médico. Entre essas práticas estavam o deslocamento para localizações mais salubres, a aplicação de emplastos e até mesmo procedimentos invasivos na tentativa de retirar o humor que estivesse em excesso.

Com as transformações históricas impostas à civilização pela Idade Média, a compreensão sobre os processos de adoecimento e saúde se alteram. Como a matriz interpretativa da realidade que vigorava nesse período era a compreensão teológica cristã, ou seja, a leitura dos fenômenos do mundo passava por uma hermenêutica religiosa, o adoecimento era compreendido por esse prisma.

Assim, de acordo com Scliar (2007, p. 33), “[...] a influência da religião cristã manteve a concepção da doença como resultado do pecado e a cura como questão de fé”. O doente estava nessa situação devido aos seus atos, por ter pecado. Dessa forma, recaí sobre o próprio doente a responsabilidade por seu estado. A cura não depende mais da capacidade e do saber

do médico ou de outra pessoa que auxiliava esse sujeito, mas sim do seu merecimento, ou seja, se Deus daria ou não a graça da cura para o doente.

Interessante ressaltar que, em um movimento dialético, em alguns momentos, mesmo da sociedade contemporânea, essa visão do adoecimento como responsabilidade individual ainda se mantém presente, como nos aponta a intelectual americana Sontag (1978), que indica como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) foi, e ainda é vista por parte da população como responsabilidade de quem a adquiriu e foi utilizada muitas vezes como uma espécie de castigo divino para a população que seria pecadora, como os LGBTQIA+. Inclusive a autora nos apresenta como durante muito tempo desde o início da epidemia dessa doença, os governos se abstiveram de apresentar qualquer plano de combate ou de orientação sobre seu contágio já que a compreensão era de que somente esse grupo seria vitimado por ela.

Na Idade Média europeia, não por acaso, surgiram as casas de recolhimentos, que ficaram conhecidas mais tarde e com outra configuração como os hospitais (AMARANTE, 2013). Nesses espaços durante a Idade Média, o objetivo não era cuidar do doente, com a intervenção do médico ou de outro profissional da saúde, visando restabelecer a saúde do paciente, mas eram locais de acompanhamento deste, seja para uma recuperação natural, entendida como benevolência divina, seja para acompanhar o mesmo até sua morte, mitigando, com medicamentos e práticas religiosas, o seu sofrimento. Somente em períodos posteriores, em que a medicina, principalmente, vai ocupar esses espaços através de um saber dito científico é que os hospitais terão a configuração mais próxima daquela que eles têm na atualidade.

É fundamental ressaltar que durante esse período a medicina, de certa forma, encontrava-se em um período de estagnação de seu conhecimento. Devido aos imperativos católicos, os médicos e fisiologistas foram impedidos de executar o estudo da anatomia humana. A crença era de que quando houvesse o juízo final, profecia bíblica de retorno de Jesus, o corpo morto se ergueria e seria salva pela volta divina, o ato de exumar e dissecar cadáveres era visto como blasfêmia, podendo inclusive levar o autor à fogueira da inquisição, acusado de bruxaria. O conhecimento anatômico utilizado nesses anos foi aquele adquirido pelo conhecimento grego e o praticado pela dissecação animal, principalmente de suínos, que possuem uma formação corporal próxima, mas não idêntica, ao corpo humano.

Somente com o final da Idade Média, por fatores sócio-históricos específicos, o conhecimento médico pôde ser retomado e houve o fortalecimento da ideia de que a razão, e não mais Deus, seria a medida da humanidade. Se, na Idade Média, o que diferenciava o

homem de outros seres da criação era justamente a leitura bíblica de que o homem foi feito à imagem e semelhança do criador, na idade moderna, com o movimento cartesiano, essa diferenciação foi pensada através da razão (FIGUEIREDO, 2007).

Filosoficamente, pode-se destacar a máxima cartesiana, “Penso, logo existo” (DESCARTES, 1637/2018), como o momento fundante do pensamento moderno. Através de um edifício teórico consistente, que possui como método a dúvida metódica, o autor vai deslocar de qualquer teologia metafísica a ontologia humana, e situá-la na capacidade de pensamento essa origem. Assim, a razão passa a ser a fiadora do conhecimento humano sobre o mundo, e a medida de todas as coisas.

Nesse movimento surgem as bases conceituais para o surgimento da ciência moderna. Em outras palavras, na modernidade, situada historicamente após o fim da Idade Média, a sociedade criou uma forma de conhecer o mundo externo e a si mesmo, construindo um saber que deveria ser seguro. Para tanto, ele devia passar pelo crivo da razão. Só era, portanto, conhecimento de fato, se fosse racionalmente construído. Nessa perspectiva, para que fosse possível essa segurança era preciso seguir alguns passos, em outros termos, surgiu a ideia de que o método científico era o fiador da segurança cognoscente (FIGUEIREDO, 2007).

Esse movimento de racionalização do mundo externo, e por extensão, do próprio mundo interno, vai ser a matriz moderna que chega até o presente da construção do conhecimento científico. Nesse método a reprodutibilidade e objetividade estão em primeiro plano de evidência para um cientista. O sujeito que produz o conhecimento não tem valor enquanto tal, ele deve ser eclipsado na pesquisa, não se deve aparecer nenhuma marca de sua subjetividade, somente assim, o conhecimento pode ser seguro. Tanto que outro pesquisador, independente de quem seja, em qualquer outro lugar, seguindo o método, ou seja, reproduzindo esse saber, deve chegar ao mesmo resultado, caso contrário essa pesquisa tem pouco valor científico.

A medicina vai passar também por esse processo de racionalização, muito embora esse processo não tenha sido automático. É somente no final do século XVIII que Foucault (1980/2017) marca o nascimento da medicina moderna, justamente com a transformação de um dispositivo, a clínica médica. Dunker (2011) relata que o conhecimento técnico no campo médico avançou drasticamente no século XVI e XVII, mas convivia com uma prática que se baseava ainda em conhecimentos anteriores à ciência. Foi somente com uma mudança epistemológica da compreensão do saber e da doença que foi possível que a medicina cedesse a práticas ancestrais e permitisse a abertura do seu dispositivo ao saber científico.

É neste contexto que vai surgir a medicina moderna. O microscópio como epítome dessa transformação, já que permitia observar microrganismos causadores das doenças, levando ao abandono tanto da teoria dos humores como a dos castigos divinos. É concomitante a cientificização do saber médico o surgimento da medicina social e seu equivalente filosófico, o higienismo. A partir do conhecimento que o campo médico passa a adquirir sobre os processos biológicos de doença e saúde, o médico passa então a reinar neste campo, imiscuindo seu saber à vida cotidiana. Assim, passa-se não só a tratar do adoecimento, mas passa-se a tentar criar medidas sociais preventivas ao adoecimento (AMARANTE, 2013).

Essas práticas preventivas tiveram um duplo efeito. De fato, estatisticamente, houve uma série de alterações nos processos de adoecimento físico, com grandes avanços em processos de higiene e diminuição de mortalidade, processo que até hoje vemos avançar. Por outro lado, o higienismo, ou seja, o movimento da área da saúde de criar práticas sociais de higiene resvalou, muitas vezes, em um processo de puro preconceito e opressão disfarçados de saber científico. Estudiosos das práticas da época, como Amarante (1995) indica que certos grupos sociais, como os mais pobres, os marginalizados, os negros, os gays e lésbicas, as travestis e grupos trans, as prostitutas, entre outros, foram eleitos como alvos específicos do movimento higienista, que justificavam uma certa limpeza social através de um discurso de saúde. Esses grupos eram violentados, presos, criminalizados através do saber da saúde, sem, de fato, serem a causa de muitos adoecimentos.

É justamente essa hiperinflação do saber médico sobre a existência cotidiana dos sujeitos que Foucault (1979) vai chamar de biopoder ou biopolítica. A medicina, com o avanço sobre os processos de patologia e saúde passa a não ser somente mais uma área específica do conhecimento que lida com doenças, mas se torna o saber primordial sobre a organização social e sobre a vida cotidiana dos sujeitos. Com seu discurso calcado na ciência, esse campo passa a ser o detentor do saber sobre a política, saneamento, práticas sexuais, natalidade, entre outros, estando presente e controlando os comportamentos mais banais da vida.

É sobre a construção desse conhecimento médico que Freud se forma. Roudinesco (2016) nos aponta que os médicos da Universidade de Viena, onde ele se graduou, e que era um curso de referência para toda a Europa à época, estavam mais preocupados em acompanhar o avanço da doença, no furor de catalogar e sistematizar as diferentes patologias dentro de uma semiologia. As práticas médicas do período eram completamente indiferentes ao sofrimento subjetivo do adoecimento. O importante era extrair disso a etiologia, sintomatologia e prognóstico, para construção de um saber objetivo sobre o adoecimento.

Nessa efervescência de transformação das práticas de saúde que a psicanálise vai surgir. Ela, de fato, só poderia ser fruto desse período. Se anteriormente o sofrimento do adoentado estava fora da alçada do profissional já que era resultado de ações divinas, agora com a busca racional de entender a gênese biológica das doenças, é que se pode investigar o sofrimento e, no caso da psicanálise, encontrar em sua origem não uma causalidade fisiológica, mas psíquica. É por esse motivo que a psicanálise é fruto da modernidade, e só pôde surgir dentre as condições históricas específicas deste período.

O que interessava ao médico da época de Freud eram as manifestações objetivas da doença, aquilo que podia ser observado, mensurado, objetivado. A histeria por não apresentar uma sintomatologia biológica ou fisiológica, era desconsiderada pelos pesquisadores da época (MAURANO, 2010). Era muito comum frente a uma paciente diagnosticada como histérica que o médico a ofendesse, chamando seu sofrimento de mentira, piti, inclusive um dos nomes da histeria era pitiatismo, teatro. A histérica não cabia no discurso médico científico.

É válido ressaltar que a histeria não foi uma doença descoberta na modernidade. Desde os gregos já se tinha catalogado essa patologia, muito embora sua causalidade vai sendo alterada ao longo do tempo. Na Grécia antiga se acreditava que ela era consequência do vazio uterino, e, portanto, seria exclusiva às mulheres. Como tratamento se recomendava o preenchimento desse órgão através da gravidez. Já na Idade Média, ela foi equalizada à possessão demoníaca, sendo muito comum que as pessoas que sofriam desse mal fossem acusadas de bruxaria e condenadas a morte na fogueira ou pelas outras formas de extermínio perpetradas pela inquisição (MAURANO, 2010).

Freud não aceitava o reducionismo biológico da patologia, pregado pelos médicos de seu tempo. É importante frisar que a preocupação com o adoecimento histérico não era uma preocupação somente da sensibilidade individual do médico vienense. Havia um certo número de estudiosos na Europa que também não reduzia o sofrimento histérico a um mero teatro. Charcot (1825-1893) na França e Breuer (1842-1925) foram pessoas próximas a Freud, sendo inclusive mestres aos quais ele se dirigiu para aprender, e que também buscavam averiguar a composição da histeria de forma científica.

O que diferencia Freud de outros pesquisadores dessa psicopatologia de sua época é que estes tentavam encontrar a determinação orgânica do sofrimento histérico, muitas vezes através do estudo anatômico do cérebro da doente. Freud, por outro lado, desde muito cedo em suas investigações encontrou a causalidade psíquica como determinante dessa doença, ou seja, não se trata de um mau funcionamento de um órgão, ou de algum trauma físico que o tivesse afetado, mas sim de alguma memória ou emoção do paciente que o levou ao

adoecimento. Para Freud a determinação psíquica na etiologia das neuroses vai ser determinante em relação ao aparato biológico (ROUDINESCO, 2016). Foi investigando a etiologia da histeria, na busca de construir um método de tratamento, que Freud construiu um novo campo de saber chamado Psicanálise.

3 A PSICANÁLISE DESCOBRE O INCONSCIENTE

Na tentativa de encontrar a etiologia biológica da histeria, como era a prática comum em seu tempo, Freud encontra outro determinante para essa patologia, as questões psíquicas. Ele ficou encantando com o que viu em Paris, quando fez um curso de algumas semanas com o mestre da hipnose, o médico Charcot. O parisiense conseguia através desse método tanto retirar quanto inserir sintomas histéricos, a partir do estado típico de extrema sugestibilidade; e, o que escandalizava ainda mais à época, sugeria esse tipo de adoecimento para pacientes homens, uma vez que se acreditava que a histeria era uma doença estritamente feminina, tanto que seu nome deriva da palavra grega útero.

A equação parecia razoavelmente simples. Se a causalidade do sofrimento histérico fosse de ordem fisiológica, seria impossível introduzir ou retirar os sintomas meramente através desse método de indução. Portanto, o tratamento sugerido por Charcot apontava que os pacientes histéricos tinham como determinação causal um trauma de origem psíquica. Em alguns experimentos, era dada uma ordem para o sujeito em estado hipnótico, para que ele cumprisse após o tempo desperto. Mesmo fora do estado de hipnose, e sem saber o motivo, o comportamento comandado era feito por ele.

Freud vai ainda mais longe nos seus estudos, tanto no curso em Paris quanto nos seus atendimentos clínicos em Viena, utilizando a hipnose como método. Se o doente ao ser questionado, desconhecia as origens de seu sofrimento, mas mesmo assim se comportava de forma estranha à sua consciência, muitas vezes resultando em comportamentos que levavam ao sofrimento, era porque a determinação dos seus sintomas estava fora da consciência, ou seja, nessa estrutura nova, chamada inconsciente. Segundo Freud (1912a/1996, p. 193), “a mente do paciente histérico acha-se cheia de ideias ativas, porém inconscientes; todos os seus sintomas procedem de tais ideias. É, na verdade, a característica mais marcante da mente histérica ser governada por elas”.

Assim, com a própria experiência, ele percebeu que forças que não estivessem plenamente conscientes podiam também serem capazes de gerar ações, interferências na vida

psíquica do sujeito. Essa tese é radical na medida em que subverte a lógica moderna e cartesiana de que somente a razão e a consciência poderiam ser capazes de determinar os comportamentos subjetivos. Desse modo, Freud (1912, p. 192) estabelece uma nova relação entre a consciência e o inconsciente: “A ideia da ação ordenada na hipnose não apenas tornou-se objeto de consciência em determinado momento, mas o aspecto mais notável do fato é que esta ideia tornou-se ativa; foi traduzida em ação, assim que a consciência tornou-se ciente de sua presença”.

A própria psicologia, que surgia quase que concomitante à psicanálise, na Alemanha, tinha como objeto os aspectos conscientes dos pensamentos. Wundt (1832-1920), considerado o pai da psicologia, utilizava como método de pesquisa a introspecção, que consistia em que o sujeito fosse capaz de conscientemente, descrever certos aspectos do pensamento que estavam sendo investigados. A ciência psicológica moderna, portanto, elege a consciência como seu objeto de análise. É por esse motivo, inclusive, que Freud muitas vezes diferencia a psicanálise da psicologia, já que tomava como objeto de suas investigações outra instância que não a consciência. Em alguns momentos de seu texto aparece a expressão psicologia profunda para caracterizar o que fazia, apontando que ele tomava as camadas subterrâneas do psiquismo como objeto (FREUD, 1912a/1996).

A psicanálise, portanto, como campo de saber, é criada como uma estratégia de enfrentamento ao sofrimento psíquico. Entretanto, ela só é possível de ser formalizada quando Freud abandona definitivamente o método hipnótico de tratamento. Isso se dá por dois motivos. O primeiro que ele admite é que era um mau hipnotizador. Nem todas as pacientes podiam ser hipnotizadas por ele, o que limitava muito o alcance de sua possibilidade de tratamento (FREUD, 1914/1996). Outro motivo, e o mais radical para esse abandono, foi a constatação de que a hipnose tinha, de fato, um efeito de remoção dos sintomas. Através da sugestão hipnótica, que levava o sujeito a relembrar o acontecimento que desencadeou o início sintomático, acontecia de os sintomas serem eliminados. Entretanto, o ele não se curava completamente. Após a passagem de tempo, o mesmo sintoma, ou outro deslocado aparecia e se impunha novamente ao doente (FREUD, 1914/1996).

O exemplo mais claro desse acontecimento se deu com a paciente Anna O., atendida por um longo tempo pelo amigo íntimo de Freud, o também médico vienense Josef Breuer. A paciente era pertencente a uma abastada família da cidade e desde muito cedo manifestava os mais diversos sintomas histéricos. Incapacidade de andar, de falar o idioma alemão, ingerir água, uma profunda melancolia, eram alguns dos sintomas de sua vida. A família buscou

todos os tratamentos disponíveis na sua época, desde os banhos terapêuticos até o tratamento pela hipnose, que era feito por Breuer (ROUDINESCO, 2016).

Embora tivesse uma longa história de tratamento com essa mulher, Breuer foi incapaz de curá-la completamente, tendo na maioria das vezes ganhos pontuais e temporários, que logo eram solapados pelo aparecimento de outro sintoma e outra forma de sofrimento. A relação terapêutica se tornou tão intensa que o tratamento teve que ser abandonado uma vez que Anna O. se enamorou de seu médico, tendo inclusive como sintoma uma gravidez psicológica.

Freud, ao analisar esse caso específico, que está descrito no livro Estudos sobre a histeria de 1895, escrito por ele e por Breuer, vai criticar o que ele denomina de tratamento catártico. Essa forma de tratamento consistia em trazer à consciência algum elemento esquecido pelo paciente, carregado de energia psíquica, e que, portanto, estaria gerando algum sintoma. Esse desvelamento desfaria esse enodamento psíquico, gerando um alívio a partir dessa lembrança, levando ao desaparecimento do sintoma. Era como se a hipnose levasse a um alívio mental, tanto que Anna O. chamava o tratamento feito por ela e por Breuer de limpeza de chaminé (ROUDINESCO, 2016).

O que Freud percebe é que se os sintomas retornavam, isso se dava, pois, a origem dos mesmos não se encontrava no acontecimento esquecido, mas sim em camadas mais profundas do psiquismo do paciente. A partir disso, e pela dificuldade de hipnotizar seus pacientes, Freud vai desenvolver um novo método de acesso a esses níveis mais obscuros do pensamento de suas pacientes. A invenção freudiana se deu em uma orientação dada a elas de falarem o que viesse à mente, sem se preocuparem com moralidade ou sentido, método chamado de associação livre (FREUD, 1913/1996). A concepção freudiana era de que, na medida em que os mecanismos de defesa conscientes do sujeito relaxassem a partir da fala livre, algo da ordem do inconsciente pudesse se manifestar e o médico, um ouvinte atento, pudesse intervir (FREUD, 1914/1996). Nesse sentido ele propõe que as vias de acesso ao inconsciente seriam os sonhos, atos falhos, lapsos de memória e os chistes, sendo estes os momentos em que o Eu diminui suas formas de defesa e algo do saber inconsciente pode surgir.

Somente a partir da criação desse novo método de acesso ao inconsciente é que se pode falar na criação de fato da psicanálise, uma vez que é somente então que o interesse do médico está não mais em trazer à tona da consciência um fato esquecido, mas trabalhar conflitos inconscientes que tornaram determinado fato esquecido. O que Freud propõe é que a instância inconsciente, presente em cada sujeito, possui seus conteúdos próprios e suas

dinâmicas particulares de organização e de manifestação. O inconsciente psicanalítico é, portanto, dinâmico, ou seja, ele busca, através de leis próprias a sua manifestação. Segundo o autor (1912b/1996, p. 196),

Aprendemos, portanto, pela análise dos fenômenos neuróticos, que uma ideia latente ou inconsciente não é, necessariamente, uma ideia fraca, e que a presença dessa ideia na mente admite provas indiretas do tipo mais convincente, equivalentes à prova direta fornecida pela consciência. Sentimo-nos justificados em fazer nossa classificação concordar com este acréscimo ao nosso conhecimento, introduzindo uma distinção fundamental entre diferentes tipos de ideias latentes ou inconscientes. Estávamos acostumados a pensar que toda ideia latente assim se tornou por ser fraca e que se transformou em consciente logo que se tornou forte. Adquirimos hoje a convicção de que há algumas ideias latentes que não penetram na consciência, por mais fortes que possam se haver tornado.

A origem sintomática está, portanto, em um conflito psíquico inconsciente. Na medida em que avança no tratamento de seus pacientes Freud vai desvelando o conteúdo universal desses conflitos, qual seja, a contradição entre uma satisfação pulsional e os ditames da civilização que impedem essa possibilidade de se satisfazer.

De forma geral, Freud, no seu tratamento com a histeria, percebe que o núcleo dos conflitos passa necessariamente por uma questão sexual. De forma mais radical, o que ele percebe é que esse choque se dá na infância, ou seja, há uma excitação sexual infantil que foi esquecida pelo sujeito adulto, mas que nem por isso deixou de existir no inconsciente e produzir efeitos na vida adulta (MARIGUELA, 2006).

Essa tese, que foi fruto de várias distensões e ataques a Freud, deve ser compreendida na sua complexidade. O conflito sexual não se trata de um conflito genital. A configuração de uma satisfação através da genitalidade só vai se desenvolver no psiquismo humano na adolescência, em que se é ensinado que é pelo órgão genital que se deve se satisfazer (FREUD, 1905/1996). Antes disso, a criança sente um intenso prazer corporal na descarga das suas pulsões, sem necessariamente essas excitações passarem pela genitalidade. Freud aponta que a cavidade oral, anal entre outras encontram-se no desenvolvimento infantil, investidas de capacidade excitatória e, portanto, são elas também formas de satisfação sexual.

Nesse sentido, quando Freud trata o conceito de sexualidade, o que está sendo apontado são formas intensas de satisfações, que perpassam por zonas erógenas diversas, que são sentidas pelo sujeito com intenso prazer (FREUD, 1905/1996). O conceito de sexual é mais amplo do que somente o ato sexual, embora não o negue, mas se trata de formas de satisfação tão intensas, que mais tarde serão representadas psiquicamente pelos sujeitos como o gozo sexual. É por esse prisma que se deve compreender, por exemplo, a discussão

freudiana de que o bebê experimenta uma satisfação sexual ao mamar no seio da mãe (FREUD, 1905/1996).

Na infância, então, quando Freud trata de uma sexualidade infantil, não necessariamente está se referindo a uma excitação dos órgãos genitais, mas a formas de prazer sentidas no corpo do infante, tão intensas que ele é incapaz de, psiquicamente, representar o que se passa em seu corpo. Assim, a criança que sente um desejo sexual pelo progenitor, conhecido como complexo de Édipo, não está necessariamente lidando com uma conjugação genital com o mesmo, mas sim uma forma de encontro excitatório e prazeroso intenso. Mais tarde, na vida adulta, essa sensação pode ser lembrada como um desejo sexual genital, mas isso se dá, pois, a sexualidade na adolescência é capturada pelo discurso social para se realizar na genitalidade, e não necessariamente porque na origem ela de fato o fosse.

Dessa maneira, quando Freud, com a associação livre, coloca suas pacientes em análise, começa a aparecer como origem do conflito psíquico inconsciente uma dissociação entre essa busca por um prazer intenso no progenitor, de sexo oposto em sua maioria, e a culpa e a incapacidade de reconhecer esse desejo como seu. É curioso que muitas vezes esse desejo era simbolizado na memória das pacientes como um fato, ou seja, uma memória de que algo da ordem do abuso sexual havia acontecido. Freud inclusive chega a acreditar que de fato os pais dessas pacientes fossem perversos abusadores (FREUD, 1914/1996). A esse desejo comum e intenso Freud chama de complexo de Édipo, em referência ao mito grego do filho que, sem saber, mata o pai e se casa com a mãe. Segundo o autor, essa história transmite, através da arte, um desejo inconsciente presente em todos os seres humanos, na medida em que a função materna, sendo essa local de cuidado e proteção, é altamente investida de afeto pelo filho, que vê na figura paterna um concorrente por sua atenção.

Entretanto, o discurso que se repetia imperiosamente em todas as pacientes, impossibilitava que todos aqueles pais vienenses pudessem ser, de fato perversos que tivessem molestado suas filhas. O decorrer da análise das pacientes de Freud facultou que a verdade viesse à tona, qual seja, não era que tivessem de fato acontecido os abusos, mas havia, no psiquismo destas pacientes, um desejo para que eles tivessem ocorrido. Freud então passa a apontar a existência da sexualidade infantil. Há na sua concepção a modificação da crença no abuso para a prevalência da fantasia. Não se trata de compreender os elementos que compõe o inconsciente do sujeito como algo real, material, a análise não trata da realidade factual, mas sim de como os elementos foram simbolizados psiquicamente por essas pessoas. Assim, Freud vai apontar que o que importa em um processo de análise é a realidade psíquica do sujeito (FREUD, 1924/1996).

Essa modificação tem efeitos concretos na prática clínica uma vez que não se trata mais de reestabelecer um estatuto de verdade para o sujeito. Destarte, se um paciente discorre para seu analista sobre um fato, este não deve tentar averiguar se este de fato ocorreu ou não, mas sim de que o sujeito opera na sua realidade como se tivesse ocorrido, seu psiquismo atua como se fosse algo verdadeiro. Cabe ao analista investigar os efeitos dessa simbolização.

Um adendo necessário é sobre a discussão do tempo pulsão, que durante muito tempo foi traduzido como instinto na edição brasileira da editora Imago, através da equivalência do termo em inglês *instinct*, de onde foi primeiramente traduzido pela primeira vez a obra do autor para a língua portuguesa. Jorge (2017) apresenta uma discussão sobre esse termo, a partir da palavra utilizada em alemão por Freud, qual seja *Trieb*, que impossibilita uma equalização com a concepção em português de instinto.

Situado no âmbito da biologia, instinto se refere a um saber natural, genético, que é herdado pelos animais e que garante sua sobrevivência. Esse conhecimento que ele adquire de saída permite com que ele sobreviva, uma vez que na natureza as chances de cuidado e de ensinamento são muito pequenas, e provavelmente sem esse saber ancestral as espécies estariam em risco. Assim, quando nasce, um filhote de cavalo, por exemplo, não tem nenhuma dúvida sobre como mamar, ou não precisa ser ensinado a cavalgar (JORGE, 2017).

O animal humano é de outra ordem. A partir do momento do nascimento, o filhote de *Homo sapiens sapiens* está na mais absoluta dependência dos seus cuidadores. Não há nenhum saber que lhe é transmitido pela genética, pela natureza. Toda sua existência se dá em um processo de aprendizagem que permite sua sobrevivência. Não por acaso, o tempo de cuidado de um ser humano é o maior entre todos os animais, pois, de fato, é necessário que ele aprenda absolutamente tudo sobre como viver.

A partir dessa compreensão é que, em psicanálise não é possível compreender como iguais a experiência entre como os animais experienciam a si mesmos e o mundo externo e como isso se dá no humano. Outrossim, a tradução dessa força que impele o sujeito à satisfação não pode ser traduzida pela palavra instinto, já que o saber que possibilita ou não que essas moções internas possam encontrar seus objetos, se dá na lógica civilizatória (JORGE, 2017). Sendo assim, Freud, ao atender suas pacientes e construir sua teoria sobre a subjetividade, acaba por encontrar no âmago da experiência do sujeito, a relação deste com a sociedade.

Freud, na tentativa de sistematizar como essa perda se deu propõe o conceito de recalque orgânico. Para ele o processo de mudança se dá pelo advento da bipedia o que faz afastar o nariz do homem do chão e que, portanto, modifica o funcionamento psíquico que

passa a ser visual (FREUD, 1929/1996). Assim, enquanto os animais possuem o cheiro como um orientador, ao privilegiar o olhar o humano perde qualquer referência natural, inclusive aprendendo em seu desenvolvimento a sentir nojo e repulsa por aquilo que é produzido por seu corpo, como as fezes e a urina, sendo este um indicativo, para Freud, do processo educativo.

4 SUJEITO E SOCIEDADE: a leitura freudiana da civilização

O conceito de sujeito não aparece na obra de freudiana de forma explícita. Embora em vários momentos o autor trate da formação subjetiva, ou seja, como o ser humano se torna como tal, essa palavra não é do vocábulo de Freud. Isso não impede, porém, de apreendermos na leitura da psicanálise que a todo momento o que está em jogo é uma teoria da gênese subjetiva.

Quando Freud propõe a tese radical presente no livro de 1905 três ensaios sobre a teoria da sexualidade, de que não há, de saída, nenhum objeto natural para a pulsão sexual, sendo, portanto, tão intrigante a escolha heterossexual quanto a homossexual (FREUD, 1905/1996), ele está estruturando uma constatação sobre como o sujeito se forma como tal. Para tanto ele busca exemplos nas chamadas perversões sexuais, a adolescência e a sexualidade infantil, na tentativa de desnaturalizar a satisfação pulsional. Ele demonstra que essas pessoas possuem desejo sexual, sem, contudo, a sexualidade estar direcionada para a reprodução da espécie, não tendo, então, um destino de natureza.

A ausência de objeto pulsional é um tema presente em vários momentos da obra de Freud. Essa tese será mais cabalmente construída em seu texto *As pulsões e seus destinos*, texto metapsicológico, de 1915, em que ele escreve:

O objeto de uma pulsão é aquele junto ao qual, ou através do qual, a pulsão pode alcançar sua meta. É o que há de mais variável na pulsão, não estando originariamente a ela vinculado, sendo apenas a ela atribuído por sua capacidade de tornar possível a satisfação. [...] Uma ligação especialmente estreita da pulsão com o objeto é salientada como sua fixação. Ela se dá com frequência em períodos muito remotos do desenvolvimento pulsional e põe fim à mobilidade da pulsão ao se opor intensamente à dissolução da ligação ao objeto (FREUD, 1915/1996, p. 63).

O que Freud aponta é que a relação entre pulsão e satisfação é um amálgama feito na história individual do sujeito. A pulsão se encontra, dessa forma, em uma contradição originária, pois, como ele afirma no mesmo texto, ela é constante e busca sempre a satisfação

(FREUD, 1915/1996), ela não possui uma forma de escape facilitadora, é preciso que seja construída ao longo da vida do sujeito.

Nessa seara é que se encontra uma das novidades da formulação psicanalítica sobre o sujeito. Ele é portador de uma força interna que impõe ao psiquismo uma forma de trabalho para a satisfação, sendo imperioso o mesmo, mas as vias para tal precisam ser construídas na ontogênese subjetiva. Esses objetos só são possíveis de existirem no psiquismo do sujeito na medida em que, no seu desenvolvimento, são dados pelos cuidadores, pelas figuras materna e paterna, que em psicanálise são funções que podem ser ocupadas por qualquer pessoa (FREUD, 1924/1996). Assim, o que é de mais íntimo para o sujeito é, ao mesmo tempo, aquilo que é dado na sua relação social. Nesse sentido é que ele irá afirmar que psicologia é psicologia social (FREUD, 1921/1996), pois a relação entre sujeito e sociedade é de tal forma que o interno é construído pelo externo.

Esses cuidadores, porém, não existem em um espaço vazio. Eles são seres históricos e sociais e que transmitem ao infante aquilo que socialmente é possível dentro de determinada sociedade, como possibilidade de satisfação objetal das pulsões. Assim sendo, aquilo que é privilegiado subjetivamente para ser eleito como objeto da satisfação são elementos históricos e sociais específicos, dependentes de determinado tempo geográfico e histórico (MARCUSE, 1982).

A civilização, categoria fundamental do pensamento freudiano, não pode ser deslocada de suas determinações históricas, portanto. Em sua análise da formação civilizacional, privilegiadamente construída no texto *Totem e tabu* de 1912 ele apontará como só é possível que haja indivíduos quando existe regras sociais, formas tácitas de relação entre os diferentes sujeitos.

Nessa obra, Freud vai se debruçar sobre uma série de cientistas sociais que se destacavam à época, principalmente por construírem uma nova forma de pesquisa sobre as, assim chamadas, sociedades primitivas. Esses autores desenvolviam o método etnográfico, que resumidamente consistia em conviver um certo período com essas civilizações com o intuito de averiguar e investigar os seus costumes e relações sociais. Essa forma de estudo era inédita, já que impunha ao pesquisador a convivência e adquirir os hábitos dessas populações.

Freud então vai tentar analisar, através dos diversos livros escritos utilizando esse método, uma relação entre esses povos primitivos e os sujeitos contemporâneos a ele. As experiências dos cientistas sociais eram múltiplas, em diferentes tribos e populações, dando um panorama amplo e geral sobre o funcionamento dessas sociedades. Freud se questiona,

então, o que desse funcionamento primevo ainda poderia ter resquícios, mesmo que transformados, no sujeito moderno.

Uma percepção não só freudiana, mas dos próprios autores que analisaram essas populações, é que, mesmo as mais primitivas e conservadas no tempo, existiam duas regras básicas, que eram chamadas de tabus, o tabu do incesto e do assassinato da figura totêmica. O tabu é uma proibição radical e sem explicação lógica, que deve somente ser seguido e, violentamente punido aqueles indivíduos que por acaso não o cumpram, inclusive com o assassinato pela tribo. O totem é uma substituição simbólica de uma filiação, geralmente feita na figura de um animal. Assim, a genealogia dessas pessoas não se dava por uma questão consanguínea, mas pela linhagem a qual totem eles haviam nascido (FREUD, 1912/1996). As duas proibições principais em todas as civilizações estavam ligadas a um controle sexual dos cidadãos, já que o incesto, ou seja, relações sexuais entre os irmãos, era proibido, assim como no controle da violência, uma vez que não se podia agir de forma violenta com o pai da tribo.

O interesse de Freud se desloca para como essas leis tão radicais e primevas foram construídas. Ele então propõe o seu mito da horda primeva, se apoiando em uma tese de Darwin, de que os primeiros humanos vivam em hordas. Segundo Freud os primeiros animais que precederam a forma humana vivam em grupos em que um macho extremamente violento tinha acesso a todas as mulheres da horda, e expulsava ou matava os filhos machos que tentassem se satisfazer dentro da horda.

Em determinado momento histórico esses filhos ressentidos se unem e assassinam o pai, para conseguirem se satisfazerem com as fêmeas da tribo. Entretanto, após o assassinato, eles se sentem culpados em terem violentado esse pai e se sentem amedrontados, já que agora, qualquer um pode ser morto por um outro mais forte. Para impedir que esse ato de violência se repita, os irmãos pactuam que o assassinato não poderá ser mais repetido e que, para impedir que haja a tentação, nenhum deles terá acesso às mulheres do grupo, só podendo se satisfazerem sexualmente, com pessoas de outras tribos (FREUD, 1912/1996).

Essa combinação é internalizada por cada sujeito e transmitida de geração em geração, sendo esta a origem da civilização. Para o autor, então a cultura é fruto de um ato de violência e ao mesmo tempo um controle para que ele não seja repetido (KOLTAI, 2010). Mesmo que os sujeitos tenham essas forças internas, pulsões, elas não podem mais serem satisfeitas de qualquer forma, passa-se a se dar um contorno social para essas satisfações. Sem essas regras, que são inconscientes, as relações humanas estariam na ordem da barbárie, já que cada um poderia se deleitar como quisesse, mesmo que isso significasse violentar o outro. É nessa

medida que é possível pensar que, para Freud, a civilização é uma necessidade absoluta do sujeito, para encontrar coordenadas para satisfação de suas pulsões.

O que Freud percebe, porém, é que os sujeitos que ele atendia em sua clínica muitas vezes sofriam por um certo sentimento inconsciente de culpa, como se eles fossem responsáveis e merecedores de seus sintomas. Investigando aprofundadamente, ele percebe que essa sensação era fruto do próprio processo de civilização que exige de seus cidadãos altas doses de renúncia pulsional em troca de segurança e felicidade.

Em seu texto *Mal-estar na civilização* de 1929 o que o médico vienense aponta é que entre a renúncia exigida e as possibilidades objetivas de satisfações objetivas propostas pela sociedade há um abismo. Nessa obra Freud indica que a civilização vem nos proteger das mais importantes ameaças externas. Ele pontua que elas são

O sofrer nos ameaça a partir de três lados: do próprio corpo, que, fadado ao declínio e à dissolução, não pode sequer dispensar a dor e o medo, como sinais de advertência; do mundo externo, que pode se abater sobre nós com forças poderosíssimas, inexoráveis, destruidoras; e, por fim, das relações com os outros seres humanos (FREUD, 1929/1996, p. 67).

A civilização seria uma forma de proteção contra essas três ameaças, pois através dela desenvolvemos a ciência, por exemplo, que pode minimizar os efeitos da decadência interna, aumentar o controle da natureza externa, além de mediar as relações entre os humanos para que se possa evitar o sofrimento. Mais uma vez, então, Freud demonstra que não é possível pensar em humanidade fora do conjunto civilizatório.

A questão que se apresenta é que, mesmo com todos os avanços que a civilização possibilitou. A diminuição das distâncias, o desenvolvimento técnico, o alongamento da vida, são exemplos palpáveis do processo civilizatório. Isso, porém, não tornou os sujeitos mais felizes. As constantes queixas de sofrimento psíquico mostram que a relação entre o indivíduo e a sociedade não é harmônica, embora indispensável.

Freud em seu texto chega a apontar que parece que os objetivos da civilização e do indivíduo parece serem opostos, uma vez que a civilização almeja sua persistência às custas do recalque de satisfação do sujeito, enquanto a orientação subjetiva seria justamente buscar o máximo de satisfação (FREUD, 1929/1996). É por esse motivo que o autor propõe o termo mal-estar para articular essa sensação que os cidadãos possuem de que cedem muito mais do que recebem para a sociedade. Por essa perspectiva é que ele propõe que em diversas situações os indivíduos atentam contra a civilização, através da violência e das guerras, por exemplo, já que há uma percepção de insatisfação (FREUD, 1929/1996).

O que Freud escreve, em 1929, é que na modernidade cada vez mais a civilização é incapaz de ceder ao sujeito formas mínimas de satisfação. Tendo presenciado a primeira guerra mundial, que durou de 1914 até 1918, e vivendo em uma Europa ainda em ebulição, Freud se encontrava em uma perspectiva pessimista em relação às relações sociais. Neste texto ele indica que quanto mais se intensifica esse sentimento de mal-estar mais estará em risco a civilização.

Nessa perspectiva é que há uma contradição interna na concepção de civilização na psicanálise freudiana. Se, por um lado, ela é indispensável á satisfação pulsional do sujeito, pois sem as relações sociais o indivíduo é incapaz de sobreviver, essas mesmas relações, nas configurações atuais exigem mais renúncia que satisfação, o que faz com que os indivíduos percam a sensação de pertencimento social, inclusive atentando contra ela, buscando uma satisfação mais direta.

Se, como apontado em Totem e Tabu a civilização se constrói em torno do recalque de duas pulsões, a de satisfação sexual e violência, é porque essas forças internas continuam a persistir nos indivíduos. Só há proibição daquilo que pode ser executado. Portanto, os desejos subjetivos são, em sua essência, contrários à própria civilização já que, sem essas proibições seria o reino da barbárie. Freud aponta que embora civilizados, todos carregam em si o germe da sua destruição. E, quanto mais aumenta a sensação de mal-estar, mais próximos ficará próximo o seu fim.

5 CONCLUSÃO

A psicanálise surge em um momento específico da história. Fruto das questões de seu tempo, Freud foi capaz de escutar as contradições de seu tempo e ampliar a compreensão de patologia para além da causalidade orgânica. Nesse processo ele deu legitimidade ao sofrimento psíquico, ignorado pela medicina de sua época, criando um método de tratamento, que era ao mesmo tempo uma forma de investigação e um campo de saber (FREUD, 1904/1996). Nesse caminho o autor construiu uma obra que se aventurou em vários campos e influenciou também vários campos diferentes do pensamento.

A obra de Freud continua a suscitar interesse devido a atualidade das questões propostas pelo autor. A sua concepção de sujeito, calcada em uma falta originária, causa uma torção nas compreensões que se tinha até então do surgimento subjetivo. Sob sua pena, podemos averiguar que faz parte da humanização a entrada civilizatória que leva ao sujeito a

perda natural de suas satisfações. Assim, essa satisfação só pode acontecer dentro de um contexto social.

Ao elevar a condição civilizatória como condição absoluta da existência humana, a psicanálise freudiana aponta, entretanto, que a relação desse sujeito e a sociedade em que está inserido não é harmônica. A civilização exige mais renúncia do que é capaz de propor como alternativa de satisfação. Essa imposição se reflete em uma sensação de indisposição, mal-estar, do sujeito contra essa sociedade, o que pode inclusive levar a experiências de violências contra essa própria civilização. Na atualidade, em que índices de sofrimento mental disparam, a leitura da civilização calcada na psicanálise de Freud ainda é um importante alerta sobre o que pode estar em jogo.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.
- AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- DESCARTES, Rene. **Discurso sobre o método**. Rio de Janeiro: Vozes de bolso, 1637/2018.
- DUNKER, I. L. Cristian. **Estrutura e Constituição da Clínica Psicanalítica**. Uma Arqueologia das Práticas de Cura, Psicoterapia e Tratamento. São Paulo: Annablume, 2011.
- FIGUEIREDO, C. Luiz. **A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação 1500-1900**. São Paulo: Editora Escuta, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. São Paulo: Forense universitária, 1980/2017.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREUD, Sigmund. Por que a guerra? *In: Obras completas de Sigmund Freud*. v. XXII. Rio de Janeiro: Imago. 1932/1996.
- FREUD, Sigmund. Mal-estar na civilização. *In: Obras completas de Sigmund Freud*. v. XXI. Rio de Janeiro: Imago. 1929/1996.
- FREUD, Sigmund. O Futuro de uma ilusão. *In: Obras completas de Sigmund Freud*. v. XXI. Rio de Janeiro: Imago. 1927/1996.
- FREUD, Sigmund. Psicologia das Massas e análise do ego. *In: Obras completas de Sigmund Freud*. v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. 1921/1996.

FREUD, Sigmund. O instinto e suas vicissitudes. *In: Obras completas de Sigmund Freud.* v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1915/1996.

FREUD, Sigmund. Sobre o início do tratamento. *In: Obras completas de Sigmund Freud.* v. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1913/1996.

FREUD, Sigmund. Totem e Tabu. *In: Obras completas de Sigmund Freud.* v. XII. Rio de Janeiro: Imago. 1912a/1996.

FREUD, Sigmund. A dissolução do complexo de Édito. *In: Obras completas de Sigmund Freud.* v. XIX. Rio de Janeiro: Imago. 1912/1996.

FREUD, Sigmund. Notas sobre o conceito de inconsciente *In: Obras completas de Sigmund Freud.* v. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1912/1996.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a sexualidade. *In: Obras completas de Sigmund Freud.* v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1905/1996.

FREUD, Sigmund. O método psicanalítico de Freud. *In: Obras completas de Sigmund Freud.* v. VI. Rio de Janeiro: Imago, 1904/1996.

JORGE, C. A. Marco. **Fundamentos da psicanálise de Freud à Lacan – volume 1:** as bases conceituais. Rio de Janeiro: Zahar editora, 2000.

KOLTAIS, Caterina. **Totem e tabu:** Um mito freudiano. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização – uma interpretação filosófica do pensamento de Freud.** Barueri: LTC, 1982.

MARIGUELA, A. Márcio. A sexualidade na etiologia das neuroses e a invenção da psicanálise. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 8, n. especial, p.169-186, dezembro 2006.

MAURANO, Denise. **Histeria:** o princípio de tudo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

ROUDINESCO, Elizabeth. **Freud – na sua época e em nosso tempo.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2016.

SAROLDI, Nina. **O mal-estar na civilização:** as obrigações do desejo na era da globalização. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

SCLIAR, Moacyr. História do Conceito de saúde. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, Vol. 17, n. 1, p. 29-41, 2007.

SONTAG, Susan. **A Aids e suas metáforas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

O CÂNCER DO COLO DO ÚTERO

Suelene Brito do Nascimento Tavares¹

Mariana do Nascimento Tavares²

RESUMO: O câncer de colo de útero (CCU) é um importante problema de saúde pública mundial. Segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS), para o ano de 2018, foi o quarto mais frequente na população feminina. A maior parte dos casos diagnosticados e mortes ocorrem nas regiões menos desenvolvidas do mundo. No Brasil, à exceção do câncer de pele não melanoma, é o terceiro mais incidente na população feminina e a quarta causa de morte. O objetivo dessa revisão da literatura foi avaliar os vários aspectos do desenvolvimento, diagnóstico e tratamento do câncer do colo do útero. O método utilizado foi a revisão bibliográfica na base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (*LILACS, SciELO, Scopus e PubMed*). A infecção pelo HPV está associada a praticamente todos os cânceres cervicais. Uma infecção persistente por HPV de alto risco oncogênico aumenta o risco de câncer cervical em mulheres, pois as proteínas E6 e E7 desses vírus exercem seu papel no processo carcinogênico da cérvix uterina inibindo os genes supressores de tumor p53 e pRb. O controle do CCU deve abranger três componentes interdependentes: a prevenção primária que consiste em educação em saúde e vacina contra o HPV, a prevenção secundária consiste no rastreamento e tratamento das mulheres, segundo a necessidade. A prevenção terciária consiste no tratamento do câncer de colo uterino invasivo em qualquer idade. Portanto, é de grande importância a implementação de programas organizados de rastreamento do CCU que garantam a diminuição da incidência e mortes.

PALAVRAS-CHAVE: Câncer do Colo do Útero. Papilomavírus Humano. Prevenção. Diagnóstico. Tratamento.

ABSTRACT: Cervical cancer (CC) is an important public health problem worldwide. According to an estimate by the World Health Organization (WHO), for the year 2018, it was the fourth most frequent in the female population. Most diagnosed cases and deaths occur in less developed regions of the world. In Brazil, with the exception of non-melanoma skin cancer, it is the third most common cancer in the female population and the fourth leading cause of death. The objective of this literature review was to assess the various aspects of the development, diagnosis and treatment of cervical cancer. The method used was the literature review in the Virtual Health Library database (*LILACS, SciELO, Scopus and PubMed*). HPV infection is associated with virtually all cervical cancers. A persistent infection with high-risk oncogenic HPV increases the risk of cervical cancer in women, as the E6 and E7 proteins of these viruses play a role in the carcinogenic process of the uterine cervix by inhibiting the p53 and pRb tumor suppressor genes. CC control should encompass three interdependent components: primary prevention, which consists of health education and HPV vaccine, and secondary prevention, which consists of screening and treating women, as needed, and tertiary prevention is the treatment of invasive cervical cancer at any age. Therefore, it is of great

¹ Docente do Centro Universitário Alfredo Nasser. Graduada em Biomedicina pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Especialista em Citologia Clínica pela Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre e Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

² Graduada em Medicina pela Universidade Católica de Brasília (UCB).

importance to implement organized CC screening programs that guarantee a decrease in incidence and deaths.

KEYWORDS: Cervical Cancer. Human Papillomavirus. Prevention. Diagnosis. Treatment.

1 INTRODUÇÃO

O câncer de colo de útero (CCU) é um importante problema de saúde pública no Brasil e no mundo (ARBYN *et al.*, 2020). Segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS), para o ano de 2018, foi o quarto mais frequente na população feminina, representando 3,2% de todos os cânceres, com 570 mil novos casos e 311 mil mortes (WHO, 2020; FERLAY *et al.*, 2015).

As quase 85% dos casos diagnosticados e 87% das mortes ocorrem nas regiões menos desenvolvidas do mundo onde os recursos são limitados para tratar a doença. A grande disparidade fica evidente, por exemplo, pelo fato de que a taxa de mortalidade padronizada por idade por câncer do colo do útero é 15 vezes maior na África Oriental em comparação com a da Europa Oriental, 27,6/100.000 e 1,8/100.000, respectivamente (FERLAY *et al.*, 2015).

No Brasil, à exceção do câncer de pele não melanoma, é o terceiro mais incidente na população feminina com 7,5% dos casos e a quarta causa de morte com 6,0% dos casos (BRASIL, 2022a). Estratificando segundo as regiões é o segundo mais incidente nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; o quarto na região Sul e o quinto na região Sudeste. De acordo com o Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), estima-se para cada ano do triênio 2020-2022, a incidência, para cada grupo de 100.000 habitantes, será de 16.590 casos novos de CCU. No estado de Goiás serão 590 casos, desses, 170 apenas em Goiânia (BRASIL, 2020b).

O CCU é causado pela infecção persistente por alguns tipos oncogênicos do Papilomavírus humano (HPV). A infecção genital por esse vírus é muito frequente e na maioria das vezes não causa doença. Em alguns casos, ocorrem alterações celulares que podem evoluir para o câncer. Essas alterações são identificadas no exame citopatológico do colo do útero. É uma doença evitável, devido a sua evolução lenta com longo período desde o desenvolvimento das lesões precursoras até o aparecimento do câncer. Apresenta, portanto, um dos mais altos potenciais de prevenção e cura, chegando perto de 100%, quando diagnosticado nas fases pré-invasivas, podendo ser tratado em nível ambulatorial em cerca de

80% dos casos. Seu pico de incidência situa-se entre 40 e 60 anos de idade e apenas uma pequena porcentagem ocorre em mulheres com menos de 30 anos (CANTOR *et al.*, 2005).

Os impactos sociais e econômicos das mortes por CCU nas áreas empobrecidas do mundo são altas, uma vez que afeta as mulheres em idade jovem. A principal razão para a grande desigualdade do CCU como problema de saúde é a falta de acesso à uma triagem de qualidade nos países menos desenvolvidos. Tanto a incidência quanto a mortalidade foram reduzidas em 80-90% nos países desenvolvidos com programas de triagem de boa qualidade alcançando alta cobertura da população-alvo, entretanto, esse não é o caso das nações em desenvolvimento (WITTET *et al.*, 2008).

Vários fatores, portanto, estão envolvidos nas altas taxas de incidência e mortalidade do CCU, tanto no Brasil quanto no mundo. Nesse sentido, o objetivo dessa revisão da literatura foi avaliar os vários aspectos do desenvolvimento, diagnóstico e tratamento do câncer do colo do útero.

2 METODOLOGIA

O método utilizado para o estudo foi a revisão bibliográfica. Sendo que, o material foi obtido por meio de pesquisas realizadas na base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde. Foram obtidos artigos originais científicos nos indexadores Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Eletrônica Científica Online (*SciELO*), *Scopus* e *National Library of Medicine (PubMed)*, em língua portuguesa, espanhola e inglesa. Os descritores utilizados para a pesquisa foram: Câncer do Colo do Útero, Papilomavírus Humano, Prevenção, Diagnóstico e Tratamento. Em seguida, foi feita uma leitura analítica para ordenar as informações e identificar os pontos que contemplavam os objetivos do estudo. Foram incluídos, portanto, 83 documentos entre artigos, comunicados, documentos oficiais, bulas de vacinas, etc., no período de 1986 a 2021.

3 REFENCIAL TEÓRICO

3.1 História natural das infecções induzidas pelo *Papilomavirus* humano

A infecção pelo HPV está associada a praticamente todos os cânceres cervicais e a uma grande parte dos casos de câncer anogenital (vulvar, vagina, pênis e anal) e da orofaringe (BOSH *et al.*, 2013). A infecção pelo HPV também está associada a outras lesões de pele e mucosas, como as verrugas e os papilomas benignos (DOORBAR *et al.*, 2015). A maioria dessas não causa sintomas ou doença clínica e é eliminada em até 24 meses pós-infecção. Apenas uma pequena fração das infecções que persistem ou progridem para lesão pré-neoplásica resultarão em câncer. A infecção é por influenciados por fatores ambientais, do hospedeiro, bem como por fatores relacionados ao vírus. O conhecimento desses fatores é essencial para a compressão da história natural da infecção pelo HPV e assim permitir o desenvolvimento de novas ferramentas para melhorar o seguimento de lesões HPV induzidas, bem como a sua prevenção, detecção e tratamento de cânceres associados ao HPV (TAYLOR *et al.* 2016). O HPV infecta homens e mulheres, embora a carga da doença atribuível seja muito maior em mulheres devido à alta suscetibilidade das células do colo do útero à infecção pelo HPV (de MARTEL *et al.*, 2012).

3.2 Classificação do HPV

Já foram identificados mais de 200 genótipos do HPV que são agrupados nos gêneros alpha-papillomavirus, nu-papillomavirus, mu-papillomavirus, beta-papillomavirus e gamma-papillomavirus de acordo com a estrutura do genoma viral e o tropismo para tecidos epiteliais humanos. O gênero alpha-papillomavirus inclui os genótipos que são causadores de câncer (DE VILLERS, 2013)

De acordo com a Agência Internacional para Pesquisa em Câncer (WHO, IARC, 2007) os HPV podem ser classificados em tipos conforme o risco de desenvolvimento de câncer em: alto risco oncogênico, baixo risco oncogênico, provável risco oncogênico e possível risco oncogênico (Tabela 1).

Tabela 1 - Classificação do Papilomavírus humano (HPV) segundo risco oncogênico e de doenças associadas de acordo com a Agência Internacional para Pesquisa em Câncer (WHO, IARC)

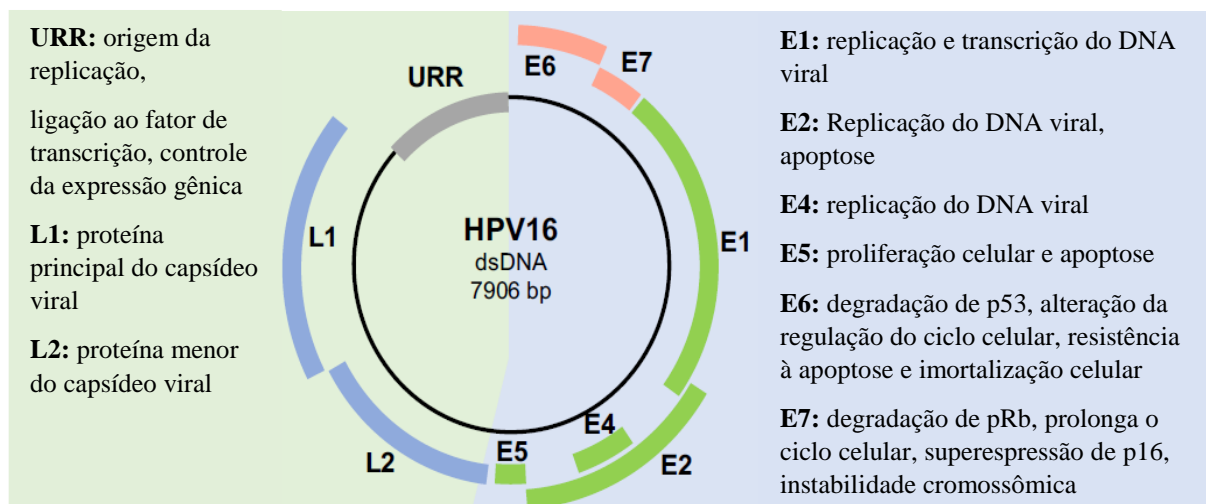
Tipos de HPV	Genótipos	Doenças associadas
Alto risco oncogênico	HPV 16, 18, 31, 33, 35, 39, 45, 51, 52, 56, 58, 59	Câncer e lesões precursoras associadas ao colo do útero, anus, vagina, vulva, pênis e orofaringe
Baixo risco oncogênico	HPV 6, 11	Verrugas genitais e papilomatose respiratória recorrente
Provável risco oncogênico	HPV 68	Câncer do colo do útero
Provável risco oncogênico	HPV 5, 8	Carcinoma escamoso de pele em pacientes com epidermodisplasia verruciforme
Possível risco oncogênico	HPV 26, 30, 34, 53, 66, 67, 69, 70, 73, 82, 85, 97	Incerto

Fonte: Adaptado de Sanjosé *et al.* (2018).

3.3 Genoma e Ciclo de vida do HPV

A família Papilomavírus compartilham a mesma estrutura e organização do genoma. O genoma de DNA circular de dupla fita de aproximadamente 8 kb está estruturado em três regiões principais: a) a região precoce (do inglês *early region*) (E) codifica genes necessários para o ciclo do vírus e possui um papel importante na transformação celular (E1, E2, E3, E4, E5, E6 e E7). b) a região tardia (do inglês *late region*) (L) codifica as proteínas do capsídeo (L1 e L2). c) a proteína reguladora ou região de controle longo (do inglês *upstream regulatory region*) (URR), contém elementos necessários para a regulação da expressão gênica e para a replicação do DNA. A expressão das proteínas E6 e E7, juntamente com a expressão de E1, E2, E4 e E5, são essenciais para a replicação do genoma viral e para a síntese e liberação dos vírions, bem como desempenham um papel fundamental na transformação celular (BRAVO, FELEZ-SANCHÉZ, 2015; DOORBAR *et al.*, 2012). (Figura 1).

Figura 1 - Estrutura e proteínas virais do HPV 16



Fonte: Adaptado de Sanjosé *et al.* (2018).

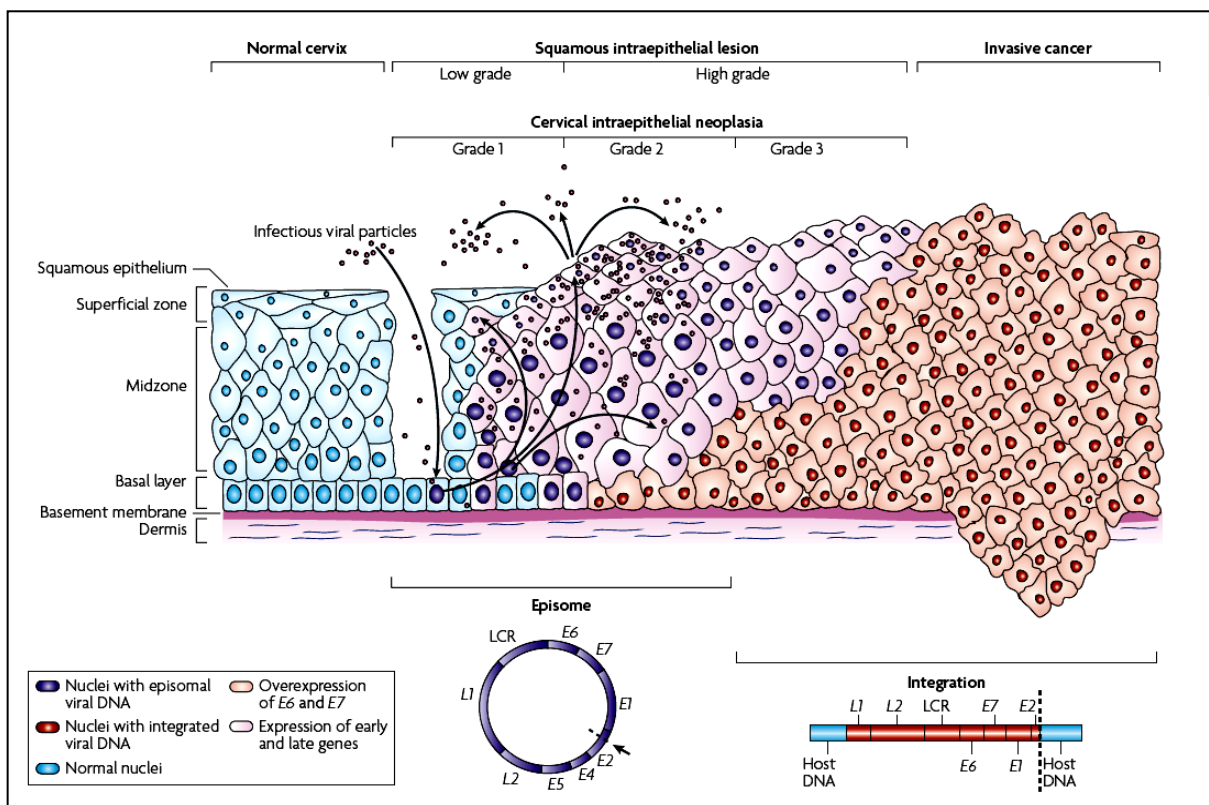
O ciclo de vida do HPV inicia-se com a infecção da camada basal do epitélio por meio de microtraumas (WOODMAN *et al.*, 2007) (Figura 2). O genoma do HPV é mantido com um número baixo de cópias nas células basais do hospedeiro. À medida que ocorre a diferenciação das células epiteliais, o vírus se replica aumentando o número de cópias e expressa os genes L1 e L2 do capsídeo, resultando na produção de novos vírions que são liberados da superfície do epitélio. Para a persistência, o HPV precisa infectar células basais que ainda são capazes de proliferar. Este fenômeno é muito menos comum em HPV de baixo risco oncogênico. As zonas de transição epitelial, como as junções escamocolunar (JEC) do colo do útero e a anorretal, são as regiões mais suscetíveis à carcinogênese por tipos de HPV de alto risco oncogênico. Os tipos de HPV de alto risco oncogênico são mais propensos a ativar a proliferação celular na camada basal do epitélio. Uma explicação plausível para o aumento da capacidade oncogênica dos tipos de alto risco e particularmente do HPV16 está relacionada à atividade das oncoproteínas E6 e E7 (SCHIFFMAN *et al.*, 2016; YANG *et al.*, 2015).

Os tipos de HPV de alto risco oncogênico desenvolveram vários mecanismos para evitar a resposta imune do hospedeiro, que é importante para a persistência viral e progressão para doenças neoplásicas associadas ao HPV. Uma das primeiras estratégias para evitar a detecção é manter um número baixo de cópias virais. O ciclo do HPV é exclusivamente intraepitelial e não lítico, impedindo assim o sinal pró-inflamatório. Como um resultado, o recrutamento de células apresentadoras de antígeno, como as células de Langerhans e a liberação de citocinas, que medeiam a resposta imune, estão ausentes ou muito baixas após a infecção pelo HPV. Outros mecanismos da evasão do vírus incluem a regulação da

sinalização do interferon, inibição das células de Langerhans por E6 e E7, inibição de moléculas de adesão e modulação das vias de sinalização (STANLEY *et al.*, 2012).

As proteínas E6 e E7 exercem seu papel no processo carcinogênico inibindo os genes supressores de tumor p53 e pRb. E6, também, desregula o ciclo celular e E7 aumenta a instabilidade genômica promovendo o acúmulo de anormalidades cromossômicas. A desregulação do ciclo celular e a instabilidade genômica criam um ambiente para a transformação das células epiteliais e a integração do DNA do HPV ao DNA do hospedeiro (MCBRIDE; WARBURTON, 2017).

Figura 2 - Infecção pelo HPV na mucosa do colo do útero e os tipos de lesões intraepiteliais e invasivas que podem promover



3.4 Prevalência, aquisição e eliminação da infecção pelo HPV

A maioria das infecções anogenitais por HPV são adquiridas por contato sexual, e a aquisição é determinada pelo acúmulo de parceiros sexuais e seus respectivos comportamentos sexuais. As infecções por HPV são muito comuns em mulheres jovens com um pico de prevalência por volta dos 20 e 25 anos (SCHIFFMAN *et al.*, 2016).

Metade das infecções por HPV desaparecem dentro de 6 meses e a grande maioria (>90%) desaparece dentro de alguns anos após a aquisição. Mulheres com microbiota vaginal de padrão lactobacilar apresentam uma maior percentagem de eliminação do vírus. Por outro lado, a vaginose bacteriana está associada à persistência de infecções por HPV de alto risco oncogênico (DARENG *et al.*, 2016).

3.5 Persistência e progressão do HPV *versus* desenvolvimento das lesões intraepiteliais cervicais e do câncer

Uma infecção persistente por HPV de alto risco oncogênico aumenta o risco do CCU. Independentemente do tempo, os principais determinantes da persistência do HPV são o tipo de HPV e a carga viral na primeira detecção. Ainda não está claro se a idade é um elemento-chave para a persistência (RONCO *et al.*, 2014).

Dentre os tipos envolvidos no processo carcinogênico, a infecção persistente pelo HPV16 é a mais comumente associada à progressão para lesões intraepiteliais e CCU. O HPV 16 está envolvido em mais de 60% dos CCU, mas também em outros cânceres relacionados ao HPV. Outros tipos, incluindo HPV 18, 45, 31 e 33 também são detectados em amostras de câncer, mas sua menor contribuição sugere uma história natural diferente. (ALEMANY *et al.*, 2016; RONCO *et al.*, 2014; SASLOW *et al.*, 2012).

Além das características virais, fatores ambientais ou exógenos estão envolvidos na história natural das infecções por HPV. Os cofatores mais relevantes que aumentam o risco de CCU são o tabagismo, a multiparidade e o uso prolongado de contraceptivos hormonais. Outros fatores são o número de gestações a termo, a coinfeção com infecções sexualmente transmissíveis como a *Chlamydia trachomatis* e pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV). O HIV é considerado um cofator importante devido à imunossupressão conferida pela infecção HIV. Mulheres infectadas pelo HIV que fazem uso da terapia antirretroviral (TARV) por um longo tempo possuem um risco menor de se infectarem pelo HPV e, portanto, tem-se observado uma diminuição da incidência de lesões intraepiteliais e câncer nessa população (KELLY *et al.*, 2018).

3.6 Prevenção do câncer do colo do útero

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2016) na publicação “Controle integral do câncer do colo do útero: Guia de práticas essenciais” um programa integral de

prevenção e controle do CCU deve abranger três componentes: a prevenção primária, a secundária e a terciária. A prevenção primária consiste em vacinar meninas e meninos contra o HPV conforme recomendações vigentes, além de oferecer: informações em saúde e advertências sobre o tabagismo, educação sobre a sexualidade adequada para cada idade e cultura, promoção e distribuição de preservativos para os indivíduos sexualmente ativos, circuncisão masculina. A prevenção secundária consiste no rastreamento e no tratamento das mulheres acima de 30 anos, segundo a necessidade. A prevenção terciária consiste no tratamento do CCU em qualquer idade.

3.6.1 Prevenção Primária

No que diz respeito à prevenção primária do HPV, o principal componente é a vacina profilática contra o HPV. Em 2022 completa 16 anos que a primeira vacina profilática contra o HPV foi registrada. A OMS recomenda que as crianças de 9 a 14 anos sejam vacinadas, por qualquer uma das vacinas registradas, pois são seguras, eficazes e eficientes (*WHO*, 2017).

As vacinas contra o HPV disponíveis são a bivalente, a quadrivalente e a nonavalente. Há evidências de que tanto a vacina quadrivalente quanto a bivalente possuem eficácia entre 90 e 100%, contra infecções genitais por tipos específicos do HPV e doenças relacionadas como o CCU, o câncer vulvar e as NIC, quando administradas em meninas jovens e que não tiveram a sexarca (*LEHTINEN et al.*, 2012). A vacina bivalente contém VLP's (do inglês *virus-like particle*) para os tipos de HPV 16 e 18 que são os tipos mais oncogênicos e responsáveis por cerca de 71% dos cânceres cervicais (*SERRANO et al.*, 2012). A vacina quadrivalente, também contém VLP's para os tipos de HPV 16 e 18 além dos tipos 6 e 11 responsáveis por cerca de 90% das verrugas genitais (*GARLAND et al.*, 2009). A vacina quadrivalente também demonstrou eficácia em homens contra verrugas genitais, neoplasia intraepitelial peniana e anal, e a vacina bivalente contra a infecção por HPV na orofaringe, vulvar e anal (*SKINNER et al.*, 2016; *GIULIANO et al.*, 2011).

As vacinas oferecem, ainda, proteção cruzada, significativa, contra tipos de HPV intimamente relacionados aos incluídos nas vacinas, no entanto, em níveis mais baixos de eficácia do que para os tipos de HPV foram desenvolvidas originalmente. A vacina quadrivalente tem proteção cruzada contra o tipo 31 e a bivalente contra os tipos 31, 33 e 45 (*SKINNER et al.*, 2016; *BISSET et al.*, 2017; *BROWN et al.*, 2009).

Estudos evidenciaram que não há declínio da proteção da vacina contra o HPV em 10 anos após completar o esquema vacinal de 3 doses (0, 1 e 6 meses) (*EINSTEIN et al.*, 2014) e

os títulos de anticorpos são mais altos quando administrada em meninas mais jovens (PETERSON *et al.*, 2017). Este fato levou a ensaios que avaliaram a imunogenicidade com duas doses (0 e 12 meses) (D`ADDARIO *et al.*, 2017). Com base em achados de equivalência de imunogenicidade ao esquema de três doses, OMS aprovou o uso de vacinas contra o HPV no esquema de duas doses para mulheres imunocompetentes com 14 anos ou menos no momento da primeira dose (WHO, 2014).

Outro aspecto importante em relação às vacinas é que apesar dos ensaios terem evidenciado que não têm efeito terapêutico em mulheres já infectadas pelo HPV, algumas análises sugeriram uma taxa menor de recorrência da doença em mulheres vacinadas que foram tratadas para NIC (SCHILLER *et al.*, 2012; GARLAND *et al.*, 2016).

Em 2014, uma terceira vacina, a nonavalente contra o HPV foi registrada para uso. Esta vacina é fabricada da mesma forma que a quadrivalente, mas contém VLP's para cinco outros tipos de HPV detectados com mais frequência no CCU, a saber os tipos 31, 33, 45, 52 e 58 (CASTLESAGUE *et al.*, 2015).

No Brasil, as três vacinas profiláticas contra a infecção por HPV, foram aprovadas e receberam registros na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A vacina tetravalente (Gardasil®-Merck), que teve seu registro publicado em 2006 é indicada para meninas e mulheres de 9 a 45 anos e meninos e homens de 9 a 26 anos e previne contra os tipos de HPV 6, 11, 16 e 18. A vacina bivalente (Cervarix® - GSK) que teve seu registro publicado em 2008 é indicada a partir de 9 anos de idade e previne contra os tipos de HPV 16 e 18. Por último, a vacina nonavalente (Gardasil®9-Merck) que teve seu registro publicado em 2017 é indicada para meninas e mulheres de 9 a 26 anos e meninos e homens entre 9 e 26 anos e previne contra os tipos de HPV 6, 11, 16, 18, 31, 33, 45, 52 e 58 (DIAS; FREITAS, 2020; BRASIL, 2017).

As vacinas contra HPV são preparadas a partir de partículas virais semelhantes ao vírus, as VLP's (do inglês viral-like particle), produzidas por tecnologia recombinante, oriundas da proteína L1 do capsídeo viral de subtipos de HPV, altamente purificadas e capazes de gerar resposta imunológica. Como as VLP's não contêm DNA (ácido desoxirribonucléico) viral, não são capazes de infectar células, se reproduzirem ou causarem doenças (ANDRADE, 2010).

Segundo as bulas das referidas vacinas e os tipos de HPV para os quais oferecem proteção, é possível afirmar que: (a) a vacina Cervarix® protege contra o CCU, NIC 2 e 3; (b) a vacina Gardasil® protege meninas e mulheres contra o CCU, câncer de vulva, vagina e ânus, contra as verrugas genitais; infecções e lesões intraepiteliais e nos meninos e homens

protege contra o câncer de ânus, verrugas genitais, lesões genitais e pré-cancerosas, lesões do ânus e infecções contra o HPV; (c) a vacina Gardasil®9 protege meninas e mulheres contra o CCU, câncer de vulva, vagina e ânus, verrugas genitais e infecção persistente causadas por HPV e nos meninos e homens protege contra o câncer de ânus, lesões pré-cancerosas do ânus, verrugas genitais e infecção persistente por HPV (CERVARIX®; GARDASIL®; GARDASIL®9).

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Brasil oferece a vacina contra o HPV (Gardasil®) desde 2014 para meninas e a partir de 2017, também para os meninos. Para as meninas de 9 a 14 anos e meninos de 11 a 14 anos em duas doses com intervalo de seis meses entre elas, mulheres imunossuprimidas de 9 a 45 anos e homens imunossuprimidos de 9 a 26 anos em três doses (0, 2 e 6 meses) (BRASIL, 2021; DIAS; FREITAS, 2020).

3.6.2 Prevenção secundária

A prevenção secundária é uma intervenção de base populacional ou individual que tem como objetivo detectar, precocemente determinada doença em estágio inicial curável em indivíduos assintomáticos, a fim de tratá-la e obter um desfecho satisfatório. Para detectar a doença em indivíduos assintomáticos, o rastreamento deve ser uma iniciativa de saúde pública que envolve mobilizar as populações elegíveis para serem submetidas a testes em intervalos regulares, organizando uma avaliação mais aprofundada dos indivíduos com triagem positiva e assegurando o tratamento e o acompanhamento das pessoas com doença confirmada. Portanto, o rastreamento do CCU é uma estratégia eficaz de prevenção secundária. Para sua implementação ser bem sucedida é necessário um sistema de saúde organizado para fornecer serviços de qualidade, equidade e acesso a toda a população-alvo (BASU *et al.*, 2018).

A infecção persistente por um dos 14 tipos de HPV de alto risco é causa necessária, mas não suficiente para que ocorra o CCU. A maioria das mulheres infectadas elimina o HPV espontaneamente. Em uma pequena minoria de mulheres, com infecção persistente por tipos de HPV de alto risco, o processo carcinogênico começa com superexpressão das oncoproteínas E6 e E7. Devido à proliferação celular desregulada induzida pela degradação das proteínas p53 e pRb, por ação de E6 e E7, as células infectadas evoluem para a pré-malignidade. Dependendo da espessura do epitélio do colo do útero que se apresenta com células alteradas, as condições pré-malignas são categorizadas como NIC's e são categorizadas como NIC 1 (células alteradas envolvendo o terço inferior do epitélio), NIC 2 (células alteradas

envolvendo o terço inferior e médio do epitélio) e NIC 3 (células alteradas envolvendo todo o epitélio, mas com membrana basal preservada) (WHITE *et al.*, 2012).

O risco de progressão das lesões pré-malignas para carcinoma invasivo é variável. O risco de progressão de NIC 1 para NIC mais grave é muito baixo (<1% em 1 ano). O risco de progressão das NIC 2 também é baixo. No entanto, as NIC 3 progrediram 22 vezes mais do que as NIC 1 em 2 anos. Estima-se que, aproximadamente 31,2% das NIC 3 não tratadas evoluem para o CCU em 30 anos. Por causa das evidências de que o maior risco de progressão está relacionado às NIC 2 e NIC 3, estas foram agrupadas e denominadas Lesões intraepiteliais escamosas de alto grau (HSIL) e as NIC 1 foi denominada Lesão intraepitelial escamosa de baixo grau (LSIL), pois a grande maioria regride com o tempo. Desde a transformação maligna das células infectadas pelo HPV até o aparecimento do CCU são necessários de 10 a 20 anos, proporcionando, assim, tempo suficiente para detectar as lesões na fase pré-maligna, quando o tratamento é altamente eficaz (McCRIDIE *et al.*, 2008).

Vale ressaltar que as mulheres infectadas pelo HIV têm um risco muito maior de ter múltiplas infecções por HPV de alto risco, bem como, a progressão para lesões cervicais de alto grau é mais rápida quando comparado com as mulheres soronegativas para HIV. Elas possuem um risco 20 vezes maior de CCU em comparação às não infectadas (HAWES *et al.*, 2003).

As lesões pré-malignas do colo do útero não causam sintomas e só são detectadas pelo teste de triagem adequado. Logo, o objetivo do rastreamento do CCU é detectar as HSIL em mulheres assintomáticas e tratá-las, prevenindo sua progressão para o câncer invasivo. A idade de detecção das HSIL gira em torno dos 35 aos 40 anos; daí, portanto, a possibilidade de detectá-las é maior se as mulheres forem rastreadas entre 35 e 45 anos de idade. Os cânceres invasivos são raros antes dos 30 anos, e a triagem de mulheres muito jovens leva à detecção e tratamento desnecessário das LSIL que regredem espontaneamente. Com base nessas evidências, a OMS recomenda o início da triagem aos 30 anos nos países em desenvolvimento. Países desenvolvidos com programas de rastreamento já estabelecidos também estão aumentando a idade de início do rastreamento para 25 anos. É consenso de que as mulheres HIV positivas sexualmente ativas devem ser rastreadas para o CCU imediatamente após o diagnóstico devido à natureza agressiva do processo neoplásico nessas mulheres (WHO, 2014; PONTE *et al.*, 2017).

Devido à sua acessibilidade anatômica, o colo do útero pode ser facilmente visualizado e a obtenção de amostras do colo do útero é relativamente simples e indolor. O exame de rastreamento mais utilizado para CCU é a citologia de Papanicolaou. O teste

envolve o exame microscópico das células coletadas da zona de transformação do colo do útero e do canal endocervical. Dependendo da gravidade das anormalidades detectadas, as mulheres com citologia anormal são avaliadas com um exame adicional que pode ser a repetição da citologia, a realização de colposcopia ou um teste molecular para detecção do DNA do HPV. A citologia tem sido eficaz na redução da incidência e mortalidade do CCU em países desenvolvidos devido à aplicação repetida do teste na mesma população a cada 1 e 3 anos (PORTO *et al.*, 2014).

Além da citologia, vários testes alternativos têm sido avaliados, entre eles a detecção do DNA do HPV e a inspeção visual do colo do útero após aplicação de ácido acético (VIA). São exames de rastreamento do CCU simples, indolores e altamente aceitáveis pela mulher (ARBYN *et al.*, 2012).

A eficácia do rastreamento do CCU é demonstrada pela redução na incidência e mortalidade na população rastreada. Dados dos programas de rastreamento da Europa e Canadá demonstram que a triagem citológica de mulheres de 25 a 64 anos a cada 3 anos reduz a incidência do CCU em 90% em comparação com nenhum rastreamento. O impacto é maior quando o programa de rastreamento é organizado. Para a detecção do DNA do HPV na triagem do CCU a redução na incidência é de 40%, no entanto, a proteção contra adenocarcinomas é maior nas mulheres rastreadas por este teste. Quanto ao impacto da triagem utilizando a VIA na redução da incidência e mortalidade por câncer do CCU está em torno de 25% e 35%, respectivamente (IARC, 1986; SANKARANARAY *et al.*, 2007).

As lesões pré-malignas cervicais são essencialmente suspeitadas pela citologia e diagnosticadas pelo exame histológico. A colposcopia tem valor preditivo positivo em torno de 40% para diagnosticar as lesões de alto grau. Com já foi relatado anteriormente, a maioria das lesões do tipo NIC 1 tem um risco muito baixo de progressão, portanto, só devem ser tratadas quando persistem por mais de 2 anos, aumentam de tamanho ou de gravidade. Quanto às NIC 3, estas são as verdadeiras precursoras do CCU e se não tratadas, a grande maioria irá progredir para doença invasiva. Portanto, todas as lesões NIC 3 precisam ser tratadas. Quanto às NIC 2 em torno de 40% a 64% regredirão em 2 anos. Portanto, a abordagem nessas mulheres deve levar em conta o risco do tratamento, principalmente o obstétrico (CASTLE *et al.*, 2009; MIRALPEIX *et al.*, 2017).

O tratamento das NIC's é simples, seguro e eficaz e consiste na ablação ou excisão da zona de transformação que deve atingir a profundidade adequada (MIRALPEIX *et al.*, 2017). A crioterapia é um dos procedimentos ablativos utilizado para tratar as NIC. É um procedimento ambulatorial e não requer anestesia. A taxa de cura é de aproximadamente 88%.

Outra técnica que pode ser utilizada é a termocoagulação com uma taxa de cura de 94%. Há, ainda a excisão eletrocirúrgica com alça ou LEEP (do inglês *Loop Electrosurgical Excision Procedure*) que utiliza energia elétrica, em alta frequência, que, ao mesmo tempo em que remove a zona de transformação, coagula o tecido remanescente. Este é o procedimento de excisão mais comumente praticado para tratar as NIC's. É, também, um procedimento ambulatorial, eficaz, realizado sob anestesia local e com taxa de cura acima de 90% para tratar, tanto NIC 2, quanto NIC 3. Já a biópsia em cone do colo do útero ou conização a frio é indicada nos casos de carcinomas micro-invasivos e adenocarcinomas *in situ* confirmados por biópsia (SANTESSO *et al.*, 2016).

Em muitos ambientes de poucos recursos, é um grande desafio para as mulheres superar diferentes barreiras econômicas e de acesso aos serviços de diagnóstico e tratamento, especialmente se isso exigir visitas repetidas às unidades de saúde. A melhor estratégia para melhorar a adesão das mulheres é garantir a ligação entre triagem e tratamento, reduzindo o número de visitas usando o abordagem rastrear, diagnosticar e tratar ou a abordagem rastrear e tratar, sempre que possível (DENNY *et al.*, 2010).

O rastreamento do CCU tem como objetivo reduzir sua incidência e conseqüentemente a mortalidade e é comprovadamente uma intervenção de saúde pública custo-efetiva. Uma análise do Banco Mundial mostrou que a triagem a cada 5 anos, com seguimento e tratamento da mulheres quando há detecção de lesões pré-malignas, custam cerca de US\$ 100 por dia, em comparação com US\$ 2.600 por dia para o tratamento e cuidados paliativos do CCU (JAMISON, 1993).

O Ministério da Saúde do Brasil, por meio das Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero (BRASIL, 2016), preconiza que

O método de rastreamento do CCU e de suas lesões precursoras é o exame citopatológico. Os dois primeiros exames devem ser realizados com intervalo anual e, se ambos os resultados forem negativos, os próximos devem ser realizados a cada 3 anos. O início da coleta deve ser aos 25 anos de idade para as mulheres que iniciaram a atividade sexual e seguir até os 64 anos de idade.

4 RECOMENDAÇÕES BRASILEIRAS PARA O SEGUIMENTO DAS MULHERES COM LESÕES INTRAEPITELIAIS OU CARCINOMA DO COLO DO ÚTERO

As Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero, também descreve as recomendações frente às alterações citológicas, para orientação dos profissionais da atenção primária, secundária e terciária (BRASIL, 2016). (Quadro 1)

As mulheres cujos resultados dos exames citopatológicos forem alterados e a conduta inicial for repetir o exame citopatológico serão seguidas nas unidades de atenção básica. Aquelas cuja conduta inicial é a colposcopia devem ser encaminhadas para a atenção secundária para a realização do exame e quando necessário a realização de biópsia (BRASIL, 2016).

Quadro 1 - Recomendações para conduta inicial frente aos resultados alterados dos exames citopatológicos

Diagnóstico citopatológico		Faixa etária	Conduta inicial
Células escamosas atípicas de significado indeterminado (ASCUS)	Possivelmente não neoplásicas (ASC-US)	< 25 anos	Repetir a citologia em 3 anos
		Entre 25 e 29 anos	Repetir a citologia em 12 meses
		≥ 30 anos	Repetir a citologia em 6 meses
	Não podendo afastar lesão de alto grau (ASC-H)		Encaminhar para colposcopia
Células glandulares atípicas de significado indeterminado	Possivelmente não neoplásicas ou não podendo afastar lesão de alto grau		Encaminhar para colposcopia
Lesão de baixo grau (LSIL)		< 25 anos	Repetir a citologia em 3 anos
		≥ 25 anos	Repetir a citologia em 6 meses
Lesão de alto grau (HSIL)			Encaminhar para colposcopia
Lesão de alto grau não podendo excluir microinvasão			
Carcinoma escamoso invasor			
Adenocarcinoma <i>in situ</i> (AIS)			

Fonte: Adaptado de BRASIL (2016).

O tratamento será estabelecido com base no resultado do exame histológico realizado na biópsia. Logo se o resultado da biópsia for negativo ou NIC 1, deve-se repetir a citologia e a colposcopia em seis meses; se o resultado da biópsia for NIC 2 OU NIC 3 a mulher deverá ser encaminhada para excisão da zona de transformação (LEEP); se o resultado da biópsia for carcinoma microinvasor a mulher deverá ser encaminhada para realização da excisão tipo 3 da zona de transformação (conização a frio); se o resultado da biópsia for carcinoma invasor a mulher deverá ser encaminhada para uma unidade terciária (alta complexidade) para procedimento específico (BRASIL, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CCU é um importante desafio de saúde pública mundial. Os impactos sociais e econômicos das mortes por CCU nas áreas com baixo índice de desenvolvimento humano do mundo são altas, uma vez que afeta as mulheres em idade jovem. Portanto, é de grande importância a implementação de programas organizados de rastreamento do CCU, os quais devem garantir não só o rastreamento, mas também o seguimento e o tratamento das mulheres com resultado alterado.

REFERÊNCIAS

ALEMANY, L. *et al.* HPV VVAP study group. Role of Human Papillomavirus in Penile Carcinomas Worldwide. *European Urology*, Netherlands, v. 69, n. 5, p. 953-961, 2016. doi: 10.1016/j.eururo.2015.12.007.

ANDRADE, C. J. C. **Avaliações econômicas do uso da vacina contra o Papilomavírus Humano (HPV) em meninas adolescentes**: uma revisão sistemática. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br:8443/handle/1/4050>. Acesso em: 28 fev. 2022.

ARBYN, M. *et al.* Evidence regarding human papillomavirus testing in secondary prevention of cervical cancer. *Vaccine*, Netherlands, v. 30, p. 88-99, 2012. Supl. 5. doi:10.1016/j.vaccine.2012.06.095.

ARBYN, M. *et al.* Estimates of incidence and mortality of cervical cancer in 2018: a worldwide analysis. *Lancet Global Health*, England, v. 8, n. 2, p. 191-203, 2020. doi:10.1016/S2214-109X(19)30482-6.

BASU, P. *et al.* Secondary prevention of cervical cancer. **Best Practice & Research Clinical Obstetrics & Gynaecology**, Netherlands, v. 47, p. 73-85, 2018. doi: <https://doi.org/10.1016/j.bpobgyn.2017.08.012>

BISSETT, S. L. *et al.* Seropositivity to non-vaccine incorporated genotypes induced by the bivalent and quadrivalent HPV vaccines: a systematic review and meta-analysis. **Vaccine**, Netherlands, v. 35, p. 3922-3929, 2017. doi: 10.1016/j.vacina.2017.06.028

BOSCH, F. X. *et al.* Authors of ICO Monograph Comprehensive Control of HPV Infections and Related Diseases Vaccine Volume 30, Supplement 5, 2012. *Comprehensive control of human papillomavirus infections and related diseases*. **Vaccine**, Netherlands, v.31, p. 1-31, 2013. Supl. 7. doi: 10.1016/j.vaccine.2013.10.003.

BRASIL. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Estimativa 2020: Estatísticas e Prevenção. Estatística de Câncer**. Rio de Janeiro: INCA, 2020. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/numeros-de-cancer>. Acesso em: 27 jan. 2022a.

BRASIL. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Estimativa 2020: Incidência de câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2020. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/publicacoes/livros/estimativa-2020-incidencia-de-cancer-no-brasil>. Acesso em: 27 jan. 2022b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis. Programa Nacional de Imunização. **Calendário Nacional de Imunização, 2021**. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/files/imunizacao/calendario/calendariooacionalvacincacao2021.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.

BRASIL. Agência Brasileira de Vigilância Sanitária (ANVISA). Medicamentos. Prevenção. **Registrada vacina do HPV contra 9 subtipos do vírus**. Publicado em 26 dez. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2017/registrada-vacina-do-hpv-contra-9-subtipos-do-virus>. Acesso em: 05 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Diretrizes Brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero**. Rio de Janeiro: INCA, 2016. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/publicacoes/livros/diretrizes-brasileiras-para-o-rastreamento-do-cancer-do-colo-do-uterio>. Acesso em: 27 jan. 2022.

BRAVO, I. G.; FELEZ-SANCHÉZ, M. *Papillomaviruses: viral evolution, cancer and evolutionary medicine*. **Evol Med Public Health**, England, v. 2015, n. 1, p. 32-51, 2015. doi: <https://doi.org/10.1093/emph/eov003>.

BROWN, D. *et al.* The impact of quadrivalent human papillomavirus (HPV; types 6, 11, 16, and 18) L1 virus-like particle vaccine on infection and disease due to oncogenic nonvaccine HPV types in generally HPV-naive women aged 16-26 years. **Journal of Infectious Diseases**, England, v. 199, n. 7, p. 926- 35, 2009. doi: 10.1086/597307.

CANTOR, B. S. *et al.* Natural history of cervical intraepithelial neoplasia: a meta-analysis. **Acta Cytologica**, St. Luois, v. 49, n. 4, p. 405-415, 2005.

- CASTELLSAGUE, X. *et al.* Immunogenicity and safety of the 9-valent HPV vaccine in men. *Vaccine, Netherlands*, v. 33, n. 48, p. 6892-6901, 2015. Doi: 10.1016/j.vaccine.2015.06.088.
- CASTLE, P. E. *et al.* Evidence for frequent regression of cervical intraepithelial neoplasia-grade 2. *Obstet Gynecol, United States*, v. 113, n.1, p. 18-25, 2009. Doi: 10.1097/AOG.0b013e31818f5008.
- CERVARIX®. **Vacina papilomavírus humano 16 e 18 (recombinante)**. Wavre, Bélgica. Disponível em: https://br.gsk.com/media/6307/11453_cervarix_susp_inj_gds026.pdf. Acesso em: 27 jan. 2022.
- D'ADDARIO, M. *et al.* Two-dose schedules for human papillomavirus vaccine: systematic review and meta-analysis. *Vaccine, Netherlands*, v. 35, n. 22, p. 2892-2901, 2017. Doi: 10.1016/j.vaccine.2017.03.096.
- DARENG, E. O. *et al.* Prevalent high-risk HPV infection and vaginal microbiota in Nigerian women. *Epidemiol Infect, England*, v. 44, n. 1, p. 123-137, 2016. Doi: 10.1017/S0950268815000965.
- DE MARTEL, C. *et al.* Global burden of cancers attributable to infections in 2008: a review and synthetic analysis. *Lancet Oncol, England*, v. 13, n. 6, p. 607-615, 2012. Doi: 10.1016/S1470-2045(12)70137-7.
- DE SANJOSÉ, S.; BROTONS, M.; PAVÓN, M. A. The natural history of human papillomavirus infection. *Best Practice & Research Clinical Obstetrics & Gynaecology, Netherlands*, v. 47, p. 2-13, 2018. Doi: 10.1016/j.bpobgyn.2017.08.015.
- DE VILLIERS, E. M. Cross-roads in the classification of papillomaviruses. *Virology, United States*, v. 44, n. 1-2, p. 2-10, 2013. Doi: 10.1016/j.virol.2013.04.023.
- DENNY, L. *et al.* Human papillomavirus-based cervical cancer prevention: long-term results of a randomized screening trial. *J Natl Cancer Inst, United States*, v. 2, n. 20, p. 1557-1567. 2010. Doi: 10.1093/jnci/djq342.
- DIAS, M. A. P.; FREITAS, B. A. A. Vacinação contra o Papilomavírus humano (HPV) no Brasil: histórico e desafios. *Brazilian Journal of Development, Brasil*, v. 6, n. 10, p. 74787-74802, 2020. Doi:10.34117/bjdv6n10-053.
- DOORBAR, J.; EGAWA, N.; GRIFFIN, H. *et al.* Human papillomavirus molecular biology and disease association. *Rev Med Virol.*, v. 25, s. 1, p. 2-23, 2015. doi: 10.1002/rmv.1822.
- DOORBAR, J. *et al.* The biology and life-cycle of human papillomaviruses. *Vaccine, Netherlands*, v. 30, s. 5, p. 55-70, 2012. Doi: 10.1016/j.vaccine.2012.06.083.
- EINSTEIN, M. H. *et al.* Comparison of long-term immunogenicity and safety of human papilomavírus (HPV)-16/18 AS04-adjuvanted vaccine and HPV-6/11/16/18 vaccine in healthy women aged 18-45 years: end-of-study analysis of a Phase III randomized trial. *Hum Vaccin Immunother, United States*, v. 10, n. 12, p. 3435-3445, 2014. Doi: 4161/hv.36121.

FERLAY, J. *et al.* *Cancer incidence and mortality worldwide: sources, methods and major patterns in GLOBOCAN 2012.* **Int J Cancer, United States**, v. 136, n. 5, p. 359-86, 2015. Doi: 10.1002/ijc.29210.

GARDASIL®. **Vacina papilomavírus humano 6, 11, 16 e 18 (recombinante)**. West Point, EUA. Merck Sharp & Dohme Farmacêutica Ltda. Disponível em: <http://vacinar.com.br/bulas/GARDASIL.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.

GARDASIL® 9. **Vacina papilomavírus humano 6, 11, 16, 18, 31, 33, 45, 52 e 58 (recombinante)**. West Point, EUA. Disponível em: https://guiadafarmaciadigital.com.br/arquivos-uploads/bula/bula_027826_1.pdf. Acesso em: 28 fev. 2022.

GARLAND, S. M. *et al.* *Prior human papillomavirus-16/18 AS04-adjuvanted vaccination prevents recurrent high grade cervical intraepithelial neoplasia after definitive surgical therapy: post-hoc analysis from a randomized controlled trial.* **Int J Cancer, United States**, v.139, n.12, p. 2812-2826., 2016. Doi: 10.1002/ijc.30391.

GARLAND, S. M. *et al.* *Natural history of genital warts: analysis of the placebo arm of 2 randomized phase III trials of a quadrivalent human papillomavirus (types 6, 11, 16, and 18) vaccine.* **J Infect Dis, United States**, v. 199, n. 6, p. 805-814, 2009. Doi: 10.1086/597071.

GIULIANO, A. R. *et al.* *Efficacy of quadrivalent HPV vaccine against HPV infection and disease in males.* **N Engl J Med, England**, v. 364, p. 401-411, 2011. Doi: 10.1056/NEJMoa0909537.

HAWES, S. E. *et al.* *Increased risk of high-grade cervical squamous intraepithelial lesions and invasive cervical cancer among African women with human immunodeficiency virus type 1 and 2 infections.* **J Infect Dis, United States**, v. 188, n. 4, p. 555-563, 2003. Doi: 10.1086/376996.

IARC. *Working Group on evaluation of cervical cancer screening programmes. Screening for squamous cervical cancer: duration of low risk after negative results of cervical cytology and its implication for screening policies.* **Br Med J (Clin Res Ed), England**, v. 293, n. 6548, p. 659-664, 1986. Doi: 10.1136/bmj.293.6548.659.

JAMISON, D. T. *et al.* *Disease control priorities in developing countries.* **Oxford University Press, United States**, p. 3-34, 1993.

KELLY, H.; WEISS, H.A.; BENAVENTE, Y. *Antiretroviral therapy, high-risk human papillomavirus, cervical intraepithelial neoplasia and invasive cervical cancer: a systematic review and meta-analysis.* **Lancet HIV, Netherlands**, v. 5, n.1, p. 45-58, 2018. doi: 10.1016/S2352-3018(17)30149-2.

LEHTINEN, M. *et al.* *Overall efficacy of HPV-16/18 AS04-adjuvanted vaccine against grade 3 or greater cervical intraepithelial neoplasia: 4-year end-of-study analysis of the randomised, double-blind PATRICIA trial.* **Lancet Oncol, England**, v. 13, n. 1, p. 89-99, 2012. Doi: 10.1016/S1470-2045(11)70286-8.

MCBRIDE, A. A.; WARBURTON, A. *The role of integration in oncogenic progression of HPV-associated cancers. PLoS Pathog, United States*, v. 13, n. 4, p. 1006211, 2017. Doi: 10.1371/journal.ppat.1006211.

MCCREDIE, M. R. *et al. Natural history of cervical neoplasia and risk of invasive cancer in women with cervical intraepithelial neoplasia 3: a retrospective cohort study. Lancet Oncol, England*, v. 9, n. 5, p. 425-434, 2008. Doi: 10.1016/S1470-2045(08)70103-7.

MIRALPEIX, E. *et al. Usefulness of p16INK4a staining for managing histological high-grade squamous intraepithelial cervical lesions. Mod Pathol, United States*, v. 30, n. 2, p. 304-310, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/modpathol.2016.168>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Organização Pan-Americana da Saúde. Controle integral do câncer do colo do útero. **Guia de práticas essenciais**. Washington, DC; OPAS, 2016. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/31403>. Acesso em: 27 jan. 2020.

PETERSON, L. K. *et al. Impact of baseline covariates on the immunogenicity of the 9-valent HPV vaccine e a combined analysis of five phase III clinical trials. Papillomavirus Res, Netherlands*, v. 3, p. 105-115, 2017. Doi: 10.1016/j.pvr.2017.03.002.

PONTI, A. *et al. Cancer screening in the European Union (2017). Report on the implementation of the Council Recommendation on cancer screening. Brussels: European Commission*, 2017. Disponível em: https://ec.europa.eu/health/system/files/2017-05/2017_cancerscreening_2ndreportimplementation_en_0.pdf. Acesso em: 27 jan. 2022.

PORTO, M. A.; HABIB, P. A. *Viva Mulher: constructing a cervical cancer control program in Brazil. Dynamis, Spain*, v. 34, n. 1, p. 101-123, 2014. Doi: 10.4321/s0211-95362014000100006.

RONCO, G. *et al. Efficacy of HPV-based screening for prevention of invasive cervical cancer: follow-up of four European randomised controlled trials. Lancet, England*, v. 383, n. 9916, p. 524-532, 2014. Doi: 10.1016/S0140-6736(13)62218-7.

SANKARANARAYANAN, R.; ESMY, P. O.; RAJKUMAR, R. *et al. Effect of visual screening on cervical cancer incidence and mortality in Tamil Nadu, India: a cluster-randomised trial. Lancet, England*, v. 370, n. 9585, p. 398-406, 2007. Doi: 10.1016/S0140-6736(07)61195-7.

SANTESSO, N. *et al. Systematic reviews and meta-analyses of benefits and harms of cryotherapy, LEEP, and cold knife conization to treat cervical intraepithelial neoplasia. Int J Gynaecol Obstet, United States*, v. 132, n. 3, p. 266-271, 2016. Doi: 10.1016/j.ijgo.2015.07.026.

SASLOW, D. *et al. American cancer society, American society for colposcopy and cervical pathology, and American society for clinical pathology screening guidelines for the prevention and early detection of cervical cancer. CA Cancer J Clin, United States*, v. 62, n. 3, p. 147-172, 2012. Doi: 10.3322/caac.21139.

SCHIFFMAN, M. *et al. Carcinogenic human papillomavirus infection. Nat Rev Dis Prim, England*, v. 2, p. 16086, 2016. Doi: 10.1038/nrdp.2016.86.

SCHILLER, J. T.; CASTELLSAGUE, X.; GARLAND, S. M. *A review of clinical trials of human papillomavirus prophylactic vaccines.* **Vaccine**, Netherlands, v. 30, s. 5, p. 123-138, 2012. Doi:10.1016/j.vaccine.2012.04.10.

SERRANO, B.; ALEMANY, L.; TOUS, S. *et al.* *Potential impact of a nine-valent vaccine in human papillomavirus related cervical disease.* **Infect Agents Cancer**, England, v. 7, n. 1, p. 38, 2012. Doi: 10.1186/1750-9378-7-38.

SKINNER, S. R. *et al.* *Human papillomavirus (HPV)-16/18 AS04-adjuvanted vaccine for the prevention of cervical cancer and HPV-related diseases.* **Expert Rev Vaccines**, England, v. 15, n. 3, p. 367-387, 2016. Doi: 10.1586/14760584.2016.1124763.

STANLEY, M.; PINTO, L. A.; TRIMBLE, C. *Human papillomavirus vaccines-immune responses.* **Vaccine**, Netherlands, v. 30, s. 5 p. 83-87, 2012. Doi: 10.1016/j.vaccine.2012.04.106.

TAYLOR, S. *et al.* *The incidence, clearance and persistence of non-cervical human papillomavirus infections: a systematic review of the literature.* **BMC Infect Dis**, England, v.16, p. 293, 2016. Doi: 10.1186/s12879-016-1633-9.

WHITE, E. A. *et al.* *Comprehensive analysis of host cellular interactions with human papillomavirus E6 proteins identifies new E6 binding partners and reflects viral diversity.* **J Virol**, United States, v. 86, n. 24, p. 13174-13186, 2012. Doi: 10.1128/JVI.02172-12.

WITTET, S.; TSU, V. *Cervical cancer prevention and the millennium development goals.* **Bull World Health Organ**, Switzerland, v. 86, n. 6, p. 488-490, 2008. Doi: 10.2471/blt.07.050450.

WOODMAN, C.; COLLINS, S.; YOUNG, L. *A história natural da infecção cervical pelo HPV: questões não resolvidas.* **Nat Rev Cancer**, England, v. 7, n. 1, p. 11-22, 2007. Doi: 10.1038/nrc2050.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *International Agency for Research on Cancer. Global Cancer Observatory.* Lyon, France: WHO; 2020. Disponível em: <https://gco.iarc.fr/>. Acesso em: 27 fev. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Human papillomavirus vaccines: WHO Position Paper, May 2017 - Recommendations.* **Vaccine**. v. 35, n. 43, p. 5753-5755, 2017. Doi: 10.1016/j.vaccine.2017.05.069.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Comprehensive cervical cancer control: a guide to essential practice, Second edition.* Geneva: WHO; 2014. Disponível em: <https://www.who.int/reproductivehealth/publications/cancers/cervical-cancer-guide/en/>. Acesso em: 27 jan. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *IARC Monographs on the Evaluation of Carcinogenic Risks to Humans.* v. 90. Lyon, France: WHO; 2007. Disponível em: <https://publications.iarc.fr/Book-And-Report-Series/Iarc-Monographs-On-The-Identification->

Of-Carcinogenic-Hazards-To-Humans/Human-Papillomaviruses-2007. Acesso em: 27 fev. 2022.

YANG, E. J. *et al.* *Microanatomy of the cervical and anorectal squamocolumnar junctions: a proposed model for anatomical differences in HPV-related cancer risk.* **Mod Pathol**, United States, v. 28, n. 7, p. 994-1000, 2015. Doi: 10.1038/modpathol.2015.54.

A TRANSVERSALIDADE NA SAÚDE COLETIVA:
saberes e fazeres a favor da sociedade

Linamar Teixeira de Amorim¹

Leila Medeiros Melo²

Marcelo Elias Pereira³

RESUMO: A Saúde Coletiva engloba diversas áreas de conhecimento que rompe com o monopólio do discurso biomédico e se constitui num campo de práticas e saberes dialogando com as ciências sociais e humanas, epidemiologia, políticas públicas, administração e planejamento. No Brasil, ela se institucionaliza em meio a um cenário de crise econômica e política, no qual a sociedade lutava pela redemocratização brasileira e por direitos sociais. Objetivou-se apresentar e discutir a transversalidade da Saúde Coletiva na interface com a educação na atualidade. A metodologia refere-se a uma revisão de literatura, mas com viés sociológico. Os conceitos de Reflexividade, Sistema Perito, Sociologia das Emergências corroboram a proposta da Saúde Coletiva quanto à transformação dos modelos de ensino e de assistência em saúde, visando alcançar os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, a Saúde Coletiva é fundamental para diminuir as iniquidades em saúde no Brasil e promover mais qualidade de vida à população. Ressalta-se, nesse sentido, a necessidade mais trabalhos que promovam a divulgação dos saberes e fazeres da Saúde Coletiva, a partir da transdisciplinaridade entre as patologias e os processos socioculturais, uma vez que estes são elementares no processo de construção de uma sociedade voltada para a promoção e a prevenção da saúde. Trata-se de um campo do saber na sua relação com o cotidiano do trabalho, com aprendizagem refletida, com base nos problemas vivenciados nos serviços e na sociedade como um todo e, dessa forma, construir novas práticas e saberes.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde coletiva. Transversalidade. Sistemas peritos. Reflexividade.

ABSTRACT: Collective Health encompasses several areas of knowledge that breaks with the monopoly of biomedical discourse and constitutes a field of practices and knowledge in dialogue with social and human sciences, epidemiology, public policies, administration and planning. In Brazil, it was institutionalized in the midst of a scenario of economic and political crisis, in which society fought for Brazilian redemocratization and for social rights. The objective was to present and discuss the transversality of Collective Health in the interface with education today. The methodology refers to a literature review, but with a sociological bias. The concepts of Reflexivity, Expert System, Sociology of Emergencies corroborate the Public Health proposal regarding the transformation of teaching and health

¹ Doutora em Sociologia. Professora voluntária na disciplina de Saúde do adulto e idoso – Psiquiatria/Medicina Legal e Saúde Mental Coletiva no curso de Medicina da Universidade Federal de Goiás (UFG); Pesquisadora membro do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva/UFG, Goiânia. Email: linamarta@gmail.com; linamarteixeira@ufg.br.

² Doutoranda em Ciências da Saúde pela UFG. Coordenadora e professora do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser, Aparecida de Goiânia, email: leilamedeiros@unifan.edu.br.

³ Mestre em Ciências Farmacêuticas pela UFG. Professor dos cursos de Medicina, Farmácia, Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem e Biomedicina do Centro Universitário Alfredo Nasser, Aparecida de Goiânia, email: marceloelias@unifan.edu.br.

care models, aiming to achieve the principles of the Unified Health System (SUS). In this sense, Collective Health is essential to reduce health inequities in Brazil and promote better quality of life for the population. In this sense, there is a need for more work that promotes the dissemination of knowledge and practices in Collective Health, based on the transdisciplinary approach between pathologies and sociocultural processes, since these are elementary in the process of building a society focused on health promotion and prevention. It is a field of knowledge in its relationship with daily work, with reflected learning, based on the problems experienced in the services and in society as a whole and, in this way, building new practices and knowledge.

KEYWORDS: Collective health. Transversality. Expert systems. Reflexivity.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, a partir dos anos 60 do século passado, vivenciou um regime de governo ditatorial militar que se estendeu até meados da década de 1980. Durante esse período a repressão foi muito intensa, o que por sua vez desencadeou movimentos diversos, que lutavam pela redemocratização da sociedade brasileira e resgate da cidadania. Isso implicava garantir direitos sociais como: saúde, educação, habitação, alimentação, trabalho, participação popular nos processos políticos, dentre outros.

Já nas duas últimas décadas do século XX, consolida-se um novo conceito de vigilância à saúde que expande o conceito de vigilância tradicional, ao concordar com os preceitos constitucionais de que a saúde não pode ser resumida à mera ausência de doença, mas que deve sim ser entendida como uma decorrência de fatores ambientais, econômicos, de organização e efetividade dos serviços de saúde e do trabalho (CARVALHO; WERNECK, 1998, p. 22-23). A luta contra a ditadura evidenciava a necessidade de pensar em quais condições a democracia se constituiria na sociedade brasileira, uma vez que era necessário reduzir as desigualdades sociais e incluir os atores sociais na democratização do processo político, do qual estavam excluídos.

Na saúde, o resultado desses combates foi a criação de um sistema de saúde pública universal e de qualidade. Quanto à democratização do processo político, espaços de participação política da população em todos os níveis de gestão foram criados e amparados de forma legal pela Lei 8.142 de 1990, na qual, os usuários teriam maior poder de decisão, já que ocupariam 50% da participação dentro dos conselhos (BRASIL, 1990; CAVALCANTI, 2010). Nessa perspectiva de luta e de organização social é que se intensificam as

preocupações com a formação de trabalhadores da área da saúde, em parte, devido às novas demandas quantitativas e qualitativas que emergiam.

O movimento de reforma sanitária nos anos 1970 representou a articulação dos mais diversos sujeitos que entoavam a luta pela democracia, sendo a saúde um de seus pilares. Disto resultou a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) nos anos 1980 e seu reconhecimento legal na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 196 estabelece a saúde como dever do Estado e direito de todos os cidadãos e com os seguintes princípios doutrinários: a universalidade, a igualdade e a integralidade da atenção à saúde. Nesse sentido, há uma proposta evidente não só de romper, mas de superar o viés excludente, no qual estava inserida a maioria da população. Desde então, evidenciou-se a necessidade de um novo modelo de atendimento à saúde, bem como de formação dos profissionais (BRASIL, 1988).

Após o movimento da Reforma Sanitária e o processo de redemocratização brasileiro, observa-se que o Sistema Único de Saúde (SUS) constituiu-se, para além de um modelo de atenção à saúde, num novo mercado de trabalho para os profissionais de saúde. Diante disso, estabelece-se uma importante relação entre os serviços prestados em saúde segundo as propostas do SUS, as condições de trabalho em saúde e a formação profissional. A constituição do sistema de saúde avançou nos anos 1980, apesar de ser o mesmo contexto de expansão das políticas neoliberais, que secundarizaram a importância das políticas sociais.

Porém, hoje, mais de trinta anos desse período, algumas reflexões são necessárias quanto ao fato das instituições criadas naquele momento já não responderem de forma satisfatória aos anseios atuais de uma sociedade democrática. A partir desse período, a formação dos trabalhadores da saúde passa a ocupar lugar de destaque nas discussões da área. Tal como foi discutido na 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986, tanto a Constituição Federal quanto a Lei 8080 de 1990, em seus respectivos artigos 200 e 27, determinam, dentre as competências do SUS, a organização de um sistema para a formação de recursos humanos em todos os níveis de ensino, inclusive de pós-graduação, sob a responsabilidade do Ministério da Saúde (MS) (BRASIL, 1988; 1990).

Em meio às discussões sobre a restauração da democracia e a constituição do novo modelo de atenção à saúde de reconhecimento constitucional, o SUS, a formação em saúde vai se constituindo em questão fundamental para a qualidade da atenção em saúde e em estratégia de qualificação da gestão dos serviços e sistemas de saúde. O reconhecimento da relevância que a educação tem para o trabalho em saúde tem orientado a realização de planos e programas nos sistemas de saúde das Américas e do Brasil (NUNES, 2004).

As políticas econômicas de cunho neoliberal, adotadas a partir da década de 1990 em toda América Latina, repercutiram na saúde sob o viés da diminuição de recursos financeiros e no endividamento das instituições, tornando urgente a adoção de ações políticas capazes de reorganizar os serviços. Concomitantemente, no Brasil, a situação de saúde era de um lado, a institucionalização do SUS por meio da Lei 8080/1990 e, por outro lado, os avanços das políticas neoliberais orientadas pela Reforma do Estado com sérias repercussões na organização e funcionamento do serviço público, inclusive com medidas de caráter privatizante, o que enfatiza a contradição presente na criação do SUS e das ações voltadas ao processo educativo em saúde (COSTA, 2006).

O movimento da Reforma Sanitária, a criação da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) em 1979 somados à implantação do SUS, (re)inauguram, no Brasil, o campo da Saúde Coletiva, que toma como objeto as necessidades de saúde, implicando em todas as condições requeridas não apenas para evitar a doença e aumentar a expectativa de vida, mas também para promover melhorias na qualidade de vida. Propõe utilizar como instrumentos de trabalho a epidemiologia social (crítica) que, aliada às ciências sociais, fundamenta-se no estudo da determinação social e das desigualdades em saúde, no planejamento estratégico e comunicativo e na gestão democrática. Além disso, abre-se às contribuições de todos os saberes - científicos e populares – como orientadores da consciência sanitária e a realização de intervenções intersetoriais sobre os determinantes estruturais da saúde. Assim, os movimentos como promoção da saúde, cidades saudáveis, políticas públicas saudáveis, saúde em todas as políticas compõem as estratégias da Saúde Coletiva.

O objetivo deste trabalho foi apresentar e discutir a transversalidade da Saúde Coletiva na interface com a educação e os preceitos essenciais do SUS na atualidade.

2 METODOLOGIA

A fim de cumprir o objetivo proposto, a metodologia utilizada neste trabalho foi de cunho fundamentalmente bibliográfico, com utilização de uma revisão da literatura documental existente sobre o tema. Para tanto foram escolhidos os conceitos de Saúde Coletiva, Sistemas Peritos, Reflexividade, Vulnerabilidade e Educação Permanente em Saúde (EPS), como propostas teóricas fundamentais para entender a articulação entre Saúde Coletiva e educação no contexto neoliberal da sociedade brasileira.

3 DISCUSSÃO

Ao longo da história da saúde pública brasileira, uma de suas principais marcas são os conflitos, o que acaba se reproduzindo nas questões da formação em saúde. Desse modo, a lógica do modelo biomédico presente nos serviços também pautou a formação dos profissionais de saúde, caracterizado pela objetividade científica e preterindo os significados e subjetividades dos sujeitos envolvidos que também estão presentes no processo saúde-doença (AMÂNCIO FILHO, 2004). Ao desconsiderar os sentidos que permeiam a experiência da doença e das relações estabelecidas entre o sujeito doente e os profissionais de saúde, a assistência revela-se mais impessoal e mecanizada, pois o trabalho destes profissionais é exercido sobre o enfermo e não sobre a enfermidade (BOLTANSKI, 1989).

Sobrevalorizar a técnica e a objetividade nas experiências de saúde e doença pode levar a uma formação com lacunas, pois: “o processo educativo é um arcabouço de representações de sociedade e de homem que se quer formar” (PEREIRA, 2005, p. 152). Sendo assim, a formação dos profissionais de saúde responde aos anseios de um determinado tipo de sociedade.

O Ministério da Saúde (MS) reconhece e valoriza a formação dos trabalhadores como um componente para o processo de qualificação da força de trabalho, no sentido de contribuir para a efetividade da política nacional de saúde. Essa concepção relaciona-se à necessidade de elevação da escolaridade e do desempenho profissional, que possibilita maior autonomia intelectual dos trabalhadores, do domínio do conhecimento técnico-científico, de exercitar a criatividade, de interagir com os usuários dos serviços, de ter consciência da qualidade e das implicações éticas de seu trabalho.

Tanto a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 8.080/1990 reconhecem como campo de atuação do SUS, a ordenação da formação de recursos humanos na área da saúde. A gestão da formação de recursos humanos pelo MS relacionou-se à perspectiva de orientar perfis profissionais condizentes com o novo modelo sanitário. A IX CNS, realizada em 1992, aconteceu no contexto da crise do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo. O relatório dessa Conferência permite identificar a insistência na ideia de promover política de recursos humanos “que possibilite uma atuação ética, de elevado nível técnico e não alienação do trabalhador de saúde, institucionalizando programas de repasse contínuo de informações, capacitação e atualização” (BRASIL, 1993a, p. 212).

A Conferência enfatiza a importância da problematização dos processos de trabalho e evidencia a necessidade de imediata regulamentação do Art., 200, Inciso III, da Constituição

Nacional, que atribui ao SUS a tarefa de ordenar a formação de recursos humanos. Neste evento, reivindicam-se a garantia da construção de escolas de formação de trabalhadores em saúde e de recursos orçamentários para a educação dos profissionais, bem como a criação de núcleos de desenvolvimento de trabalhadores junto à gestão de recursos humanos. A Conferência trata, ainda, da importância da revisão de currículos em sintonia com a realidade socioepidemiológica do país. A II Conferência Nacional de Recursos Humanos foi um desdobramento das propostas e discussões que fundamentaram a IX CNS (BRASIL, 1993a; 1993b).

A Política de Recursos Humanos para o SUS teve como prioridade ações indutoras dos processos de educação para o trabalho em saúde e propôs realizar, em conjunto com o Ministério da Educação, experiências de formação e fomentar os programas de educação continuada para os profissionais dos serviços, a fim de consolidar uma qualificação coerente com os novos postulados assistenciais do SUS. Também havia uma previsão de melhoria das condições de trabalho.

A X CNS difunde a necessidade de estabelecer, imediatamente, uma agenda de prioridades para a implantação de política de recursos humanos coerente com os princípios e diretrizes do SUS, que valorize o trabalho na sua qualidade e seus resultados para a população, rompendo a atual situação perversa de má remuneração e não incentivo à qualificação e que construa um pacto ético e solidário entre os gestores, os trabalhadores de saúde e a população (BRASIL, 1998, p. 8).

A XI CNS aconteceu ainda no governo FHC, em 2001, e apresentou para discussão seis eixos centrais no tocante a recursos humanos: política nacional de recursos humanos para o SUS; desenvolvimento de trabalhadores em saúde; política de saúde; formação de pessoal para a saúde; relações de trabalho e processos de educação para o SUS. O eixo Formação de Pessoal para Saúde foi desmembrado nos seguintes tópicos: a) ordenamento da formação de recursos humanos pelo SUS, b) o redimensionamento do papel dos aparelhos formadores em saúde (universidades e escolas técnicas) no fortalecimento do SUS e c) educação contínua em saúde (BRASIL, 2001, p. 42).

A XI Conferência trouxe diversos elementos para a consolidação da interface formação-gestão, desde argumentos para o desenvolvimento de pessoal engajado no Controle Social em saúde até o fortalecimento dos princípios do SUS. De modo mais específico, no que concerne à formação dos trabalhadores, mantém as expectativas em relação às Escolas Técnicas e Escolas de Saúde Pública dos Estados.

A XII CNS é realizada em 2003, no início do governo Lula, apresentou novidades, com destaque para a área “Recursos Humanos”, que passa a ser compreendida como “Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde”, segundo um trecho do relatório da Conferência:

Saúde se faz com gente. Gente que cuida de gente, respeitando-se as diferenças de gênero, étnico-raciais e de orientação sexual. Por isso, os trabalhadores não podem ser vistos como mais um recurso na área de Saúde. As mudanças no modelo de atenção dependem da adesão dos profissionais de saúde e da qualidade do seu trabalho. Por sua vez, adesão e qualidade dependem das condições de trabalho e da capacitação para o seu exercício, com remuneração justa (BRASIL, 2004c, p. 115).

A partir de então, os tópicos da PNEPS são delineados e o termo EPS é bastante enfatizado no relatório da Conferência, uma vez que esse modelo educativo configura-se como nova estratégia do Ministério da Saúde para a formação dos trabalhadores. A partir dos relatórios das conferências de saúde verifica-se que desde a 1ª CNRH, há um apelo para a criação de uma política de formação de recursos humanos na qual haja a integração ensino/serviço e, conseqüentemente, a transformação das práticas com vistas à melhoria da atenção à saúde da população.

Embora tenha-se hoje alcançado certo consenso sobre a importância dos Determinantes Sociais em Saúde (DSS) na situação de saúde, esse consenso foi sendo construído ao longo do desenvolvimento da história. As diversas definições de DSS expressam o conceito, hoje, já muito generalizado de que as condições de vida e trabalho dos indivíduos e de grupos da população estão relacionadas com sua situação de saúde. Nesse sentido, a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), identifica como DSS os fatores sociais, ambientais, econômicos, culturais, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), os DSS são as condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham. Essas são algumas das construções conceituais que buscam definir a Saúde Coletiva (BUSS; FILHO, 2007).

A centralidade das discussões envolveu questões como: a saúde pública deve tratar do estudo de doenças específicas, com base fundamentalmente na microbiologia ou deve focar-se no estudo da influência das condições sociais, econômicas e ambientais na saúde dos indivíduos? Além de outras questões relacionadas: onde pesquisar a saúde e a doença, no laboratório, com o estudo biológico dos organismos infecciosos, ou nos locais de moradia e trabalho (nas cidades e campos), a fim de identificar hábitos e formas de vida de seus hospedeiros? A partir desses questionamentos, o conflito entre saúde pública e medicina e

também entre os enfoques biológico e social do processo saúde-doença estiveram no núcleo do debate sobre a constituição desse novo campo de conhecimento, de prática e de educação (BUSS; FILHO, 2007).

Nas sociedades atuais, a educação é um processo de humanização que aspira à construção de um sujeito que faz escolhas e se responsabiliza pela transformação tanto de si mesmo quanto do mundo em que vive. A educação e a aprendizagem fazem sentido se forem contínuas e se forem assumidas como tarefa ilimitada para a formação dos sujeitos. Porém, isso não significa a sujeição ao ritmo acelerado das mudanças que ceifam as experiências, mas uma disposição às transformações numa perspectiva humanizada.

A categoria indivíduo corresponde ao modo hegemônico de organização da subjetividade na modernidade é mais um elemento que ajuda a pensar as dificuldades de formar, capacitar e qualificar profissionais direcionados aos princípios e diretrizes do SUS, com ações visando à promoção e prevenção, para além da cura e voltadas não apenas ao indivíduo, mas à coletividade. Acredita-se que essa relação é bem mais complexa, pois os profissionais responsáveis pela formação de outros foram formados com base no modelo biomédico, tendo o indivíduo como centro.

Por razões diversas, tanto a formação humana quanto o trabalho em saúde articulam-se com os interesses do capital, mas considerando a atual fase de acumulação flexível, que de acordo com Harvey (2000), é capaz de alterar processos, organização e ferramentas de trabalho, confrontando com a rigidez do modelo de produção fordista.

Segundo Harvey (2008), o neoliberalismo para se consolidar, buscou apoio também nas camadas populares, fazendo circular influências ideológicas nas corporações, nos meios de comunicação e instituições que constituem a sociedade civil. A luta dos movimentos estudantis e de trabalhadores por “liberdade individual” e “justiça social”, duas perspectivas cuja incompatibilidade é tensionada à medida que o Estado que se propõe não intervencionista, contraditoriamente, em alguns momentos, é forçado a intervir, ignorando as liberdades que se coloca como defensor. Nesse fato reside a importância da ideologia por trás do neoliberalismo. Para evitar qualquer tipo de manifestação contrária à consolidação das ideias neoliberais, o Estado recorre à persuasão, à propaganda e, se necessário, ao uso da força.

A proposta neoliberal para a saúde sugere mudanças nos propósitos do SUS, com vistas à redução das conquistas sociais na área, apontando para uma focalização seletiva das ações do Estado, para a privatização do setor e para o fim da universalidade e da gratuidade. Dessa forma, observa-se que, paralelamente à conquista do movimento da reforma,

estabeleceu-se uma universalização excludente com base na racionalização dos serviços e, por conseguinte, resultou em queda na qualidade dos serviços públicos (PAIM, 2008). Dessa forma, o direito à saúde é assegurado, entretanto, os serviços são precários, o que estimula o crescimento da medicina supletiva para atender os setores mais abastados da sociedade.

Com a criação do SUS, foi prevista a formação de recursos humanos como competência do MS, pois a experiência e o treinamento já não eram suficientes. Era necessário organizar escolas técnicas de saúde para a formação e ampliação da consciência sanitária dos trabalhadores e dos futuros profissionais de saúde sobre os princípios da reforma e do projeto societário que ela enseja (LIMA, 2007; LEMOS, 2010).

O conceito de EPS foi mais difundido depois da criação da SGETS em 2003, que tem como propósito desenvolver a Política Nacional de Recursos Humanos em Saúde (PNRHS). Portanto, a educação permanente não se refere apenas à formação, mas também à atenção, gestão e formulação de políticas em saúde. Com a finalidade de integrar a educação e a saúde, o MS criou por meio de um decreto, a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação da Saúde (SGTES) com a missão de planejar, organizar e apoiar as ações relacionadas à gestão do trabalho e da educação em saúde (BRASIL, 2004b; BRASIL, 2005).

A SGTES deve estabelecer parcerias com os gestores do SUS, com as instituições de ensino e definir as responsabilidades das três esferas de governo nesse processo. As atividades desenvolvidas pela SGTES buscam garantir o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde. Nesse sentido, tem-se a perspectiva de constituir novos perfis profissionais para atender à realidade de saúde da população e das necessidades do SUS. São diversos os atores responsáveis pela PNEPS nos estados: Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), Escolas de Saúde Pública (ESP), Secretarias de Estado da Saúde, Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS) e Instituições de Ensino Superior (IES) (BRASIL, 2005; BRASIL, 2006b).

A política de formação e desenvolvimento de recursos humanos para a saúde tem como princípio básico a integração entre ensino e serviço na área. A Portaria Interministerial nº 2.118 de 03/11/05, em busca de um trabalho articulado entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, instituiu uma parceria para desenvolver ações relativas à educação superior e à formação profissional de nível técnico em saúde, que envolveu a Secretaria de Educação Superior (SESu), Secretaria de Educação Profissional (SETEC), o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) (BRASIL, 2005).

Aspectos como a visão biologicista da saúde, a noção de uma história natural das doenças e a separação entre corpo e mente substanciaram os limites do saber e o

distanciamento da complexidade da experiência do viver, adoecer e morrer. Tudo isso, por sua vez, favoreceu a formação dos profissionais de saúde restrita aos conhecimentos anátomo-fisiológicos e aos recursos e técnicas de cada campo profissional (PINHEIRO, 2007).

Diante disso, nota-se que o modelo biomédico hegemonizou-se no campo da saúde, tornando-se o discurso oficial da Modernidade, sustentado na racionalização. É nesse contexto sociocultural que a sociedade passa a ser vista como um organismo, o conceito de corpo social é construído e as propostas de intervenção do Estado na saúde emergem como corolário das próprias exigências do capitalismo e das ciências, possibilitando o desenvolvimento da saúde pública tal como hoje é concebida. Para o modelo biomédico, a doença é resultado da ação de agentes patogênicos específicos, passíveis de identificação e combate. Essa visão hegemônica, em seu discurso destituiu de valor tanto as condições materiais de vida quanto as formas de relação entre os sujeitos (COSTA, 1986).

Além disso, os problemas no campo da saúde, que geram a insatisfação dos profissionais e da população, tornam visível a possibilidade de um modelo biomédico em vias de esgotamento da sua hegemonia. Dessa forma, as questões suscitadas na saúde são, em certa medida, consequências de uma crise de contexto macro, no qual o projeto de Modernidade parece se exaurir e não responder mais às necessidades por ele criadas (SANTOS, 2005; PINHEIRO, 2007).

Ao longo do século XX, em diferentes momentos, muitas experiências incorporaram atores institucionais e práticas diferenciadas, que se relacionaram com as políticas de saúde, conformando padrões peculiares de formação em Saúde Pública. A partir das primeiras iniciativas, foram ampliados e diversificados os espaços escolares, constituídos nos primeiros anos pelo Instituto Oswaldo Cruz, a Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo, a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e os Departamentos de Higiene das Faculdades de Medicina. Depois vieram os Departamentos de Medicina Preventiva dessas Faculdades e, mais recentemente, os Institutos de Saúde Coletiva e os Núcleos de Estudos em Saúde Coletiva (NESC's), com subsídios singulares ao conjunto de ações que passaram a compor o ensino de Saúde Pública, no período (NUNES, 1998; LIMA; FONSECA; SANTOS, 2004). Com a proposta de modificar o ensino da Higiene, foram criados os Departamentos de Medicina Preventiva, visando articular elementos preventivos à clínica, e de introduzir as disciplinas de Estatística, Ciências Sociais, Epidemiologia, Medicina do Trabalho e Saúde Pública, dentre outras medidas (NUNES, 1998; NUNES, 2007).

Observa-se que, longe de serem neutras, as instituições educacionais têm um impacto bastante significativo, ainda que controverso, sobre as sociedades contemporâneas. Por um

lado, a demonstração da educação como "capital humano" parece determinante na geração de riqueza e no desenvolvimento econômico. Por outro lado, estudos sobre o impacto dos sistemas educacionais na estratificação social demonstram como tais sistemas tendem a consolidar e exacerbar a desigualdade social. A educação, em conjunto com outros processos de natureza social, política e econômica, em momentos de expansão da sociedade, parece funcionar como instrumento poderoso de mobilidade social e de incorporação de novas tecnologias e conhecimentos à sociedade; porém, em períodos nos quais as sociedades estão estagnadas, a educação parece funcionar, principalmente, como elemento de seleção e discriminação social (SCHWARTZMAN, 1997).

Nas sociedades atuais, a educação é um processo de humanização que aspira à construção de um sujeito que faz escolhas e se responsabiliza pela transformação tanto de si mesmo quanto do mundo em que vive. Os acontecimentos não se tornam vivências, não são interiorizados e não transformam o sujeito. Dessa forma, se uma das características da sociedade contemporânea é a coexistência com a incompletude, a educação é um instrumento importante para uma sociedade democrática, na qual a pluralidade de percepções e o livre-pensar possam constituir a base da vida e do bem-comum. Desse modo, a educação e a aprendizagem só fazem sentido se forem contínuas e se forem assumidas como tarefa ilimitada para a formação dos sujeitos. Porém, isso não significa a sujeição ao ritmo acelerado das mudanças que ceifam as experiências, mas uma disposição às transformações numa perspectiva humanizada.

A formação em Saúde Coletiva é fundamental, pois promove uma nova forma de pensar e fazer saúde capaz de transformar as práticas vigentes. Portanto, ultrapassar fronteiras do modelo biomédico ainda hegemônico, porque trata-se de um campo de saber interdisciplinar e também multidisciplinar. Nesse sentido, alguns conceitos sociológicos contribuem para a constituição e compreensão da Saúde Coletiva, como se observará a seguir.

Giddens (1991) demonstra que as relações da era moderna encontram-se numa situação de redefinição do tempo e do espaço, pois, apesar desses mecanismos estarem separados, eles se apresentam conectados, numa esfera organizacional. O desencaixe dessa estrutura permitiria ao indivíduo desembaraçar-se dos poderes das tradições e valores da comunidade em que se encontra, durante o processo de constituição de sua identidade. Com isso, o indivíduo teria liberdade para escolher o tipo de vida que deseja viver, estando submetido somente às normas legais do Estado. Para Giddens (1991, p. 29), desencaixe é “o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço”. Um dos desencaixes destacados são os

sistemas peritos, segundo o qual para a pessoa leiga, a confiança é, em parte, um artigo de “fé” nesses sistemas, que independe do conhecimento do modo de funcionamento dos mesmos.

De acordo com Giddens (1991), embora apenas em certas ocasiões a maioria das pessoas leigas consulte “profissionais especialistas”, os sistemas nos quais os conhecimentos especializados estão inseridos influenciam regularmente muitos aspectos da vida cotidiana dos indivíduos. Desse modo, as relações estabelecidas entre indivíduos na era moderna pressupõem confiança, tanto em pessoas quanto em instituições. Todavia, são necessárias experiências prévias capazes de assegurar que tais sistemas funcionem conforme se espera deles. Nesse caso, o reconhecimento da ciência aparece como legitimador do caráter de confiabilidade dos sistemas peritos.

A confiança pressupõe, também, a existência de um risco, porque está vinculada às incertezas, seja em relação às ações de indivíduos ou operações de sistemas, em que a condição fundamental da confiança é a falta de informação plena pelos indivíduos. Para Giddens (1991), na confiança está embutida a ideia de risco, de modo que o indivíduo que confia num sistema perito tem cada vez mais noção de que ele pode não apresentar o resultado esperado ou desejado, característica esta que é da modernidade. Dessa forma, entende-se que o estilo de vida moderno baseia-se não só no indivíduo, como também na existência de prováveis riscos em todas as esferas da vida, incluindo a da saúde. Logo, tanto as instituições que formam, capacitam e qualificam os profissionais, quanto àquelas que prestam serviços de saúde, apresentam essa dualidade confiança/riscos.

Os sistemas peritos são sistemas de desençaixe porque, além do distanciamento entre tempo e espaço, asseguram aos indivíduos probabilidades quanto ao seu funcionamento. As expectativas são proporcionadas pelo controle exercido sobre tais sistemas por meio de avaliações realizadas a respeito do conhecimento técnico, que comprovam viabilidade e eficiência deles. De acordo com a definição de Giddens (1991, p. 35), sistemas peritos são:

[...] sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. A maioria das pessoas leigas consulta profissionais – advogados, arquitetos, médicos, etc., – apenas de modo periódico ou irregular. Mas os sistemas nos quais está integrado o conhecimento dos peritos influenciam muitos aspectos do que fazemos de uma maneira contínua.

Nesse sentido, cabe destacar também o conceito de reflexividade, pois segundo Giddens (1991), apesar de o conhecimento ser reflexivo, não é certo que ele impeça a sua

revisão, tal como era na sociedade tradicional. A principal transformação ocorrida na modernidade clássica para a modernidade reflexiva, quanto aos riscos, refere-se justamente à compreensão de que os riscos modernos são pautados pela incerteza. À racionalidade da regularidade justapõe-se a perspectiva do caos. Explica Giddens (1991, p. 45-46):

A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas. [...] Todas as formas de vida social constituídas pelo conhecimento que os atores têm delas. [...] O que é característico da modernidade não é uma adoção do novo por si só, mas a suposição da reflexividade indiscriminada – que, é claro, inclui a reflexão sobre a natureza da própria reflexão.

No conceito de sociedade de risco, para Giddens *et al.* (1997), o indivíduo torna-se um ser reflexivo em autoconfrontação com suas próprias ações e, a partir daí, começa a refletir e a criticar a si mesmo de maneira racional, levantando possibilidades de riscos futuros. Assim, por meio da reflexividade dos indivíduos, é possível prevenir os riscos com base na capacidade que eles possuem de evitar situações indesejáveis. Os dois autores citados são fundamentais para a compreensão dessa temática do risco numa sociedade moderna na qual a vida é incontestavelmente um risco. A formação, de modo mais específico, a EPS e a ideia de problematização, de refletir a partir dos problemas e vivências diárias dos serviços de saúde remonta à perspectiva de Giddens e Beck de reflexividade.

Segundo Giddens (1991) e Beck (1997; 2006), a reflexividade é um processo automático e traz consigo incertezas e ambivalências, uma vez que torna arriscado e perigoso tudo que era confiável e seguro na modernidade simples. Para além dessas questões, ainda há rupturas com as novas formas e instituições criadas pela própria sociedade moderna. Para esses autores, as sociedades modernas vivenciam um estágio de alta modernidade, na qual se observa como característica dominante um elevado grau de reflexividade, isto é, existe, essencialmente, uma necessidade de refletir sobre si mesma. Assim, do mundo das certezas permanecem apenas as incertezas sobre o futuro. Logo, é a “modernização reflexiva”, determinada por grandes mudanças sociais, que irá apontar o nível de insegurança e de perigo produzido pela “sociedade de risco”.

Tendo em vista a articulação entre educação e saúde, a perspectiva de formação selecionada foi a da Educação Permanente em Saúde (EPS), que na visão de Ceccim (2005), na sua definição pedagógica do processo educativo coloca o cotidiano do trabalho e/ou da formação em saúde, em análise, o que possibilita a construção de espaços coletivos para a reflexão e avaliação os atos cotidianos. A crescente necessidade de oferecer políticas

específicas aos trabalhadores permitiu a configuração dos Recursos Humanos como área específica de estudos nas políticas públicas de saúde. Nesse sentido:

A introdução da Educação Permanente em Saúde seria estratégia fundamental para a recomposição das práticas de formação, atenção, gestão, formulação de políticas e controle social no setor da saúde, estabelecendo ações intersetoriais oficiais e regulares com o setor da educação, submetendo os processos de mudança na graduação, nas residências, na pós-graduação e na educação técnica à ampla permeabilidade das necessidades/direitos de saúde da população e da universalização e equidade das ações e dos serviços de saúde (CECCIM, 2005, p. 163).

O autor destaca a importância da formação para o devido envolvimento dos trabalhadores com as políticas e o trabalho em saúde. Nesse sentido, a interação entre as dimensões da formação, da atenção, da gestão e do controle social em saúde deveria valorizar as capacidades instaladas, desenvolver as potencialidades existentes em cada realidade, estabelecer a aprendizagem significativa e a capacidade de crítica, subsídios que remetem à EPS. Na concepção de Ceccim, (2004, p. 166) são necessários componentes do Quadrilátero da Formação:

a) análise da educação dos profissionais de saúde: mudar a concepção hegemônica tradicional (biologicista, mecanicista, centrada no professor e na transmissão) para uma concepção construtivista (interacionista, de problematização das práticas e dos saberes); mudar a concepção lógico-racionalista, elitista e concentradora da produção de conhecimento para o incentivo à produção de conhecimento dos serviços e à produção de conhecimento por argumentos de sensibilidade; b) análise das práticas de atenção à saúde: construir novas práticas de saúde, tendo em vista os desafios da integralidade e da humanização e da inclusão da participação dos usuários no planejamento terapêutico; c) análise da gestão setorial: configurar de modo criativo e original a rede de serviços, assegurar redes de atenção às necessidades em saúde e considerar na avaliação a satisfação dos usuários; d) análise da organização social: verificar a presença dos movimentos sociais, dar guarida à visão ampliada das lutas por saúde e à construção do atendimento às necessidades sociais por saúde. [...] Os saberes formais devem estar implicados com movimentos de autoanálise e autogestão dos coletivos da realidade, pois são os atores do cotidiano que devem ser protagonistas da mudança de realidade desejada pelas práticas educativas.

A passagem acima transforma a todos envolvidos no processo em sujeitos sociais, pois percebe o cotidiano como lugar de permanente revisão, onde há produção de subjetividades, de problematizações. Para Ceccim, (2005, p. 167): “Precisamos desaprender o sujeito que somos, [...] precisamos ser produção de subjetividade: todo o tempo desterritorializando grades de comportamento ou de gestão do processo de trabalho”. Só assim a EPS será uma prática consolidada e com resultados que favorecem tanto a população usuária dos serviços, quanto os profissionais da área. Disto pode-se inferir, que enquanto os sujeitos envolvidos não

forem sujeitos de fato do processo de saúde brasileiro, todas as ações da EPS poderão, em alguma medida, reafirmar os interesses de sistema econômico excludente, que se pauta em políticas neoliberais.

O estilo de vida da modernidade em Giddens (1991) implica viver sujeito às situações dúbias como: risco e confiança; vulnerabilidade e segurança. Os indivíduos são lançados em experiências sobre as quais não possuem controle, gerando uma sensação de insegurança, o que reafirma a necessidade da existência de um saber técnico especializado.

Pensando o conceito de sistemas peritos, este trabalho percebe as instituições formadoras e os modelos de formação profissional, bem como as instituições que prestam atendimento em saúde disponibilizando serviços e profissionais representam como representantes legítimos desses sistemas, pois os conhecimentos técnico-especializados presentes no processo de formação permitem obter a competência profissional necessária para a atenção à saúde. Desse modo, busca-se uma formação realizada com o propósito de preparar os profissionais e os serviços com as competências, saberes e habilidades fundamentais à prestação de assistência em saúde, a fim de conferir aos indivíduos confiança baseada na experiência de que, em geral, tais sistemas funcionam da maneira esperada, apesar dos riscos.

Sendo os profissionais em saúde, representantes dos sistemas peritos, eles possuem conhecimento especializado e pressupõem a confiança dos pacientes nos seus serviços, com base na experiência de que tais sistemas geralmente funcionam da maneira esperada, mesmo existindo os riscos. Nessa perspectiva, para Giddens (1991, p. 87), “A natureza das instituições modernas está profundamente ligada ao mecanismo da confiança em sistemas abstratos, especialmente confiança em sistemas peritos”. Desse modo, entender os cursos de formação em saúde como sistemas peritos significa desenvolver competências profissionais capazes de eliminar ou pelo menos diminuir os riscos à saúde do indivíduo e do coletivo.

Ao estar envolvido num sistema perito, ou numa série de tais sistemas, nos quais deposito minha confiança, apesar de conhecer pouco os códigos de conhecimento usados pelos profissionais, mas não obstante tenho “fé” no que eles fazem e/ou fizeram. Giddens (1991, p. 35-36) diz: “Minha ‘fé’ não é tanto neles, embora eu tenha que confiar em sua competência, como na autenticidade do conhecimento perito (*expert knowledge*) que eles aplicam algo que não posso, em geral, conferir exaustivamente por mim mesmo” [...].

Assim, no caso específico da saúde, tendo ampliado o contato em função de sucessivas vindas das mães à Unidade Básica de Saúde (UBS), e frente à diminuição de conhecimentos e experiência para o cuidado cotidiano de doenças e sintomas comuns evitáveis, anteriormente advindos do sistema familiar e popular, as mães passam a recorrer mais amplamente aos

especialistas profissionais. Estabeleceu-se uma via de mão dupla: de um lado, as mães com menos conhecimentos e habilidades no cuidado em saúde de seus filhos procuram mais os serviços de saúde, cujo acesso foi facilitado.

De outro, em função de uma formação mais hospitalocêntrica, as orientações de profissionais nos serviços podem influenciar as famílias a se comportarem ainda sob esse prisma. Apesar dos princípios de prevenção e promoção da saúde serem preconizados pela Estratégia de Saúde da Família (ESF) e seu enfoque na família, a prática cotidiana dos profissionais das Unidades Básicas de Saúde ainda se pauta, predominantemente, pelo modelo biomédico, conforme é reportado e caracterizado por diversos autores (MERHY, 2003).

As informações disponíveis sobre a saúde, que permitem traçar o perfil epidemiológico da população e, como consequência, as ações de prevenção, promoção e atendimento à saúde, exemplificam a aplicação de um saber reflexivo. Isso porque esses dados são buscados com o intuito de oferecer mais segurança à população, diminuindo os riscos aos quais ela está submetida, independentemente de suas vontades. Logo, o conhecimento técnico especializado, que informa os indivíduos sobre os riscos e os cuidados necessários, propiciando mais segurança, não é garantia de que os indivíduos “leigos”⁴ aplicarão em suas ações cotidianas esse conhecimento.

As instituições formadoras percorrem um longo caminho desde a elaboração dos cursos de formação até a sua execução. Há todo um processo bastante criterioso envolvendo diversos setores para que os cursos possam refletir ao máximo as necessidades de saúde da população. Todo esse movimento sinaliza um processo complexo e de muita reflexão sobre a criação e execução dos cursos, com vistas à garantia de uma formação baseada na excelência técnica e teórica e, na maioria das vezes, perpassada por constantes revisões. De acordo, com o conceito de reflexividade, segundo o qual as práticas sociais são organizadas e transformadas pelo conhecimento continuamente renovado sobre estas próprias práticas. Nessas condições, o conhecer não significa dar conta da totalidade, mas que o mesmo deve sempre ser colocado sob questionamento e reformulado, se necessário (GIDDENS, 2002).

A luta empreendida pelo movimento sanitário quanto às questões de saúde e que culminou com a criação do SUS é aqui compreendida como uma forma de superar a concepção até então hegemônica na saúde de um modelo biomédico centrado no indivíduo, no hospital e no saber fragmentado.

⁴ Leigo refere-se ao indivíduo que não possui um saber especializado sobre um assunto.

Ainda sobre essa temática, a fim de complementar o quadro teórico deste trabalho, segundo a perspectiva de Boaventura Santos (2005; 2006), a modernidade ocidental surgiu como um ambicioso e revolucionário paradigma sociocultural no qual esteve presente a tensão entre regulação social e emancipação social. Mas desde meados do século XIX, com a convergência entre a modernidade e o capitalismo, que essa tensão entrou em um processo de crise de seus pressupostos e das práticas sociais por eles geradas, portanto, o paradigma da modernidade deixa de poder renovar-se. Ou seja, o paradigma sociocultural da modernidade, constituído antes do capitalismo, transforma-se em modo de produção dominante e tende a desaparecer, o que por sua vez é um fenômeno complexo, já que é simultaneamente um processo de superação e de obsolescência. É superação devido a algumas promessas que a modernidade cumpriu, porém, é obsolescência frente àquelas promessas que não conseguiu cumprir.

Para Boaventura Santos (2005), o paradigma da modernidade almejava um desenvolvimento harmonioso entre esses pilares com a pretensão de que esse desenvolvimento fosse traduzido na racionalização harmoniosa da vida coletiva e individual. Porém, o que se viu foi um desenvolvimento desequilibrado, no qual o pilar da emancipação é subjugado ao da regulação e, dessa forma, acarretando para o último a hipertrofia do mercado em detrimento dos princípios do Estado e da comunidade, que por sua vez favorece o desenvolvimento de um consumismo mundial.

Para o autor, não se pode conceber estratégias emancipatórias genuínas no âmbito do paradigma dominante, porque todas elas estão fadadas a transformarem-se em outras tantas estratégias de regulação. Nesse sentido, Santos dedicou-se a trabalhar na emergência de um novo paradigma epistemológico-sócio-político, pelo qual sejam pensadas as transformações e as possibilidades para além do capitalismo e para além das alternativas ao capitalismo produzidas pela modernidade. Os conceitos desenvolvidos têm encontrado respaldo nas Ciências Sociais, daí se considerar a sua possível aplicabilidade no contexto de análise da formação em saúde.

Ao fazer a distinção entre os pilares da modernidade, Santos (2005; 2007) também revela a tensão dialética entre eles. Embora considere essa dialética mais presente na Europa e países avançados, na sociedade brasileira, ela está ancorada no mercado como seu agente de regulação e no Estado como mediador. Dessa forma, as possibilidades de emancipação entendidas como acesso à cidadania plena deverão dar-se no espaço público, no qual também criam-se possibilidades de rompimento com a dependência social e a desqualificação por parte dos atores vulnerabilizados, o que permite analisar todo um conjunto de resistências à

dominação que ele chama de “cosmopolitismo subalterno”. Não há teoria social unificada que possa dar conta plenamente das realidades empíricas diversas presentes na contemporaneidade (PIZZIO; VERONESE, 2008).

Nesse sentido, Santos (2007) destaca que a opção da sociologia pelo conhecimento e emancipação significa passar do monoculturalismo para o multiculturalismo. Todavia, a construção de um conhecimento multicultural implica duas dificuldades: o silêncio e a diferença. A expansão da ciência moderna como conhecimento-regulação (para o qual o ponto de ignorância é o caos e o ponto de saber é a ordem) ensejou um processo de destruição de muitas formas de saber e de ser, o que acabou produzindo silêncios sociais, onde se tornaram impronunciáveis as necessidades e as aspirações de povos ou grupos sociais que tiveram suas formas de saber, viver e sentir destruídas, descredibilizadas (SANTOS, 2005).

Sendo assim, a sociologia das ausências constitui-se em um procedimento investigativo para demonstrar que muitas questões invisíveis foram produzidas por relações sociais injustas e predatórias, portanto, objetivando transformar as ausências em presenças. Segundo o autor, existem formas específicas de produzir não existências que se constituem em monoculturas ou lógicas, que nos orientam a invisibilizar a experiência de suas alternativas credíveis. São elas: a lógica do único saber – a ciência; a lógica da única temporalidade – a linear; a lógica da única cultura – a europeia; a lógica da única escola – a global; e a lógica do único modo de produção – o capitalismo (PIZZIO; VERONESE, 2008).

Para Santos (2007), a Sociologia das Ausências pretende ser uma alternativa epistemológica, que se afirma nas cinco ecologias alternativas à produção de não existência. A noção de Ecologia denota multiplicidades e relações não destrutivas. São elas: ecologia dos saberes, que identifica outros saberes e critérios de rigor; ecologia das temporalidades, que inclui várias temporalidades; ecologia dos reconhecimentos, que busca identificar diferenças iguais em legitimidade; ecologia das transescalas, que busca desglobalizar o local e globalizar a diversidade; ecologia da produtividade, que busca recuperar e valorizar os sistemas alternativos de produção, as organizações econômicas populares, as cooperativas operárias, as empresas autogeridas, a economia solidária, entre outros.

A produção social dessas ausências resulta na subtração do mundo, na contração do presente e no desperdício da experiência. A sociologia das ausências questiona cada uma dessas lógicas e propõe substituir as monoculturas por ecologias, o que possibilitaria a disputa epistemológica entre diferentes saberes, a vivência de temporalidades diversas, a recuperação do que no local não é efeito da globalização hegemônica, a valorização de sistemas alternativos de produção e consumo. A sociologia das ausências permite captar e compreender

o processo de produção de silêncios sociais nos mais diversos contextos empíricos e, a partir daí, trazer à tona saberes e perspectivas diferenciadas que possam representar toda a riqueza social contemporânea. Nesse processo, os sujeitos fazem-se autores da sua própria vida e da vida coletiva (PIZZIO; VERONESE, 2008).

A Sociologia das Ausências e a das Emergências são complementares: a primeira expande o domínio das experiências sociais já disponíveis e a segunda, o domínio das experiências sociais possíveis. Quanto mais experiências disponíveis, mais experiências possíveis. Quanto maior for a multiplicidade e diversidade das experiências disponíveis e possíveis, maior será a expansão do presente e contração do futuro. Elas objetivam construir novas e plurais concepções de emancipação social em contraposição à do projeto de modernidade, porém, não há garantias de que isso ocorra da forma esperada e que de fato o mundo seja um lugar melhor. Por isso defende-se a expansão do presente e a contração do futuro, pois com a ampliação do campo das experiências há mais possibilidade de avaliar de forma mais adequada às alternativas possíveis e disponíveis.

Segundo Santos (2007), a sociologia das ausências, sendo transgressiva, torna-se uma alternativa epistemológica com vistas a romper com a “monocultura” do saber científico e instituir uma ecologia de saberes. Isto significa haver possibilidade de diálogo até mesmo onde há disputa epistemológica entre diferentes saberes. Trata-se de identificar contextos e práticas, refleti-los e saber aplicá-los dentro de seu próprio tempo e com isso tem-se a possibilidade de desenvolvimento autônomo, esta é a ecologia da temporalidade. A ausência constitui-se num artifício que permite a naturalização da desigualdade entre indivíduos supostamente mais qualificados e aquela população considerada desqualificada. Esse artifício surge como resultado de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, no qual a cidadania de uns é distinta daquela de outros, assim como também são distintos seus direitos, suas oportunidades e seus horizontes.

Defende-se que a sociologia das ausências e esses domínios são um importante caminho para que todos envolvidos nos processos de formação e de trabalho em saúde tornem-se sujeitos sociais, pois percebem o cotidiano como lugar de permanente revisão, sem uma temporalidade linear, onde haja produção de subjetividades e de problematizações.

A sociologia das emergências baseia-se no conceito de Ainda-Não, que é capacidade e possibilidade concretas que questiona as determinações de um dado momento. Enquanto a sociologia das ausências encontra-se no campo das experiências sociais, a sociologia das emergências está no das expectativas (SANTOS, 2007). Dessa forma, o que já foi realizado quanto à formação em saúde está circunscrito ao campo da sociologia das ausências, devido

às experiências vivenciadas na área. Mas o que se projeta de mudanças para a saúde, sob a perspectiva da formação, está no campo da sociologia das emergências, pois acredita-se no potencial transformador das práticas e dos saberes em saúde, por meio da articulação entre ensino, trabalho e gestão. A possibilidade de um futuro melhor está no presente desde que ele seja reinventado e ampliado pela sociologia das ausências e das emergências.

Desse modo, acredita-se que a formação em saúde é um instrumento determinante para as melhorias dos serviços, porém ela é marcada pelos ditames das políticas públicas de saúde, que surgiram no ocidente no século XIX. A saúde tornou-se um mecanismo de potencialização da vida e das políticas públicas, além de se constituírem em respostas às demandas sociais, também podem ser consideradas como estratégias de regulamentação do corpo social. Nesta perspectiva, é pertinente apresentar e discutir as dimensões que relacionam a formação e o mundo do trabalho.

A sociologia das ausências visa superar a “monocultura” do saber científico e instituir uma ecologia de saberes. Defende-se que ela é um importante caminho para que todos envolvidos no processo de saúde sejam sujeitos sociais, pois percebe o cotidiano como lugar de permanente revisão, onde há produção de subjetividades e problematizações. Por conseguinte, o que já foi realizado na Saúde Coletiva está circunscrito ao campo da sociologia das ausências, devido às experiências vivenciadas na área. E o que se projeta de mudanças para a saúde, está no campo das expectativas, portanto, da sociologia das emergências. Acredita-se no potencial transformador das práticas e dos saberes em Saúde Coletiva, por meio da articulação entre ensino, trabalho, gestão, política, cultura e comunidade.

A despeito de toda reflexão presente nos cursos de formação em saúde, a sua permanente revisão é certa e necessária, posto que, novas possibilidades de pensar a realidade mediada pela teoria poderão surgir. Ou seja, a perspectiva de olhar para os serviços e para as necessidades dos indivíduos pode integrar o processo formativo dos profissionais e propiciar que as demandas da população sejam melhor atendidas.

Ressalta-se, nesse sentido, a necessidade que mais trabalhos sejam realizados para promover a divulgação dos saberes e fazeres da Saúde Coletiva, a partir da transdisciplinaridade entre as patologias e os processos socioculturais, uma vez que estes são elementares no processo de construção de uma sociedade voltada para a promoção e a prevenção da saúde.

4 CONCLUSÃO

No Brasil, a necessidade instaurada de que os profissionais de saúde precisavam ser formados de uma forma diferente está presente na perspectiva sanitária, na criação do SUS, e nas discussões sobre o estabelecimento de uma Política Nacional para a formação de recursos humanos em saúde, que passa pela reconstituição histórica dos debates realizados em torno desse tema e pela revisão das conjunturas sociais, políticas e econômicas que determinaram suas transformações.

O referencial teórico adotado revelou-se como mais uma perspectiva para pensar a articulação educação-saúde coletiva, num contexto que coincide com a inserção do neoliberalismo no Brasil, que por sua vez, influencia o surgimento de novas formas de organização do trabalho, bem como dos processos de formação dos trabalhadores, demonstrando que a formação desses profissionais não está desvinculada de seu tempo histórico.

A formação dos profissionais e os serviços em saúde foram compreendidos neste trabalho como representantes dos sistemas peritos, o que significa desenvolver competências profissionais, saberes especializados, capazes de eliminar ou pelo menos diminuir os riscos à saúde da população. A importância dos sistemas peritos está em identificar indivíduos que protagonizam as ações que formam pessoas com saberes e ao mesmo tempo a necessidade de uma formação permanente. Nesse sentido, a Educação Permanente em Saúde (EPS) é uma das ações capaz de promover mudanças na formação e nos serviços de saúde, ao transformar os indivíduos em sujeitos, uma vez que, propõe um agir baseado na integração entre a formação, gestão, atenção e a participação social.

Os conhecimentos do campo da Saúde Coletiva propiciam ao profissional a relação entre os serviços, o seu trabalho, as necessidades de saúde dos usuários em interação com fatores sociais, econômicos, políticos, biológicos, psicológicos, culturais e ambientais, isto é, considerando o contexto no qual a saúde e os sujeitos sociais estão inseridos. Este processo permitirá ao profissional reflexividade sobre as ações. Porém a construção do conhecimento em Saúde Coletiva depende de uma série de encadeamentos para além do processo saúde-doença que constituem-se no seu maior desafio na atualidade, pois demanda intervenções nos níveis macro, intermediário e/ou micro de determinantes sociais em saúde, com vistas a, pelo menos, diminuir as iniquidades relacionadas à estratificação social, além de apontarem para a imposição de uma atuação coordenada intersetorial englobando diferentes níveis da administração pública, que também deverão ser acompanhadas por políticas de caráter

transversal que busquem fortalecer e ampliar sobretudo as comunidades vulneráveis, e promover a participação social no desenho e implementação de políticas e programas.

Nessa perspectiva, a Saúde Coletiva precisa ser vista como prioridade para os gestores dos três níveis de governo, para as instituições formadoras, para os profissionais que atuam na saúde e pela população. Essa percepção poderá acarretar a integração entre todos os sujeitos interessados em promover uma sociedade mais justa e democrática, bem como um sistema de saúde cumpridor das principais premissas do SUS: descentralização, universalidade, integralidade, efetiva participação social.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO FILHO, A. Dilemas e desafios da formação profissional em saúde. **Interface**, Botucatu, v. 8, n. 15, p. 375-380, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v8n15/a19v8n15.pdf>. Acesso em: 5 maio 2012.

BECK, U. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Tradução de Jorge Navarro Perez. Barcelona: Ed. Paidós, 2006. (Coleção Surcos 25)

BECK, U. **A reinvenção da política**: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. **Revisão da Portaria nº 198**. Brasília, 2006. Disponível: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1021. Acesso em: 25 maio 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **A Educação Permanente entra na Roda**. Pólos de Educação Permanente em Saúde: conceitos e caminhos a percorrer. Serie C. Projetos, Programas e Relatórios. Brasília, 2005. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/educacao_permanente_entra_na_roda.pdf. Acesso em: 20 nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política de educação e desenvolvimento para o SUS**: caminhos para a educação permanente em saúde: pólos de educação permanente em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004b. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica2_vp.pdf. Acesso em: 15 mar. 2012.

BRASIL. **XII Conferência Nacional de Saúde**: Conferência Sergio Arouca: Brasília, 7 a 11 de dezembro de 2003. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde: Brasília: 2004c.

Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/12_CNS_Relatorio%20Final.pdf. Acesso em: 20 nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Conselho Nacional de Saúde. **Princípios e diretrizes para a NOB/RH-SUS** (incorporadas às diretrizes aprovadas na 11ª Conferência Nacional de Saúde). Brasília (DF); 2001. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude>. Acesso em: 15 mar. 2012.

BRASIL. **Relatório da IX Conferência Nacional de Saúde**. Municipalização é o caminho, 14 de agosto de 1992. Brasília: Ministério da Saúde, 1993a. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/9_CNS_Relatorio%20Final%20Caderno%2001.pdf. Acesso em: 19 nov. 2012.

BRASIL. **II Conferência Nacional de Recursos Humanos em Saúde**. Relatório final. Brasília: Coordenação Geral de Recursos Humanos para o SUS, Ministério da Saúde, 1993b. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/periodicos/crhsv2n1.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Brasília, 1990a. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2010.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.htm. Acesso em: 9 nov. 2010.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.

CARVALHO, D. M.; WERNECK, G. L. Vigilância epidemiológica: história, conceitos básicos e Perspectivas. *In: ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (Org.). Vigilância epidemiológica: textos de apoio*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

CAVALCANTI, F. O. L. **Democracia no SUS e na reforma sanitária é possível?** Um debate a partir da experiência da política nacional de educação permanente em saúde (janeiro de 2003 a julho de 2005). 168 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 2010. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=601249&indexSearch=ID>. Acesso em: 15 ago. 2013.

CECCIM, R. B. Educação permanente em saúde: desafio ambicioso e necessário. *Interface – Comunic. Saúde Educ.*, v. 9, n. 16, p. 161-77, 2004/2005. Disponível em: <http://www.escoladesaude.pr.gov.br/arquivos/File/textos%20eps/educacaoopermanente.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2012.

CECCIM, R. B.; FEURWERKER, C. M. F. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle Social. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v14n1/v14n1a04.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2012.

COSTA, N. R. **Lutas urbanas e controle sanitário**: origens das políticas de saúde no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

COSTA, P. P. **Dos projetos à política pública**: reconstruindo a História da educação permanente em saúde. 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ. Disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/5260>. Acesso em: 12 nov. 2013.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. *In*: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Ed. Loyola, 2008. p. 49-96.

HARVEY, D. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. *In*: **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

LEMOS, C. L. S. **A concepção de educação da política nacional de educação permanente em Saúde**. 171 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

LIMA, J. C. F. Neoliberalismo e Formação Profissional em Saúde. **Trabalho Necessário** (Online), v. 5, p. 5, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462008000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 ago. 2013.

LIMA, N. T.; FONSECA, C. M. O.; SANTOS, P. R. E. (Orgs.). **Uma escola para a saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

MERHY, E. E. Ciências sociais em saúde: um panorama geral. *In*: GOLDEMBERG, M. e G. (Org.). **O clássico e o novo**: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

NUNES, T. C. M. **A especialização em saúde pública e os serviços de saúde no Brasil de 1970 a 1989**. 194 p. [Doutorado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 1998. Disponível em: http://portaldeses.icict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_chap&id=00010102&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 set. 2013.

PAIM, J. S. **Reforma sanitária brasileira**: contribuição para a compreensão e crítica. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

PAIM, J. S. **Desafios para a saúde coletiva no século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2006.

PEREIRA, I. B. Políticas de saúde e a formação do trabalhador. *In*: ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE “JOAQUIM VENÂNCIO” (Org.). **Textos de apoio em políticas de saúde**. Rio de Janeiro: OMS/OPAS/FIOCRUZ, 2005.

PINHEIRO, V. S. **Entre a hegemonia e a polissemia**: a política de educação e desenvolvimento para o SUS no contexto do Brasil contemporâneo. 224 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social/Programa de Doutorado Integrado UFPB-UFRN, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

PIZZIO, A.; VERONESE, M. V. Possibilidades conceituais da sociologia das ausências em contextos de desqualificação social. **Cad. psicol. soc. trab.** [online], v. 11, n. 1, p. 51-67, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-37172008000100005&script=sci_arttext. Acesso em: 14 nov. 2013.

SANFELICE, J. L. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores associados; HISTEDBR, 2002.

SANTOS, B. S. **Renovar a crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo** - para uma nova cultura política. v. 4. São Paulo: Edições Afrontamento, 2006. (Col. Para um novo senso comum).

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

**EDIÇÃO GENÔMICA UTILIZANDO CRISPR-CAS9:
a ferramenta da medicina do futuro no presente**

Aline Rodrigues Gama¹
Júlio César Borges de Moura²

RESUMO: Vários avanços foram feitos no campo da medicina e na atualidade a edição genômica utilizando a enzima Cas9 pode ser a descoberta que impulsionará um salto na evolução de como se tratar os pacientes no futuro. Entorno do mundo, já se pode encontrar cientistas testando formas de incorporar o tratamento utilizando a metodologia CRISPR-Cas9 para doenças que, com a tecnologia validada que se tem em mãos até o momento, não se pode se quer sonhar com uma cura. Nos anos 1980 um grupo de estudiosos no Japão descobriu que existiam sequências de repetições palindrômicas no genoma bacteriano, mais tarde descobriu-se que nas regiões palindrômicas tinham sequências de material genético de vírus que infectaram as bactérias e estabeleceu-se que seria uma forma de defesa bacteriana. Somente em 2012 que se propôs o uso de uma enzima envolvida na defesa bacteriana como tesoura molecular a Cas9. Cas9 é uma endonuclease presente em algumas bactérias para se defender do ataque de vírus, mas quando usada como tesoura molecular possibilita corrigir erros que geram falta de função em um organismo. Dessa forma, CRISPR-Cas9 é uma promissora ferramenta de edição genética para, num futuro próximo, tratar doenças de diferentes ordens genéticas.

PALAVRAS-CHAVE: Edição Genômica. CRISPR-Cas9. Sistema CRISPR tipo II. Manipulação de DNA.

ABSTRACT: Several advances have been made in the field of medicine and currently, genomic editing using the Cas9 enzyme may be the discovery that will drive a leap in the evolution of how to treat patients in the future. Around the world, scientists can already be found testing ways to incorporate treatment using the CRISPR-Cas9 methodology for diseases that, with the validated technology at hand so far, one cannot dream of a cure. In the 1980s, a group of scholars in Japan discovered that there were sequences of palindromic repeats in the bacterial genome, later it was discovered that in the palindromic regions there were sequences of genetic material from viruses that infected bacteria and it was established that it would be a form of defense. bacterian. It was only in 2012 that the use of an enzyme involved in bacterial defense was proposed as molecular scissors to Cas9. Cas9 is an endonuclease present in some bacteria to defend itself from the attack of viruses, but when used as molecular scissors it makes it possible to correct errors that generate a lack of function in an organism. Thus, CRISPR-Cas9 is a promising gene editing tool to, in the near future, treat diseases of different genetic orders.

KEYWORDS: Genomic Editing. CRISPR-Cas9. CRISPR type II system. DNA manipulation.

¹ Doutora em Biologia da Relação Parasito-Hospedeiro. Docente do Centro Universitário Alfredo Nasser. E-mail: alinergama@unifan.edu.br.

² Graduado em Biomedicina pelo Centro Universitário Alfredo Nasser. E-mail: julioborges.biomed@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Há muito tempo a medicina discute a possibilidade de fazer tratamentos personalizados e adaptados à genética de cada indivíduo, isto tornou-se possível com a proposta da técnica de edição genética para plantas, fungos e bactérias replicando o sistema de defesa de algumas bactérias desenvolvida pelas pesquisadoras Jennifer Anne Doudna e Emmanuelle Charpentier em 2013. No mesmo ano o pesquisador Feng Zhang propôs a utilização de técnica similar em humanos e animais utilizando as mesmas ferramentas, esses estudos mudaram de forma revolucionária a especificidade e a forma como fazemos edição genética e elevou exponencialmente as possibilidades e benefícios (ZORZETTO, 2020).

A técnica de edição genômica CRISPR (*Clustered Regularly Interspaced Short Palindromic Repeats* - Repetições Palindrômicas Curtas Agrupadas e Regularmente Interespaçadas) por intermédio da enzima Cas9 (enzima CRISPR associada) pode ser o elo entre a medicina do futuro e a terapia molecular avançada, que é o sonho da comunidade científica. A técnica é baseada em um sistema de defesa contra bacteriófagos que algumas bactérias possuem, porém é replicável em laboratório, sendo possível ser usado para edição do DNA de qualquer célula para qualquer genoma. A região palindrômica do genoma das bactérias que possuem o sistema CRISPR intercalam partes do DNA viral que a infectou com repetições em palíndromos. Essas bactérias têm a capacidade não apenas de eliminar o vírus como também de guardar parte de seu material genético para uma futura reinfecção. As bactérias estudadas são capazes de fazer a transcrição de um RNA guia que se associa à enzima Cas9, a enzima então é guiada até a porção alvo do DNA e cliva o DNA inutilizando. Quando é fornecido o RNA guia de forma arbitrária para a enzima Cas9, passamos a tornar possível a edição de forma calculada (DOUDNA; CHARPENTIER, 2014).

O sistema CRISPR vem sendo estudado desde a década de 1980 após a observação que há regiões palindrômicas do DNA bacteriano que algumas espécies utilizam como sistema de defesa imunológica (MOJICA *et al.*, 1995). Em 2012, já era de conhecimento científico o conceito e o uso de tesouras moleculares, como as utilizadas nas técnicas de DNA recombinante, porém a replicabilidade em laboratório do sistema CRISPR-Cas9 e a especificidade da técnica trouxe novas possibilidades pela acessibilidade da técnica, custo final diminuído, não exigir treinamentos especiais e extensivos (RIVEROS-MAIDANA *et al.*, 2020) e a possibilidade de acrescentar RNA guia conforme a necessidade do trabalho a ser desenvolvido, tornando assim qualquer parte do DNA um alvo possível (CHANT; NELSON, 2014).

O uso da técnica CRISPR-Cas9 tem possibilitado, na medicina inicialmente, respostas para doenças como drepanocitose e levantado uma possibilidade de tratamento de câncer, correções genéticas ou, até mesmo, edição em células tronco de pacientes infectados por HIV e células tronco de paciente com leucemia linfoblástica aguda, além de correções para doenças cardiovasculares e para doenças de tecido muscular. A ferramenta CRISPR-Cas9 coloca-se como mais uma técnica à disposição de edição genômica de animais ou bactérias e fungos que possam auxiliar na produção industrial de itens como vitaminas, proteínas, aminoácidos e peptídeos entre outros, que tornam eficazes os tratamentos já existentes no mercado (ANNUNZIATO *et al.*, 2020; XU *et al.*, 2019).

A saúde ainda se beneficia do uso da técnica na produção de alimentos pela agricultura pois é possível fazer a edição do genoma de sementes para se obter um enriquecimento nutricional, produção de substâncias que promovem a saúde e deleção de genes de toxinas (NONAKA *et al.*, 2017).

A biotecnologia trouxe à luz do conhecimento ferramentas importantes para que se possa ter uma discussão sobre os estudos *in vivo* e *ex vivo* e construir bases sólidas para que a ferramenta CRISPR-Cas9 seja considerada madura o suficiente para se realizar a aplicação da mesma em humanos como tratamento aprovado. A aplicação diretamente em humanos em larga escala ainda é um sonho distante, devido à falta de conhecimento na interação entre os genes e o não domínio da técnica de edição genética em sua totalidade, mas existe a possibilidade de aplicações *ex vivo*, ou seja, pode-se tratar as células portadoras do erro genético e enxertar o material tratado no paciente (ZURIS *et al.*, 2014).

O uso da técnica CRISPR-Cas9 traz não somente a possibilidade de deleção de parte do DNA fazendo uma inativação de um gene, mas se tem também a possibilidade de ativação de genes, inserção de genes e correção de genes que não estão expressos ou impedir expressão de traços ou, simplesmente, marcar um gene para se verificar sua presença em um indivíduo ou em uma espécie, além de se poder fazer edições múltiplas simultâneas (BIKARD *et al.*, 2013; CHEW *et al.*, 2016; CONG *et al.*, 2013; GRATZ *et al.*, 2013; NICHOLSON; PEPPER, 2016; RIVEROS-MAIDANA *et al.*, 2020; ROCHA-MARTINS *et al.*, 2015).

Recentemente, o uso da técnica CRISPR tem sido estudada para criar novos usos que não foram previstos em sua criação, como a capacidade de modular um gene sem fazer o corte na fita de DNA. Há também uma crescente nas pesquisas com outras enzimas ligadas ao sistema CRISPR, porém devido ao tamanho da proteína e quantidade de partes necessárias para torná-la funcional ou, até mesmo, a quantidade de enzimas efetoras ser mais simples, a Cas9 se torna a melhor escolha para a maioria dos usos da técnica CRISPR, pois depende

apenas da Rnase III para o pré processamento e constitui apenas uma unidade efetora capaz de localizar e clivar o alvo, tornando o CRISPR tipo 2 o sistema mais eficiente para manipulação em laboratório (KONION; MAKAROVA, 2019).

Existem, no entanto, algumas alterações que devem ser estudadas amplamente para se estabelecer a aplicação em humanos, para que se conheça as consequências da edição que se está fazendo e até mesmo se é compatível com a vida (ESVELT *et al.*, 2014). Diante disso, o objetivo do presente trabalho é ponderar se a técnica CRISPR-Cas9 pode ser a precursora do futuro da medicina ou se nos falta outro elo a ser descoberto.

2 METODOLOGIA

Este estudo foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica de aspecto descritivo. As pesquisas desse tipo têm como finalidade fornecer conhecimentos para contextualizar a significância do problema apontando e discutindo possíveis soluções, oferecendo alternativas de métodos e técnicas que tem sido utilizada para solucionar os problemas.

A busca por referências foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica nas bases de dados virtuais Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, *National Library of Medicine (PubMed)*, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *National Library of Medicine (NIH.gov)*, *National Center of Biotechnology Information (NCBI)* e Google Acadêmico. Todos os artigos pesquisados compreendem publicações dos últimos 9 anos e um artigo de Mojica *et al.* (1995), escritos na língua inglesa, espanhola e portuguesa. As palavras utilizadas na busca foram: Edição Genômica, CRISPR-Cas9, Sistema CRISPR tipo II e Manipulação de DNA. Durante a coleta de dados foram excluídos estudos de monografias, teses e dissertações, além de outros temas que não contribuem com informações satisfatórias sobre o tema abordado.

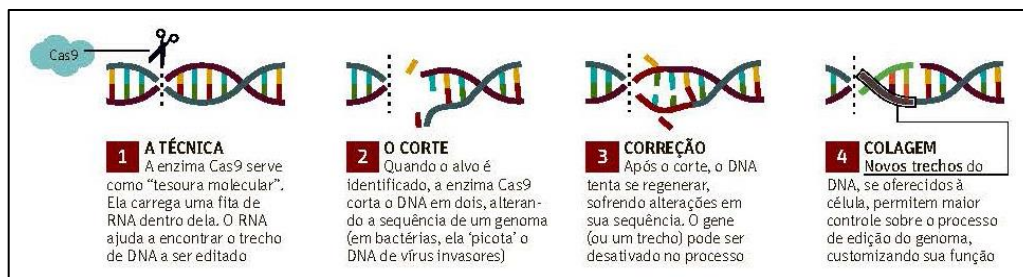
3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 CRISPR

A técnica de edição genômica baseada no sistema CRISPR das bactérias necessita fundamentalmente apenas da enzima Cas9 para ser replicada em laboratório (Figura 1), dessa

forma, faz-se a hibridização do RNA guia com a enzima e pode-se adicionar fragmentos com sequências que corrigem os erros do gene, fazendo-se uso do mecanismo de reparação homóloga (RIVEROS-MAIDANA *et al.*, 2020; WANG *et al.*, 2016).

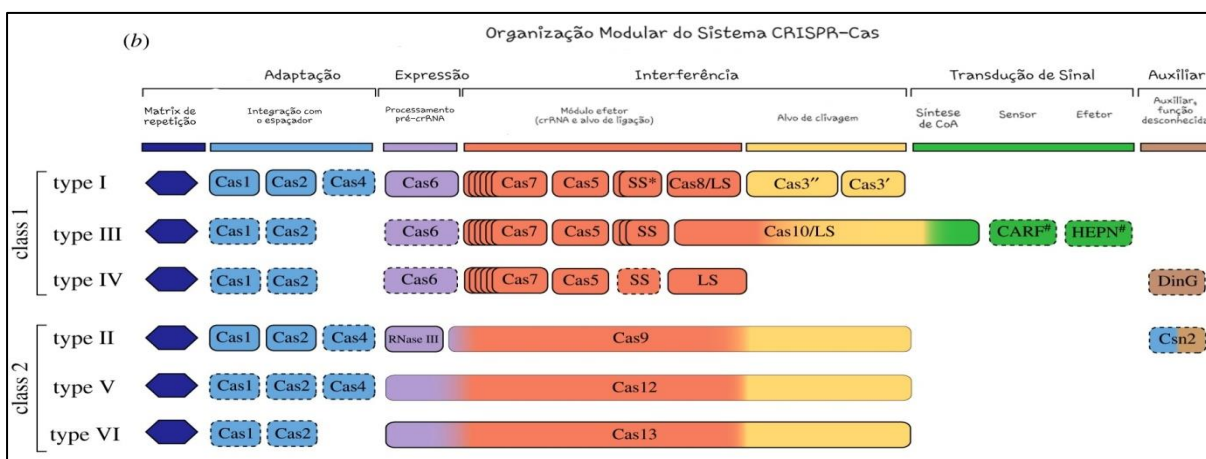
Figura 1 - Resumo da Edição Genômica por CRISPR-Cas9



Fonte: ABIMED – Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Produtos para a Saúde, abril de 2021. <https://abimed.org.br/news/NewsDetails/1821>.

Recentemente, o uso da técnica CRISPR tem sido estudada para criar novos usos que não foram previstos em sua criação, como a capacidade de modular um gene sem fazer o corte na fita de DNA. Há também uma crescente nas pesquisas com outras enzimas ligadas ao sistema CRISPR, porém devido ao tamanho da proteína e quantidade de partes necessárias para torná-la funcional ou, até mesmo, a quantidade de enzimas efetoras ser mais simples, a Cas9 se torna a melhor escolha para a maioria dos usos da técnica CRISPR, pois depende apenas da Rnase III para o pré processamento e constitui apenas uma unidade efetora capaz de localizar e clivar o alvo, tornando o CRISPR tipo 2 o sistema mais eficiente para manipulação em laboratório (KONION; MAKAROVA, 2019).

Figura 2 - Organização Modular do Sistema CRISPR-Cas



Fonte: KONION; MAKAROVA (2019). Enzimas e outros componentes de cada tipo de sistema CRISPR-Cas.

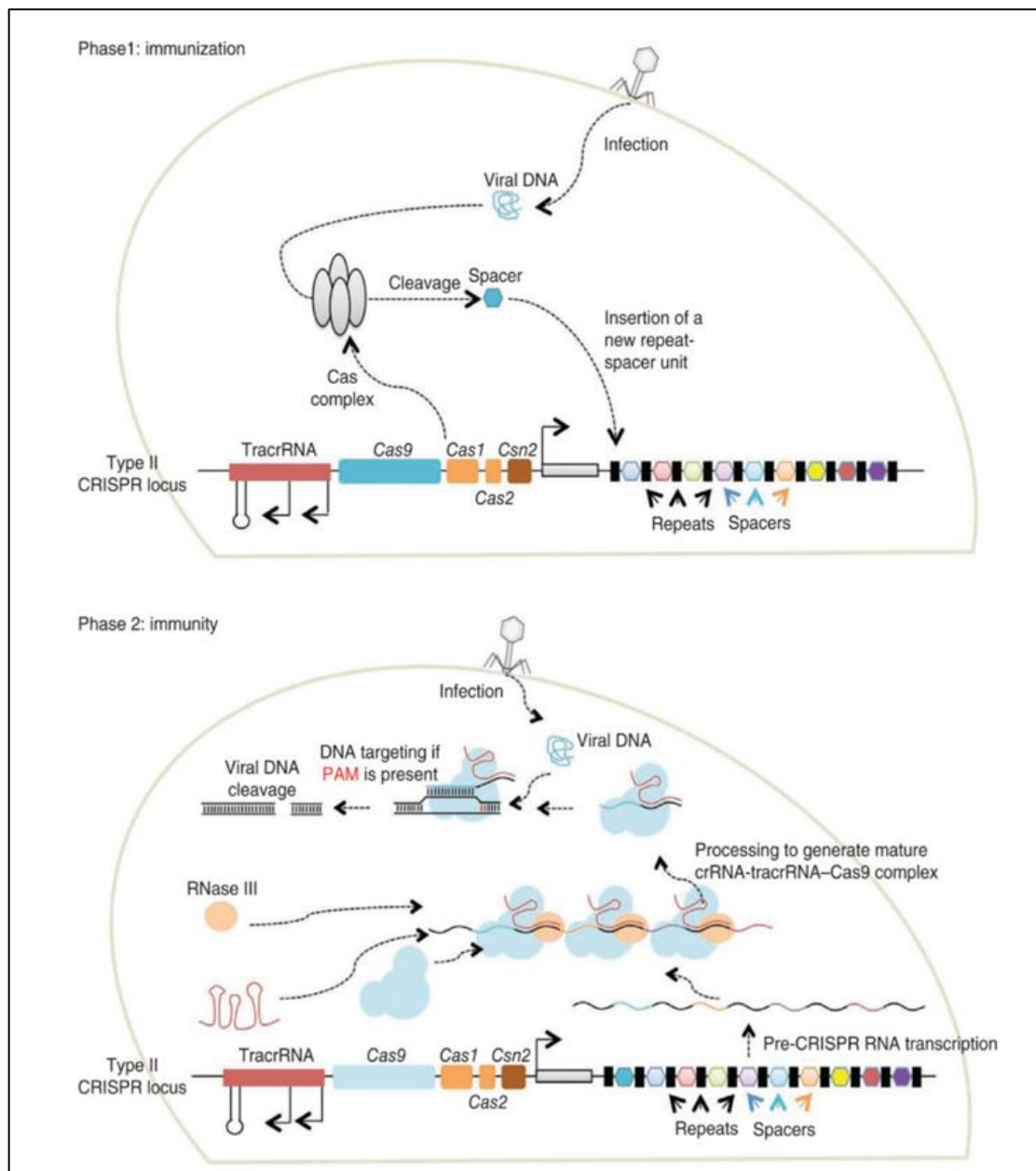
3.1.1 O sistema CRISPR Tipo 2 (*Type II*)

O sistema de defesa imunológico bacteriana CRISPR vem do termo em inglês que significa Repetições Palindrômicas Curtas Agrupadas e Regularmente Interespaçadas e nada mais é que uma região genômica de algumas bactérias. Nessas regiões há partes do DNA de vírus bacteriófagos intercalados em repetições palindrômicas, há ainda nessa região genes para construção de enzimas que se associam a esse sistema CRISPR. O código do CRISPR RNA (crRNA) é um transcrito da biblioteca com informações de infecções, possibilitando uma customização da enzima Cas9 especificamente para habilitar a quebra de um DNA conhecido (DOUDNA; CHARPENTIER, 2014; MALI *et al.*, 2013a; MOJICA *et al.*, 1995).

Para as bactérias que contém o domínio CRISPR Tipo II (*Type II CRISPR locus*), a enzima funcional durante a reinfecção é a Cas9 (Figura 3, fase 2), responsável pela imunidade ao clivar o DNA invasor utilizando uma molécula de RNA complementar ao espaçador guardado na região palindrômica, enquanto as enzimas Cas1 e Cas2, são responsáveis pela imunização formando complexos que obtêm porções do DNA viral no primeiro contato clivando-o, essas partes clivadas foram chamadas de espaçadores e são agrupados entre as regiões de repetições palindrômicas do CRISPR Tipo II (Figura 3, fase 1) (DOUDNA; CHARPENTIER, 2014; MALI *et al.*, 2013a).

A enzima Cas9 é uma DNA endonuclease guiada por um RNA e, quando estimulada, ela é montada a partir da tradução do gene CRISPR Tipo II, depois é acoplada a RNase III, ao pré-RNA CRISPR (crRNA – transcrição dos palíndromos e dos espaçadores, contendo a transcrição do DNA viral que servirá de guia - gRNA) e ao RNA de transcrição CRISPR (tracrRNA). A RNase III corta a sequência pré-CRISPR formando o complexo crRNA-tracrRNA-Cas9 e se desacopla dele, há agora uma unidade capaz de reconhecer porções específicas de DNA viral, se houver a presença da sequência PAM (Protospacer Adjacent Motif – Motivo Protoespaçador Adjacente – componente do DNA viral) (Figura 3, fase 2) (DICARLO *et al.*, 2013; JIANG *et al.*, 2016; MALI *et al.*, 2013b).

Figura 3 - O Sistema CRISPR Dividido em Fase 1 – Imunização e Fase 2 – Imunidade



Fase 1: na fase de imunização, o sistema CRISPR armazena a assinatura molecular de uma infecção integrando fragmentos de um fago invasor ou DNA de plasmídeo no domínio CRISPR como espaçadores. Fase 2: na fase de imunidade, a bactéria usa essas informações armazenadas para se defender contra patógenos invasores, transcrevendo o domínio e processando a transcrição resultante para produzir RNAs CRISPR (crRNAs) que orientam as nucleases efetoras para localizar e clivar ácidos nucleicos complementares ao espaçador. Primeiro, os tracrRNAs hibridizam para repetir regiões do pré-crRNA. Em segundo lugar, a RNase III endógena cliva o crRNA-tracrRNA hibridizado e um segundo evento remove a extremidade 5' do espaçador, produzindo crRNAs maduros que permanecem associados ao tracrRNA e Cas9. O complexo cliva sequências de "protoespaçador" complementares apenas se uma sequência PAM estiver presente. (MALI *et al.*, 2013a, nossa tradução).

3.1.2 A técnica de edição genômica CRISPR-Cas9

A técnica de edição genômica CRISPR-Cas9 é a replicação laboratorial do sistema CRISPR Tipo II (*Type II CRISPR*), em que se fornece *in vitro* a sequência do RNA guia (gRNA). Dessa forma apenas a enzima Cas9 é utilizada, uma vez que a obtenção dos espaçadores contendo o DNA viral não serão necessários sendo dispensadas as enzimas Cas1 e Cas2 (DOUDNA; CHARPENTIER, 2014; MALI *et al.*, 2013a).

A enzima Cas9 cliva o DNA viral três nucleotídeos acima da sequência PAM no domínio das nucleases HNH e RuvC, os humanos possuem a sequência PAM em seu genoma, dessa forma, o crRNA hibridizado ao tracrRNA possibilita, portanto, que qualquer sequência genômica seja um alvo. Pode-se fundir o duplicado de crRNA-tracrRNA para produzir um RNA guia de fita única (single guided RNA - sgRNA) que mimetiza um híbrido natural crRNA-tracrRNA, tanto o duplicado de crRNA-tracrRNA quanto o sgRNA podem ser usados na edição genômica em células eucariontes, sendo que o sgRNA torna mais simples a técnica CRISPR-Cas9 por ter sucesso em fornecer as funções do crRNA e do tracrRNA separados (JIANG *et al.*, 2016).

3.2 Aplicações

Por ser uma técnica que possibilita a adição dos nucleotídeos de interesse suas aplicações são amplas (ZORZETTO, 2020), usando-se ativação ou inativação de um gene, o que daria a capacidade de interromper ou dar início a ação de um gene, podendo dar sequência com um DNA doador, o que possibilitaria a correção de um gene mutante (BIKARD *et al.*, 2013; GILBERT *et al.*, 2013).

A ativação de um gene pode fazer com que tenhamos uma solução para doenças que ocorrem quando um gene não está desenvolvendo sua função ou que temos interesse no aumento de sua função, com possibilidade de passar esta característica hereditariamente (CHANT; NELSON, 2014). A inativação de genes pode ser solução para uma consequência ruim de um gene ativo, como no câncer, leucemias (BIGGI; SIMIONI, 2019), rejeição de tecidos e doenças autoimunes ou como antimicrobiano específico (CHÁVEZ-JACOBO, 2018). Podemos ainda causar uma inativação no gene para estudarmos quais as consequências da perda de função de um gene em cobaias ou como contornar a imunidade em terapias com partículas que oferecem epítomos antigênicos (ANNUNZIATO *et al.*, 2020; AREND; PEREIRA; MARLOSKI, 2016). Novos estudos já fazem o uso de múltiplas sequências de

gRNA, o que possibilita a edição de mais de um alvo ao mesmo tempo, ou seja, trabalhar com correção, ativação e inativação de genes diversos simultaneamente (CONG *et al.*, 2013).

No campo da agricultura temos o uso da Cas9 em melhoramento de alimentos, dessa forma a equipe de Nonaka *et al.* (2017) modificou tomates a fim de produzirem 5 vezes mais ácido gama-aminobutírico (GABA). A ingestão de GABA é um aliado benéfico na prevenção de hipertensão arterial e a ansiedade. A glutamato descarboxilase (GAD) é uma enzima chave na biossíntese do GABA, a GAD tem um domínio C-terminal autoinibitório que regula a sua função enzimática e a deleção desse domínio aumenta a atividade da GAD.

A edição por CRISPR com remoção do gene CCR5 em células tronco e progenitoras de hematopoiese (HSPC) tem mostrado resultados promissores nos tratamentos de pacientes com leucemia linfoblástica aguda e pacientes infectados por HIV. Os pacientes com leucemia linfoblástica aguda transplantados com as células tronco editadas entraram em remissão completa com quimerismo total, isso significa que após o tratamento os pacientes tinham apenas células produzidas em seu próprio organismo, com o mesmo material genético editado carregado pelas células tronco recipientes transplantadas, e os pacientes permaneceram por mais de 19 meses sem eventos adversos relacionados à edição do gene. E em pacientes HIV positivo, transplantados com HSPCs editadas por CRISPR, houve um pequeno aumento na porcentagem de células CD4+ durante períodos de interrupção no tratamento com antirretroviral. Mesmo tendo sucesso no transplante e enxerto a longo termo com as HSPCs editadas por CRISPR o percentual de desmembramento linfocitário foi de aproximadamente apenas 5%, indicativo de que é necessário aprofundamento nessa abordagem (Xu *et al.*, 2019).

Para as doenças cardiovasculares (DCV), a inibição da pró-proteína convertase subtilisina tipo 9 (PCSK9) por CRISPR-Cas9 pode trazer benefícios na manutenção da doença arterial coronariana (DAC), uma vez que auxiliaria na degradação de receptores do LDL (AREND; PEREIRA; MARKOSKI, 2017).

Quanto ao tratamento de anemia falciforme, uma troca de base nitrogenada induzida pela Cas9 pode ser o suficiente para amenizar os sintomas ocasionados pela falcização das hemácias com hemoglobina HbS. A hemoglobina do tipo HbA é a do tipo normal para os humanos, mas não se sabe ao certo o que ocasionou uma mutação pontual no sexto códon do éxon 1 no DNA do cromossomo 11 resultando na substituição de timina por adenina, fazendo com que o GAT que codifica o aminoácido ácido glutâmico se torne GTT codificando assim o aminoácido valina em seu lugar. Mesmo sendo teoricamente simples de se pensar a edição com a utilização da Cas9 para a correção da anemia falciforme ainda se faz necessário pensar

as consequências de se utilizar a técnica diretamente na medula óssea de um indivíduo. Isso não impede que se utilize a técnica *ex vivo*, tratando o hemocitoblasto (célula indiferenciada pluripotente) de um doador e o transplantando na medula (FERREIRA; GOUVÊA, 2018).

Annunziato *et al.* (2020) trazem recentemente uma pesquisa direcionada ao tratamento de câncer de mama em camundongos modelos desenvolvidos por engenharia genética, sendo que o trabalho trata de edição *in situ*. Foi feita *in vivo* de modo a ativar genes supressores de tumor e se provou promissor inclusive para estender o uso da técnica para tecidos e outros tipos de tumores.

A Cas9 pode ser utilizada para regular a expressão de um gene, segundo Bikard *et al.* (2013), quando se faz uma mutação nos domínios catalíticos RuvC e HNH, obtêm-se uma versão cataliticamente inativa da Cas9, que é chamada de dCas9 (Cas9 morta – do inglês *dead Cas9*). A dCas9 mantém a capacidade de se ligar a sequência alvo, mas não consegue cortar a fita de DNA. Dessa forma a ligação da dCas9 à sequência alvo impede que a RNA Polimerase faça a síntese do RNA correspondente àquele gene. Seguindo mesmo pensamento é possível fazer a fusão de primers à dCas9 que iniciem a síntese do RNA pela RNA Polimerase, tornando a Cas9 capaz tanto de inibir quanto de promover a transcrição de RNA de forma programada.

A utilização da dCas9 reduziria, portanto, o estresse ao material genômico, mas teria sua ação limitada à indivíduos com genes funcionais. Não haveria correção do gene anômalo, mas abre a possibilidade de aumentar ou diminuir a produção de pequenas moléculas em um organismo visando promover saúde e bem estar. Quando utilizados mais de um espaçador a dCas9 foi capaz de ser guiada para mais de um alvo, ampliando sua capacidade regulatória, fazendo com que a expressão de mais de um gene possa ser inibida ou promovida simultaneamente (BIKARD *et al.*, 2013; ESVELT *et al.*, 2013).

Seguindo esse pensamento de modulação genômica, uma versão avançada de ativação de expressão por CRISPR é o sistema Mediador de Ativação Sinérgica (do inglês *Synergistic Activation Mediator – SAM*), neste sistema a dCas9 é combinada com uma proteína de fusão que contém dois domínios de ativação transcricional. O estudo de Wang *et al.* (2020) combinou a dCas9 com o fator nuclear intensificador de cadeia leve Kappa (do inglês *Kappa-Light-chain-enhancer – NF-kB*) das células B ativadas e o fator 1 de choque térmico (do inglês *heat-shock factor 1 – HSF1*), para sinergicamente impulsionar a transcrição para ativação de expressão do gene da proteína de desacoplamento 1 (do inglês *uncoupling protein 1 – UCP1*) em células do tecido adiposo branco, tecido responsável pelo armazenamento de gordura para produção de energia. A ativação do UCP1 faz com que aumente a produção de

mitocôndrias e o ATP sintetizado seja liberado em forma de calor, se assemelhando a função das células do tecido adiposo marrom. As células ativadas pelo complexo CRISPR/Cas9-SAM-gRNA foram chamadas de células HUMBLE, um acrônimo para células humanas semelhantes à marrom (do inglês *human brown-like cells*).

Dessa forma, foram capaz de diminuir o armazenamento de gorduras no tecido adiposo branco em ratos nude, que têm o organismo com menor rejeição a enxertos, além de facilitar o metabolismo de glicose tornando possível prevenir desordem metabólica em obesidade induzida por dieta alimentar. Como o tecido adiposo humano tem o gene para UCP1, as células HUMBLE podem se tornar um aliado para o tratamento não medicamentoso de obesidade no futuro (WANG *et al.*, 2020).

Contornar os efeitos do sistema imunitário, mesmo em pacientes capazes de produzirem anticorpos por pré-exposição à Cas9, é um objetivo buscado largamente e uma abordagem alternativa que pode burlar o sistema imunitário é a aplicação de microinjeções de mRNA modificado (modRNA) contendo o gene para a construção da Cas9 e de sgRNA entregues por partículas de lipídeos (WU *et al.*, 2013; CHIEN; ZANGI; LUI, 2014; SUN *et al.*, 2018). Dessa forma, a enzima é fabricada e montada no organismo do hospedeiro e o modRNA e a enzima são degradados após cumprir sua função (CHIEN; ZANGI; LUI, 2014). O mRNA não modificado pode entrar pela camada lipídica das células, mas seria facilmente reconhecido pela imunidade celular possibilitando que fosse degradado antes de produzir a Cas9 (CHIEN; ZANGI; LUI, 2014).

A edição *in vivo* utilizando mRNA para montagem da Cas9 e sgRNA para guiar a Cas9 até a sequência alvo já é uma realidade em estudo clínico fase 1. Esta técnica foi testada em 6 pacientes com Amiloidose por Transtiterina (ATTR) hereditária e com polineuropatias. Os resultados são promissores, obtendo uma redução de transtiterina no soro desses pacientes entre 47 e 56% no grupo que recebeu uma dosagem de 0,1 mg por kg do preparado com o mRNA e sgRNA, para o grupo que recebeu uma dosagem de 0,3 mg por kg do preparado a redução de transtiterina foi entre 80 e 96%, redução superior a obtida com fármacos disponíveis no mercado (GILLMORE *et al.*, 2021).

Um estudo preliminar, publicado pela equipe Tanaka *et al.* (2020), indica o uso da Cas9 para fazer uma mutação pontual no gene para enzima conversora de angiotensina 2 (ACE2). Assim, pode-se enfraquecer a ligação entre a ACE2 e a proteína S do SARS-CoV-2. Um problema previsto seria o aumento na pressão arterial dos pacientes submetidos à técnica.

3.3 Obstáculos

3.3.1 Imunologia

Simhadri *et al.* (2018) publicaram um ensaio que averiguou a prevalência de anticorpos pré-existentes contra a Cas9 de 10% para Cas9 de *Staphylococcus aureus* (SaCas9) e 2,5% para Cas9 de *Streptococcus pyogenes* (SpCas9), para população dos Estados Unidos. Foram utilizados o método de ELISA para a pesquisa destes anticorpos no soro de 200 amostras. Dessa forma, alguns cuidados devem ser tomados nas pesquisas que procuram novas terapias em humanos como a dosagem de anticorpos anti-Cas9 antes da utilização do soro e aprimorações nas técnicas de entrega dessa enzima.

O mesmo tipo de preocupação podemos encontrar no estudo de Charlesworth *et al.* (2019), que diz ter detectado, respectivamente, anticorpos contra SaCas9 e SpCas9 em 78% e 58% dos pacientes estudados, através do uso de ensaio de imunabsorção enzimática no soro humano. Estes números demonstram que os humanos podem portar imunidade adaptativa por pré-exposição a essas bactérias. O estudo diz ainda que foram encontradas células T anti-SaCas9 em 78% dos estudados e células T anti-SpCas9 em 67% dos estudados, foram confirmadas que eram células T antígeno-específicas para as enzimas das duas espécies bacterianas demonstrando uma resposta de citocina específica de Cas9 após isolamento, expansão e reestimulação de antígeno.

Desse modo, a frequência com que bactérias que utilizam a enzima Cas9 em sua defesa e infectam humanos pode ser um agravante no uso *in vivo* por sensibilizarem o sistema imunitário do humano hospedeiro, necessitando examinar se o paciente tem imunidade contra a Cas9 antes da aplicação da técnica em humanos (CHARLESWORTH *et al.*, 2019; SIMHADRI *et al.*, 2018).

3.3.2 Entrega da enzima Cas9

A entrega da enzima *in vitro* e *in vivo* têm se mostrado otimizada com o uso de lipídios catiônicos e de nanopartículas bio-redutíveis de lipídios, esses processos podem entregar a Cas9 sem estimular o sistema imunitário. As proteínas seriam entregues por partículas de lipídios que facilitariam a endocitose. A combinação de nanopartículas bio-redutíveis de lipídios e Cas9 aniônico obteve uma eficiência de 70% em culturas de células

humanas e ficou demonstrado que esses lipídios são eficientes na entrega de proteína funcional no cérebro de camundongos (WANG *et al.*, 2016; ZURIS *et al.*, 2014).

Há, ainda, a entrega da enzima através do capsídeo de uma adenovírus e trata-se de uma tecnologia utilizada amplamente em outras técnicas, porém deve-se considerar o potencial antigênico e a capacidade de carga útil limitada. Houve observação de ocorrências fisiológicas e reações imunológicas, revelando que a associação adenovírus-CRISPR-Cas9 traz respostas do hospedeiro com assinaturas celulares e moleculares, mas sem os extensos danos celulares obtido com métodos alternativos (CHEW *et al.*, 2016).

3.3.3 Consequências

O sistema de reparação homologa é ativado assim que uma injúria é causada ao DNA, quando a Cas9 cliva a sequência alvo, a tendência é que seja repostos os pares de base no local da quebra e reconstituída a estrutura da fita, no entanto este reparo não é perfeito e pode gerar uma inativação do gene. Essa inativação pode ser o pretendido em um estudo para observar o comportamento de um gene específico, porém *in vivo* essa mutação pode ser catastrófica (FU *et al.*, 2013; 2014; GUIMARÃES, 2016).

Além de estudos iniciais indicarem que há uma alta frequência de mutagenese relatada em células humanas em locais fora da sequência alvo e que são induzidas pela Cas9. Essa é uma preocupação importante para se solucionar antes de passarmos a utilizar aplicações da enzima em humanos para testes *in vivo*, a especificidade da Cas9 guiada por uma molécula de RNA de 20 pares de base é elevada, porém devemos conhecer os mecanismos que fazem a enzima errar o alvo (FU *et al.*, 2013, 2014; HSU *et al.*, 2013; MALI *et al.*, 2013b).

3.3.4 Bioética

A bioética discursa sobre o limite das manipulações genéticas em DNA humano ser a dignidade do indivíduo, mas a dignidade de cada indivíduo pode ter um peso ou uma medida diferente, ampliando o limite a se trabalhar. Um indivíduo que não tem mais esperanças pode ter sua dignidade mais maleável para qualquer promessa de cura, o que pode o levar a não considerar as consequências de forma vigorosa e correta. Já outro indivíduo gozando de plenitude em vida e saúde pode querer barrar aquele avanço científico que é importante para os indivíduos desafortunados. Da mesma forma, devemos considerar o mal uso da técnica levando a uma nova eugenia ou pesquisas sem interesse público, apenas para satisfazer

curiosidade pessoal de um cientista aqui e outro ali, sem escrúpulos para barrar o que é desnecessário. Essa técnica sendo usada em humanos indiscriminadamente tem a capacidade de gerar indivíduos com a genética totalmente diferente dos humanos que habitam a terra no momento, o que por si só já deve ser um chamado à reflexão sobre o uso correto da técnica tanto para biologia quanto para filosofia, antes de a aplicarmos para a medicina (BERGEL, 2017; ESVELT *et al.*, 2014; ROCHA-MARTINS *et al.*, 2015; SGANZERLA; PESSINI, 2020).

Bergel (2017) nos convida a refletir sobre o risco de uma nova eugenia, uma vez que a técnica é muito abrangente e traz como barreira somente aquelas impostas pela fisiologia. Ele teme também pelo desdobramento do sacrifício do genoma em terapias somáticas, uma vez que somente quem experimentar o tratamento que revelará os efeitos.

Para Esvelt (2014), a preocupação se amplia ao prever problemas ecológicos por alteração genômica em uma população inteira de organismos selvagens, alegando que limitações do uso da técnica devem ser discutidas e deve-se tomar novas providências de estratégias de precaução para controlar a distribuição de genes guias alterados, de modo a reverter as mudanças genômicas.

De acordo com Sganzerla e Pessini, (2020), o tema não se limita a criação de super-raças e eugenia, tampouco ao uso indiscriminado alterando populações não humanas, mas traz uma preocupação voltada as alterações feitas em células germinativas a fim de ter soluções para doenças incuráveis antes mesmo do indivíduo nascer. Haja visto que essas alterações são hereditárias, não temos meios de controlar as consequências imprevisíveis e indesejáveis que recairão sobre as gerações futuras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário dominarmos a técnica em sua totalidade para definirmos outros parâmetros que permitam a manipulação de DNA humano, não há conhecimento suficiente sobre vários desdobramentos que a edição genômica por CRISPR-Cas9 permite, sendo mais importante a cautela para o avanço científico que temos até o momento e avanço em outras áreas do conhecimento que podem dar suporte a reflexão necessária que permitiria o uso sem risco no genoma humano (BERGEL, 2017; ESVELT *et al.*, 2014; ROCHA-MARTINS *et al.*, 2015; SGANZERLA; PESSINI, 2020).

Já é possível comprar de startups a hibridização fundida do complexo crRNA-tracrRNA-Cas9 acoplado ao RNA guia e com modificações que burlam o sistema imunitário, mas por estar em fase de teste não temos uma resposta de quando poderemos ver um tratamento aprovado com a utilização dessa técnica.

Alguns estudos apontaram resposta humoral e mediada por células contra a Cas9, fazendo com que seja necessário priorizar o conhecimento de que um paciente esteja produzindo imunidade contra a Cas9 antes de sua utilização *in vivo*, para evitar respostas inflamatórias e outras complicações.

A técnica de edição genômica utilizando CRISPR-Cas9 é uma promessa animadora para o futuro da medicina, mas devemos ficar de olho nas pesquisas que estão sendo feitas em busca de sanar as ocorrências indesejadas. Até o momento, é necessário fomentar largamente o uso da técnica por centros de pesquisa, possibilitando o seu uso em unidade de pequeno porte visando os acertos por meio do uso extensivo dessa técnica.

REFERÊNCIAS

ABIMED – Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Produtos para a Saúde, abril de 2021. **Figura 1**. Disponível em <https://abimed.org.br/news/NewsDetails/1821>. Acesso em: 01 maio 2021.

ANNUNZIATO, Stefano *et al.* *In situ CRISPR-Cas9 base editing for the development of genetically engineered mouse models of breast cancer*. **The EMBO Journal**, v. 39, n. 5, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7049816/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

AREND, Marcela Corso; PEREIRA, Jessica Olivaes; MARKOSKI, Melissa Medeiros. *The CRISPR/Cas9 System and the Possibility of Genomic Edition for Cardiology*. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0066-782x2017000100081&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 24 fev. 2021.

BERGEL, Salvador Darío. *El impacto ético de las nuevas tecnologías de edición genética*. **Revista Bioética**, v. 25, n. 3, p. 454–461, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bioet/v25n3/1983-8042-bioet-25-03-0454.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

BIGGI, Alison Felipe Bordini; SIMIONI, Patricia Ucelli. Inibição da proteína PD-1 pelo método CRISPR-Cas9 como terapia antitumoral para tumores de pulmão de não pequenas células. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, v. 21, n. 1, p. 2-7, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/RFCMS/article/view/38943/pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021.

BIKARD, David *et al.* *Programmable repression and activation of bacterial gene expression using an engineered CRISPR-Cas system.* **Nucleic Acids Research**, v. 41, n. 15, p. 7429-7437, 2013. Disponível em: <https://academic.oup.com/nar/article/41/15/7429/2411254>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CHANT, Tim de; NELSON, Eleanor. *Genetically Engineering Almost Anything.* **NOVA. PBS.** 2014. Disponível em: <https://www.pbs.org/wgbh/nova/article/crispr-gene-drives/>. Acesso em: 19 fev. 2021.

CHARLESWORTH, Carsten T. *et al.* *Identification of preexisting adaptive immunity to Cas9 proteins in humans.* **Nature Medicine**, v. 25, n. 2, p. 249-254, 2019. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41591-018-0326-x>. Acesso em: 2 fev. 2021.

CHÁVEZ-JACOBO, Víctor M. *El sistema de edición genética CRISPR/Cas y su uso como antimicrobiano específico.* **TIP. Revista especializada en ciencias químico-biológicas**, v. 21, n. 2, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-888X2018000200200&lang=pt. Acesso em: 10 fev. 2021.

CHEW, Wei Leong *et al.* *A Multifunctional AAV-CRISPR-Cas9 and Its Host Response.* **Nature Methods**, v. 13, n. 10, p. 868-874, 5 Sept. 2016. Disponível em: www.nature.com/articles/nmeth.3993, 10.1038/nmeth.3993. Acesso em: 4 fev. 2021.

CHIEN, K. R.; ZANGI, L.; LUI, K. O. *Synthetic Chemically Modified mRNA (modRNA): Toward a New Technology Platform for Cardiovascular Biology and Medicine.* **Cold Spring Harbor Perspectives in Medicine**, v. 5, n. 1, p. a014035–a014035, 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4292072/>. Acesso em: 07 jan. 2022.

CONG, L. *et al.* *Multiplex Genome Engineering Using CRISPR/Cas Systems.* **Science**, v. 339, n. 6121, p. 819-823, 2013. Disponível em: [10.1126/science.1231143](https://doi.org/10.1126/science.1231143). Acesso em: 10 fev. 2021.

DICARLO, James E. *et al.* *Genome engineering in Saccharomyces cerevisiae using CRISPR-Cas systems.* **Nucleic Acids Research**, v. 41, n. 7, p. 4336-4343, 2013. Disponível em: <https://academic.oup.com/nar/article/41/7/4336/1075252>. Acesso em: 9 fev. 2021.

DOUDNA, Jennifer A.; CHARPENTIER, Emmanuelle. *The new frontier of genome engineering with CRISPR-Cas9.* **Science**, v. 346, n. 6213, p. 1258096, 2014. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/346/6213/1258096>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ESVELT, Kevin M. *et al.* *Emerging Technology: Concerning RNA-guided gene drives for the alteration of wild populations.* **eLife**. 2014. Disponível em: <https://elifesciences.org/articles/03401>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ESVELT, Kevin M. *et al.* *Orthogonal Cas9 proteins for RNA-guided gene regulation and editing.* **Nature Methods**, v. 10, n. 11, p. 1116-1121, 2013. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nmeth.2681>. Acesso em: 5 jan. 2022.

FERREIRA, Reginaldo; GOUVÊA, Cibele Marli Cação Paiva. *Recent advances in the sickle cell anemia treatment*. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 28, 2018. Disponível em: <http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/2324>. Acesso em: 21 fev. 2021.

FU, Yanfang *et al.* *Improving CRISPR-Cas nuclease specificity using truncated guide RNAs*. **Nature Biotechnology**, v. 32, n. 3, p. 279-284, 2014. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nbt.2808>. Acesso em: 19 fev. 2021.

FU, Yanfang *et al.* *High-frequency off-target mutagenesis induced by CRISPR-Cas nucleases in human cells*. **Nature Biotechnology**, v. 31, n. 9, p. 822-826, 2013. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nbt.2623>. Acesso em: 23 fev. 2021.

GILBERT, Luke A. *et al.* *CRISPR-Mediated Modular RNA-Guided Regulation of Transcription in Eukaryotes*. **Cell**, v. 154, n. 2, p. 442-451, 2013. Disponível em: [10.1016/j.cell.2013.06.044](https://doi.org/10.1016/j.cell.2013.06.044). Acesso em: 1 fev. 2021.

GILLMORE, Julian D. *et al.* *CRISPR-Cas9 In Vivo Gene Editing for Transthyretin Amyloidosis*. **New England Journal of Medicine**, 2021. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMoa2107454>. Acesso em: 05 jan. 2022.

GRATZ, Scott J. *et al.* *Genome Engineering of Drosophila with the CRISPR RNA-Guided Cas9 Nuclease*. **Genetics**, v. 194, n. 4, p. 1029-1035, 2013. Disponível em: <https://academic.oup.com/genetics/article/194/4/1029/5935344>. Acesso em: 9 fev. 2021.

GUIMARÃES, Maria. Uma ferramenta para editar o DNA. **Fapesp.br**, 2016. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/uma-ferramenta-para-editar-o-dna/>. Acesso em: 13 fev. 2021.

HSU, Patrick D. *et al.* *DNA targeting specificity of RNA-guided Cas9 nucleases*. **Nature Biotechnology**, v. 31, n. 9, p. 827-832, 2013. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nbt.2647>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2021.

JIANG, F. *et al.* *Structures of a CRISPR-Cas9 R-loop complex primed for DNA cleavage*. **Science**, v. 351, n. 6275, p. 867-871, 2016. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/351/6275/867.abstract>. Acesso em: 19 fev. 2021.

KOONIN, Eugene V.; MAKAROVA, Kira S. *Origins and evolution of CRISPR-Cas systems*. **Philosophical Transactions of the Royal Society: Biological Sciences**. *Philosophical Transactions of the Royal Society B*, 2019. Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/doi/10.1098/rstb.2018.0087>. Acesso em: 11 jan. 2022.

MALI, Prashant *et al.* *Cas9 as a versatile tool for engineering biology*. **Nature Methods**, v. 10, n. 10, p. 957-963, 2013a. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24076990/>. Acesso em: 19 fev. 2021.

MALI, Prashant *et al.* *CAS9 transcriptional activators for target specificity screening and paired nickases for cooperative genome engineering*. **Nature Biotechnology**, v. 31, n. 9, p. 833-838, 2013b. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nbt.2675>. Acesso em: 25 fev. 2021.

MOJICA, F. J. M. *et al.* Long stretches of short tandem repeats are present in the largest replicons of the Archaea *Haloferax mediterranei* and *Haloferax volcanii* and could be involved in replicon partitioning. **Molecular Microbiology**, v. 17, n. 1, p. 85-93, 1995. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1365-2958.1995.mmi_17010085.x?sid=nlm%3Apubmed. Acesso em: 23 fev. 2021.

NICHOLSON, Samantha Anne; PEPPER, Michael Sean. *CRISPR-Cas: Revolutionising genome engineering*. **South African Medical Journal**, v. 106, n. 9, p. 870, 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0256-95742016000900022&lang=pt. Acesso em: 10 fev. 2021.

NONAKA, Satoko *et al.* Efficient increase of γ -aminobutyric acid (GABA) content in tomato fruits by targeted mutagenesis. **Scientific Reports**, v. 7, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-017-06400-y>. Acesso em: 21 fev. 2021.

RIVEROS-MAIDANA, Rocío *et al.* Sistema CRISPR/Cas: Edición genómica de precisión. **Memorias del Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Salud**, v. 18, n. 1, p. 97-107, 2020. Disponível em: <http://scielo.iics.una.py/pdf/iics/v18n1/1812-9528-iics-18-01-97.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

ROCHA-MARTINS, Maurício *et al.* From Gene Targeting to Genome Editing: Transgenic animals applications and beyond. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 87, n. 2 suppl, p. 1323-1348, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0001-37652015000301323&lang=pt. Acesso em: 10 fev. 2021.

SGANZERLA, Anor; PESSINI, Leo. Edição de humanos por meio da técnica do CRISPR-Cas9: entusiasmo científico e inquietações éticas. **Saúde em Debate**, v. 44, n. 125, p. 527-540, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v44n125/0103-1104-sdeb-44-125-0527.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SIMHADRI, Vijaya L. *et al.* Prevalence of Pre-existing Antibodies to CRISPR-Associated Nuclease Cas9 in the USA Population. **Molecular Therapy - Methods & Clinical Development**, v. 10, p. 105-112, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2329050118300603>. Acesso em: 4 fev. 2021.

SUN, Naidi *et al.* Modified VEGF-A mRNA induces sustained multifaceted microvascular response and accelerates diabetic wound healing. **Scientific Reports**, v. 8, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-018-35570-6>. Acesso em: 07 jan. 2022.

TANAKA, Pedro *et al.* A Crispr-Cas9 System Designed to Introduce Point Mutations into the Human ACE2 Gene to Weaken the Interaction of the ACE2 Receptor with the SARS-CoV-2 S Protein. 2020. Disponível em: <https://www.preprints.org/manuscript/202005.0134/v1>. Acesso em: 09 jan. 2022.

WANG, Chih-Hao *et al.* CRISPR-engineered human brown-like adipocytes prevent diet-induced obesity and ameliorate metabolic syndrome in mice. **Science Translational**

Medicine, v. 12, n. 558, 2020. Disponível em:
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7704293/>. Acesso em: 05 jan. 2022.

WANG, Ming *et al.* *Efficient delivery of genome-editing proteins using bio-reducible lipid nanoparticles*, *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 113, n. 11, p. 2868-2873, 2016. Disponível em:
www.pnas.org/content/113/11/2868.short, 10.1073/pnas.1520244113. Acesso em: 17 fev. 2021.

WU, Yuxuan *et al.* *Correction of a Genetic Disease in Mouse via Use of CRISPR-Cas9*. *Cell Stem Cell*, v. 13, n. 6, p. 659-662, 2013. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1934590913004621>. Acesso em: 07 jan. 2022.

XU, Lei *et al.* *CRISPR-Edited Stem Cells in a Patient with HIV and Acute Lymphocytic Leukemia*. *New England Journal of Medicine*, v. 381, n. 13, p. 1240-1247, 2019. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMoa1817426>. Acesso em: 17 fev. 2021.

ZORZETTO, Ricardo. A tesoura dos genes. **Fapesp.br**, 2020. Disponível em:
<https://revistapesquisa.fapesp.br/a-tesoura-dos-genes/>. Acesso em: 13 fev. 2021.

ZURIS, John A. *et al.* *Cationic lipid-mediated delivery of proteins enables efficient protein-based genome editing in vitro and in vivo*. *Nature Biotechnology*, v. 33, n. 1, p. 73-80, 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4289409/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PARTE 2

TRABALHOS DISCENTES PREMIADOS

LINHA DE PESQUISA: Educação, Cultura e Comunicação

ANÁLISE DO FILME *SHREK* SOB O OLHAR DA TEORIA ORGANÍSMICA

*Milena Miranda Castilho*¹

*Débora Carvalho de Araujo*¹

*Francielle Fernandes Silva*¹

*Whigney Edmilson da Costa*²

RESUMO: O presente trabalho relaciona o conceito de Teoria Organísmica com o filme “Shrek”. Segundo a teoria do neurofisiologista Kurt Goldstein, o organismo sempre trabalha como um todo e não deve ser visto de forma isolada, seguindo os conceitos de figura e fundo, figura natural e não natural, equalização ou centragem, autorrealização e pôr-se de acordo com o meio. A partir dos estudos dessa teoria, relacionou-se seus conceitos com o filme buscando compreender como as vivências do protagonista modificam seu organismo, fazendo relação dos acontecimentos do filme com a teoria, possibilitando viabilizar sua prática em situações cotidianas do personagem, ampliando também o conhecimento dos conceitos para dentro do âmbito terapêutico.

PALAVRAS-CHAVE: Organismo. Todo. Partes. Filme. Figura.

ABSTRACT: The present work relates the concept of Organismic Theory with the movie “Shrek”. According to the theory of neurophysiologist Kurt Goldstein, the organism always works as a whole and should not be seen in isolation, following the concepts of figure and background, natural and unnatural figure, equalization or centering, self-realization and coming into agreement. with the middle. From the studies of this theory, its concepts were related to the film, seeking to understand how the protagonist's experiences modify his organism, relating the events of the film with the theory, making it possible to make its practice possible in the character's daily situations, also expanding the knowledge of concepts into the therapeutic scope.

KEYWORDS: Organism. All. Parts. Movie. Figure.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é baseado seguindo os princípios da Teoria Organísmica de Kurt Goldstein, um neurofisiologista que foi referência para a Gestalt Terapia. A teoria desenvolvida pelo autor traz a proposta de que o indivíduo é visto como um todo unificado “o

¹ Acadêmicas do 8º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Alfredo Nasser em 2021/2.

² Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário Alfredo Nasser, Graduado em Psicologia e Residência Multiprofissional em Infectologia e orientador do presente trabalho. E-mail: whigneycosta@unifan.edu.br.

organismo é uma só unidade; o que ocorre em uma parte, afeta o todo” (RIBEIRO, 2012 p. 107).

O autor usou conceitos da Psicologia da Gestalt como figura e fundo para explicar o processo de percepção humana. Segundo Ribeiro (2012), uma figura é qualquer processo que emerge e se destaca em um fundo. Em termos de ação, a figura é a principal atividade que o organismo está realizando. Mas, se o organismo mudar, emergirá um novo processo como figura à nova tarefa. Novas figuras emergem como tarefas de mudanças do organismo.

Goldstein (1934) usou dos termos de figura natural e não natural e os diferenciou, trazendo como figura natural aquela em que o organismo deseja e está acostumado, acarretando em comportamentos ordenados, flexíveis e apropriados para a situação ocorrida. E ele traz como figura não natural aquela em que o organismo não deseja, não está acostumado ou não esperava, acarretando em comportamentos rígidos e mecânicos.

Segundo Ribeiro (2012, p. 109),

a figura é natural quando existe uma relação natural entre a figura e a totalidade do organismo e ainda, quando representa uma preferência da pessoa e quando o comportamento é ordenado, flexível e apropriado para a situação. A figura é não natural quando se apresenta isolada do organismo total e seu fundo é também uma parte isolada do organismo. Representa uma tarefa imposta à pessoa e resulta em um comportamento rígido e mecânico.

A teoria organísmica também trabalha com os conceitos de equalização e centragem, onde o indivíduo busca uma autorregulação (RIBEIRO, 2012). Todo organismo contém dentro de si uma energia disponível, sendo que na equalização ela é distribuída igualmente em si mesmo, e representa o estado “médio” de tensão. E é ao estado médio que o organismo tende a voltar após um estímulo que mude de tensão. Ela é uma forma paliativa para descarregar a tensão, uma busca temporária para o equilíbrio das energias.

De acordo com Ribeiro (2012), a centragem é a distribuição equilibrada da tensão por todo o organismo, ou seja, a tensão é uniformemente distribuída no organismo saudável, para se alcançar um nível específico de equilíbrio da tensão.

Outro conceito dinâmico da teoria é a autorrealização. “A autorrealização é uma tendência criativa da natureza humana. É o princípio orgânico pelo qual o organismo se desenvolve plenamente” (RIBEIRO, 2012 p. 111). Quando supre uma necessidade, uma nova força cresce no sujeito, “desejos e necessidades são quase sempre estados deficitários a que as pessoas aspiram satisfazer, são como buracos da personalidade que devem ser preenchidos”. (RIBEIRO, 2012 p. 111). Dessa forma, quando o indivíduo atinge a autorrealização sobe em

sua pirâmide de autorrealização através de ajustamentos criativos, ou seja, novas necessidades surgem, concluindo assim que ele nunca está de fato autorrealizado para sempre.

Também trata do conceito de pôr-se de acordo com o meio, onde o indivíduo vê além suas necessidades internas e também visualiza a relação que o meio exerce. “A situação diz à pessoa onde ela se encontra na sua relação com o mundo exterior” (RIBEIRO, 2012, p. 112).

Goldstein (1934) confirma que há uma enorme ligação entre organismo e o ambiente, podendo um interferir no desenvolvimento do outro. Segundo ele, a chance de se garantir no mundo, conservando ao mesmo tempo seu caráter, depende de uma espécie de ‘acordo’ do organismo com o seu meio.

Na sociedade são estabelecidos limites/regras, ou seja, o indivíduo não pode praticar o que quer, mas o que o contexto a sua volta sugere. Esse contexto revela o vínculo com o mundo exterior onde se encontra o indivíduo. Portanto, enfrentar o contexto de maneira não apropriada é o mesmo que se colocar em perigo, podendo não haver solução.

2 METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado seguindo os conceitos da Teoria Organísmica de Kurt Goldstein, utilizando dos seguintes livros e artigos: Gestalt-terapia: Fundamentos epistemológicos e influências filosóficas. Capítulo 8: A Gestalt-Terapia holística, organísmica e ecológica de Patricia Valle de Albuquerque Lima (2013). Gestalt-Terapia: Refazendo um Caminho. (p. 107-113), São Paulo: Summus de Ribeiro, J. P. (2012). Contribuições da Gestalt-Terapia para o referencial teórico da Orientação Profissional. *Rev. ABOP* [online]. vol.1, n.1, pp. 59-67 de Canedo, I. R. (1997) e Teoria Organísmica. IGT na Rede. vol. 2, n. 3. Lima, P. V. A. (2005).

Relacionou-se o filme “Shrek”, de 2001, com a teoria organísmica com o objetivo de se obter uma compreensão mais fluida do assunto e buscamos analisar como suas vivências influenciaram em seu organismo.

A escolha do filme se deu por ser de fácil acesso, ter classificação livre e ser uma clássica animação da Dreamworks. Por mais que tenha uma proposta para o público infantil, nele contém temas e piadas direcionadas aos adultos.

3 DISCUSSÕES

O filme narra a história de Shrek, um ogro acostumado a ser temido pelos humanos e adaptado a ter uma vida longe de qualquer criatura. O maldoso Lorde Farquaad começa a perseguir as criaturas dos contos de fadas e elas são banidas para o pântano onde Shrek habita. Nessa circunstância, o ogro passa a ter a companhia indesejada do Burro que juntamente com a presença das outras criaturas, se vê forçado a sair de seu habitat e a firmar um acordo com o Lorde (resgatar a princesa na torre do dragão) para ter novamente o seu pantano e por consequência, o seu sossego.

Quando se fala de Teoria Organísmica é necessário citar o holísmo (LIMA, 2013) que refere-se a uma teoria filosófica onde diz que as partes de um todo estão ligadas, de maneira que elas não podem existir independentes do todo, ou não podem ser entendidas separadas dele, ou seja, o todo é maior que a soma de suas partes.

“O organismo é visto como um todo, composto, contudo, de membros diferenciados, embora em íntima articulação. Esta harmonia se mantém normalmente, sendo modificada apenas por fortes estímulos, como uma tensão alta” (RIBEIRO, 2012 p. 108).

O personagem protagonista do filme, Shrek, é um todo (RIBEIRO, 2012) que possui singularidades, subjetividades e complexidades. Ao longo do filme ele se modifica com as vivências que enfrenta. Ao término do filme, no convívio de outras personagens, fazendo amizade com o Burro e se apaixonando por Fiona, uma parte de seu todo se modificou o que afetou toda sua vivência.

Goldstein (1934), em sua teoria, usa dos conceitos de figura e fundo como a organização primária do organismo. Fazendo uma análise referente à cena que ocorre no filme Shrek, em um diálogo entre a princesa Fiona e o Burro, Fiona diz que não pode ser amada por Shrek, pois seu estado físico era feio e ele a amaria somente na forma humana.

Seguindo esses conceitos de figura e fundo (RIBEIRO, 2012), no primeiro momento tem-se como figura, a aparência de Fiona, ela não fala a verdade para Shrek, pois acredita que ele não irá amá-la pela sua aparência física atual. Nesse contexto, todo sentimento existente de Fiona por Shrek se torna fundo. A figura não é vista isolada do fundo, o fundo revela a figura e a essa possibilidade de reversibilidade, pois não é visto como uma parte e sim em um contexto de um todo com possibilidade de emergir conforme a necessidade do organismo. No momento em que Fiona está disposta a contar para Shrek de sua real aparência, é onde há uma reversão da figura e fundo onde seus sentimentos por ele se tornam figura e sua aparência é posta de lado.

Em relação à figura natural e não natural exposta por Ribeiro (2012), no início do filme, quando mostra a rotina diária de Shrek e o quanto ele se sente tranquilo em seu espaço, é o seu natural. Ele fica sozinho, assusta as pessoas que surgem em seu pântano, toma banho de lama, faz sua própria refeição, usa o banheiro enquanto lê livros e assim se passa todos os dias. Essa maneira de vivência traz para seu organismo um grande conforto.

Sua figura não natural se mostra a partir do momento em que Shrek conhece o Burro, ele começa a segui-lo e após se deparar com a invasão das criaturas dos contos de fadas em sua casa e também em seu pantano, sua tranquilidade é perturbada, saindo da rotina a qual estava acostumado, se tornando não natural sua vivência. Esse fato trouxe como consequência para o seu organismo uma alta irritação e vontade de tirá-los dali imediatamente.

Kurt Goldstein apresenta também três conceitos dinâmicos que são os de equalização ou centragem do organismo, autorrealização e pôr-se de acordo com o meio ambiente.

No filme, é percebido um momento de equalização (RIBEIRO, 2012) do personagem Shrek quando este percebe que todos os outros personagens de conto de fadas invadem seu pântano e sua casa. Ele tenta expulsá-los e grita com todos. Shrek se demonstra um personagem mau humorado e que preza pela privacidade e estar sozinho, dessa forma o personagem acumula tensão quando precisa lidar com a presença indesejada do personagem Burro e quando encontra outras criaturas em sua casa. Dessa forma, quando o ogro grita com todos eles, descarrega a tensão em seu organismo.

A partir do conceito dinâmico descrito por Ribeiro (2012), podemos perceber um momento de centragem em uma cena do filme que Shrek acumula tensão ao escutar uma conversa de Fiona e Burro no qual ele interpreta que a princesa jamais ficaria com alguém como ele (um ogro), sendo que na verdade Fiona falava a respeito de si mesma (acreditando que Shrek jamais ficaria com ela ao manifestar sua natureza de ogra). Dessa forma, Shrek interpreta equivocadamente a situação e se torna resistente para abrir seus sentimentos de amor por Fiona. Quando esta é levada para se casar com o Lorde, Burro conversa com Shrek de forma que ele compreende que ela na verdade apresentava os mesmos sentimentos por ele. Ao compreender a situação corretamente ele então descarrega essa tensão de uma forma saudável e é motivado a conquistar a mulher que ama, apresentando por um breve momento o equilíbrio, ou seja, centragem (RIBEIRO, 2012).

Na trama, é percebido o processo de autorrealização (RIBEIRO, 2012) quando Shrek percebe o que sente pela personagem Fiona e que esta também sente o mesmo, de forma que ele impede que ela se case com alguém que só tinha interesse nela para se tornar rei. Ele invade o casamento de Fiona com o Lord, e após esse momento declara seus sentimentos

sendo marcado ao final com um beijo dos personagens. Esse momento se torna uma autorrealização para Shrek que concretiza seu desejo de estar com Fiona.

Essa também é uma situação de autorrealização (RIBEIRO, 2012) para Fiona, pois a trama mostra que esta viveu em um dilema, de sujeitar-se a casar com alguém que não ama e ter a aparência de uma princesa de contos de fadas ou ficar com alguém que realmente ama e ter a aparência de uma ogra. Quando ela está próxima a se casar com o homem que não ama, chega o pôr-do-sol, ela revela sua outra natureza e não é rejeitada por aquele que ela amava. Ele então declara que sendo ogra ela era linda e que a amava. Fiona então concretiza dois desejos, o de estar com alguém que ama e não mais precisar esconder sua verdadeira natureza.

Seguindo o que foi dito por Ribeiro (2012), no filme é percebido o “pôr-se de acordo” com o meio ambiente o momento em que Shrek está conversando com o Burro enquanto olham as estrelas, ele conta que o fato de assustar as pessoas e afastar todos que chegam perto do pantano e de si próprio, é consequência da forma à qual os outros o tratam e enxergam mesmo antes de conhecê-lo. Por maltratarem pela sua forma física de ogro, ele se põe de acordo com esse ambiente, impondo medo para que não se aproximem, preferindo estar sozinho. Segundo o autor, em muitos momentos o sujeito precisa encarar o ambiente, mesmo percebendo que ele é desfavorável, e é preciso se adequar a ele.

4 CONCLUSÕES

Na realização do presente trabalho houveram dificuldades para encontrar variados artigos e livros relacionados ao tema e que poderiam falar de maneiras diferentes e mais específicas sobre cada conceito da Teoria Organísmica. Ao decorrer da pesquisa com os livros e artigos encontrados e após um longo período de estudos sobre eles, teve-se uma visão mais clara e fluida da teoria, assim também como ela é aplicada dentro do âmbito terapêutico e seus conceitos.

Compreendeu-se também que a teoria organísmica é uma das inspirações da Gestalt-terapia, que trouxe como conceito o organismo visto como um todo e não de forma isolada onde se estuda apenas suas partes específicas e acompanhada com a análise do filme “Shrek”, obteve-se um olhar mais amplo sobre a teoria e de como seus conceitos são mostrados e vivenciados no dia a dia do personagem.

REFERÊNCIAS

CANEDO, I. R. Contribuições da Gestalt-Terapia para o referencial teórico da Orientação Profissional. **Rev. ABOP** [online]. v. 1, n. 1, p. 59-67, 1997.

GOLDSTEIN, K. *The organism: A holistic approach to biology derived from pathological data in man*. Boston: Beacon Press, 1963 (Original em 1934).

LIMA, P. V. A. A Gestalt-Terapia holística, organísmica e ecológica. In: FRAZÃO, L. M., FUKUMITSU, K. O. (Orgs.). **Gestalt-terapia: Fundamentos epistemológicos e influências filosóficas**. São Paulo: Summus Editorial, 2013. p. 73-78.

RIBEIRO, J. P. **Gestalt-Terapia: Refazendo um Caminho**. São Paulo: Summus Editorial, 2012.

O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE PERSONAGEM COMO INSTRUMENTO TERAPÊUTICO

Alyne Ferreira Cabral¹

Gleiton Nunes de Azevedo²

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo apresentar, através de uma revisão teórica que fundamenta a pesquisa de iniciação científica, se há, ou não, ganho terapêutico para o ator-criador quando este está em processo de criação de seu personagem, e para isso utiliza de técnicas teatrais que presentes em algumas práticas em consultórios psicológicos. Para isso serão apresentadas conexões entre intervenções terapêuticas presentes na literatura da psicologia que promovem ensaios comportamentais com função terapêutica e discutir se técnicas similares não utilizadas para esta função, como no processo de criação de personagem pelo ator, produzem efeitos terapêuticos, mesmo sem a mediação de um profissional de psicologia como mediador. Tal pesquisa se dá pela relevância de não haver muita literatura sobre o tema, além do ganho enquanto processo formativo, para que possa ser base para mais pesquisas relacionadas a esse fenômeno.

PALAVRAS-CHAVE: Processo Terapêutico. Ator. Psicologia. Personagem.

ABSTRACT: This work aims to present, through a theoretical review that underlies scientific initiation research, whether or not there is a therapeutic gain for the actor-creator when he is in the process of creating his character, and for that he uses of theatrical techniques that are present in some practices in psychological offices. For this, connections will be presented between therapeutic interventions present in the psychology literature that promote behavioral tests with a therapeutic function and discuss whether similar techniques not used for this function, such as in the process of creating a character by the actor, produce therapeutic effects, even without the mediation of a psychology professional as a mediator. Such research is due to the relevance of not having much literature on the subject, in addition to the gain as a training process, so that it can be the basis for further research related to this phenomenon.

KEYWORDS: Therapeutic Process. Actor. Psychology. Character.

1 INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa tem como objetivo investigar se há, ou não, ganho terapêutico para o ator-criador quando este está em processo de criação de seu personagem, e para isso

¹ Acadêmica de Psicologia e participante do PIBIC (2021-2022) do Centro Universitário Faculdade Alfredo Nasser. cabralalynne@gmail.com.

² Psicólogo (PUC-GO); Mestre e Doutor em Ciências do Comportamento pela UnB; Atua como professor e pesquisador efetivo na UNIFAN. Experiência em aprendizagem por controle de estímulos; macrocontingências, comportamento de escolha, comportamento do consumidor, economia comportamental, música e práticas culturais. gleitonnunes@unifan.edu.br.

utiliza de técnicas de atuação que também estão presentes em algumas práticas terapêuticas em consultórios psicológicos, geralmente voltadas para o desenvolvimento de habilidades sociais dos terapeutas (SOUZA; ORTI; BOLSONI-SILVA, 2012). Isto é, se uma pessoa, no caso o ator de teatro, cinema e/ou televisão, ao realizar a mesma técnica que é utilizada por psicólogos em seus atendimentos podem se beneficiar com ganhos terapêuticos subjetivos. Este projeto compõe o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC do Centro Universitário Alfredo Nasser.

A Personagem, definido pelo dicionário miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa (2015), é um substantivo de dois gêneros que pode ser uma pessoa que é objeto de atenção por suas qualidades, posição social ou por circunstâncias, ou, e aqui o que mais se assemelha ao conceito que iremos discorrer neste projeto, um papel representado por ator ou atriz a partir de figura humana fictícia criada por um autor.

Para Carl Gustav Jung (2000), pai da psicologia analítica, o conceito de personagem se mistura com a definição de *persona* e as diversas máscaras que são usadas em diferentes contextos sociais, fazendo com que cada ser humano ocupe diversos personagens, a depender da situação que se encontra.

Augusto Boal (2009), brasileiro, autor e diretor de teatro, criador e presidente do Teatro do Oprimido do Rio de Janeiro em 1986, e de Paris, apresentou uma nova perspectiva nas artes cênicas, ao trazer para o palco os espectadores, transformando-os em atores e fazendo com que suas demandas, necessidades e vozes ganhassem protagonismo e espaço em cena. Não à toa o espaço “O Teatro do Oprimido” nasce com a função de ser um espaço não punitivo aos espectadores, instigando-os a expressar o que lhes afligia, alcançado o *status* de desoprimido (BEZERRA, 2015).

A palavra terapêutico se refere ao tratamento e ao cuidado das diversas formas de doenças ou disfunções que geram prejuízo a alguém. É também usada para se referir a cuidados com estética, bem estar e promoção de uma melhor qualidade de vida. Dentro desses processos terapêuticos, que proporcionam um tratamento à saúde mental do sujeito, a terapia enquanto uma prática corriqueira, realizada por profissionais psicólogos, é denominada psicoterapia, e por diversos outros profissionais que com, ou sem conhecimento da etimologia da palavra, a utiliza em diversos contextos.

A psicologia, ciência e profissão, prática regulamentada pela lei 4.119 de 27 de agosto de 1962, utiliza da psicoterapia como forma de tratamento a diversas condições psicológicas, a depender da demanda do paciente. De forma mais tradicional, ela se realiza através da

prática dialética e da escuta ativa, tendo diferenças significativas a depender da abordagem que fundamenta as práticas do profissional de psicologia.

Já dentro de outras formas de terapia, utilizadas como forma de uma melhor qualidade de vida, encontra-se a arte e suas diversas formas de expressão, como a música, as artes plásticas, a dança, a escrita e as artes cênicas. É na prática cênica que mora o objetivo deste projeto: o de encontrar similaridades entre um processo formativo de personagem e se há ganhos terapêuticos, quando realizado, mesmo que o objetivo da criação da personagem não seja de função terapêutica.

2 METODOLOGIA

Será realizado um levantamento bibliográfico, utilizando-se como descritores: Psicologia, criação de personagem, técnicas, psicodrama, terapia cognitivo-comportamental, terapia comportamental, ensaio comportamental, psicologia analítica, Stanislavski, teatro do oprimido, nos indexadores *SciELO (Scientific Electronic Library Online)*, no período de 2014 a 2022 em língua portuguesa. Como critérios de seleção serão considerados os artigos com dados bibliográficos que abordam relações entre a psicologia e técnicas de criação de personagens e outras informações específicas relacionadas ao assunto. Em seguida, será feita uma leitura analítica para ordenar as informações e identificar o objeto de estudo para uma divulgação dos achados.

Posteriormente será realizada uma pesquisa de campo transversal, com o intuito de coletar informações que possam vir a contribuir com a hipótese e complementar os dados achados durante o levantamento bibliográfico. Serão convidados a participar da pesquisa atores e atrizes com idade entre 18 a 40 anos, residentes no Brasil, que possuam no mínimo 5 anos de atuação com teatro, cinema e/ou Televisão. É critério para inclusão na pesquisa que o ator e atriz participante tenha realizado ao menos 1 (um) processo de criação de personagem.

Os questionários serão definidos de acordo com o objetivo da pesquisa, observando dados como tempo em que atua, espetáculos e/ filmes e/ou trabalhos que já participou enquanto ator/ atriz, como foi realizado o processo de criação de seu personagem e quais os métodos e ferramentas utilizadas para este processo, garantindo o sigilo de cada participante da pesquisa. Também será dado para a pesquisa se o ator/ atriz percebe que durante esse processo de criação do personagem algo particular, relacionado a sua subjetividade, esteve em contato com o personagem e qual foi a repercussão disso em sua vida enquanto sujeito. O

levantamento bibliográfico e os dados da pesquisa serão divulgados em artigo científico, como forma de conclusão para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Ao falar de criação de máscaras e personas, relacionando a psicologia, não podemos deixar de trazer a concepção de Jung (2000), ao concluir que a depender de cada situação o sujeito tem diversas possibilidades de criar *personas*, que são uma junção de aspectos de sua subjetividade com uma idealização de expectativas da sociedade e dos comportamentos que a mesma espera, a depender das circunstâncias. Assim sendo, para a psicologia analítica, o indivíduo tem, durante toda a sua vida, diversas *personas*, que em alguns casos se assemelham, mas ainda nesse discurso é evidente que o contexto histórico e social determinam qual *persona* emergirá.

Quando trazemos a palavra Personagem e relacionamos como uma criação do ator ou atriz, amador ou profissional, a partir de uma figura humana fictícia, Constantin Stanislavski (1984) traz em seu livro “A construção da Personagem”, tendo sido publicado em sua primeira edição em 1938, um manual, depois conhecido como sistema Stanislavski, de processos que um ator-criador deve passar para que sua personagem seja construída e que a mesma tenha uma verdade cênica. O autor traz uma epígrafe onde sustenta o seu pensamento de que sua técnica, ao colocar o ator-criador em contato direto com o contexto em que seu personagem está inserido, faz com que o consciente seja capaz de atingir o inconsciente; “*Por meio do consciente, atingir o inconsciente-eis o lema de nossa arte e de nossa técnica*”, ou seja, consiga expressar algo o papel de modo verossímil, pois está vivendo aquela cena no momento da apresentação (STANISLAVSKI, 1984).

Já para Boal (2009), a personagem é um processo de desmecanização do ator, sendo que o ator deveria ser capaz de fazer com que as características do personagem fossem florescidas, anulando as suas próprias, além de assumir um papel social e político importantes. “O ator, como todo ser humano, tem suas sensações, suas ações e reações mecanizadas, e por isso é necessário começar pela sua desmecanização, pelo seu amaciamento, para torná-lo capaz de assumir as mecanizações da personagem que vai interpretar” (BOAL, 2009, p. 61).

Boal (1998) preserva de forma intacta dois principais objetivos da sua poética: “[...] transformar o espectador, ser passivo e depositário, em protagonista da ação dramática; nunca se contentar em refletir sobre o passado, mas preparar-se para o futuro”. Para Boal (2009), o espectador sendo liberado da sua condição de espectador, poderá liberar-se de outras opressões, e assim dar voz e importância às suas necessidades, demandas, implícitas. Percebemos que neste processo de dar voz e protagonismo à plateia, no teatro do oprimido, as questões psicológicas serão componentes do personagem, visto que aqui não há uma criação de personagem, e sim uma representação da pessoa e suas demandas, demonstrando um efeito de terapêutico, a ser uma técnica muito utilizada por algumas abordagens da psicologia.

Dentro do psicodrama, por exemplo, existe a técnica do ato terapêutico, que consiste em “um único atendimento, que é realizado de forma intensa, potente, focal, sem compromisso com outros atendimentos e com o máximo de investimento técnico, pessoal ou metodológico, por parte dos profissionais” (COSTA, 2007). Estes atos acontecem somente uma vez, e por mais que possam se repetir semanalmente, são únicos em cada edição e tendem a ser aplicadas em contextos específicos, em que dificilmente ocorrerá um acompanhamento terapêutico prolongado, como grupo de moradores de rua, mulheres em situação de vulnerabilidade social, idosos e crianças.

Costa (2007) continua a dizer que o ato psicodramático acontece com início, meio e fim, e tem por base uma intervenção pontual temática, sem que haja continuidade para as pessoas presentes; portanto, encerrando ali mesmo, sendo desenvolvido no momento em que acontece a espontaneidade, aprendizado, criatividade, noções de cidadania, catarses e compartilhamentos.

Almeida (1988) traz que esta técnica de atuação com fins terapêuticos se desenvolve em três níveis operacionais: o “*role-taking*” (desempenho de papéis); o “*role-playing*” (interpretação de papéis) propriamente dito, e o “*role-creating*” (criação de papéis).

O *role-taking* é quando o sujeito que está sendo beneficiado pela técnica cria um personagem distanciado de sua subjetividade, baseado somente, neste primeiro momento, em estereótipos pré-definidos pela sociedade que está inserido. Já no *role playing*, no jogo, o sujeito começa a encorpar esta personagem com características pessoais, de sua subjetividade, e fica mais livre para descristalizar a personagem, seguindo um único modelo oferecido pelos costumes e conceitos formados pela sociedade. Na última etapa, o *role creating*, o sujeito assume essa personagem e o traz para sua realidade, dando a ela uma função social. O *role playing* é amplamente utilizado, dentro de diversos contextos, pois estimula a espontaneidade

e a criatividade, além de possibilitar ao sujeito que o pratica, a possibilidade de se enxergar dentro de diversas situações, até então não experienciadas. (Kirschbaum, *Nozawa* 1993)

O *role-play* é também utilizado em terapias comportamentais, no qual, têm demonstrado grandes contribuições como facilitadora de formulação comportamental, fazer análise funcional da queixa e promover intervenções mais adequadas (SOUZA; ORTI; BOLSONI-SILVA, 2012), desenvolvimento de habilidades sociais (CALAIS; BOLSONI-SILVA, 2008), ainda é possível destacar a técnica de Inoculação do estresse (DEFFENBACHER, 1996), como ferramenta para tratamento de estresse pós-traumático.

Essas técnicas se assemelham a atividade teatral, pois consistem em encenar junto ao cliente, situações críticas que levariam a ele a um contato simulado com o evento estressor, e a partir disso estabelecer caminhos para agir de modo assertivo caso aconteça em ambiente real, neste caso, o psicólogo, fundamentado em práticas e teorias sobre os efeitos de um ensaio comportamental, faz com que o cliente vivencie essas situações estressantes para que ele desenvolva estratégias de enfrentamento e saiba lidar na situação. Outra técnica que acompanha essa lógica, dentro da terapia cognitivo e comportamental é a dessensibilização sistemática, que consiste em fazer com que o cliente hierarquize situações que lhe causem um determinado desconforto, e comece a entrar em contato com essas situações, na ordem da que causa um menor desconforto para até a situação que de fato o paralisa, por exemplo. É uma técnica recorrentemente utilizada em tratamentos de fobias e síndrome do pânico, não desvinculada de outras práticas como treino respiratório, técnicas de relaxamento e desenvolvimento de habilidades condizentes com o enfrentamento da queixa (CALAIS; BOLSONI-SILVA, 2008).

4 CONCLUSÕES

Considerando o processo de criação de personagens como uma técnica capaz de atingir o inconsciente através do consciente (STANISLAVSKI, 2001), e assim gerar um personagem que provoque catarse, uma liberação e identificação de processos psicológicos dos indivíduos. Ao perguntar se o processo criativo envolvido na criação de personagem de um ator, profissional ou amador, funciona para este sujeito como processo terapêutico, deparamos com diversos questionamentos: é diferente quando o ator-criador tem consciência de que as técnicas que usa são as mesmas utilizadas por diversas abordagens da psicologia, para fins terapêuticos; o ganho acontece mesmo se não há a consciência de que tais técnicas

são utilizadas para tais fins; caso aconteça tais ganhos, este ator percebe uma variação em seu desenvolvimento, ou passa por ele despercebido; utilização de técnicas sem embasamento psicológico podem gerar prejuízos ao ator-criador por não compreender em qual contexto a atuação deve ocorrer. São necessárias mais investigações dentro deste campo, com pesquisas de junto a essa população, para que tais fenômenos sejam investigados e mais literaturas dentro desta temática sejam produzidas, traduzindo os efeitos observados pelos diversos vieses de abordagens dentro do campo da psicologia para seja possível descrever a contribuição desse tema como uma alternativa prática de promoção de bem-estar do terapeutizando.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Antonia Pereira. Verdade na Cena, Verdade na Vida: Boal e Stanislavski. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, RS, v. 5, n. 2, p. 413-430, dez. 2014.
- BOAL, Augusto. **A estética do oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond/Funarte, 2009.
- CALAIS, S. L.; BOLSONI-SILVA, A. T. Alcances e limites das técnicas comportamentais: algumas considerações. *In*: CAVALCANTE, M. R. (Org.). **Análise do Comportamento - avaliação e intervenção**. São Paulo: Roca, 2008.
- COSTA, Liana Fortunato *et al.* *Single session work*: intervenção única com a família e adolescente em conflito com a lei. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 104-113, dez. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822007000300011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 jun. 2021.
- DEFFENBACHER, A. Inoculação do stress. *In*: CABALLO, V. E. **Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento**. São Paulo: Santos Livraria e Editora, 1996. p. 117-49.
- JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- KIRSCHBAUM, Débora I. R.; NOZAWA, Márcia Regina. O psicodrama em sala de aula: uma estratégia de ensino para o desenvolvimento do papel profissional da enfermeira. **Revista Brasileira de Enfermagem [online]**, v. 46, n. 3-4, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71671993000300016>. Acesso em: 10 maio 2021.
- SOUZA, Vivian Bonani de; ORTI, Natália Pinheiro; BOLSONI-SILVA, Alessandra Turini. *Role-playing* como estratégia facilitadora da análise funcional em contexto clínico. **Rev. bras. ter. comport. cogn.**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 102-122, dez. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452012000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 set. 2021.

STANISLAVSKI, Constantin. **A Construção da Personagem**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

THONES, Ana Paula Bellochio; ROSA JR., Norton Cezar Dal Follo da. A travessia da criação do personagem: aproximações possíveis entre teatro e psicanálise. **Rev. bras. psicanálise**, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 200-212, set. 2012.

**PERCEPÇÕES DE ALUNOS SOBRE O *BULLYING* ESCOLAR:
emancipação e responsabilidade**

*Matheus Rodriguês da Silva*¹

*Vinicius Novais Gonçalves de Andrade*²

RESUMO: O *bullying* pode ser definido como uma violência sistemática entre pares. Suas consequências estão relacionadas tanto a problemas de cunho individual quanto de cunho social. Esse tipo de violência atinge ao menos um a cada cinco alunos em idade escolar, e pode ter efeitos graves pelo fato de atingir, inclusive, aqueles que ‘apenas’ observam. O objetivo deste trabalho é identificar quais são os motivos que levariam à prática do *bullying* segundo alunos do nono ano do ensino fundamental. A pesquisa maior consistiu em um estudo de âmbito nacional e internacional feito em 14 escolas brasileiras e 4 outros países. Em Goiás, foco desse recorte da pesquisa maior foi aplicado questionários em 214 alunos do nono ano de escolas públicas, privadas e religiosas. Os resultados indicam que as principais características atribuídas ao agressor estão ligadas à força física, popularidade percebida e problemas de respeito a limites. Concluímos que a violência escolar continua sendo um problema do cotidiano, sobretudo, por ter consequências para todos aqueles que estão envolvidos, mesmo para os que estão na posição de observador. A educação escolar tem o papel de desbarbarizar e emancipar seus discentes. Se, entre outras coisas, emancipar significa conviver e positivar a diferença em uma sociedade democrática, então a presença da violência indica uma “falha” no processo formativo de cidadãos e consequente valoração de características pessoais, coadunando com relações interpessoais assimétricas de poder.

PALAVRAS-CHAVE: *Bullying*. Educação. Violência Escolar.

ABSTRACT: Bullying can be defined as systematic violence between peers. Its consequences are related to both individual and social problems. This type of violence affects at least one in five school-age students, and can have serious effects because it even affects those who 'only' observe. The objective of this work is to identify what are the reasons that would lead to the practice of bullying according to students in the ninth year of elementary school. The larger research consisted of a national and international study carried out in 14 Brazilian schools and 4 other countries. In Goiás, the focus of this part of the larger research was applied questionnaires to 214 students in the ninth year of public, private and religious schools. The results indicate that the main characteristics attributed to the aggressor are linked to physical strength, perceived popularity and problems with respect to limits. We conclude that school violence continues to be a daily problem, mainly because it has consequences for all those involved, even for those who are in the position of observer. School education has the role of debarbarizing and emancipating its students. If, among other things, emancipation means living together and making difference positive in a democratic society, then the

¹ Egresso do curso de Psicologia do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

² Coordenador do curso de Psicologia do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN) e docente da mesma instituição. Estágio Pós-doutoral pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, com período de Estágio Doutoral Sanduíche na Universidade do Porto – Portugal: viniciusnovais@unifan.edu.br.

presence of violence indicates a “failure” in the process of training citizens and the consequent valuation of personal characteristics, in line with asymmetrical interpersonal relationships of power.

KEYWORDS: Bullying. Education. School Violence.

1 INTRODUÇÃO

A violência aponta para a dificuldade de se viver em um ambiente mais justo e democrático. Tem-se, por exemplo, de acordo com Marx (1984), a tendência à classificação de grupos sociais e a valoração da diferença como desigualdade, algo que leva à limitação do acesso aos bens de consumo e recursos materiais, assim como ao embate de interesses entre os diferentes grupos.

Segundo Freud (1930/2011), a violência tem sua base na pulsão de morte presente em cada pessoa, que tem como finalidade o retorno ao estado inorgânico que a presença da vida perturbou. Freud (ibidem) aponta três aspectos que dificultam a possibilidade de se viver em sociedade: 1) a fragilidade do corpo; 2) a força incomensurável da natureza; e 3) as relações sociais. Quanto ao último, destaca a dificuldade de ser ter uma civilização que não seja marcada pelo mal-estar causado pela limitação de experiência de satisfação pulsional.

Na escola a violência também está presente. Conforme destacam Crochick e Crochick (2017), é preciso criticar a pretensa percepção do afastamento da escola com o resto da sociedade, pois é falso, visto que essa instituição está determinada pela totalidade social. Assim, deve-se ter cuidado ao diferenciar o que seria “violência na escola” da “violência da escola”³.

A violência teria como uma de suas possibilidades a ocorrência na escola, o que indica que uma sociedade mais violenta levaria a uma maior presença da violência escolar, assim como uma sociedade mais justa e democrática levaria a sua redução. Os métodos, os recursos materiais, a segurança pública, a distribuição justa da renda, por exemplo, influenciam na educação, portanto, mostram-se determinados pela sociedade, ainda que, na visão de Adorno (1995), a escola tenha um papel importante na relativa autonomia da educação e no seu papel contra violência e na possibilidade da emancipação humana.

³ O termo “violência na escola” se referiria a uma violência social que afetaria o ambiente escolar, tal como a presença de gangues nos arredores das escolas, a escassez de recursos materiais, tiroteios e outros. Quanto à “violência da escola”, a ênfase recairia sobre a violência produzida pela própria escola, tal como na briga entre as crianças, a competitividade presente nos jogos, os métodos de classificação e outros.

Conforme os dados da Unesco (2019), cerca de 250 milhões de 1.26 bilhão de crianças e adolescentes do mundo todo estavam envolvidas de alguma forma na violência escolar em 2011, o que foi reafirmado nacionalmente pelos dados do IBGE (2015) no *Plano Nacional de Saúde do Escolar*. Conforme os dados das duas pesquisas, ao menos 20% de todas as crianças em idade educacional estão de alguma forma envolvida na violência escolar, embora as porcentagens possam ser ligeiramente maiores, visto que boa parte dos alunos ‘apenas’ observa ou se envolvem indiretamente na violência. A violência escolar, portanto, atinge ao menos um a cada cinco alunos (SILVA *et al.*, 2015).

Embora a violência possa aparecer de diversas formas na escola, neste trabalho dar-se-á ênfase ao *bullying*. Em especial, o *bullying* escolar e suas formas de manifestações nas crianças e adolescentes⁴.

O *bullying* pode ser definido como uma forma de violência entre pares. Tem, assim, três principais características: a) é uma violência sistemática e que ocorre sobre uma vítima ao longo do tempo; b) é uma violência que ocorre sem motivos ou justificativas aparentes; c) é fruto de uma assimetria de poder entre a vítima e o agressor, podendo ocorrer em grupo ou individualmente e faz com que a vítima seja incapaz de reagir às agressões sofridas (NETO, 2005; ANTUNES; ZUIN, 2008; LISBOA; BRAGA; EBERT, 2009; OLIVEIRA-MANEGOTTO; PASINI; LEVANDOWSKI, 2013; COELHO, 2016; CROCHIK, 2016, 2019). Destaca-se, ainda, a necessidade de entender o *bullying* para diferenciá-lo de outros tipos de violência. Uma agressão isolada, por exemplo, não poderia ser nomeada como *bullying*, embora ainda seja uma violência. Necessita, assim, de uma conceituação mais crítica e específica desse tipo violência para que possa ser prevenida.

De modo mais específico, o *bullying* pode ser classificado três tipos: direto e físico (uso de agressão física, roubos e destruição de objetos); direto e verbal (insultar, xingar, usar apelidos); e indireto (fofocar e espalhar boatos). Quanto à participação, podem-se ter diversos papéis, segundo Freire *et al.* (2006), tais como o de agressor (aquele que pratica a violência), a vítima (o que recebe a violência), a vítima-agressora (o que pratica e recebe a violência) e o observador (não participa diretamente, mas presencia a violência acontecer). Por fim, para Neto (2005), ainda que esteja na posição de observador, este pode indiretamente auxiliar o agressor ou ajudar a vítima.

⁴ Deve-se destacar o fato de que a pesquisa geral maior da qual essa faz parte teve como objetivo pesquisar o preconceito, o *bullying* e a educação inclusiva. Assim, nesse trabalho, optou-se por às vezes usar violência escolar como sinônimo de *bullying*. O *bullying*, no entanto, é apenas uma das várias manifestações da violência no ambiente escolar. A opção foi feita unicamente por ser mais um recurso de escrita neste trabalho.

A partir do discutido e tendo como base a importância de entender os motivos que os alunos percebem como sendo os que levam à ocorrência do *bullying*, este trabalho tem como objetivo identificar os motivos atribuídos aos agressores que levariam a prática do *bullying* escolar, segundo a percepção de alunos do nono ano do ensino fundamental.

2 METODOLOGIA

Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior desenvolvida durante os anos de 2018 a 2021 denominada “*Violência escolar: discriminação, bullying e responsabilidade*”. A pesquisa consiste num estudo de âmbito nacional e internacional feito em 14 escolas brasileiras e 4 outros países. Em Goiás, foi realizado um recorte para a análise de resultados e que serão discutidos neste trabalho.

O projeto de pesquisa maior foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 28/03/2011, sob o Protocolo de Pesquisa n.066/2011. A pesquisa foi também aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa (CAEE 90042718.2.0000.8011) no ano de 2018 do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

No ano de 2018, foi realizado um evento sobre educação com mais de dois mil participantes em Goiânia, Goiás. Lá, estavam presentes representantes da Secretaria de Educação, diversos pesquisadores, professores e diretores de colégios. Ao final do evento todos que mostraram interesse foram convidados a participar da pesquisa, formando, assim, a amostra da referida investigação.

A amostra final de Goiás contemplou 214 alunos do nono ano do Ensino Fundamental de cinco escolas de Goiânia, sendo duas públicas, duas particulares e uma vinculada à igreja católica. Da amostra, 94 (44%) desses alunos são do sexo feminino e 120 (56%) do sexo masculino; a idade média dos participantes foi de 14,3 anos (DP=1.5). Todos os alunos do nono ano do ensino fundamental das cinco escolas foram convidados a participar da pesquisa, porém, efetivamente participaram aqueles que tiveram interesse, que tiveram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos responsáveis, assim como o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) dos menores de idade. Foi aplicado um questionário e, posteriormente, realizada a análise estatística.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nessa seção serão analisados e discutidos os dados oriundos da aplicação do questionário sobre os motivos que levariam à agressão entre pares, assim como as características das vítimas e agressores.

Conforme se pode apreender da Tabela 1, os dois maiores motivos indicados como responsáveis pela agressão são: a falta de ter o que fazer (49,0%) e não ter limites (48,1%), por parte dos agressores.

Tabela 1 – Frequência e porcentagem dos motivos que levam alguém a ser autor de agressão

Motivos	Frequência	Porcentagem
Carência	41	19.1
Não têm amigos	17	7.9
Não têm atenção	36	16.8
Apanham em casa	8	3.7
Se consideram diferentes dos outros	55	25.7
Os outros não se defendem	37	17.2
Revidar agressão que sofreram	28	13
São preconceituosos	49	22.9
Não têm limites	103	48.1
Não têm o que fazer	105	49

Fonte: Autoria própria.

Portanto, analisa-se que essas características podem se referir a aspectos da individualidade dos agressores. Quanto ao não ter limites, isso pode estar ligado à falta de percepção de si e ao aspecto narcísico da personalidade presente nos autores do *bullying*, conforme argumenta Crochick (2019). A dificuldade no reconhecimento do limite e do desejo poderia levar a pessoa a tornar como próprio o interesse alheio. A dificuldade dessa diferenciação mostraria o prazer sádico e aparentemente sem motivos que levaria ao uso da agressão, além de indicar a fragilidade do ego que levaria a pouca considerações dos valores morais e éticos de convivência. O outro não é reconhecido em sua humanidade e na sua diferença.

Quanto ao não ter o que fazer, os dados parecem indicar a falta de inserção dos agressores nas atividades gerais da escola. Isso pode estar ligado ao baixo desempenho escolar ao não terem a oportunidade de se dedicarem nas tarefas e atividades propostas pelos professores.

Ainda, destaca-se a porcentagem dos motivos “não têm amigos” (7,9%) e “não têm atenção” (16,8%), pois não estão em consonância com outras pesquisas que afirmam que os autores das agressões costumam ser populares e se destacarem em atividades que exigem o uso do corpo, tais como os esportes na Educação física (ALCKMIN-CARVALJO; IZBICK; MELO, 2014; CROCHICK 2012, 2013, 2016, 2018, 2019). Crochick e Crochick (2017) asseveram que esse tipo de dado deve ser analisado de forma específica. O agressor costuma ter uma grande popularidade percebida, isto é, é reconhecido e se torna destaque no colégio devido a seus aspectos físicos e suas atitudes. No entanto, a popularidade sociométrica, a qual é obtida através das respostas dos alunos ao indicarem quem eles gostariam de estar perto e ser amigo, costumam estar relacionados àqueles que não cometem e nem sofrem as agressões. Portanto, a popularidade do agressor é a percebida, não a sociométrica, o que indica que sua popularidade pode estar ligada à percepção que os outros têm dele como consequência de suas ações.

Por fim, também se destaca a baixa indicação de “apanham em casa” (3,7%) como sendo um dos motivos que levariam ao *bullying* escolar. Essa resposta dos alunos difere das obtidas em outras pesquisas feitas com professores, os quais indicam, por exemplo, a falta de autoridade dos pais e a possível negligência na escolarização do filho como motivos do *bullying* escolar (CEAT, 2016).

Enquanto os professores percebem que a violência é um fenômeno que não deve ser trabalhado na própria escola e indicam outros motivos para sua presença, tais como os pais, locais de perigo e gangues, os alunos parecem indicar motivos mais individuais e relacionais para a presença da violência. O *bullying* e a violência escolar comumente são discutidos na escola apenas quando atrapalham a aula ou impossibilita a condução de alguma atividade proposta pelos professores, tal como destacado na pesquisa de Alckimin-Carvalho, Izbicki e Melo (2014). Ao agirem dessa forma, indicam seu posicionamento de não inserção no processo de desbarização e da constituição da autonomia como motivos essenciais na educação, conforme destaca Kant (1999, 2013) e é reafirmado pelo Adorno (1995) ao falar do papel da educação.

4 CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa foi identificar os motivos atribuídos aos agressores envolvidos na prática de *bullying*, segundo a percepção de alunos do nono ano do ensino

fundamental. Concluímos que a violência escolar continua sendo um problema do cotidiano, sobretudo, por ter consequências para todos aqueles que estão envolvidos, mesmo que na posição de observador. A educação escolar tem o papel de desbarbarizar e emancipar seus alunos. Se, entre outras coisas, emancipar significa conviver e positivar a diferença em uma sociedade democrática, então a presença da violência indica uma “falha” no processo formativo de cidadãos e valorização de certas características pessoais, o que construiriam relações interpessoais assimétricas de poder.

Cabe à educação, portanto, o trabalho de compreender e combater a violência como algo importante, a fim de ser prevenida nas relações escolares.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.W. **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALCKMIN-CARVALHO, F.; IZBICKI, S.; MELO, M. H. da S. Problemas de comportamento segundo vítimas de *bullying* e seus professores. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 834-853, dez. 2014.

ANTUNES, D. C.; ZUIN, A. A. S. Do *bullying* ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 33-41, 2008.

CENTRO DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO EM TERCEIRO SETOR (CEAT). Fundação Instituto de Administração. **Bullying escolar no Brasil - Relatório Final**. São Paulo: CEATS/FIA, 2010.

COELHO, M. T. B. F. *Bullying* escolar: revisão sistemática da literatura do período de 2009 a 2014. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 33, n. 102, p. 319-330, 2016.

CROCHIK, J. J. Fatores psicológicos e sociais associados ao *bullying*. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 211-229, 2012.

CROCHICK, J. L. Preconceito e *bullying*: marcas da regressão psíquica socialmente induzida. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 30, e190006, 2019.

CROCHIK, J. L. Formas de violência escolar: preconceito e *bullying*. **Movimento** - revista de educação, n. 3, 29 jan. 2016.

CROCHÍK, J. L.; CROCHÍK, N. **Bullying, preconceito e desempenho escolar**: uma nova perspectiva. São Paulo: Benjamin Editorial, 2017.

CROCHIK, J. L. *et al.* Hierarquias escolares: desempenho e popularidade. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e167836, 2018.

CROCHÍK, J. L. *et al.* **Inclusão e discriminação na educação escolar**. Campinas: Alínea Editora, 2013.

FREIRE, I. P.; SIMÃO, A. M. V.; FERREIRA, A. S. O estudo da violência entre pares no 3º ciclo do ensino básico: um questionário aferido para a população escolar portuguesa. **Rev. Port. de Educação**, Braga, v. 19, n. 2, p. 157-183, 2006.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

IBGE. Ministério da Saúde. **Pesquisa nacional de saúde do escolar**: 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 132 p.

KANT, I. **Sobre a Pedagogia**. Trad Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Editora Unimep, 1999.

KANT, I. Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento”? *In*: KANT, Immanuel. **Immanuel Kant**: textos seletos. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 63-71.

LISBOA, C.; BRAGA, L. de L.; EBERT, G. O fenômeno *bullying* ou vitimização entre pares na atualidade: definições, formas de manifestação e possibilidades de intervenção. **Contextos Clínic.**, São Leopoldo, v. 2, n. 1, p. 59-71, jun. 2009.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Difel, 1984.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. M. de.; MACHADO, I. *Bullying* escolar na perspectiva dos professores. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 321-340, abr. 2018.

SILVA, E. N.; ROSA, E. C. S. Professores sabem o que é *bullying*? Um tema para a formação docente. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 329-338, Jul./Dez. 2013.

SILVA, J. L. da *et al.* Estudo exploratório sobre as concepções e estratégias de intervenção de professores em face do *bullying* escolar. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 189-199, dez. 2015.

UNESCO. **Violência escolar e bullying**: relatório sobre a situação mundial. Brasília: UNESCO, 2019. 54 p.

PESQUISAR +
A ciência em processo e seus resultados
Volume 2

TRABALHOS DISCENTES PREMIADOS

LINHA DE PESQUISA:
Empreendedorismo e Inovação Tecnológica

ISBN: 978-65-89165-09-5

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DE ESCOLHA:
desconto salarial em função da probabilidade de recebimento de comissão e
concorrência à vaga de trabalho em tempos de Covid-19**

Aline da Silva Rodrigues Marques¹

Lucas Marques Rodrigues²

Matheus Rodrigues da Silva³

Gleiton Nunes de Azevedo⁴

RESUMO: Este manuscrito tem como objetivo apresentar o projeto de pesquisa sobre: Análise do comportamento de escolha: Desconto salarial em função da probabilidade de recebimento de comissão e concorrência à vaga de trabalho, que é uma replicação sistemática do trabalho de PIBIC 01/2019 da UNIFAN conduzido por Castro e Azevedo (No prelo). Neste seguimento, procura-se verificar o grau de influência de variáveis, tais como sua área de formação na graduação, questões da sociedade atual, como por exemplo, a alta taxa de desemprego presente e a pandemia de Covid-19, no comportamento de escolha dos participantes, identificando a diferença de padrão do macrocomportamento em cada grupo de alunos, considerando uma situação de escolha específica de salário e concorrência à vaga de emprego. Para isso, participaram do estudo acadêmicos do primeiro, oitavo e décimo período do curso de Psicologia e discentes cursando o primeiro e oitavo período de Administração de Instituição de Ensino Superior, localizada na Região Metropolitana de Goiânia. A pesquisa está em andamento, e parte dos achados serão compartilhados na apresentação oral.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento de escolha. Comportamento operante. Análise do Comportamento. Concorrência. Pandemia.

ABSTRACT: This manuscript aims to present the research project on: Analysis of choice behavior: Salary discount according to the probability of receiving commission and competition for the job vacancy, which is a systematic replication of the work of PIBIC 01/2019 of the UNIFAN led by Castro and Azevedo (Forthcoming). In this follow-up, we seek to verify the degree of influence of variables, such as their area of training at graduation, issues of today's society, such as the high unemployment rate present and the Covid-19 pandemic, on the behavior of choice. of the participants, identifying the difference in the pattern of macro behavior in each group of students, considering a situation of specific choice of salary and competition for the job vacancy. For this, academics from the first, eighth and tenth period of the Psychology course and students attending the first and eighth period of Administration of a Higher Education Institution, located in the Metropolitan Region of

¹ Acadêmica do 8º Período de Psicologia do Centro Universitário Alfredo Nasser. E-mail: aline.dasilva0803@gmail.com.

² Acadêmico do 6º Período de Administração do Centro Universitário Alfredo Nasser.

³ Acadêmico do 10º Período de Psicologia do Centro Universitário Alfredo Nasser.

⁴ Psicólogo (PUC-GO); Mestre e Doutor em Ciências do Comportamento pela UnB; Atua como professor na UNIFAN. Experiência em aprendizagem por controle de estímulos; macrocontingências, comportamento de escolha, comportamento do consumidor, economia comportamental, música e práticas culturais. gleitonnunes@unifan.edu.br.

Goiânia, participated in the study. The research is ongoing, and part of the findings will be shared in the oral presentation.

KEYWORDS: Choice behavior. Operant behavior. Behavior Analysis. Competition. Pandemic.

1 INTRODUÇÃO

A Análise do Comportamento não é uma área da psicologia, mas uma maneira de estudar o objeto de estudo dessa ciência (HANNA; TODOROV, 2006). Desse modo, essa abordagem, originada a partir dos estudos do autor Burrhus Frederic Skinner, procura entender e esclarecer as interações entre comportamento e ambiente, possuindo como principal interesse as relações estabelecidas entre o homem e o ambiente.

Skinner estabelece o modelo de seleção por consequências como base para o Behaviorismo Radical (1953/2000), este princípio indica que o indivíduo não só apenas reage ao mundo, mas age sobre o mesmo, sendo também modificado, ou seja, o indivíduo tende a se comportar de acordo com as causas e efeitos que obtém a partir de sua interação com o mundo. Portanto, o comportamento humano é o produto da interação entre as variáveis das quais o mesmo é exposto e tal concepção abrange o indivíduo como um todo o seu modo de ser e agir sobre o mundo.

Diariamente, o sujeito se depara com escolhas a serem feitas. Entretanto, mesmo que as situações sejam semelhantes, às predileções que influenciam na tomada de decisão do indivíduo são únicas, na medida em que o mesmo possui um repertório comportamental singular. Sendo assim, as pessoas podem escolher diferentes opções de acordo com o seu histórico de reforçamento e punição.

Uma pessoa não é um agente que origine; é um lugar, um ponto em que múltiplas condições genéticas e ambientais se reúnem num efeito conjunto. Como tal, ela permanece indiscutivelmente única. Ninguém mais (a menos que tenha um gêmeo idêntico) possui sua dotação genética e, sem exceção, ninguém mais tem sua história pessoal. Daí se segue que ninguém mais se comportará precisamente da mesma maneira (SKINNER, 1974, p. 145).

Dessa maneira, o comportamento de escolha pode ser definido como um comportamento operante controlado por suas consequências; assim, é oriundo do modelo de seleção por consequências (SKINNER, 1953/2000; TODOROV; HANNA, 2005). Consequentemente, os padrões de escolha de cada indivíduo podem ser estudados

empiricamente por meio de situações controladas, a fim de identificar e mensurar quais as possíveis diferenças envolvendo a tomada de decisão de pessoas opostas.

Dentre os comportamentos de escolha observáveis se encontra o estudo de situações concorrentes na escolha de determinado trabalho em detrimento de outro ou possibilidades de promoção. Uma pesquisa realizada com dez alunos de uma Universidade em Goiás, concluiu que os participantes foram mais sensíveis à situação de concorrência do que à probabilidade. Além disso, os participantes apresentaram baixo desconto no valor subjetivo quanto à situação concorrencial à vaga de emprego (CASTRO; AZEVEDO, no prelo).

A pandemia ocasionada pelo Coronavírus pode ser considerada uma das diversas variáveis que influenciaram diretamente no crescimento do número de desempregados no país. Em decorrência da necessidade de isolamento social como medida de contenção da transmissão do vírus, estados e municípios tiveram que emitir decretos que ocasionaram o fechamento dos comércios. Conseqüentemente, o número de desempregados no país cresceu (IBGE, 2021) e a instabilidade econômica se agravou.

Entretanto, apesar dos meios de comunicação noticiarem frequentemente o aumento de tais índices e apontarem as adversidades decorrentes da inconsistência vivenciada na economia do país, pouco se discute acerca do comportamento do desempregado que tenta se realocar no mercado de trabalho e além disso, quais as possíveis variações nas condições de contratação aceitas pelo mesmo em detrimento de escolhas realizadas anteriormente, dentro de outro contexto.

Desse modo, esse trabalho se justifica na possibilidade de avaliação de tais fatores pela visão proporcionada pela Análise do Comportamento, que possibilita a identificação e a avaliação do comportamento de escolha do indivíduo que busca emprego e da instituição que o oferece, englobando todos os processos envolvidos na empregabilidade e nas relações de trabalho.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é delineada, metodologicamente, como quantitativa e será construído a partir de um estudo aplicado em um grupo de alunos regulares do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). Os participantes serão convidados a participar do estudo por meio de convite oral realizado em cada sala de aula. Será solicitado a responder o questionário, enviado via *Google Forms*, em que consta o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido,

após indicação de ciência deste termo, será disponibilizado o questionário contendo solicitação de dados de identificação, tais como nome, idade e profissão, além de questões referentes à sua condição atual de trabalho, ou seja, se o mesmo se encontra empregado; se sim, qual o valor de sua remuneração e quantas horas trabalhadas por semana. Em casos de resposta negativa, quanto tempo está sem emprego e quanto tempo o mesmo têm procurando por emprego. Os questionários também irão enquadrar a descrição da situação hipotética de seleção de candidatos à vaga de emprego e os participantes terão que responder 28 situações apresentadas em sequência contendo condições atrasadas e prováveis para a contratação: sete concorrências em quantidade de pessoas (1, 2, 3, 5, 10, 15 e 30 pessoas) para ambos os questionários; e quatro expressões indicativas de proporção (*Com certeza, 100% de chance, Quase certeza, 90% de chance, Certeza média, 50% de chance, Pouca certeza, 10% de chance*). A partir dos dados resultantes por meio das respostas do questionário, será utilizado o *Software Google Sheets* para análise dos dados coletados.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no primeiro trimestre de 2021, 14,8 milhões de brasileiros se encontravam em situação de desocupação. Este número é o maior desde 2012, sendo que a situação vivenciada atualmente pode corroborar para que indivíduos aceitem ofertas e condições de trabalho das quais não assentiram anteriormente.

Esse fenômeno pode ocorrer como consequência de fatores conjunturais, como por exemplo, a ocorrência do que economistas definem como **oferta e demanda**, onde demanda é a quantidade de consumo de um produto ou serviço em função do custo e oferta se trata da quantidade de produtos e serviços disponíveis (AZEVEDO, 2019).

Neste caso, diante da existência de maior demanda, ou seja, um alto número de pessoas em busca de trabalho e em contraponto, um menor número de ofertas de emprego, os indivíduos podem aceitar contratações das quais não aceitariam em uma situação onde às duas variáveis se apresentassem de maneira contrária. Esse contexto também altera o comportamento das corporações, pois na medida em que esse quadro está presente, as instituições tendem a oferecer condições de trabalho diferentes das que ofereceram em outro cenário, tais como menor salário, maior jornada de trabalho e poucos benefícios.

Azevedo (2019) conduziu um estudo para avaliação do valor que estudantes do curso técnico em edificações e estudantes de psicologia estariam dispostos a descontar do valor a ser recebido para garantir a contratação imediata em função da quantidade de concorrentes para a mesma vaga. Os resultados constataram que quanto maior a quantidade de concorrência, maior o desconto do rendimento visando garantir a contratação. Os estudantes de técnico em edificações diminuíram o valor a receber em proporções menores que os valores dos estudantes de psicologia.

A possibilidade de obtenção de renda por outras fontes, onde o participante se encontra inserido em um sistema econômico em que possa ter uma compensação de renda (HURSH, 1980, 1984; KAGEL *et al.* 1995) pode alterar o padrão de escolha. No sistema econômico aberto há uma variedade de fontes alternativas para a obtenção de recursos, desse modo não dependem de uma resposta em um contexto específico, pois outros contextos também possibilitam este acesso. No sistema econômico fechado, não existem fontes alternativas de acesso ao reforço, sendo que o organismo depende de um único ambiente para o acesso ao recurso.

Nesse contexto, vale ressaltar que estudantes de técnico em edificações têm a disposição a possibilidade de assumir trabalhos sem vínculo empregatício, exercendo sua função por meio de diárias ou prestação de serviços a terceiros, ou seja, atuam em um sistema econômico aberto, tendo possibilidade de obtenção de renda em outros contextos além de contratações formais. No caso de estudantes de psicologia, os mesmos dificilmente poderão atuar de tal modo, ressaltando o estágio com remuneração. Portanto, se enquadram no sistema econômico fechado. Desse modo, esse trabalho aponta que características sociais envolvendo os cursos de graduação, tendem a impactar diretamente na aceitação de ofertas de trabalho.

Por meio de um procedimento de ajuste de Rachlin e Cols (1991) com valores hipotéticos para estimar a equivalência de descrições nominais e numéricas de probabilidade e desconto, Pedroso (2008) conduziu um estudo onde universitários foram solicitados a escolher entre valores menores certos e maiores prováveis. Os participantes foram submetidos às duas condições: probabilidades numéricas (10%, 30%, 50%, 70% e 90%) ou nominais (pouquíssimas chances, poucas chances, chances médias, muitas chances e muitíssimas chances) para o ganho de valores que variaram de R\$ 0 à R\$ 1.000,00. Os resultados apresentaram variabilidade quanto aos valores descontados em escolhas por probabilidade tanto para descrição numérica e nominal, quanto para efeito de ordem de exposição à tarefa. Os participantes que realizaram a condição numérica e posterior a nominal descontaram de

maneira proporcional diferente dos participantes que foram expostos às condições de ordem inversa, indicando um efeito de histórico de aprendizagem.

Em 2011, veículos de comunicação de renome mundial, tais como o jornal *Daily Mail*, noticiavam que conforme números apresentados pelo *Center for Economic and Business Research's* (Centro de Pesquisa Econômica e de Negócios), o Brasil possuía tendência em ocupar a posição da sexta maior economia do mundo, ultrapassando países como a Grã-Bretanha. O jornal britânico reforçava que apesar do país ser mais frequentemente associado ao futebol ou as suas "favelas pobres", o Brasil estava se tornando rapidamente uma das forças da economia global (FAGGE, 2011).

No ano de 2020, o Produto Interno Bruto do Brasil somava 7,4 trilhões com um crescimento de 3,8% (IBGE, 2020). Com esse resultado o país despencou para a 12ª posição, saindo das dez maiores economias do mundo e estampando jornais de grande circulação em todo o país, como por exemplo, o portal de notícias G1 (ALVARENGA, 2021).

Portanto, considerando o declínio no que tange a situação econômica do país, exponenciada a partir dos efeitos da pandemia ocasionada pela Covid-19 e o aumento da taxa de desemprego, o presente trabalho possui como objetivo investigar a variação do valor salarial para uma contratação imediata em situações hipotéticas para cada participante em função da quantidade de pessoas concorrendo à mesma vaga e a probabilidade de ganhar uma quantia especificada, verificando qual o impacto ocasionado no comportamento de escolha dos indivíduos em relação à situação da empregabilidade atual.

4 CONCLUSÕES

Silva e Azevedo (2019) ressaltam que a evasão escolar havia aumentado naquele período, pré-pandêmico, principalmente entre as idades de 14 e 17 anos, desse modo é possível que jovens optem por trabalhar e ter uma quantia certa e imediata de dinheiro do que aguardar anos de estudo visando à obtenção de um diploma de formação superior para conseguir uma quantia futura provável e atrasada de renda. Portanto, este estudo pode proporcionar a generalização dos dados, sendo plausível seu uso a fim de contribuir como possível ferramenta para a compreensão de fenômenos sociais e para o embasamento no processo de elaboração de ações efetivas que considerem o sujeito como um todo, tais como, criação de políticas públicas que objetivam a redução do índice de evasão escolar, avaliando o ambiente no qual o indivíduo se encontra inserido, analisando a cultura e a posição social dos

quais o mesmo e seu núcleo familiar fazem parte. Ademais, este trabalho pode identificar as possibilidades de escolhas semelhantes (macrocomportamentos) entre alunos de diferentes cursos e períodos, apontando um possível padrão de escolha social. Além disso, o mesmo oferece a possibilidade de colaborar de maneira abrangente no estabelecimento de políticas para cargos e salários em instituições públicas e privadas que auxiliem na redução da atual taxa de desemprego.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, D. Brasil sai de lista das 10 maiores economias do mundo e cai para a 12ª posição, aponta ranking. **G1**, 03 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/03/brasil-sai-de-lista-das-10-maiores-economias-do-mundo-e-cai-para-a-12a-posicao-aponta-ranking.ghtml>. Acesso em: 24 de agosto de 2021, 2021.

AZEVEDO, G. N. **Macrocontingência e economia comportamental nas relações de emprego e renda de pedreiros da região metropolitana de Goiânia**. 123 f. Tese (Doutorado Ciências do Comportamento - Área de Concentração: Análise do Comportamento) - Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/35559/1/2019_GleitonNunesdeAzevedo.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

CASTRO, L. A. P.; AZEVEDO, G. N. **Análise do Comportamento de escolha: Desconto Salarial em Função da Probabilidade de Recebimento de Gratificação e Concorrência à vaga de Trabalho**. (No prelo)

COELHO, C. **Comportamento de escolha: efeitos de recompensas reais versus hipotéticas em diferentes arranjos experimentais sobre o valor subjetivo de quantias atrasadas ou prováveis**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

COELHO, Cristiano; HANNA, Elenice Seixas; TODOROV, João Cláudio. Magnitude, Atraso e Probabilidade de Reforço em Situações Hipotéticas de Risco. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 19, n. 3, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/38VDHcFS3BRvvYfcdyYLDdc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2021.

FAGGE, N. *Brazil overtakes UK as sixth biggest economy as Britain falls behind a South American nation for the first time*. **Daily Mail**. dez. 2011. Disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-2078596/Brazil-overtakes-UK-sixth-biggest-economy-Britain-falls-South-American-nation-time.html>. Acesso em: 24 ago. 2021.

HURSH, S. R. *Behavioral economics*. **Journal of the Experimental Analysis of Behavior**, n. 42, p. 435-45, 1984.

HURSH, S. R. *Economic concepts for the analysis of behavior*. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, n. 34, p. 219-238, 1980.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxa de Desemprego no Brasil - primeiro trimestre de 2021**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 14 ago. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto - PIB do Brasil**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 20 ago. 2021.

PEDROSO, R. **Comportamento de escolha**: uma estimativa de probabilidade subjetivas de descrição nominais com recompensas hipotéticas. Universidade Católica de Goiás, 2008. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/1994/1/Reginaldo%20Pedroso.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

SILVA, M.R.; AZEVEDO, G. N. Comportamento de escolha: prefiro estudar ou trabalhar? **Anais do VII PESQUISAR**, v. 7, ISSN 2447-2239, Aparecida de Goiânia, 2018. Disponível em: <http://www.unifan.edu.br/unifan/aparecida/wp-content/uploads/sites/2/2020/02/COMPORTAMENTO-DE-ESCOLHA-PREFIRO-ESTUDAR-OU-TRABALHAR-1.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2021.

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. Tradução de João Cláudio Todorov e Rodolfo Azzi. São Paulo: Martins Fontes. (Publicado em 1953), 2000.

SKINNER, B. F. **Sobre o Behaviorismo**. Tradução de Maria da Penha Villalobos. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SKINNER, B. F. 1981. *Selection by consequences*. *Science*, n. 213, p. 501-504. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/213/4507/501.abstract>. Acesso em: 14 ago. 2021.

STRICKLAND, F.; FERNANDES, F. Desemprego segue em alta e chega a 14,7 milhões de brasileiros. **Correio Braziliense**, 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/07/4934787-desemprego-segue-em-alta-e-chega-a-147-milhoes-de-brasileiros.html>. Acesso em: 24 ago. 2021.

TODOROV, J. C.; HANNA, E. S. Análise do comportamento no Brasil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. esp., p. 143-153. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500013>. Acesso em: 15 ago. 2021.

TODOROV, J. C.; HANNA, E. S. Quantificação de Escolhas e Preferências. *In*: ABREU-RODRIGUES, J.; RIBEIRO, M. R. (Orgs.). **Análise do comportamento**: pesquisa, teoria e aplicação. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 159-174.

**GESTÃO DE CUSTOS: custo/volume/lucro dos cursos de
pós-graduação em uma Instituição de Ensino Superior**

Milena Maria Soares¹

Sandra Maria Jorge Machado²

RESUMO: O presente artigo busca elucidar o custo/volume/lucro dos cursos de pós-graduação de uma instituição de ensino superior com a finalidade de ter um ponto de equilíbrio a partir da margem de contribuição e, assim, por meios dos métodos de custeios, enfatizar qual o método de custeio mais adequado a cada situação. O objetivo desta pesquisa é que a instituição de ensino estudada obtenha uma maior prospecção de clientes, ou seja, alunos, pelo preço de venda adequado ao mercado, tornando, dessa forma, mais competitiva. A pesquisa é bibliográfica, descritiva, qualitativa e quantitativa e traz opções para a tomada de decisão dos gestores em relação ao lucro, preço, demanda e oferta, por exemplo, da Instituição de ensino estudada. Foi observado que a pós-graduação da instituição de ensino estudada em Aparecida de Goiânia é rentável e pode ter seus resultados alterados de acordos com diversas variáveis, mas tem de modo geral retorno satisfatório na análise custo/volume/lucro.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-graduação. Gestão. Custo. Volume. Lucro.

ABSTRACT: This article seeks to elucidate the cost/volume/profit of postgraduate courses at a higher education institution in order to have a balance point from the contribution margin and, thus, through costing methods, emphasize which costing method is most appropriate for each situation. The objective of this research is that the studied educational institution obtains a greater prospection of customers, that is, students, for the sale price adequate to the market, making, in this way, more competitive. The research is bibliographical, descriptive, qualitative and quantitative and brings options for the decision-making of managers in relation to profit, price, demand and supply, for example, of the studied educational institution. It was observed that the postgraduate course of the educational institution studied in Aparecida de Goiânia is profitable and can have its results changed according to several variables, but generally has a satisfactory return in the cost/volume/profit analysis.

KEYWORDS: Graduate. Management. Cost. Volume. Profit.

¹ Pós-graduada em Executivo em Controladoria e Finanças Corporativas pelo Centro Universitário Alfredo Nasser, em 2021. Graduada em Administração. Aluna do oitavo período de Ciências Contábeis. E-mail: milenamariasoaress@gmail.com.

² Orientadora: Mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002). Especialista em Contabilidade e Gestão Tributária pela Faculdade Nossa Senhora Aparecida (2006) e Docência na Educação a Distância, pelo Centro Universitário Alfredo Nasser (2015). Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá - UEM (1998) e em Administração pelo Centro Universitário Alfredo Nasser. Atualmente, é coordenadora de curso no Centro Universitário Alfredo Nasser de Aparecida de Goiânia (GO). Avaliadora de Cursos pelo Ministério da Educação. Experiência em EaD, como professora formadora, tutora, conteudista, e também em gestão acadêmica, controladoria e gestão em agronegócio. E-mail: sandrajorge@unifan.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

A evolução da Contabilidade de Custos acompanha a da sociedade como um todo e suas tecnologias e necessidades da população e das empresas, com a fabricação em larga escala após a Revolução Industrial o controle ficou mais difícil de ser feito e ferramentas precisaram ser criadas e aperfeiçoadas para atender as demandas das indústrias principalmente.

Segundo Martins (2019), a Contabilidade Financeira buscava apurar o resultado do exercício, o que na época, apenas necessitava da contagem do estoque físico. Realizada de modo simples, o que consistia em apenas mensurar os valores, olhava-se quanto foi pago pelo estoque e fazia a diferença do que tinha entrado e saído de mercadoria. Com o aumento do quantitativo e das transações das empresas, houve uma maior distância entre o gestor, os ativos e pessoas geridas. A Contabilidade de Custos passou a ser vista como uma boa forma de conseguir uma boa gestão, a Contabilidade Gerencial. Devido aos dados e informações obtidos através dela.

Antigamente, era necessária somente a contagem do estoque físico para que se tivesse a Contabilidade Financeira, de modo que era simples analisar e comparar os valores. Analisava quanto foi pago por cada item comprado. Aumentando a quantidade de empresas e sendo mais complexas suas relações com funcionários e o meio que se encontram, houve uma maior dificuldade no controle dos ativos e empregados, então a Contabilidade de Custos passa a ser ferramenta importante na gestão e passa a ter a Contabilidade Gerencial.

De acordo com Pinto (2018), a Contabilidade de Custos tem todo um contexto de interpretação dos variados trabalhos e sua flexibilidade gerencial que utiliza como atributo principal oferecer ao gestor um modo de obter informações que viabilizem o planejamento das ações no ambiente operacional, e assim, possa mensurar esses efeitos desse planejamento nos variados setores da empresa.

A Contabilidade de Custos tem o ambiente de diferentes visões dos trabalhos e sua flexibilidade gerencial é primordial para mostrar ao gestor um meio de conseguir dados que tragam um planejamento das ações no ambiente operacional, sendo assim, o modo como pode afetar a organização como um todo.

Segundo Martins (2019), a Contabilidade de Custos tem três pontos importantes: amparo no planejamento, controle e auxílio na tomada de decisões. Em relação aos dois primeiros, tem como objetivo dar informações para manter padrões, orçamentos e outros

meios de previsão e depois ter um acompanhamento do comparativo de valores previamente definidos.

A Contabilidade de Custos é pautada em planejamento, controle e contribui para a tomada de decisão, comparando valores previamente estabelecidos. Sendo assim, o trabalho objetiva encontrar o ponto de equilíbrio em um departamento de cursos de pós-graduação de uma instituição de ensino superior. Para isso, tem-se: qual é o custo/volume/lucro dos cursos de Pós-Graduação em uma instituição de ensino superior?

Com o objetivo geral de demonstrar qual é o custo/volume/lucro dos cursos de Pós-Graduação em uma instituição de ensino superior com os seguintes objetivos específicos: a) Analisar as despesas e as receitas geradas pelos cursos de Pós-graduação na Instituição de ensino superior; b) Identificar os gastos variáveis, diretos e os fixos e indiretos por meio de rateio, relacionados aos cursos de Pós-Graduação na instituição pesquisada; c) Buscar soluções efetivas para a instituição de maneira que esta possa aumentar sua competitividade de maneira progressiva ao aumento de alunos;

Essa pesquisa se justifica pela temática uma vez que as empresas necessitam de ferramentas para a tomada de decisão mais precisa e com o enfoque menos focado somente na contagem física dos estoques quando se trata na área de custos. Levando em consideração vários elementos para encontrar o ponto de equilíbrio de um serviço por exemplo. A importância de se tratar de um ponto de equilíbrio nos cursos de pós-graduação de uma empresa de ensino superior trata-se da alta concorrência, diversificação dos custos e necessidade de encontrar um preço de venda condizente com o mercado e ter margens para negociação com o cliente, saber qual curso é mais rentável, dentre tantas variáveis para o processo decisório, torna-se o ponto de equilíbrio uma visão ampla para os gestores.

Tem relevância e sua finalidade busca verificar qual seria custo/volume/lucro, para a instituição de ensino superior em seu departamento de pós-graduação. Vale ressaltar também que, a contribuição deste artigo, objetiva propor soluções efetivas para atingir a excelência em sua competitividade e aumentar as chances de conseguir maior prospecção d alunos captados pelo preço de venda mais adequado e assim ter maior lucratividade. A estrutura desse trabalho foi dividida em cinco partes: Introdução, Fundamentação Teórica, Metodologia, Análise Dos Documentos Coletados e Considerações Finais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa abordará um Estudo de Caso e também foi bibliográfica, descritiva, qualitativa e quantitativa. Na opinião de Gil (2009), a Metodologia de Pesquisa Científica é um dos meios de delineamento. De um dos formatos de Pesquisa Científica em um campo específico de conhecimento. Sendo assim, como experimento e levantamento, mostrará preceitos e normas a serem observados no processo investigatório da pesquisa.

De acordo com Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é construída com embasamento em material já publicado, incluem-se matérias impressos ou não. Geralmente toda pesquisa acadêmica em algum momento necessita de bibliografia.

É quantitativa e qualitativa a pesquisa que segundo Matias-Pereira (2012) a quantitativa pode ser mensurada por números e classificar e assim poder trazer uma observação em relação aos dados. Usa-se de meios como técnicas estatísticas. Já a pesquisa qualitativa, é descritiva e analisam os dados pela intuição e subjetividade, o processo e o que ele representa são focos principais dessa abordagem.

3 CONCLUSÕES

Os resultados deste Estudo de Caso estão sendo coletados para assim obter resultados concisos a respeito da análise do custo/volume/ lucro de um departamento de pós-graduação.

Realizado no oitavo período, o último do curso de Ciências Contábeis com a finalidade de auxiliar a instituição de ensino em estudo com seu ponto de equilíbrio nos cursos de pós-graduação e torná-la cada vez mais competitiva.

REFERÊNCIAS

BORNIA, Antonio Cezar. **Análise Gerencial de Custos**: aplicação em empresas modernas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CARDOSO, Ricardo Lopes. **Contabilidade gerencial** – mensuração, monitoramento e incentivos. São Paulo: Atlas, 2007.

CREPALDI, Silvio Aparecido; SIMÕES, Guilherme. **Contabilidade Gerencial**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2014.

DUBOIS, Alexy; KULPA, Luciana; SOUZA, Luiz Eurico de. **Gestão de Custos e Formação de Preços: Conceitos, Modelos e Instrumentos: Abordagem do Capital de Giro e da Margem de Competitividade**. São Paulo: Atlas, 2019.

DUTRA, René Gomes. **Custos. Uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Estudo de Caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARIN, Alessandro do Prado; SANTOS, Edson Bento. **Contabilidade de Custos**. Goiânia: Kelps, 2015.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2012.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos**. São Paulo: Editora Pearson, 2012.

PINTO, Alfredo Augusto Gonçalves *et al.* **Gestão de Custos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

RANIERI, Nina Beatriz. **Educação superior, direito e estado na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96)**. v. 1. São Paulo: EDUSP, 2000.

SAVIANI, Derneval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, A. Lopes de; SÁ, Ana Maria Lopes de. **Dicionário de Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. **Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo**. São Paulo: Frase Editora, 2003.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: uma abordagem em um comércio do ramo agrícola

João Paulo Caetano da Silva¹

Reginaldo de Souza Lopes²

RESUMO: O presente trabalho trata-se de estudo de caso que tem por objetivo apresentar a importância do planejamento tributário, de forma a orientar a escolha do regime de tributação mais econômico e vantajoso para uma empresa do ramo agrícola. A partir do impacto causado pela carga tributária, surge-se à necessidade de um estudo no cenário econômico dessa empresa. Contudo, o planejamento tributário torna-se uma ferramenta de auxílio, por meios lícitos, a fim de evitar o fato gerador do tributo. Neste caso, a empresa em estudo é optante pelo Simples Nacional e serão simuladas no regime do Lucro Presumido e Lucro Real.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Tributário. Agrícola. Regime Tributário.

ABSTRACT: This paper is a case' study that aims to present the importance of tax planning, in order to guide the choice of the most economical and advantageous tax regime for a company in the agricultural sector. From the impact caused by the tax burden, comes up the necessity economics' scenario for a study of this company. However, Tax planning becomes an aid tool, by lawful means, in order to avoid the taxable event. In this case, the company under the study opts for Simples Nacional and will be simulated under the Assumed Profit and Actual Profit regime.

KEYWORDS: Tax planning. Agricultural. Tax regime.

1 INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, o cenário econômico do país encontra-se em constante oscilação, as empresas têm sofrido para manter-se no mercado. A nação passa por uma pandemia desencadeando diversas complicações e riscos, dessa forma, diversas mudanças políticas e econômicas e com isso a competitividade tornou-se mais um agravante para a existência destas empresas.

Os encargos com tributos possuem impacto direto com os resultados financeiros e econômicos. Esses efeitos vêm interferindo no desenvolvimento das empresas, que não

¹ Graduando em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Alfredo Nasser. E-mail: jpcs2@hotmail.com.

² Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Goiás. Graduado em Administração pelo Centro Universitário Alfredo Nasser e especialista em Auditoria e Análise de Balanços pela PUC-GO e em Direito Tributário pela UNIDERP-GO; Professor do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN) e orientador da pesquisa.

conseguem obter os objetivos pretendidos pelos empresários. Outrossim, o Brasil possui uma das maiores cargas tributária do mundo, o que faz precisar, necessariamente, de um planejamento para reduzir os custos com impostos.

Diante deste contexto, o estudo científico busca responder a seguinte problemática: Qual é o regime de tributação mais adequado à um comércio do município de Goiânia-GO, no setor agrícola?

De modo que, este artigo tem como objetivo geral apresentar a importância do planejamento tributário com o intuito de orientar sobre a escolha do regime de tributação mais econômico e vantajoso para esta empresa. Como objetivos específicos têm-se: Fundamentar teoricamente sobre regime tributário; apresentar os três regimes de tributação; analisar dados da empresa de forma a apresentar o melhor regime de tributação.

Entretanto, diante do exposto, o trabalho também tem objetivos, não menos importantes, intitulado aqui como objetivos secundários, o de demonstrar o conceito de tributo, a importância do planejamento tributário em uma empresa e os regimes tributários, uma vez que os efeitos negativos, gerados pela alta carga tributária do Estado, prejudicam o financeiro de uma organização. Por conseguinte, pretende-se analisar e simular, nos três regimes tributários, a empresa com a finalidade de apresentar o que melhor adequar-se-á à realidade da mesma.

A escolha do tema se deu mediante as dificuldades vividas pela economia brasileira no cenário pandêmico. E em detrimento às dificuldades financeiras das empresas, os empresários por muitas vezes escolhem caminhos ilegais e obscuros, o que corrobora para o comprometimento de toda gestão e vida da empresa. O tema é de grande relevância, pois a economia do Brasil possui elevadas cargas tributárias e desencadeia muitas falências com isso.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A contabilidade tributária, por sua vez, é um ramo dentro da contabilidade voltado para apuração e métodos aplicado na legislação dos tributos. O estudo dessa específica é também conhecida como gestão tributária ou legislação tributária, e são aplicadas em disciplinas como Economia, Administração e Direito (POHLMANN, 2012).

Fabretti (2009) reforça que a contabilidade tributária é um planejamento tributário em que é preciso ter o conhecimento da legislação dos tributos e ter autenticidade nas informações apresentadas nos relatórios contábeis.

O Código Tributário Nacional – (CTN), por meio da (Lei nº 5.172/1966) no Art. 3º, conceitua tributo como: “[...] toda prestação pecuniária compulsória em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

O imposto é definido como a espécie mais importante – ele é o custeio de despesas administrativas e investimentos dos municípios, dos estados e da União. Para Fabretti (2003), o imposto não possui vínculo com nenhuma prestação específica do Estado ao sujeito passivo.

O art. 16º do CTN, defini - “Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”.

A taxa possui características de retribuição, em que é devido de uma contraprestação de uma atividade prestada pelo Estado (FÉLIX, 2018).

A contribuição de melhoria visa custear obras públicas, em que terá valorização para o local, o que quer dizer, que se houver acréscimo do montante do imóvel decorrente da obra pública pode ser cobrado este tributo. Outra finalidade é evitar que o contribuinte tenha enriquecimento com área beneficiada (MARTINS, 2014).

O planejamento tributário é uma gestão dos pagamentos de tributos de forma ordenada, com objetivo da atenuação em números e valores pagos ao governo, isto é, da prevenção do fato gerador, da redução de alíquota e do retardado do pagamento de tributos.

Como mencionado por Crepadi (2021), grandes empresas possuem equipe especializada no gerenciamento de tributos, visando ao estudo da legislação, dos fornecedores e de outros aspectos que influenciam na tomada de decisão, antes mesmo da produção do produto ou do serviço oferecido. E, ainda, ressalta que cada empresa tem o seu estudo específico para cada produção.

Embora, haja brechas na legislação, o governo, dia após dia, tem procurado a melhoria nas suas fiscalizações dos tributos pagos, por meio do cruzamento de dados fornecidos pelo próprio contribuinte à Receita Federal. Com isso, os empresários atualmente procuram se atualizar, através dos escritórios contábeis para uma melhor gestão dos tributos, uma vez que as penalidades tributárias podem gerar até a perda de bens, benefícios e outros.

Portanto, os profissionais em contabilidade precisam sempre se informar sobre as novas atualizações da legislação para que não seja confundido a redução de impostos com sonegação fiscal. É preciso cautela, e não tomar decisões com base subsidiadas por ideias,

antes, é preciso analisar as legislações sobre o assunto tratado, se necessário fazer cálculos e por último apresentar as possibilidades aos empresários da empresa.

Assim, fica evidente que os gestores das empresas precisam, ao menos, uma vez ao ano solicitar um planejamento tributário. Os empresários que investem no planejamento tributário previnem-se de possíveis conflitos financeiros futuros e tem um melhor controle de toda movimentação do fluxo de caixa.

Elisão fiscal é caracterizada com base na legislação, permitindo legalmente a diminuir da tributação, mais conhecido como planejamento tributário. Na elisão o planejamento deve ocorrer antes do fato gerador, a fim de buscar soluções legais.

O contribuinte busca sempre pagar menos tributos ou ter um impacto tributário menor para a empresa. De forma legal e honesta a elisão evita a incidência do tributo e favorece sua gestão financeira (FABRETTI, 2009, p. 134).

Sendo assim, a elisão é a alternativa confiável e legal em que há a transparência para o Fisco, fundamentada em ações previstas na lei, como foi explicado, o que é possível reduzir os gastos com os tributos de forma legal, com essas medidas, por exemplo, com a redução na base de cálculo do tributo, o evitar a incidência do fator que gera o tributo e o ato de postergar o pagamento tributário sem multas.

Evasão, ao contrário da elisão, são atos ilícitos com intuito de enganar, fraudar, manipular a ordem do direito tributário e ferir os princípios dos tributos. Nascimento *et al.* (2016) dizem que: “evasão ocorre durante ou após à incidência do fato gerador, de forma a sonegar ou não evidenciar o que deveria ser pago pelo contribuinte”.

No momento de planejar a carga dos tributos de uma empresa é necessário profissionais eficientes para que não confunda com sonegar ou distorça informações para o Estado, uma vez que causará uma série de problema e autuações entre outras consequências.

O Simples Nacional é um regime tributário com a junção de outras entidades federativas (União, Estado e Município), onde o recolhimento acontece de forma unificada de todos os impostos em uma guia, conhecida como Documento de Arrecadação do Simples Nacional - DAS, e a frequência do recolhimento tem a incidência de uma vez ao mês. (BRASIL, 2006).

É preciso ter cautela, não é apenas optar por esse regime, é necessário analisar suas restrições para o enquadramento e apuração nesse regime. Outro ponto necessário para o enquadramento é ser microempresa (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP).

Para Crepadi (2019), esse regime é atrativo pelas alíquotas diferenciadas (relativamente baixas) e a simplicidade das apurações, quando comparado aos outros regimes.

Observe os exemplos de alguns impostos e contribuições recolhidos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

No simples existem algumas restrições como limite da receita bruta no valor de R\$ 4,8 milhões ao ano ou atividades impeditivas, ou seja, é preciso analisar se a empresa possui atividade que exclui a possibilidade de apurar nesse regime.

A empresa enquadrada no regime lucro presumido apura o seu faturamento e ocorre de forma simplificada da base de cálculo do IRPJ e CSLL. Assim, como os demais regimes, é necessário cautela no momento da escolha, com base no planejamento feito pela contabilidade, pois a confirmação para o ano calendário é determinado no primeiro recolhimento do imposto (PEGÂS, 2017).

No lucro presumido, as apurações do IRPJ e CSLL são feitas com a periodicidade trimestral, totalizando, assim, quatro computações ao ano. O Art. 15 da Lei nº 9.249/1995 define as alíquotas de presunção sobre a receita bruta à critérios de IRPJ. Em regra geral, para venda de mercadorias e produtos, aplica-se a alíquota de 8% e as prestações de serviços 32% com exceções a serviços hospitalares. Após a base de cálculo definida, aplica-se o percentual de 15% para o IRPJ, e em caso de faturamento superior a R\$ 60.000,00 (trimestre) aplica-se mais o adicional de 10% sobre o excedente. Na CSLL, em regra geral aplica-se 12% sobre a receita para a base de cálculo e um percentual de 9% sobre a base (PEGÂS, 2017).

Conforme a Lei nº 9.718/1998, no Art.13, a pessoa jurídica poderá realizar apuração no regime presumido, caso sua receita bruta total no exercício anterior tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00 ou a R\$ 6.500.000,00 mensais, multiplicados pelo número de meses no ano de atividade anterior.

Segundo documentos, o conceito de lucro real - “é o lucro líquido do exercício ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação tributária”, esclarece o Art. 6º do Decreto-Lei nº 1.598/1977. Quando há lucro no período apurado, podem ser compensados os prejuízos, restrito ao limite de 30% sobre o lucro líquido do período (OLIVEIRA *et al.*, 2010).

De acordo com Crepadi (2019), este regime deveria ser padrão para as empresas, pois de forma resumida, é receita menos custo e despesas, o resultado é o lucro ou prejuízo. O autor reforça que a apuração dos tributos IRPJ e CSLL no regime pode ser realizada de forma trimestral ou anual.

A Lei nº 9718/1998, no artigo 14, ressalta a obrigatoriedade que a empresa tem em apurar o lucro real quando a receita bruta for superior ao valor de R\$ 78.000.000,00 ou a R\$ 6.500.000,00 mensal proporcional aos meses do período, passando a vigorar pelo art. 7º da Lei nº 12.814/2013.

O estudo de caso foi realizado em uma empresa de Goiânia-Goiás, cujo a atividade principal é o comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas. Os instrumentos utilizados para apresentação do planejamento tributário foram com base nos dados coletados como o setor fiscal/contábil da empresa, onde passou-se por notas fiscais e a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) e faturamento.

A empresa se encontra atualmente no sistema tributário do Simples Nacional, e apresentaram o comparativo em três regimes: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real. As tabelas de alíquotas foram, também, apresentadas com base na legislação.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A empresa em estudo, estabelecida no município de Goiânia - GO, optou por não revelar sua Razão Social, assim será nomeada como EMPRESA TAJ. Seu ramo de atuação é o meio agrícola, e a coleta dos dados analisados se refere ao ano de 2020.

Com base nos dados obtidos da EMPRESA TAJ, será simulada a carga tributária nos seguintes regimes: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real. Por conseguinte, definir o melhor regime de tributação e verificar se no período de 2020 a empresa apurou no regime correto.

Por vez, seu faturamento no ano de 2020 não ultrapassou o limite impeditivo de apurar neste regime, sendo um valor de R\$ 4.800.000,00. No entanto, terá sequência nos cálculos, uma vez que a empresa se enquadra para recolher os tributos no Simples Nacional.

Será considerada a receita tributável deduzido as devoluções, assim o faturamento o valor de R\$ 2.358.416,20. Os cálculos apresentados foram considerados no anexo I, nas faixas IV e V, enquadrado no faturamento de R\$ 1.800.000,01 a R\$ 3.600.000,00 e de R\$ 3.600.000,01 a R\$ 4.800.000,00, as alíquotas efetivas são de 14,3% e 19%, e as deduções de R\$ 87.300,00 e R\$ 378.000,00.

Assim, neste regime, a empresa terá que recolher no Ano de 2020 o valor de R\$ 283.927,27 reais com os tributos.

Para os cálculos do ICMS, foi considerada a base do valor de R\$ 738.360,53 para a venda dentro do estado e o valor de R\$ 240.559,16 para fora do estado. As respectivas de alíquotas são de 17% intraestadual e 12% para venda interestadual. O que propicia uma chegada ao somatório dos débitos no valor de R\$ 369.747,37, esse já deduzido as devoluções.

As alíquotas utilizadas para cálculos do PIS/COFINS foram de 0,65% para o PIS e 3% para a COFINS no regime cumulativo. Desta forma, o valor dos débitos do PIS resulta em um valor de R\$ 17.268,13 e COFINS no valor de R\$ 79.699,09 já deduzidas as devoluções.

No Lucro Presumido, primeiro encontra os percentuais de presunção, sendo o de 8% para IRPJ e de 12% para a CSLL sobre o faturamento bruto. Após aplica às alíquotas de 15% para o IRPJ, quando exceder o valor de R\$ 60.000,00 no trimestre adiciona-se 10% do IRPJ sobre a parcela e no CSLL aplica-se 9%. No Lucro Presumido, o total de débitos dos tributos foi R\$ 513.671,92.

O PIS e a COFINS não cumulativo aproveitam créditos das entradas, o que pressupõe dizer da utilização dos créditos das compras que teve PIS/COFINS. Aplicando as alíquotas sobre, de 1,65%, para PIS e 7,6% para COFINS em relação a receita tributável, assim os valores de R\$ 45.259,83 de PIS e R\$ 208.469,54 de COFINS referente aos débitos, sem as deduções das devoluções. Logo, aproveitam os créditos das entradas no valor de R\$ 25.231,11 e R\$ 116.216,00 na apuração, e por fim, deduz as devoluções de venda, obtendo assim, previamente o valor de R\$ 13.682,76 de PIS e R\$ 63.023,63 de COFINS. No Lucro Real a carga tributária total foi o valor de R\$ 446.453,76 reais.

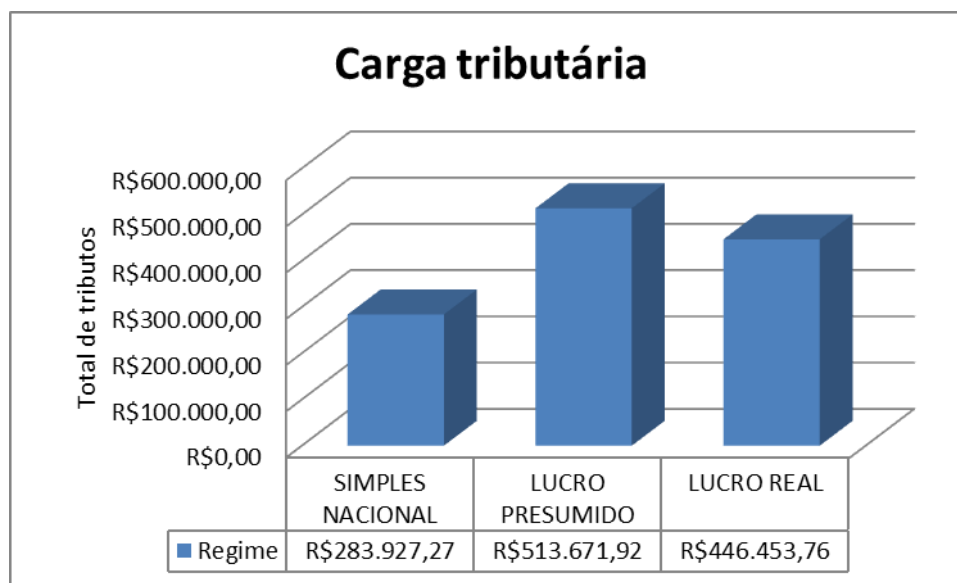
Abaixo o quadro 1 e o gráfico 1 demonstra o comparativo de cada regime dos tributos apurado no período anual de 2020. Desta forma, comprova-se que a empresa, nesse período, apurou no regime correto, porque a modalidade do Simples Nacional foi o regime com a menor carga tributária.

Quadro 1 – Comparativo dos três regimes

COMPARAÇÃO ENTRE REGIMES			
TRIBUTOS	SIMPLES NACIONAL	PRESUMIDO	LUCRO REAL
ICMS	104.245,85	369.747,37	369.747,37
PIS	8.146,96	15.329,71	13.682,76
COFINS	37.597,00	70.752,49	63.023,63
IRPJ	16.682,26	32.371,46	0,00
CSLL	11.106,78	25.470,89	0,00
INSS	106.148,42	0,00	0,00
Total:	283.927,27	513.671,92	446.453,76

Fonte: Autoria própria com dados da pesquisa.

Gráfico 1 – Comparativo dos três regimes



Fonte: Autoria própria com dados da pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa científica teve por objetivo demonstrar a importância do planejamento tributário, de forma a contribuir para a redução dos tributos por meios lícitos e a apresentação dos cálculos, a fim de determinar qual regime mais econômico e vantajoso para um comércio do ramo agrícola.

Desta forma, entre os três regimes apurados, o mais econômico e vantajoso foi o regime do Simples Nacional, comprovando assim, que a empresa atualmente apura no regime correto, pois se encontra neste regime de apuração. O Lucro Real mesmo não sendo obrigado calcular IRPJ e CSLL, devido o prejuízo no final do exercício, teve sua carga tributária elevada se comparado ao Simples Nacional.

O presente artigo teve seus objetivos secundários alcançados, pois, foram conceituados e definidos os tipos de tributos, a importância da empresa de investir em uma consultoria para a elaboração do planejamento tributário e definido o regime tributário do Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real.

Logo, torna-se evidente que toda empresa para conseguir manter-se no mercado competitivo, precisa gerenciar seus tributos, assim usufruir desta ferramenta “planejamento tributário” com frequência ao menos uma vez, anualmente.

Outro ponto importante apresentado foi à importância da contabilidade para uma empresa, pois através do acompanhamento rotineiro surge-se a possibilidade de orientar o cliente, assim, o gestor obtém uma melhor gestão, seja ela financeira ou gerencial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm. Acesso em: 08 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9718, de 27 de novembro de 1998**. Altera a Legislação Tributária Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19718compilada.htm. Acesso em: 05 set. 2021.

BRASIL. **Decreto Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977**. Altera a legislação do imposto sobre a renda. Natureza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/del1598compilado.htm. Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm. Acesso em: 02 out. 2021.

CREPALDI, Silvio. **Planejamento tributário: teoria e prática**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=DngqEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=planejamento+tribut%C3%A1rio&ots=Go4orvz1Q&sig=qTiv1dKMeQ4kzVRyTql7mw3HRKY#v=onepage&q=planejamento%20tribut%C3%A1rio&f=false>. Acesso em: 03 jun. 2021.

CREPALDI, Silvio. **Planejamento tributário: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 11. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 8. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003.

FÉLIX, Gláucia Vieira. **Legislação Tributária**. Londrina: Distribuidora Educacional S.A., 2018. 208 p.

MARTINS, Sergio Pinto. **Manual de Direito Tributário**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NASCIMENTO, Edilson Reis de *et al.* **Planejamento Tributário**. Londrina: Distribuidora Educacional, 2016.

OLIVEIRA, Luís Martins de *et al.* **Manual de Contabilidade Tributária**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de Contabilidade Tributária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

POHLMANN, Marcelo Coletto. **Contabilidade Tributária**. 9. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012. 308 p.

PESQUISAR +
A ciência em processo e seus resultados
Volume 2

TRABALHOS DISCENTES PREMIADOS

LINHA DE PESQUISA: Direito e Cidadania

ISBN: 978-65-89165-09-5

ACESSO AO CARGO PÚBLICO E A LIMITAÇÃO DA IDADE CONFORME ENTENDIMENTO DO STF E JURISPRUDÊNCIAS

Paulo Ferreira Sena¹

Ana Celuta Fulgêncio Taveira²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo trazer a indagação sobre ingresso ao cargo público militar e os requisitos exigidos, dando ênfase no requisito etário. O trabalho vai centralizar nos requisitos exigidos pelo estado de Goiás, que os regularizou através de lei e no exercício do seu poder constituinte derivado decorrente. Assim, vai ser exposto os entendimentos dos Tribunais Superiores e dos doutrinadores especialistas no assunto. Faremos questionamentos sobre a razoabilidade, proporcionalidade e legalidade do critério da idade para o exercício do cargo, bem como a insegurança jurídica que esse contexto reflete na sociedade. O Estado tem a função de seguir os princípios implícitos e explícitos no Ordenamento Jurídico Constitucional, pois na relação entre esse e o particular, deve observá-los.

PALAVRAS-CHAVE: Concurso. Público. Idade. Estado. Administração.

ABSTRACT: The present work aims to bring the question about joining the military public office and the requirements, emphasizing the age requirement. The work will focus on the requirements demanded by the state of Goiás, which regularized them through law and in the exercise of its derived constituent power. Thus, the understandings of the Superior Courts and the doctrinaires specialists in the subject will be exposed. We will ask questions about the reasonableness, proportionality and legality of the age criterion for the exercise of the position, as well as the legal uncertainty that this context reflects in society. The State has the function of following the implicit and explicit principles in the Constitutional Legal Order, because in the relationship between this and the particular, it must observe them.

KEYWORDS: Contest. Public. Age. State. Management.

1 INTRODUÇÃO

São várias formas de definição de Estado, alguns doutrinadores falam que ele surgiu pela necessidade de convivência entres as pessoas em um grupo social. No entanto, outros doutrinadores falam que sempre existiu tanto o Estado como a sociedade, mesmo que em mínimos resquícios.

¹ Graduando em Direito e Pós-graduando em Direito Civil e Processual Civil pelo Centro Universitário Alfredo Nasser. Email: paulobrasil582@gmail.com.

² Professora do Centro Universitário Alfredo Nasser. Mestre em Direito e Doutora em Educação. E-mail: anaceluta@unifan.edu.br.

O Brasil adotou como forma de Estado a Federação, desde a Constituição de 1891, quando passou a ser República. A forma Estado Federativa foi adotada pela primeira vez nos Estados Unidos em 1787, onde, anteriormente possuía 13 colônias Britânicas que renunciando sua soberania para formar um único Estado. Esse processo decorreu de agregação. No Brasil, a formação do Estado se deu pelo processo de segregação, pois, anteriormente era adotado um regime unitário, um único ente político, que posteriormente ocorreu a divisão de dentro para fora, formando os estados-membros detentores de autonomia. Atualmente a Constituição Federal torna defeso a cessão dos estados da federação.

As características do Estado Federado é a descentralização política e a capacidade de autoadministração. A primeira, que além do poder central é descentralizado o poder político aos seus entes federativos, assim permitindo que escolham seus próprios dirigentes. A segunda, fala que os entes federativos possuem autonomia para se auto-organizar, autogoverno, autoadministração.

Para o exercício dessa autonomia, o Estado necessita de agentes públicos para exteriorizar a vontade do Estado em busca do interesse coletivo, podendo o provimento ocorrer por meio de contratação temporário, concurso público e por CLT através de concurso público.

2 METODOLOGIA

Foi utilizada, como metodologia, a pesquisa em livros, doutrinas, jurisprudências, julgamentos com repercussão, atos normativos e em sites especializados no tema.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Mormente, o artigo 37 inciso I da Constituição Federal, expressa que os cargos e empregos públicos são acessíveis aos brasileiros e aos estrangeiros na forma da lei. No caso do acesso do estrangeiro é necessária regulamentação para tornar-se efetivo, significa que a União, os Estados, Distrito Federal e os Municípios necessitam editar lei própria, para definir quais cargos poderão ser acessíveis aos estrangeiros. Assim, a Carta Magna não vedou o acesso do estrangeiro do cargo público ou emprego, sendo exigência a regulamentação por

meio de lei. O dispositivo em tela possui eficácia Limitada, segue entendimento consolidado do STF.

Jurisprudência. STF: “Estrangeiro. Acesso ao serviço público. Art. 37, I, da CF/1988. O STF fixou entendimento no sentido de que o art. 37, I, da CB (redação após a EC 19/1998), consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não autoaplicável.” (RE 544.655? AgR, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 9?9?2008, Segunda Turma, DJE de 10?10?2008.)

3.1 Administração Pública

Administração pública, conforme o decreto nº 200, é compreendida pela administração Direta e Indireta. A primeira corresponde aos órgãos que integram a estrutura das pessoas federativas, que vai exercer a atividade de forma centralizada. Nesse caso o Estado manifesta a sua vontade por meio dos seus órgãos, os quais se encontram dentro da pessoa jurídica, essa com personalidade jurídica. No entanto, os órgãos são pessoas despersonalizadas.

A segunda é constituída pelos órgãos descentralizados, essas são dotadas de personalidade jurídica própria, sendo elas: Autarquias, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista e Fundações Públicas.

Assim, a administração pública é um conjunto de órgãos, agentes e serviços instituídos pelo Estado para que seja prestado o serviço público, como educação, saúde, segurança, entre outros. A administração pública ao exercer tal atividade busca sempre a satisfação do interesse público.

3.2 Agentes públicos

Como já mencionado anteriormente, o Estado presta seu serviço por meio dos órgãos e seus agentes públicos, este último será foco desse tópico.

Os agentes públicos são divididos em agentes políticos, particulares em colaboração e servidores estatais.

São agentes políticos aqueles que executam as diretrizes do poder público, em regra são de forma transitória, buscando sempre a execução para que o Estado busque o fim desejado. Podemos citar os agentes que possuem mandatos eletivos e os magistrados, membros do Ministério Público e os Membros dos Tribunais de Contas.

Particulares em colaboração são aqueles que exercem o *munus* público, que se sujeitam a certos encargos em prol da coletividade. Em razão dessa colaboração recebem certos benefícios, como um descanso remunerado depois de prestarem o serviço. Podemos citar os mesários para serviços eleitorais e os jurados para o tribunal do júri.

E por último, os servidores estatais são subdivididos em temporários, celetistas e estatutários. Os servidores temporários são aqueles com previsão no artigo 37 Constituição Federal, que admite a sua contratação por um tempo determinado para suprir necessidade excepcional interesse público. O texto já deixa explícitos os requisitos, sendo de necessidade excepcional e interesse público.

Os celetistas são aqueles que têm a sua relação regulada pela Consolidação das Leis Trabalhistas. Sua relação é o mesmo da área privada, aplicando as normas da CLT e ocorrendo a sua contratação por meio de concurso público, podendo contratar nessa modalidade as empresas públicas e sociedades de economia mista.

Por fim, os estatutários, regido pelo regime estatutário onde regular a relação desse servidor com o Estado. As regras básicas devem estar contidas em lei, onde cada ente federativo, devido sua autonomia, pode elaborar sua legislação pertinente, sendo uma característica de pluralidade normativa. Nessa relação inexistente contrato, levando outros fatores de direito público como o provimento do cargo, nomeação a posse e outros.

Na esfera na União, foi legislado o ato normativo de lei nº 8.112/90, que regulamenta o regime dos estatutários, nele contém o tipo de provimento, como se procede a nomeação e a posse, entre outros procedimentos. Dentro desse contexto, o art. 61, §1º, II, “a” da Carta Magna fala que a iniciativa de lei que dispõe sobre a criação de cargos, funções e empregos públicos na administração direta e autarquia ou de sua remuneração é de competência privativa do chefe do executivo.

3.3 Concurso Público

3.3.1 Conceito

José dos Santos Carvalho Filho, em sua obra “Manual de Direito Administrativo”, exterioriza de forma escrita que concurso público é um procedimento administrativo que tem por finalidade aferir aptidões pessoais e selecionar os melhores candidatos ao provimento de cargos ou funções públicas.

Nesse contexto, podemos falar que quando se fala em aptidões pessoais, o Estado analisa o candidato conforme sua capacidade intelectual, física e psíquica. Essas análises respeitarão o princípio de igualdade, pelo qual permite que todos os interessados podem concorrer igualmente a vaga, dando igual condição. Princípio da moralidade administrativa, pois esse proíbe qualquer forma de favorecimento, perseguições pessoais ou qualquer forma de nepotismo. Princípio da competição, que enseja a competição entre os candidatos buscando uma boa classificação entre as vagas e o princípio da acessibilidade funcional. Assim, o concurso público é um instrumento que seleciona os candidatos conforme o sistema de mérito, porque traz um certame onde todos podem participar, analisando os requisitos conforme o mérito do candidato, um processo imparcial.

3.3.2 A limitação da idade

É imprescindível discorreremos sobre o artigo 37, inciso II da Carta Política, no artigo a constituição deixou evidente que, a lei poderá trazer em seu bojo restrições e limitações para a investidura ao cargo ou emprego público. Entretanto, essas limitações devem ser observadas a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma da lei, não entrando as nomeações para os cargos em comissão, que é de livre nomeação e exoneração. Assim, o texto constitucional não é enrijecido, podendo ter exceções. Observando em cada caso suas peculiaridades. Assim, o STF consolidou o entendimento na súmula 683: “O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido”.

Desse modo, o Supremo possui a orientação que é válida a exigência de limite de idade para ingresso a determinados cargos público. Entretanto, não basta apenas estar previsto no edital do referido concurso, é necessário lei com a referida previsão. Referente a súmula e súmulas vinculantes, vale mencionar que em razão do princípio da fossilização o poder Legislativo e o STF não se vinculam a aquelas. Princípio racional, tendo em vista uma das características dos direitos fundamentais é a historicidade, pois, a sociedade está em constante mudança e o direito deve acompanhá-la, talvez um fato que era ilícito ontem, amanhã não seja, bem como o direito não é uma ciência exata.

No tocante a idade, Celso Antônio de Mello (2019), em sua obra, escreve que não é inconstitucional estabelecer limite de idade quando o concurso se destinar a determinados cargos ou empregos cujo desempenho requeira esforços físicos ou cause acentuados desgastes intoleráveis a partir das faixas etárias mais elevadas.

Uma controvérsia a respeito da exigência de idade é que se dispensa a limitação de idade para aqueles que já são servidores públicos, ficando evidente a relativização. A ilegitimidade é visível, pois a limitação de idade não teria base na natureza das funções exercidas, como seria aceitável na qualificação jurídica do candidato. Sendo indiscutível a ofensa aos princípios impessoalidade, acessibilidade funcional, sendo cabível ao Poder Judiciário reprimir a distorção.

Ouso trazer uma reflexão, uma comparação entre instituições que possuem a mesma função prevista em lei, que é a de polícia administrativa. Podemos citar a Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal e a Guarda municipal. A polícia administrativa possui as atribuições previstas em lei, sendo uma polícia que recai sob os bens, direitos e atividades, tendo caráter preventivo, impede a conduta social inadequada. Entretanto, a reflexão se dará sobre a Polícia Militar dos estados e a Polícia Rodoviária Federal.

Quais são os requisitos utilizados para definir a idade de ingresso às referidas instituições? A Magna carta, em seu dispositivo deixa claro que devem ser observados os requisitos e peculiaridades da função a ser exercida. No entanto, tanto a Polícia Militar como a Polícia Rodoviária Federal exercem as mesmas atribuições, pois são polícias administrativa. Estamos diante de uma controvérsia, pois o limite etário para ingresso é completamente distinto, diferenças gritantes.

O Estatuto da Polícia Militar de Goiás (Lei nº 8.033, de 02 de dezembro de 1975), em seu art. 10, traz os requisitos para ingresso na carreira, exigindo a idade de 32 anos verificada na data da inscrição. Já a Polícia Rodoviária Federal, pode fazer concurso na idade limite de 65 anos de idade, pois, a reforma da previdência, exige que o servidor fique no mínimo dez anos no serviço público e cinco no exercício do cargo, aposentando de forma compulsória aos 75 anos de idade.

Qual a base lógica utilizada para a exigência etária, para ingresso em cargo que exerce as mesmas funções, e idades completamente diferentes? Se o próprio Estado através da lei diz que uma pessoa pode trabalhar até os 75 anos de idade, o limite de 32 anos de idade, tornar se sem razoabilidade e desproporcional.

Trago mais uma indagação, a Constituição Federal deixa claro que é acessível o acesso ao cargo ou emprego público, observados as peculiaridades das funções para determinar a faixa etária, sendo regulamentados pela administração direta através do poder constituinte derivado decorrente. Assim, alguns estados-membros fizeram.

O estado de Goiás, através de sua autonomia, regulamentou o acesso ao concurso público da Polícia Militar, na Lei nº 8.033, de 02 dezembro de 1975. A lei em seu artigo 11

traz os requisitos para o quadro de oficial da corporação, sendo um desses a idade de 32 anos completados até o último dia da inscrição. No entanto, gostaria de dar ênfase no §3º onde tem a previsão de que a referida idade de 32 anos não se aplica aos policiais militares da ativa da corporação. Para o ingresso no cargo de soldado do mesmo órgão são exigidos 30 anos de idade.

Uma controvérsia evidente na exigência de idade é que se dispensa a limitação de idade para aqueles que já são servidores públicos, ficando claro uma desigualdade. A ilegitimidade é visível, pois a limitação de idade não teria base na natureza das funções exercidas, como seria aceitável na qualificação jurídica do candidato. Sendo indiscutível a ofensa aos princípios impessoalidade, acessibilidade funcional, sendo cabível ao Poder Judiciário reprimir a distorção.

Cabendo nesse caso uma discussão sobre a discriminação entre o civil que vai prestar o concurso público e o servidor integrante da corporação, ofende o princípio da isonomia, possuindo incompatibilidade com a Constituição federal no seu artigo 5º. Pois, para o civil prevalece uma idade de 32 anos, sendo que não prevalece para o militar da ativa.

Mesmo com a autonomia do estado em legislar sobre o ingresso no cargo, conforme as peculiaridades da função, não vejo critérios objetivos, apenas convenientes para o ente federativo. Assim, traz para o meio social uma instabilidade jurídica. Destarte, até o mesmo estado estipula duas idades distintas para o ingresso na mesma carreira, exercendo as mesmas funções.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se, portanto, que o provimento em cargo público deve ter a previsão dos requisitos de ingresso em lei, observando sempre os princípios constitucionais para garantir a igualdade, o acesso ao cargo público e imparcialidade no processo. O estado deve observar critérios objetivos conforme o cargo a ser exercido, bem como usar a proporcionalidade e razoabilidade de exigência de idade limite para o acesso, pois, o próprio Estado fala, através dos atos normativos, que pode trabalhar até os 75 anos de idade, que esse cidadão tem competência para exercer a função nessa idade, por que limitar a faixa etária de 32 anos.

Bem como os requisitos devem ser verificados na inscrição do concurso e não na posse, pois traz uma expectativa, bem como, demonstra que mesmo o candidato não

possuindo a idade, se encaixa em todas as demais exigências, por passar na prova teórica, física, psicológica, etc.

Reitero que atualmente possui vários precedentes de candidatos com idades superiores ao exigido, foi barrado de assumir o cargo. Entretanto, ao buscar a tutela jurisdicional para discutir a razoabilidade e proporcionalidade, foi deferido o pedido inicial. Assim, o critério de idade deve observar em cada caso concreto, através dos testes previstos no certame.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINE, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 29. ed. Método, 2019.

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Aprova a organização da Administração Federal.

GOIÁS. **Lei nº 19.587, de 10 de janeiro de 2017**. Estabelece as normas gerais para a realização de concursos públicos no âmbito da Administração Pública estadual.

GOIÁS. **Lei nº 8.033, de 02 dezembro de 1975**. Estabelece o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

SANTOS CARVALHO FILHO, José. **Manual de direito administrativo**. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

ATIVIDADE POLICIAL ABRANGIDA COMO PRÁTICA JURÍDICA PARA FINS DE CONCURSO PÚBLICO

Ricardo Cruvinel Silva¹
Humberto César Machado²

RESUMO: O presente artigo trata sobre a exigência de prática jurídica em alguns concursos públicos, considerando o que dispõe a Resolução nº 75 do CNJ, especificamente sobre a obrigatoriedade de prática jurídica, não reconhecendo o tempo de efetivo serviço dos policiais militares graduados, cujos conhecimentos jurídicos são indispensáveis no exercício de suas funções, ferindo princípios constitucionais, uma vez que foi reconhecido pelo CNJ e estendido, para fins de atividade jurídica, às funções desempenhadas pelos escrivães e agentes da Polícia Federal. Diante disso, é relevante análises acerca do assunto a fim de verificar se a atividade policial militar pode ser abrangida como prática jurídica, em observância ao princípio constitucional da isonomia.

PALAVRAS-CHAVE: Atividade policial. Concurso Público. Prática Jurídica. CNJ.

ABSTRACT: This article deals with the requirement of legal practice in some public tenders, considering the provisions of Resolution No. legal instruments are indispensable in the exercise of their functions, violating constitutional principles, since it was recognized by the CNJ and extended, for the purposes of legal activity, to the functions performed by clerks and agents of the Federal Police. In view of this, it is relevant to analyze the subject in order to verify whether the military police activity can be covered as a legal practice, in compliance with the constitutional principle of isonomy.

KEYWORDS: Police activity. Public tender. Legal Practice. CNJ.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar como será reconhecida a atividade policial militar para comprovação de prática jurídica no ingresso em concurso público que a exige em seu

¹ Acadêmico do 9º período do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser, em 2021/2. E-mail: ricardo150v@hotmail.com.

² Pós-Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO (2016); Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO (2013); Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO (2006), Especialista em História pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2002), Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (1996), Graduado em Pedagogia pela ISCECAP (2018), Elemento Credenciado Fatores Humanos e Prevenção de Acidentes Aéreos pelo CENIPA (Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos), Professor Coreógrafo e Dançarino de Salão; Membro do Comitê de Ética e Pesquisa e Professor do Centro Universitário Alfredo Nasser - UNIFAN e professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). E-mail: humberto.cesar@unifan.edu.br.

certame como um dos critérios para a aprovação, abrangendo a contagem do tempo de serviço dos policiais militares para fins de ingresso na carreira jurídica, uma vez que os mesmos desempenham também funções de Polícia Judiciária de forma atípica.

Dessa forma, o primeiro capítulo deste trabalho discorre sobre a função dos policiais militares, destacando a lavratura do termo circunstanciado de ocorrência (TCO), além das funções de Polícia Judiciária. Já no segundo capítulo, são feitas considerações acerca da atividade jurídica, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), bem como uma breve síntese sobre a exigência dela em alguns concursos públicos.

No terceiro capítulo traz posicionamentos doutrinários tendo como objeto central de discussão a abrangência da atividade policial como atividade jurídica, apresentando, para tanto, o que dispõe a Constituição Federal e, em um primeiro momento, os doutrinadores a favor dessa extensão, além de decisões de instituições públicas com o mesmo entendimento. E posteriormente foi apresentado pareceres contrários, trazendo julgado e decisão que excluem os policiais militares do conceito de atividade jurídica para fins de ingresso em Concurso Público que assim exigem.

2 METODOLOGIA

O método utilizado é a pesquisa bibliográfica, com buscas em leis, jurisprudências, revistas, livros e artigos da internet, baseada em estudos de aplicações práticas alcançadas através do enfrentamento de questões, ao qual se desdobram em processos no intuito de que sejam assegurados direitos líquidos e certos, tais como o de acesso a concursos públicos. Várias são as demandas intentadas por militares graduados, como também por oficiais, no intuito de garantirem seus direitos de prosseguir na disputa pelo cargo almejado, excluindo, assim, desqualificação pela falta de atividade jurídica.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

3.1 A função policial militar

Os policiais militares exercem funções ostensivas e de preservação da ordem pública, de acordo com o que dispõe o artigo 144, § 5º da Carta Magna (BRASIL, 1988), além de exercerem um papel essencial na sociedade, destacando com ações que visam coibir a prática de ilícitos penais, demonstrando conhecimento jurídico ao fazer a primeira qualificação diante de uma situação de flagrante, promovendo sensação de segurança à comunidade.

Uma das recentes conquistas foi o reconhecimento da Polícia Militar como uma das autoridades competentes para lavratura de TCO, que é um documento similar ao Inquérito Policial, porém mais célere, que é confeccionado diante de infração de menor potencial ofensivo, encaminhando diretamente ao Juizado Especial, demonstrando, nesse caso, que os militares detêm de conhecimento jurídico para a confecção, tendo que ter ciência da legislação para saber qual procedimento tomar.

Observa-se, também, que a política criminal traz que o monopólio da violência se concentra nas mãos do Estado, mas o controle desta é exercido pelas polícias. Ocorre que as polícias militares vem atuando nas diversas modalidades de policiamento e com isso tem expandido seu rol de competências. Atribuições que seriam exclusivas de polícia judiciária hoje têm sido exercidas pela polícia militar com total maestria.

Além disso, as constituições e estatutos estaduais também trazem de forma explícita algumas das funções exercidas pelas polícias militares no âmbito interno de cada um, também relata suas divisões internas e como/quando serão empregadas essas forças auxiliares. Em regra, a organização se espelha no Exército Brasileiro, sendo divididas internamente em duas categorias (Oficiais e Praças) e mesmo que cada Estado tenha sua legislação, a estrutura hierárquica utilizada é a mesma para todas elas.

Ademais, os militares também atuam como Polícia Judiciária e apuram crimes/transgressões praticados por militares, através de sindicâncias, inquéritos policiais, procedimentos administrativos disciplinares, em que exercem função de encarregado, sindicante, no caso dos oficiais, tendo também escrivães, que podem ser os praças, para elucidação dos fatos e posterior enquadramento legal, devem ter conhecimento da lei.

3.2 Conceito de atividade jurídica

Alguns concursos públicos, como a Magistratura e Ministério Público, exigem do bacharel em direito, atividade jurídica de três anos, conforme artigos 93, inciso I e 129, § 3º, da Carta Magna, alterados pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004 e que a Resolução nº 75 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), trouxe em seu bojo o conceito de atividade jurídica, excluindo os policiais militares da definição, deixando, assim, uma lacuna em relação a esses profissionais, em relação às funções exercidas por estes serem consideradas ou não para ingresso em Concurso Público que tem como um dos critérios a comprovação de prática jurídica.

A Resolução nº 75/2009 traz um rol de atividades classificadas como jurídicas, para a magistratura: a que é praticada exclusivamente por bacharel em direito, o efetivo exercício da advocacia, no mínimo 5 atos privativos de advogado por ano, exercício de cargos, funções ou empregos que exige preponderante conhecimento jurídico, devendo ser comprovado o tempo através de certidão circunstanciada, expedida pelo órgão competente especificando as atribuições e a prática reiterada dos atos cuja validade será analisada pela Comissão de Concurso, o exercício da função de conciliador junto aos tribunais, juizados especiais, no mínimo por 16 horas mensais pelo período de 1 ano, além do exercício de atividade de arbitragem ou mediação na composição de litígios, sendo vedado o estágio acadêmico ou as atividades anteriores à colação de grau do bacharel em direito (CNJ, 2009).

O Conselho Nacional do Ministério Público, visando adequar o disposto no artigo 129, § 3º da Carta Magna, editou a Resolução nº 40 de 2009, trouxe também atividades que são consideradas jurídicas, que são as mesmas citadas anteriormente, bem como o exercício de serviço voluntário pelo bacharel em Direito em órgãos em que é exigida a prática reiterada de atos de cunho preponderantemente jurídicos, pelo período anual de 16 horas mensais (CNMP, 2009).

Observa-se que aos militares não coube esse entendimento, o que fere princípios constitucionais da isonomia, proporcionalidade e razoabilidade, uma vez que a Resolução nº 11 mencionou o exercício de cargo, emprego ou função que exija a utilização preponderante de conhecimento jurídico, se encaixando o militar em tal definição, uma vez que a base para sua formação é o conhecimento jurídico, que é exigido também para sua aprovação no concurso, com matérias do Direito, além de ser utilizado no decorrer de sua atividade, o Militar tem que possuir entendimento da lei no exercício de suas funções, em qualquer frente de serviço, tanto no administrativo quanto no operacional.

3.3 Das controvérsias jurídicas acerca da abrangência da atividade policial como prática jurídica

A Constituição Federal traz a expressão “atividade jurídica” em sentido amplo, não relacionado somente com manuseio de processos, mas como toda e qualquer atividade em que o indivíduo tenha contato e, sobretudo, o conhecimento da legislação brasileira (GOMES, 2009). Observa-se, assim, que o militar detém esse conhecimento desde a sua aprovação, que exige conhecimento na legislação, uma vez que as provas objetivas cobram o conteúdo previsto na lei, o que é utilizado até na realização de suas funções diárias, constantemente, por estarem em situações na rua em que o conhecimento jurídico é indispensável para resolução dos conflitos, podendo enquadrar no que dispõe o artigo 59, inciso III da Resolução nº 75 do CNJ, em que é considerada atividade jurídica o exercício de cargos, empregos ou funções em que é exigido a aplicação predominante de conhecimento jurídico (CNJ, 2009).

Nesse sentido, surgiram dúvidas quanto à abrangência da atividade policial como prática jurídica para concurso público. Na concepção de Celso Spitzcovsky (2004), a introdução do requisito de comprovação de três anos de atividade jurídica para ingresso na carreira, é inconstitucional, devendo ser analisado os princípios constitucionais, especialmente os da razoabilidade e eficiência, por não atingirem os objetivos para a maior eficiência entre os integrantes da carreira.

Para Neto (2010), é cabível revisão da atual definição de atividade jurídica trazida e defendida pelo Conselho Nacional de Justiça, pela democracia do país e livre exercício de qualquer profissão, ofício ou trabalho, além da segurança jurídica e social dos cidadãos e continuidade dos princípios vivenciados na Era da Inclusão, no qual rege o lema da não discriminação, devido à exclusão causada em pleno Século XXI.

O Conselho Nacional de Justiça se mostrou favorável à extensão do conceito de atividade jurídica aos escrivães e agentes da Polícia Federal e Estadual, através do Pedido de Providências nº 1238, solicitado pelo Sindicato dos policiais federais no Distrito Federal, a extensão do conceito de atividade jurídica para os agentes e escrivães da Polícia Federal, por exercerem funções preponderantes de conhecimento jurídico, o que foi aplicado também aos escrivães de Polícia estadual (CNJ, 2007).

Para o Relator Cláudio Godoy, a função do agente é de investigação e de realização de operações e coleta de informações, para o esclarecimento de delitos, havendo uso de conhecimentos técnicos, com conhecimento de normas processuais próprias que regem a coleta de provas e efetivação de diligências, como apreensão, prisão, atividades essas que

destinam a apuração da prática de um crime e sua autoria, sendo constante a utilização de conhecimentos técnicos, jurídicos, legais (CNJ, 2007). Ora, o policial militar também atua em situações que demandam conhecimentos em que poderiam ser abrangidos para fins de prática jurídica, por analogia ao que foi aplicado a outros agentes da Segurança Pública.

Luiz Flávio Gomes (2005) faz uma crítica a respeito do ingresso em Concurso Público para Magistratura e Ministério Público, em que a exigência constitucional de três anos de atividade jurídica tem como foco não só atividade forense, como também a busca por interessados no mercado que detém de experiência profissional no âmbito jurídico, vigorando no Brasil o modelo técnico-burocrático de magistratura em que o fundamental é a aferição de capacidade técnica do candidato, e quando associada com experiência de vida, que é adquirida com a idade, e profissional, pelo exercício de uma atividade, melhor. A reforma trazida pela Emenda Constitucional nº 45, passou a exigir experiência jurídica de três anos, além de capacitação técnica, perdendo a oportunidade de resolução da questão relacionada à conciliação entre conhecimento técnico e experiência profissional e pessoal.

Em sentido contrário, para o Relator André Godinho, a atividade policial constitui função típica de segurança pública, sendo que as funções desempenhadas pelo investigador, em geral, não envolvem o uso preponderante de conhecimento jurídico e que, observadas algumas particularidades, para ser considerado para comprovação de atividade jurídica, deve ter cumulativamente alguns critérios: ser bacharel em Direito há mais de três anos, comprovação pelo órgão competente das respectivas atribuições e da prática reiterada de atos que exijam a utilização preponderante de conhecimento jurídico, mas para o Conselheiro, cabe à Comissão de Concurso, em decisão fundamentada, analisar a validade do documento (CNJ, 2021).

Para o Relator Ministro Dias Toffoli, foi adotado o critério de diferenciação compatível com o princípio constitucional da isonomia, observadas as diferenciações a respeito do exercício da profissão de advogado e das atividades policiais de qualquer natureza, uma vez que existe a necessidade de desempenho da função policial de forma exclusiva e o estabelecimento de cláusula de incompatibilidade poderia ser prejudicial às relevantes funções desempenhadas (BRASIL, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou se a atividade policial pode ser abrangida para fins de prática jurídica para concurso público, especialmente Magistratura e Ministério Público, que passou a exigir comprovação de três anos de prática jurídica para ingresso nas referidas carreiras, após alteração dos artigos 93, I e 129, § 3º, da Constituição Federal de 1988, feita pela Emenda Constitucional nº 45/2009.

Realizando análise de toda a matéria apresentada, foi possível aduzir que a exclusão das funções desempenhadas pelos policiais militares do contexto de tempo de atividade jurídica, parece afrontar alguns princípios constitucionais, como o da razoabilidade, isonomia, e da proporcionalidade, visto que os militares que decidem prestar esses concursos possuem formação acadêmica em Direito, no qual estudaram durante o período matérias que tratam da legislação, além de ser exigido para a aprovação também tais conteúdos das normas, bem como no serviço desempenhado, sua qualificação profissional.

Esta base conceitual se fundamenta principalmente no conhecimento jurídico, que serve para resolução de conflitos, quais sejam, prisões em flagrante, cumprimento de mandados, lavratura de TCO, que é um procedimento parecido com o Inquérito Policial, mas de forma resumida, além de desempenhar funções internas que exigem tal conhecimento para elaboração de peças de procedimentos como inquéritos policiais, sindicâncias, procedimentos administrativos disciplinares.

Portanto, verifica-se uma rigidez para o ingresso em alguns Concursos Públicos, que deveriam analisar outros critérios acadêmicos nos certames, podendo abranger, também, a atividade jurídica a outros profissionais cuja profissão demonstra alcançar grau de eficiência proporcional com a natureza do cargo pretendido, reconhecendo as funções dos militares para fins da prática jurídica, uma vez que os mesmos estão sempre em contato com a legislação vigente, devendo manter-se sempre atualizados para aplicar essa lei no desempenho de suas atividades, quer seja operacionais ou administrativas.

Desconsiderar a comprovação do tempo de atividade jurídica dos policiais militares graduados é incoerente, além de afastar candidatos que poderiam ter grande potencial para exercer o cargo pretendido, deveria estender aos militares, como foi feito com os escrivães e agentes das polícias federais e estaduais, pois suas funções também são preponderantemente de cunho jurídico, desde sua formação até sua atuação em prol da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.541/Distrito Federal**. Ação direta de inconstitucionalidade. Exercício da advocacia. Servidores policiais. Incompatibilidade. Artigo 28, inciso V, da Lei nº 8.906/94. Ausência de ofensa ao princípio da isonomia. Improcedência da ação. Requerente: Cobrapol - Confederação Brasileira De Trabalhadores Policiais Civis. Relator: Min. Dias Toffoli, 12 de fevereiro de 2014. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5493893>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 ago. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Jurisprudência**: temas relevantes. Consulta - 0000063-54.2020.2.00.0000. Relator: Conselheiro André Godinho. Requerente: Cassiano Pires Valente. Requerido: Conselho Nacional de Justiça Assunto: CNJ – Validade – Funções – Cargo – Investigador de Polícia Civil – Comprovação – Atividade jurídica – Concurso – Magistratura – Aplicação – Resolução nº 75/CNJ. Revista Eletrônica do CNJ, v. 5, n. 1, jan./jun. 2021. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: <https://201.49.153.201/ojs/index.php/revista-cnj/article/view/230/99>. Acesso em: 30 ago.2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 75, de 12 de maio de 2009. **Dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional**. Brasília: CNJ, 2009. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/100>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Pedido de providências n. 1238. Pedido de Providências. Extensão do conceito de atividade jurídica. **Resolução CNJ n. 11**. Função dos escrivães de polícia e agentes da Polícia Federal. Utilização preponderante de conhecimentos jurídicos. Submissão a previsão do art. 29 Consulta respondida. Requerente: Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal. Relator: Cláudio Godoy. 20 de março de 2007. Brasília: CNJ, 2007. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/acompanhamentoprocessualportal/faces/jsf/consultarandamentoprocessual/DocumentoEletronico.jsp?id=4206>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Resolução nº 40, de 26 de maio de 2009**. Regulamenta o conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público e dá outras providências. Brasília: CNMP, 2009. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-0401.pdf>. Acesso em: 07 set. 2021.

GOMES, Luiz Flávio. Comentários à Resolução 75/09 do CNJ: o novo conceito de atividade jurídica. Termo In: **JusBrasil**, 25 maio. 2009. Disponível em: <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1100004/comentarios-a-resolucao-75-09-do-cnj-o-novo-conceito-de-atividade-juridica>. Acesso em: 15 ago. 2021.

GOMES, Luiz Flávio. **Concurso Público – Ingresso na Magistratura e no Ministério Público**: a exigência de três anos de atividade jurídica garante profissionais experientes?

Informativo semanal 16/2005. Ano XXXIX. Expedição: 22 abr. 2005. Disponível em: http://coad.com.br/app/webroot/files/trab/pdf/ct_net/2005/ct1605.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

NETO, Alfredo Bento Ferreira. **A Resolução nº 75 do Conselho Nacional de Justiça e a definição de atividade jurídica**. Um conceito excludente na era da inclusão. Set. 2010. Termo In: jus.com.br. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/17509/a-resolucao-n-75-do-conselho-nacional-de-justica-e-a-definicao-de-atividade-juridica>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SPITZCOVSKY, Celso. A inconstitucionalidade do critério de prática de atividade jurídica para Concurso Público. **Revista do Ministério Público**, n. 53, p. 73-76, ago. 2004. Disponível em: http://www.amprs.org.br/arquivos/revista_artigo/arquivo_1279045305.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

A IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL COMO MEIO DE GARANTIR A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA EM PRISÕES INDEVIDAS

Rildo Fukuyoshi Watanabe¹

Humberto César Machado²

RESUMO: O presente artigo tem o escopo de demonstrar a necessidade de ser realizada a identificação criminal como meio de garantir a dignidade da pessoa humana, dessa forma assegurando o direito à liberdade, um dos principais direitos humanos de primeira geração e evitando dessa forma a prisão de pessoas inocentes no cumprimento de mandado de prisão expedido pelas autoridades judiciárias. A princípio a identificação criminal era realizada de forma arcaica sem muitos critérios científicos, como a simples anotação nominal do indivíduo, com o passar do tempo a mesma adquiriu diversos métodos científicos a ponto de individualizar o condenado, como as fotografias, as impressões datiloscópicas, e pelo DNA (Ácido Desoxirribonucléico) em alguns casos, todos os procedimentos estão presentes no Código de Processo Penal. Embora todos possuam uma identificação civil, a criminal às vezes é precária possibilitando a ocorrência de equívocos quanto à execução do mandado de prisão devido a sua imprecisão quanto à sua qualificação. Dessa forma poderiam ser evitados as prisões indevidas decorrentes do fato de uma pessoa apenas apresentar semelhanças sejam físicas ou nominais em relação à pessoa correta. Infelizmente é algo recorrente esses acontecimentos e através dessa identificação que será reduzido as prisões indevidas e a garantia da liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos. Identificação Criminal. Direito Penal. Impressão Digital. Identificação Humana.

ABSTRACT: This article has the scope of demonstrating the need to carry out criminal identification as a means of guaranteeing the dignity of the human person, thus ensuring the right to freedom, one of the main first generation human rights and thus avoiding the imprisonment of innocent people in the fulfillment of an arrest warrant issued by the judicial authorities. At first, criminal identification was performed in an archaic way without many scientific criteria, such as the simple annotation of the individual's name, over time it acquired several scientific methods to the point of individualizing the convict, such as photographs, fingerprints, and by DNA (Deoxyribonucleic Acid) in some cases, all procedures are present in the Code of Criminal Procedure. Although everyone has a civil identification, criminal identification is sometimes precarious, allowing for the occurrence of mistakes regarding the execution of the arrest warrant due to its imprecision regarding its qualification. In this way,

¹ Acadêmico (a) de Ciências Jurídicas do Centro Universitário Alfredo Nasser. E-mail: rildoo@gmail.com.

² Pós-Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO (2016); Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO (2013); Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC GO (2006), Especialista em História pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2002), Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (1996), Graduado em Pedagogia pela ISCECAP (2018), Elemento Credenciado Fatores Humanos e Prevenção de Acidentes Aéreos pelo CENIPA (Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos), Professor Coreógrafo e Dançarino de Salão; Membro do Comitê de Ética e Pesquisa e Professor do Centro Universitário Alfredo Nasser – UNIFAN; e, professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). E-mail: humberto.cesar@unifan.edu.br.

undue arrests arising from the fact that a person only presents similarities, whether physical or nominal, in relation to the correct person could be avoided. Unfortunately, these events are recurrent and through this identification undue arrests and the guarantee of freedom will be reduced.

KEYWORDS: Human Rights. Criminal Identification. Criminal Law Fingerprint Human Identification.

1 INTRODUÇÃO

A dignidade da pessoa humana é um dos princípios fundamentais que está presente em nossa Constituição Federal, inclusive está presente também na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em diversos artigos da mesma. Dentre os valores da mesma temos algumas gerações de direitos humanos e dentre as quais se destaca o de primeira geração que envolve o direito à vida, à propriedade, à liberdade de expressão, religiosa, de locomoção e inúmeros outros decorrentes com um caráter negativo e voltados para o Estado (PIOVESAN, 2021).

O objeto de estudo é voltado à liberdade de locomoção que é um dos principais direitos que envolve a um direito de poder ir e vir sem as restrições impostas pelo Estado, porém a mesma pode ser suspensa através de uma condenação da restrição de liberdade pelo Poder Judiciário (BARROSO, 2020). Não é tema do presente artigo determinar ou avaliar se a pena é digna, e sim de como a mesma é cumprida por terceiros que são inocentes e que tiveram o infortúnio de ter alguma características semelhante à algum condenado que por vezes acabam presos por erro do Estado e na ineficácia de determinar os devidos apenados com a maior precisão possível (DUDH, 1948).

A identificação criminal é o meio pelo qual podemos individualizar e distinguir uma pessoa de outra e que vai muito além do que uma simples anotação nominal da pessoa ou foto do mesmo, é um processo completo que envolve diversos procedimentos como o processo datiloscópico e o fotográfico e que a depender da situação poderá incluir a coleta de material biológico para a obtenção do perfil genético, aumentando dessa forma a cientificidade e certeza que não ocorrerá prisões indevidas por alguém apresentar alguma semelhança com outra pessoa. A precisão de forma científica mostra que é possível reduzir o número de erros cometidos pelo Estado quanto à sua execução dos mandados de prisão em aberto (LOPES JR., 2019).

O processo histórico mostra que embora tenha se iniciado de forma arcaica a identificação criminal com apenas algumas anotações de nomes ou simples fotografias das pessoas, ou até mesmo procedimentos considerados desumanos para os tempos atuais como mutilações do corpo humano, a mesma passou por diversas melhorias corrigindo esses erros existentes que violam claramente os direitos humanos hoje consagrados em diversos dispositivos legais internacionais e do sistema pátrio. Com o decorrer do tempo foi nítido a melhoria do processo de identificação criminal.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL

Desde os primórdios do convívio social dos indivíduos existiu a necessidade de se identificar e individualizar cada pessoa de modo a permitir determinar as distinções entre as mesmas. A forma mais básica foram os nomes, porém existe uma limitação da quantidade de nomes, o que pode acarretar na ocorrência de homônimos, que é quando duas pessoas possuem o mesmo nome, como exemplo João da Silva. Devido a essa limitação nominal surgiu a necessidade de criar outras formas para distinguir os indivíduos.

Uma das primeiras formas de identificação no âmbito criminal foi a utilização de anotações como o nome e algumas características físicas, embora incipiente era o início dos processos para individualizar cada um, como citado anteriormente a questão dos homônimos e as características físicas também são comuns em algumas etnias que poderia ocasionar em prisões indevidas de pessoas inocentes cerceando um dos principais direitos que é a liberdade presente em nossa Carta Magna e também na Declaração Universal dos Direitos Humanos (NUCCI, 2021).

Outro processo de identificação criminal considerado desumano para os tempos atuais em que não exista ainda a preocupação com os direitos humanos era o ferrete que consistia na utilização de uma ferramenta de metal, normalmente ferro com algum símbolo, em que era aquecida até ficar vermelha e prensada contra o corpo para gravar um sinal correspondente a um determinado crime, muito semelhante ao procedimento utilizado para marcar os animais (FRANÇA, 2017).

Outro processo de identificação criminal mais cruel e desumano era a mutilação que consistia exatamente na retirada de partes ou órgãos do corpo humano como mãos, dedos, pés, orelhas e assim por diante a depender da gravidade do crime, muito utilizado na idade média,

e que infelizmente ainda pode ser encontrado nos dias atuais em alguns países do oriente médio e da África, inclusive em algumas tribos sul americanas (FRANÇA, 2017).

Embora hoje seja comum o uso tatuagem, esse também foi outro processo de identificação criminal, em que cada tatuagem era utilizada de acordo com seu crime, seja com símbolos ou códigos, embora antigamente era utilizado com esse viés criminal ainda é possível encontrar algumas que em determinados nichos representam algum crime como em populações carcerárias e por consequência em organizações criminosas para se auto identificarem.

O procedimento fotográfico foi outro método adotado para realizar a identificação, porém ainda apresentava algumas falhas como a ocorrência de características comuns entre as pessoas e que poderia ocasionar um erro em uma identificação posterior, não somente em irmãos gêmeos como também em sócias, não havendo uma garantia de certeza quanto a identificação, apenas uma aproximação ou semelhança. Este procedimento ainda é utilizado, porém não isoladamente, acompanhado de outro processo que é o datiloscópico (FRANÇA, 2017).

O processo datiloscópico que é utilizado até hoje, bem como regulamentado em Lei, apresenta algumas características científicas que comprovam sua eficiência, como a imutabilidade que é a característica que garante que a impressão não será alterada durante o tempo, a perenidade é outra característica importante que torna a impressão um método viável presente até em cadáveres mumificados que com o devido tratamento podem ser parcialmente ou completamente restauradas a depender do estado em que for encontrado e o estágio em decomposição, a variabilidade é algo que a torna única em cada indivíduo inexistindo pessoas com a mesma impressão digital reafirmando assim sua cientificidade (PEREIRA, 2001).

Outro processo adotado hoje também em nosso ordenamento jurídico é o DNA, não é procedimento comum porém a identificação criminal poderá incluir a coleta de material biológico para a obtenção do perfil genético, quando a identificação criminal for essencial às investigações policiais, segundo despacho da autoridade judiciária competente, que decidirá de ofício ou mediante representação da autoridade policial, do Ministério Público ou da defesa. Como material biológico coletado em local de crime em que não seja da vítima, ou em crimes de violência sexual (LIMA, 2021).

No ano de 2019 com o advento da Lei 12.037/19 que dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal passou a ter parâmetros objetivos de como ser realizado a identificação criminal como previsto no caput do art. 1º em que o civilmente identificado não será submetido à

identificação criminal, salvo nos casos previstos em Lei. A lei ainda apresenta um rol exemplificativo de alguns documentos válidos como a carteira de identidade, carteira de trabalho, carteira profissional, passaporte, carteira de identificação funcional, e outro documento público que permita a identificação do indiciado (NUCCI, 2021).

É mister destacar que embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando o documento apresentar rasura ou tiver indício de falsificação, o documento apresentado for insuficiente para identificar cabalmente o indiciado, o indiciado portar documentos de identidade distintos, com informações conflitantes entre si, a identificação criminal for essencial às investigações policiais, segundo despacho da autoridade judiciária competente, que decidirá de ofício ou mediante representação da autoridade policial, do Ministério Público ou da defesa, constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações, o estado de conservação ou a distância temporal ou da localidade da expedição do documento apresentado impossibilite a completa identificação dos caracteres essenciais. As cópias dos documentos apresentados deverão ser juntadas aos autos do inquérito, ou outra forma de investigação, ainda que consideradas insuficientes para identificar o indiciado (BRASIL, 2009).

Quando houver necessidade de identificação criminal, a autoridade encarregada tomará as providências necessárias para evitar o constrangimento do identificado, garantindo dessa forma a dignidade da pessoa humana. A identificação criminal incluirá o processo datiloscópico e o fotográfico, que serão juntados aos autos da comunicação da prisão em flagrante, ou do inquérito policial ou outra forma de investigação. Além dos processos datiloscópicos e o fotográfico a identificação criminal poderá incluir a coleta de material biológico para a obtenção do perfil genético, quanto ao material coletado e os dados relacionados à coleta do perfil genético deverão ser armazenados em banco de dados de perfis genéticos, gerenciado por unidade oficial de perícia criminal (BRASIL, 2009).

As informações genéticas contidas nos bancos de dados de perfis genéticos não poderão revelar traços somáticos ou comportamentais das pessoas, exceto determinação genética de gênero, consoante as normas constitucionais e internacionais sobre direitos humanos, genoma humano e dados genéticos. Os dados constantes dos bancos de dados de perfis genéticos terão caráter sigiloso, respondendo civil, penal e administrativamente aquele que permitir ou promover sua utilização para fins diversos dos previstos nesta Lei ou em decisão judicial. Além disso, as informações obtidas a partir da coincidência de perfis genéticos deverão ser consignadas em laudo pericial firmado por perito oficial devidamente habilitado (BRASIL, 2019).

É vedado mencionar a identificação criminal do indiciado em atestados de antecedentes ou em informações não destinadas ao juízo criminal, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória. Garantia que está prevista na Carta Magna a qual ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (art. 5º, LVII, CF). Visto que a persecução penal ainda está em andamento ou na fase recursal (LOPES JR., 2019).

No que tange a questão do material genético com o advento da lei 13.694/2019 que aperfeiçoa a legislação penal e processual penal, trouxe o acréscimo de outros dispositivos como no caso de não oferecimento da denúncia, ou sua rejeição, ou absolvição, é facultado ao indiciado ou ao réu, após o arquivamento definitivo do inquérito, ou trânsito em julgado da sentença, requerer a retirada da identificação fotográfica do inquérito ou processo, desde que apresente provas de sua identificação civil. Outra alteração importante ainda prevê que é possível a exclusão dos perfis genéticos dos bancos de dados ocorrerá em duas hipóteses: no caso de absolvição do acusado, e no caso de condenação do acusado, mediante requerimento, após decorridos 20 (vinte) anos do cumprimento da pena (BRASIL, 2019).

Essa mesma lei que aperfeiçoa a legislação penal e processual penal fica autorizada a criação, no Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Banco Nacional Multi Biométrico e de Impressões Digitais, formação, a gestão e o acesso ao Banco Nacional Multi Biométrico e de Impressões Digitais serão regulamentados em ato do Poder Executivo Federal, esse banco tem como objetivo armazenar dados de registros biométricos, de impressões digitais e, quando possível, de íris, face e voz, para subsidiar investigações criminais federais, estaduais ou distritais. E ainda será integrado pelos registros biométricos, de impressões digitais, de íris, face e voz colhidos em investigações criminais ou por ocasião da identificação criminal (BRASIL, 2009).

Poderão ser colhidos os registros biométricos, de impressões digitais, de íris, face e voz dos presos provisórios ou definitivos quando não tiverem sido extraídos por ocasião da identificação criminal. Poderão integrar o Banco Nacional Multi Biométrico e de Impressões Digitais, ou com ele interoperar, os dados de registros constantes em quaisquer bancos de dados geridos por órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal, estadual e distrital, inclusive pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos Institutos de Identificação Civil. No caso de bancos de dados de identificação de natureza civil, administrativa ou eleitoral, a integração ou o compartilhamento dos registros do Banco Nacional Multi Biométrico e de Impressões Digitais será limitado às impressões digitais e às informações necessárias para identificação do seu titular (BRASIL, 2009).

A integração ou a interoperação dos dados de registros multi biométricos constantes de outros bancos de dados com o Banco Nacional Multi Biométrico e de Impressões Digitais ocorrerá por meio de acordo ou convênio com a unidade gestora. Os dados constantes do Banco Nacional Multi Biométrico e de Impressões Digitais terão caráter sigiloso, e aquele que permitir ou promover sua utilização para fins diversos dos previstos nesta Lei ou em decisão judicial responderá civil, penal e administrativamente (BRASIL, 2009).

As informações obtidas a partir da coincidência de registros biométricos relacionados a crimes deverão ser consignadas em laudo pericial firmado por perito oficial habilitado. É vedada a comercialização, total ou parcial, da base de dados do Banco Nacional Multi Biométrico e de Impressões Digitais. A autoridade policial e o Ministério Público poderão requerer ao juiz competente, no caso de inquérito ou ação penal instaurados, o acesso ao Banco Nacional Multi Biométrico e de Impressões Digitais (BRASIL, 2009).

3 A IMPORTÂNCIA DA IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL

Não é raro ser encontrado em algum meio midiático noticiar casos de pessoas que foram presas indevidamente e que ficaram anos em uma cadeia simplesmente por ter o mesmo nome ou por apresentar alguma semelhança física com algum foragido com mandado de prisão em aberto. Esses casos são recorrentes não somente no Brasil, mas em diversos outros países, e que embora passe o tempo ainda persistem em se repetir prejudicando terceiros de boa-fé que tiveram a infelicidade de apresentar alguma semelhança seja física ou nominal daquele que foi condenado.

É indiscutível que o direito a vida seja um dos direitos mais importantes, mas a liberdade é também um dos direitos mais importantes que o ser humano pode ter e que garantem a dignidade da pessoa humana, seja a liberdade de locomoção para se deslocar livremente ou a de se expressar livremente, bem como inúmeras outras que poderiam ser elencadas (MORAES, 2020). Presente em nossa Lei Maior e em diversos dispositivos legais do nosso sistema pátrio há vários dispositivos em que se prevalece a liberdade, a restrição da mesma não é a regra tanto que é possível ocorrer a suspensão condicional da pena para as condenações em determinados prazos e que se preenchidos os requisitos e seguidas as devidas condições impostas ao indivíduo, o mesmo não terá seu direito de liberdade cerceado, mecanismo esse que está previsto na Lei 9.099/1995 que regula esse tipo suspensão (BRASIL, 1995).

Atualmente é de conhecimento notório as condições em que se encontram os estabelecimentos destinados a reclusão dos condenados pela justiça seja pela precariedade do local ou pela insalubridade, embora não seja objeto desse estudo, é importante destacar que essas são as condições e o ambiente em que os condenados estão expostos e não há como mensurar o que uma pessoa presa indevidamente pode estar suscetível em um ambiente assim, ou que tipo de sequelas sejam físicas ou psicológicas pode ter após sair, isso quando consegue sair, é justo dizer que não há indenização que possa ressarcir ou mensurar o sofrimento de uma pessoa que nunca cometeu um crime ficou presa tem a sua liberdade privada (PIOVESAN, 2021).

Embora tenha previsão constitucional desde 1988 quando foi promulgada a nossa atual Constituição Federal no que tange a identificação criminal em seu art 5º, inc LVIII, “o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei”, esta é uma norma de eficácia contida, isto é possui aplicabilidade imediata, direta, mas não integral (SILVA, 2015). Porém havia a previsão para as hipóteses previstas em lei que poderiam permitir a identificação criminal mesmo o civilmente identificado, norma esta que atualmente está regulamentada pela Lei 12.037/2009 que dispõe sobre o tema, além disso houve o acréscimo com a Lei 12.654/12 da possibilidade de coletar material biológico para obter o perfil genético, e recentemente com Lei 13.964/2019 que aperfeiçoa a legislação penal e processual penal na qual ficou autorizado a criação do Banco Nacional Multi Biométrico e de Impressões Digitais. Com a unificação em um banco nacional tende reduzir as prisões de terceiros de boa-fé.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todos os aspectos apresentados demonstra a importância que tem o direito à liberdade em compor um dos Direitos Humanos de primeira geração, é mister destacar a necessidade de realizar uma identificação criminal capaz de individualizar o condenado de tal forma que não possa ocorrer erros na execução de um mandado de prisão em desfavor de uma pessoa inocente que nada fez pelo simples fato de ter um nome igual ou ter a aparência física semelhante à quem realmente deveria estar preso. Além disso, o dano causado a esta pessoa inocente é imensurável e irreparável pecuniariamente, não há o que se discutir o tamanho da injustiça que a mesma sofre, podendo ainda nunca ser solta antes de cumprido o período de reclusão.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, Luis Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- BRASIL. Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 1º de outubro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm. Acesso em: 13 set. 2021.
- BRASIL. Lei nº 12.654, de 28 de maio de 2012. Altera as Leis nºs 12.037, de 1º de outubro de 2009, e 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para prever a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 1º de outubro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112654.htm. Acesso em: 13 set. 2021.
- BRASIL. Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009. Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 1º de outubro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112037.htm. Acesso em: 13 set. 2021.
- BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 26 de setembro de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm. Acesso em: 13 set. 2021.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1941. Código Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 26 de setembro de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 13 set. 2021.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 26 de setembro de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm. Acesso em: 13 set. 2021.
- DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara. **Medicina Legal**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- FERREIRA, Wilson Luiz Palermo. **Medicina Legal**. Salvador: JusPODIVM, 2016.
- FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina Legal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
- GRECO, Rogério; DOUGLAS, William. **Medicina Legal à Luz do Direito Penal e do Direito Processual Penal: teoria resumida**. 14. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2019.

LEITE, George Salomão. **Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2020.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 24. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Legislação criminal especial comentada**: volume único. 9. ed. Salvador: JusPODIVM, 2021.

LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 37. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal comentado**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal comentado**. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 13 jun. 2021.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional Descomplicado**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2016.

PEREIRA, Gerson Odilon. **Medicina Legal**. Maceió: Universidade Federal de Medicina de Alagoas, 2001.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

SANTOS, Eduardo dos. **Direito Constitucional Sistematizado**. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2012.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das Normas Constitucionais**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

A VISÃO REPRESENTACIONAL DOS ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG) NA PERSPECTIVA DA DIGNIDADE HUMANA

*Humberto César Machado*¹

*Cinthyá Amaral Santos*²

*Ana Valéria de Jesus Ribeiro Miranda*³

RESUMO: O tema do presente estudo tem como objetivo verificar a representação social dos acadêmicos da Universidade Estadual de Goiás (UEG) sobre a dignidade. A primeira parte abordou o desenvolvimento conceitual desse princípio, bem como da Teoria das Representações Sociais. A segunda parte fez a interpretação dos dados coletados na pesquisa de campo sobre a visão desses estudantes em relação ao significado do direito fundamental acima exposto. A pesquisa usou como metodologia a análise de caracteres qualitativo e quantitativo. Já o estudo bibliográfico foi construído baseado nas obras de grandes doutrinadores do direito. Foi também aplicado o instrumento de coleta de dados, com a participação de 137 sujeitos, divididos da seguinte forma: 62 alunos do curso de Direito, 40 alunos de Ciências Biológicas e, por fim, 35 alunos de Agronomia. Por meio do levantamento de dados, foi possível perceber que os acadêmicos têm uma percepção de que a dignidade refere-se a cinco palavras, que foram mais evocadas por eles, “igualdade”, “respeito”, “direito”, “condições” e “solidariedade”. É preciso também respeitar os direitos e dar as condições mínimas que são necessárias para a manutenção da vida dos mais necessitados. A isso se conjuga a solidariedade, que deve partir do Estado, um dos objetivos não só da República Federativa do Brasil, mas também do povo, ou seja, é necessário ter uma sociedade justa e solidária.

PALAVRAS-CHAVES: Dignidade. Solidariedade. Respeito. Condições. Igualdade.

ABSTRACT: The subject of the present study aims to verify the social representation of the academics of the State University of Goiás (UEG) on dignity. At first, the conceptual development of this principle as well as the theory of social representation was addressed. The second part made the interpretation of the data collected in the field research on the vision of these students in relation to the meaning of the fundamental right exposed above. The

¹ Pós-Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC GO (2016); Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO (2013); Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO (2006), Especialista em História pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2002), Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (1996), Graduado em Pedagogia pela ISCECAP (2018), Elemento Credenciado Fatores Humanos e Prevenção de Acidentes Aéreos pelo CENIPA (Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos), Professor Coreógrafo e Dançarino de Salão; Membro do Comitê de Ética e Pesquisa e Professor do Centro Universitário Alfredo Nasser - UNIFAN e professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). E-mail: humberto.cesar@unifan.edu.br.

² Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestre em Sociedade, tecnologia e meio ambiente pelo Centro Universitário de Anápolis. Especialista em Direito Constitucional e Eleitoral (UCG) e Docência Universitária (UCG); graduada em Direito (UniEvangélica - 1997). E-mail: camarals2013@gmail.com.

³ Graduada em Direito pelo Centro Universitário de Goiás (2013); e, em Farmácia e habilitação em Bioquímica pela Faculdade Objetivo (1995).

research used as a qualitative and quantitative research methodology, the bibliographic research, which was built through the works of great legal scholars. A data collection instrument was also applied, with the participation of 137 subjects divided as follows: 62 students from the law course, 40 students from the Biological Sciences course and finally 35 students from the Agronomy course. Through the data collection, it was possible to perceive that the academics have a perception that dignity refers to five words, which were most evoked by them, “equality”, “Respect”, “Right”, “Conditions” and “Solidarity. It is also necessary to respect the rights and provide the minimum conditions that are necessary for the maintenance of the lives of the most needy. This is combined with solidarity, which must come from the State, one of the objectives of the Federative Republic of Brazil, but also from society, that is, it is necessary to have a fair and solidary society.

KEYWORDS: Dignity. Solidarity. Respect. Conditions. Equality.

1 INTRODUÇÃO

A dignidade humana, como princípio fundamental, é o tema principal desta pesquisa. Para fazer tal análise, buscou-se a Teoria das Representações Sociais para refletir sobre a ótica dos acadêmicos de três cursos superiores da Universidade Estadual de Goiás, sendo eles: Agronomia, Ciências Biológicas e Direito.

O trabalho foi dividido em duas partes. A primeira delineou os contornos históricos a respeito do direito fundamental normatizado na Constituição Federal de 1988. É uma qualidade inerente a cada ser humano, que deve ser respeitada pelo Estado. Foi um projeto importante para o direito, pois trouxe conhecimentos científicos, filosóficos e ideológicos e, por fim, mostrou como os próprios estudantes veem essa norma.

A segunda parte refere-se à análise e à discussão dos resultados gerados pelo *software* Iramuteq — aspectos qualitativo e quantitativo. Foram entrevistados 137 sujeitos, acadêmicos de três cursos superiores da UEG, Unidade Palmeiras de Goiás, sendo eles: Direito, Ciências Biológicas e Agronomia.

O questionário utilizado para o desenvolvimento da pesquisa foi dividido em quatro partes. A primeira tratou o tema dignidade, utilizando-se a técnica da evocação, em que se pediu aos entrevistados que evocassem as cinco primeiras palavras que lhes viessem à mente quando ouvissem a expressão “dignidade humana”.

Também foi elaborada uma questão subjetiva para que o acadêmico respondesse, em forma de texto, o que para ele significaria o direito fundamental da dignidade da pessoa humana. Os dados sociodemográficos encerraram a pesquisa, e buscou-se saber sobre a idade,

o curso superior e o período cursado. Foram realizadas 137 entrevistas, divididas nos três cursos superiores já especificados.

O princípio da dignidade humana é fundamental ao ser humano e precisa ser respeitado pelo Estado. As funções estatais devem ser direcionadas para o interesse público, no sentido de cumprir as responsabilidades essenciais para resguardar a vida digna e o mínimo existencial ao cidadão. Logo, a pesquisa revelou que o ser humano deve ser respeitado tanto pela administração pública quanto pela própria sociedade.

2 DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A partir do estudo das Representações Sociais, foi proposta uma noção de que o sujeito não pode ser visto apenas como um aparelho intrapsíquico, mas, sim, o produto de uma relação social. A partir dessa percepção, foi possível interligar os conceitos da Sociologia com a Psicologia. O homem é a sociedade e seu produto, e isso leva à reconstrução e à reelaboração dele no convívio com a sociedade onde vive (BERGER; LUCKMANN, 1973).

Segundo Jodelet (1991), reflete-se como uma forma de conhecimento que é tratada em processos e vários estudos diferentes. É um saber prático revelado no senso comum compartilhado no cotidiano social. Assim, envolve algumas condições. Na primeira, o sujeito revela-se em grupo ou individualmente; na segunda, tem a ver com a experiência prática quando se produz o pensamento.

Os estudos que utilizam tal teoria refletem uma diversidade de conteúdos. E o processo de análise não pode ser apenas entendido como um conjunto de informações ou elaboração de pensamentos. Deve-se verificar a prática cotidiana, bem como a criação e a manutenção de uma ordem social, que são funções básicas para a construção dessa teoria.

Morin (1983) defende que, quando se dá o *imprinting*, que significa o pensamento estruturado, podem ocorrer algumas zonas fracas e uma abertura que permite o movimento de mudanças e, desse modo, gerar novidades naquela representação, justamente pelo fato da dinamicidade. Isso sustenta uma determinada ordem social, que se reflete em conhecimentos historicamente localizados no imaginário social.

3 DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA

É um dos principais direitos considerados humanos, cuja finalidade é viabilizar uma convivência harmônica com os indivíduos que vivem em coletividade. Também é essencial para a formação do Estado Democrático de Direito, sendo um dos basilares de sua estruturação social.

Mesmo nos primórdios da sociedade, buscava-se a proteção desse direito quando se racionalizava a comida e se arrumavam formas de proteger-se das intempéries (AZEVEDO *apud* RUSSEL, 1994). Está presente no artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil, que a postula como fundamento do Estado e tem a função de orientar as atividades dos três poderes na nação brasileira.

Com vários significados para essa expressão, a mais correlata na atualidade é o merecimento ético, aquilo que se baseia na honradez e no ser honesto. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como a Constituição Brasileira, adjetivou-a, acrescentando “pessoa humana” e baseando-se em caracteres biológicos e filosóficos para diferenciar os portadores desse direito, quando comparado a máquinas e animais.

Demonstra, assim, ser um atributo do homem e somente dele, ou seja, só o ser humano é merecedor de respeito e proteção, sem que haja nenhuma distinção de raça, origem, crença ou diferença socioeconômica. Plácido e Silva (1967) ensina que a honra e a virtude são definições próprias dessa norma. E o jurista Ribeiro Neto (2012) ainda acrescenta que cada ser tem a sua própria dignidade, que não pode ser medida por valor, pois equivale às vidas moral e autônoma de cada ser.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Instrumento da pesquisa

A pesquisa contou com a contribuição de 137 acadêmicos, que responderam ao questionário entre os meses de maio a junho de 2020. Foram 62 alunos do curso de Direito, 40 das Ciências Biológicas e 35 da graduação em Agronomia.

O questionário foi composto por uma questão de evocação, em que se utilizou a expressão indutora “dignidade humana”. Pediu-se aos sujeitos da pesquisa que, no momento em que a lessem, escrevessem as cinco primeiras palavras que lhes viessem à mente. Os

resultados foram tratados pelo *software* Iramuteq, e utilizou-se, para essa discussão, o possível núcleo central da representação. Em uma segunda verificação, usou-se a similitude, gerando um grafo com palavras centrais e seus troncos.

4.2 Análise das frequências - questão de evocação, expressão indutora “dignidade humana”

Com o tratamento de dados realizado pelo sistema, chegou-se a quatro possíveis palavras representadas no núcleo central, que são: “moradia”, “respeito”, “igualdade” e “alimentação”. O quadro 1 mostra com quais expressões essas quatro principais estão conectadas e as frequências referenciais.

Quadro 1 - Possíveis palavras do núcleo central da representação

Palavras principais	Frequência	Palavra conectada	frequência
Moradia	4	vida	4
Respeito	6	saúde	4
Igualdade	3	trabalho	4
Alimentação	3	Segurança	4

Fonte: Programa Iramuteq. Autoria própria.

Nota-se que os acadêmicos entendem a dignidade como a população ter “moradia” digna, não ficar na rua, ter o apoio do Estado e da sociedade. Isso é a qualidade de vida que se espera, o mínimo existencial para que a pessoa viva com qualidade. A segunda palavra, “respeito”, está interligada com saúde, ou seja, é preciso dar à população condições públicas de saúde, com melhor qualidade, médicos preparados e assistência diária.

A “igualdade” também faz parte do possível núcleo central da representação, ou seja, todos têm direito a ser iguais em direitos, principalmente na perspectiva dos sujeitos da pesquisa em relação ao trabalho. Não pode haver diferenças em relação ao labor para a população. Todos necessitam de um emprego digno.

Por fim, a “alimentação” está relacionada com a segurança. Quando a população tem alimento à mesa, consegue ter saúde, segurança de vida para movimentar-se e trabalhar, dignificando, desse modo, sua existência, pelo menos na concepção dos estudantes entrevistados.

Em uma segunda análise, a figura 1 mostrará a lista das palavras mais evocadas, que, muitas vezes, não fazem parte do núcleo central, mas a ele estão interligadas.

Figura 1 - Palavras mais evocadas em ordem decrescente

Fréquences				
mod	freq	percent of total	row number	percent of rows
educacao	15	7.98	15	31.91
saude	14	7.45	14	29.79
moradia	13	6.91	13	27.66
respeito	12	6.38	12	25.53
vida	10	5.32	10	21.28
direitos	10	5.32	10	21.28
seguranca	10	5.32	10	21.28
igualdade	10	5.32	10	21.28
alimentacao	8	4.26	8	17.02
empatia	7	3.72	7	14.89

Fonte: Programa Iramuteq. Autoria própria.

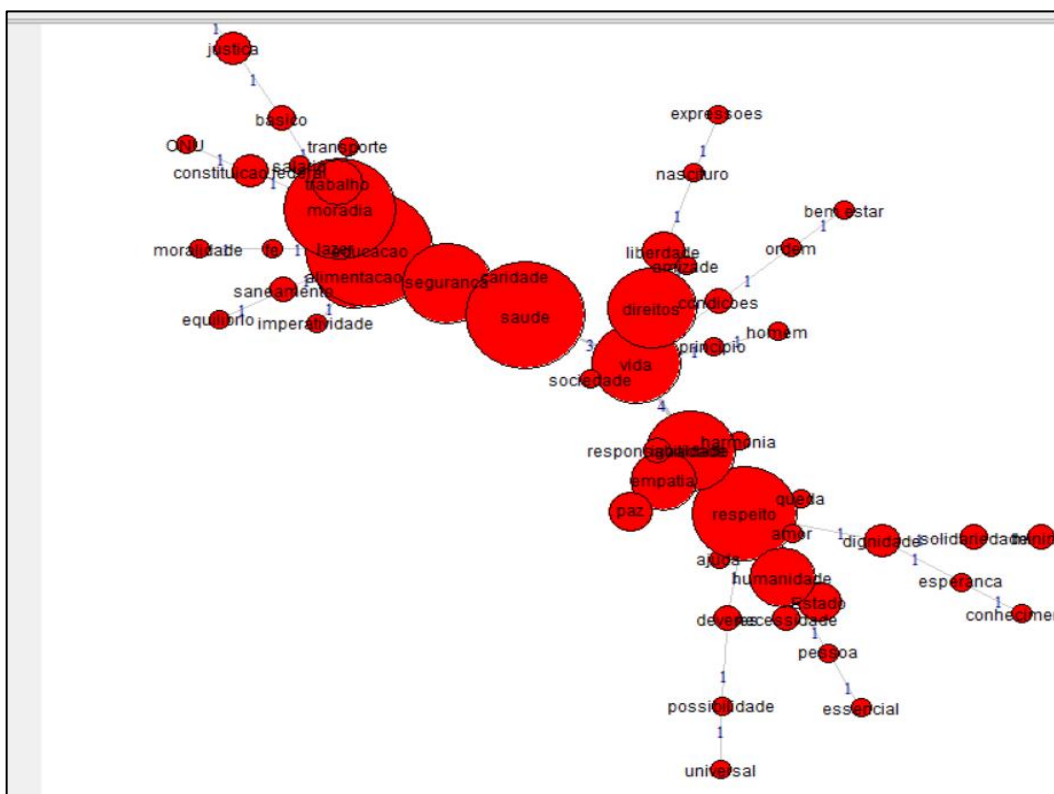
Essa figura mostra as dez palavras mais evocadas pelos sujeitos entrevistados. A primeira delas, com 15 repetições, é “educação”, o que mostra que, para os estudantes, ter dignidade é ter escola, estudo e conhecimento. A segunda, “saúde”, reflete as condições de disponibilidade de atendimentos e exames na área da saúde pública. A terceira, “moradia”, indica que o ser humano precisa de um lar para ter condições mínimas de existência, ou seja, ele precisa de um teto para assentar-se.

Na sequência, a quarta palavra é “respeito”, com 12 repetições. Equivale à contrapartida tanto do Estado quanto da sociedade para com o outro. No caso da Administração Pública, é dar foco às suas ações voltadas para o interesse público, regendo-se e cumprindo-se a Constituição Federal. “Vida” é o quinto vocábulo, com 10 evocações. Ser digno é ter condições de sobrevivência, o que se conjuga com todas as palavras citadas. É um direito do cidadão, que precisa viver com segurança e ter alimentação à mesa. Em conjunto a isso, é servir-se dessas normas em igualdade de propósitos.

4.3 Análise da similitude - a “dignidade humana”

Nessa segunda visualização, foi utilizada a similitude, na qual se formou um gráfico em que se destacaram as palavras mais evocadas frequentemente e suas ramificações, aparecendo os vocábulos interligados a elas. A figura 2 mostra o seguinte:

Figura 2 - Gráfico de similitude



Fonte: Programa Iramuteq. Autoria própria.

Na figura, encontram-se palavras centrais que mostram a possível representação dos sujeitos da pesquisa. Para eles, a dignidade está devidamente ligada à saúde, aos direitos, à vida, ao respeito, à humanidade. Para considerar o ser humano detentor de estar coberto das mínimas condições dignas, é preciso que haja paz e moradia.

É necessário que o Estado forneça saneamento, educação, transporte e segurança às pessoas. Como um direito fundamental especificado na Constituição Federal, deve ser resguardado para toda a sociedade que necessita de vida e condições mínimas de existência.

Quando se compara com o primeiro tipo de análise relacionada com a frequência, percebe-se que as principais palavras que envolvem a representação dos acadêmicos são as mesmas. Portanto, ter dignidade refere-se às condições que o Estado deve promover, ou seja, voltar-se apenas para a assistência social a ser promovida pela Administração Pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre o princípio fundamental da dignidade humana, utilizando-se a Teoria das Representações Sociais, revelou que, como norma fundamental, tem o condão de conceder ao cidadão uma qualidade de vida saudável. Reflete-se na concepção dos acadêmicos da UEG, como o direito que todo cidadão tem de ter uma moradia, um local onde possa abrigar-se, para dar a si e a sua família melhores condições de vida.

Também significa o respeito ao indivíduo, tanto na sua individualidade quanto em relação à sociedade. Isso também deve refletir-se na concessão de uma saúde de qualidade. A igualdade foi outro ponto de destaque representado pelos sujeitos da pesquisa. Para os acadêmicos, a dignidade da pessoa humana deixará de ser apenas uma palavra quando houver observância da igualdade, ou seja, quando todos puderem ser tratados de forma igual, não podendo existir uma diferenciação jurídica sem que haja um fundamento razoável.

A dignidade tem de ser equalizada aos interesses da sociedade, equilibrando direitos, deveres e respeito, sempre se voltando para o interesse público. Quando se une ao direito, à alimentação e à segurança, espelha-se nas necessidades da população, que precisa ter comida à mesa.

Essa condição também se encaixa no respeito e nas condições mínimas que devem partir das ações do Estado e do povo para com seu semelhante. Chega-se então ao objetivo comum, que é conferir dignidade e pôr em prática os preceitos constitucionais. Assim, se cumprirá o objetivo de haver uma sociedade brasileira justa e solidária.

O acadêmico diz que a dignidade existe quando há respeito ao direito. Em outras palavras, é a aplicação das normas jurídicas, o respeito às leis. Em todas as condições, o ser humano deve ser tratado como um ser digno, e não como um simples objeto. Na análise textual, chegou-se à conclusão de que, apesar de ser traduzida como um valor moral, pois nascemos dignos e já temos dignidade, para que ela se mantenha, é necessário que haja a atuação do Estado. Vive-se em um mundo e em um país em que a desigualdade social é discrepante.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Maria Emília Rocha de Mello. A Previdência Social e a Seguridade Social. *In*: AZEVEDO, Maria Emília Rocha de Mello. **A Previdência Social e a Revisão Constitucional**. Brasília: CEPAL; Ministério da Previdência Social, 1994. p. 12.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 fev. 2022.
- BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- CAMARGO, A. L. C. **A dignidade da pessoa humana no direito brasileiro**. São Paulo: Cultural Paulista, 2007.
- MORIN, E. **O Problema Epistemológico da Complexidade**. Lisboa: Europa-América, 1983.
- REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

PESQUISAR +
A ciência em processo e seus resultados
Volume 2

TRABALHOS DISCENTES PREMIADOS

LINHA DE PESQUISA:
Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade

ISBN: 978-65-89165-09-5

**ANÁLISE DO SANEAMENTO BÁSICO E SUA RELAÇÃO COM
A SAÚDE PÚBLICA EM APARECIDA DE GOIÂNIA**

*Daniel Rodrigues Silva Filho*¹

*Márcia Cristina Hizim Pelá*²

*Francispaula Luciano*³

RESUMO: Atualmente, no Brasil, ainda prevalecem grandes deficiências no atendimento aos serviços de saneamento básico, principalmente no que diz respeito à coleta e tratamento de esgotos e à disposição de água tratada. Ademais, o conhecimento histórico das inúmeras doenças que a falta de serviços básicos de saneamento pode provocar na vida da população em geral não é recente. Nesse sentido, o saneamento básico é essencial para a prevenção de doenças e, conseqüentemente, elevação da expectativa de vida do ser humano. Sendo assim, é a partir da necessidade de entender e analisar o complexo panorama entre a saúde pública e o saneamento básico, em especial no município de Aparecida de Goiânia, que esta pesquisa qualitativa-quantitativa busca explicitar a distribuição do saneamento e as regiões mais afetadas pela falta de medidas com o intuito de estabelecer condições sanitárias básicas, bem como as doenças relacionadas à ausência dessas medidas. No entanto, sem perder de vista a intrínseca relação entre a temática abordada e o desenvolvimento social. Como resultado, espera-se contribuir para o debate social sobre a relação entre a ausência dos serviços de saneamento básico na cidade e as conseqüências para a saúde humana e para os cofres públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Saneamento Básico. Saúde Pública. Prevenção de Doenças.

ABSTRACT: Currently, in Brazil, major deficiencies still prevail in the provision of basic sanitation services, especially with regard to the collection and treatment of sewage and the disposal of treated water. Moreover, the historical knowledge of the numerous diseases that the lack of basic sanitation services can cause in the lives of the population in general is not recent. In this sense, basic sanitation is essential for disease prevention and, consequently, to increase the life expectancy of human beings. Thus, it is from the need to understand and analyze the complex panorama between public health and sanitation, especially in the municipality of Aparecida de Goiânia, that this qualitative-quantitative research seeks to explain the distribution of sanitation and the regions most affected by the lack of measures in order to establish basic sanitary conditions, as well as the diseases related to the absence of these measures. However, without losing sight of the intrinsic relationship between the theme addressed and social development. As a result, it is expected to contribute to the social debate on the relationship between the absence of basic sanitation services in the city and the consequences for human health and public coffers.

¹ Graduando do 5º período do curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). E-mail: daniel.rodriguesf@gmail.com.

² Doutora em Geografia e docente do Centro Universitário Alfredo Nasser. E-mail: marcia.pela@gmail.com.

³ Mestre em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado. E-mail: paula.cart@hotmail.com.

KEYWORDS: Basic Sanitation. Public Health. Disease Prevention.

1 INTRODUÇÃO

O artigo é resultante do Projeto de Pesquisa - PIVIC (2020-2021), intitulado Saneamento Básico e sua relação com a Saúde Pública em Aparecida de Goiânia. Este foi realizado no âmbito do Poli(S)íntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). O estudo tem como objetivo analisar a relação entre o percentual de pessoas atendidas com os serviços básicos de saneamento e os impactos sobre a saúde pública em Aparecida de Goiânia.

Segundo a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), saneamento é o manejo de todos os fatores do meio físico que exercem ou podem exercer efeitos danosos ao ser humano, prejudicando seu bem-estar físico, mental e social (HELLER, 1998). Em outras palavras, pode-se dizer que saneamento caracteriza o conjunto de ações socioeconômicas que tem por objetivo alcançar salubridade ambiental, ou seja, “alcançar a capacidade de prevenir a ocorrência de doenças ocasionadas pelo meio ambiente e promover o desenvolvimento da saúde pública e do ecossistema” (PINTO *et al.*, 2014, p. 55).

Atualmente, no Brasil, ainda prevalecem grandes deficiências no atendimento aos serviços de saneamento, principalmente no que diz respeito à coleta e tratamento de esgotos e à disposição de água tratada. Os índices de atendimento são mais precários em áreas periféricas e na zona rural, onde residem as populações mais carentes e em vulnerabilidade social. Uma das consequências mais visíveis do inadequado atendimento por coleta e tratamento de esgotos é a poluição dos mananciais urbanos, que resulta em prejuízos a outros usos, como o abastecimento de água, além dos evidentes impactos prejudiciais sobre a saúde da população (MURTHA; CASTRO; HELLER, 2015).

Um exemplo evidente das grandes deficiências em relação aos serviços de saneamento básico no Brasil ocorre em Aparecida de Goiânia, onde mesmo com investimentos em saneamento nos últimos anos, o percentual de pessoas atendidas com coleta de esgoto é de apenas 47,10%. Segundo os dados, a população do município é estimada em aproximadamente 578.179 habitantes. Desse total de pessoas, 306.112 cidadãos não possuem coleta de esgoto, enquanto 136.121 habitantes não possuem acesso à água tratada (BRASIL, 2019).

Sendo assim, é necessário compreender que a saúde que o saneamento proporciona difere daquela que se procura nas unidades hospitalares, visto que para esses estabelecimentos são encaminhadas as pessoas que procuram assistência em saúde, geralmente com uma patologia instaurada. O saneamento se coloca como um instrumento de promoção da saúde pública preventiva, uma vez que elimina a chance de contágio por diversas doenças e, por conseguinte, a necessidade de procura aos hospitais e postos de saúde. Por isso, compreende-se o saneamento como uma das principais formas de desenvolvimento social e de promoção em saúde (GUIMARÃES; CARVALHO; SILVA, 2007).

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo do tipo qualitativo-quantitativo. Procurando identificar a relação entre saneamento básico e saúde pública foi organizado um levantamento bibliográfico através de pesquisas nas bases de dados *SciELO*, *LILACS* e Google Acadêmico. Além disso, foi aplicado um questionário *on-line*, em conformidade com a Resolução CNS 510/2016, que contou com a participação de 112 voluntários anônimos. Esse questionário teve como foco analisar os serviços de saneamento básico e os seus impactos sobre a saúde da população. Participaram do questionário os indivíduos maiores de 18 anos, todos moradores do município de Aparecida de Goiânia. Em síntese, o questionário foi aplicado entre os dias 14 a 20 de abril de 2021 de forma virtual.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

A compreensão da relação entre saneamento e saúde pública revela-se um pressuposto fundamental para o planejamento de sistemas de saneamento e para a disseminação da saúde pública preventiva. Nessa perspectiva, em relação ao quantitativo de pessoas com ou sem acesso à coleta de esgoto em suas moradias no município de Aparecida de Goiânia, 60 pessoas (53,5%) declararam no questionário não possuir coleta de esgoto, já 52 participantes (46,5%) afirmaram ter coleta de esgoto em casa.

Em relação aos dados coletados de 51 bairros de Aparecida de Goiânia através do questionário, observou-se que em 33 bairros não existe coleta de esgoto. Em alguns bairros, entre eles, Setor Garavelo Park, Cardoso Continuação, Jardim Ipiranga, Jardim Maria Inês,

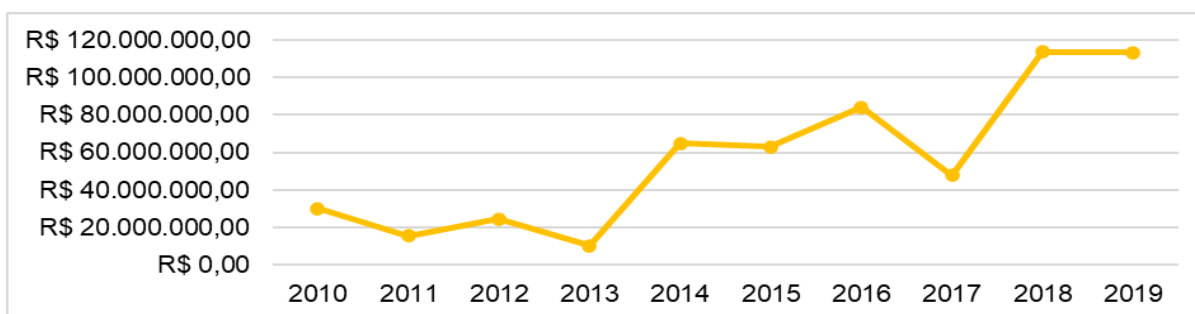
Setor dos Afonsos e Pontal Sul II foram identificadas características específicas, ou seja, determinados moradores dessas regiões relataram no questionário ter esgoto em seus domicílios, enquanto a grande maioria dos moradores dos bairros citados afirmaram não possuir acesso a esse serviço. Sendo assim, subentende-se que esses bairros não possuem em partes coleta de esgoto.

Ainda, é importante pontuar, que todos os participantes do questionário que relataram não ter acesso à coleta de esgoto em suas moradias afirmaram utilizar da fossa como recurso para a falta desse serviço. Vale ressaltar que apesar de ser uma solução paliativa para o problema de saneamento, a fossa rudimentar pode gerar a contaminação do lençol freático, o assoreamento de áreas de nascentes, a impermeabilização do solo urbano e, por isso, coloca em risco a saúde da população.

Fazendo uma breve comparação entre a cidade de Aparecida de Goiânia com os dados do estado de Goiás e do Brasil, percebe-se que o município está próximo da média brasileira em relação ao percentual de pessoas sem acesso à coleta de esgoto, enquanto em Aparecida o percentual é de 52,9%, no Brasil esse percentual é de 45,9%. No estado de Goiás o percentual é ligeiramente menor, representando 43,2% da população de todo o estado (BRASIL, 2019).

Os dados evidenciam que o quantitativo populacional atendido com coleta de esgoto em Aparecida de Goiânia ainda é preocupante. Entretanto, é importante ressaltar que o município entre os anos de 2010 a 2019 aumentou consideravelmente o investimento em saneamento básico, conforme apresenta-se no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Investimentos totais em saneamento no município de Aparecida de Goiânia



Fonte: Brasil (2019).

Ademais, os benefícios proporcionados pelos investimentos em saneamento básico já podem ser notados. A parcela da população que mora em domicílios com acesso ao serviço de coleta de esgoto dobrou em apenas um ano, 23,80% das pessoas tinham acesso ao serviço de esgotamento sanitário em 2018, já em 2019 o número foi de 47,10% (BRASIL, 2019).

Embora esteja explícito o crescimento relacionado aos investimentos em saneamento básico e o conseqüente aumento do acesso ao serviço de coleta de esgoto, nos últimos anos, o número de pessoas atendidas com esse serviço ainda é baixo no município. Haja vista que não é recente o conhecimento sobre os benefícios gerados pelo saneamento básico adequado.

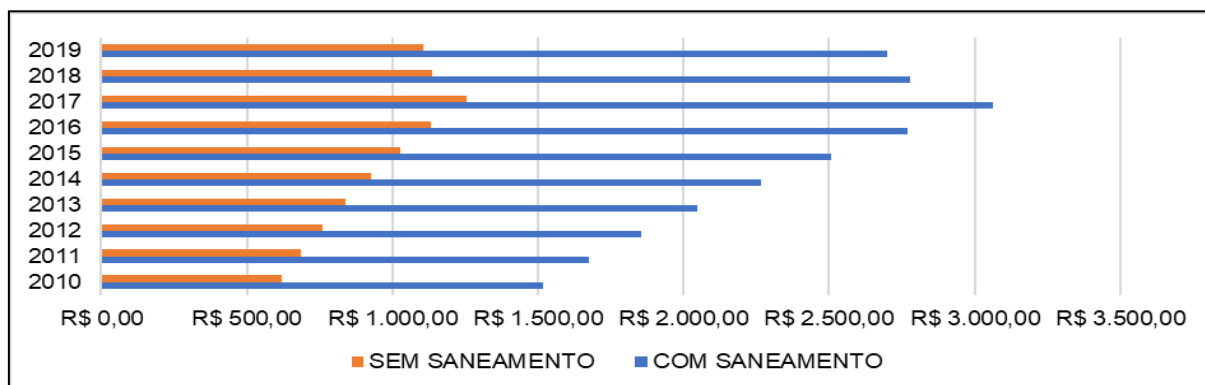
Sendo assim, esse fato carece de atenção, uma vez que no município de Londrina (PR), por exemplo, os investimentos em saneamento ficaram abaixo dos realizados em Aparecida de Goiânia em alguns anos, segundo Brasil (2019). Apesar disso, de acordo com o Instituto Trata Brasil (2021), Londrina atende 99,99% da população com água tratada e 99,98% com coleta de esgoto, enquanto Aparecida atende somente 76,50% da população com água encanada e 47,10% com coleta de esgoto. Ainda, os municípios possuem semelhança em relação ao quantitativo populacional.

Além do mais, é importante destacar que segundo os dados obtidos através do questionário, 34 pessoas (30,3%) não possuem o serviço de água tratada em sua residência, informação que é possível correlacionar aos dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Ainda, dos 34 participantes que não possuem acesso à água encanada em suas casas, 28 afirmaram utilizar a cisterna em seus domicílios como recurso para a falta desse serviço. Logo, essa situação identificada pode estar correlacionada ao atraso no desenvolvimento do saneamento básico no município de Aparecida de Goiânia.

Vale pontuar, ainda, que entre uma das principais conseqüências da precariedade dos serviços de saneamento nesse município, está o impacto na renda do trabalhador, promovendo a desigualdade salarial e social. Essa diferença diz respeito aos salários dos trabalhadores que residem em locais com saneamento básico e dos que residem em locais sem acesso aos serviços. Estima-se, por exemplo, que no Brasil a diferença salarial de um trabalhador com saneamento básico em sua residência para um sem esses recursos é cerca de R\$ 2.450,00 (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2020).

Essa realidade identificada no município requer atenção, visto que mesmo apresentando aumento na renda do trabalhador sem saneamento, no decorrer dos anos analisados, o salário ainda continua baixo e muito menor quando comparado aos trabalhadores com saneamento em suas residências, conforme observa-se no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Rendimento médio dos trabalhadores que moram em residências com e sem saneamento básico em Aparecida de Goiânia



Fonte: IBGE (2019).

Comparando as rendas dos anos de 2010 até 2019, é possível identificar que a renda do trabalhador em Aparecida de Goiânia sem saneamento continua sendo sempre em torno de 40% a 50% do que ganha o trabalhador com esses recursos básicos em casa. Essa diferença salarial, além de interferir no processo de qualidade de vida que o saneamento básico proporciona aos trabalhadores, também está relacionada a questão da produtividade.

Haja vista que, conforme demonstra o Instituto Trata Brasil (2020), se for dado acesso à coleta de esgoto a um trabalhador que mora em uma área sem esse serviço, espera-se uma melhora geral na qualidade de vida, gerando menos índices de internação por diarreia e redução do número de dias afastado do trabalho, entre outros aspectos, possibilitando uma produtividade maior, com efeito sobre sua remuneração.

Os trabalhadores mais afetados pela falta de saneamento em Aparecida de Goiânia são os que moram geralmente no subúrbio do município ou em bairros que surgiram sem planejamento, visto que nessas localidades estão as pessoas mais carentes e mais vulneráveis à contaminação por doenças relacionadas ao saneamento inadequado.

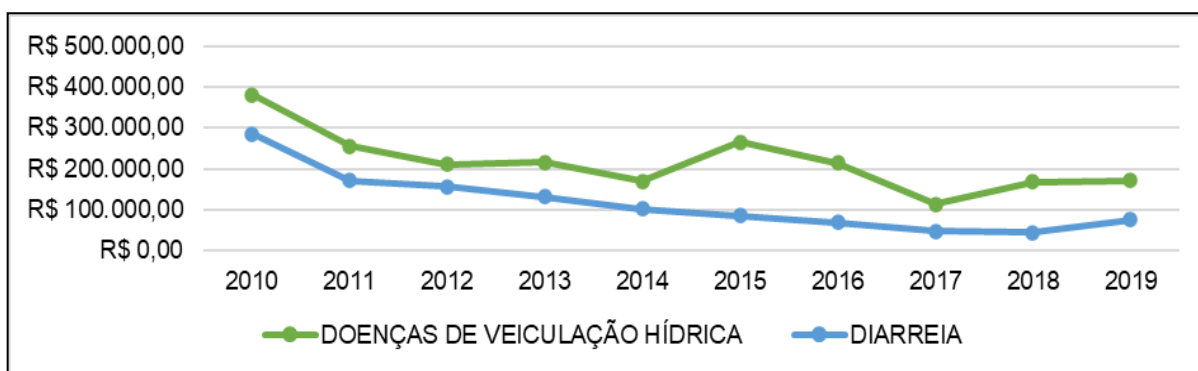
Ademais, foi possível constatar que as doenças mais comuns entre os participantes que não possui coleta de esgoto em casa, conforme as respostas obtidas pelo questionário aplicado, são: ascaridíase, dengue e infecções intestinais. Além disso, as diarreias foram expressamente citadas pelos participantes que não tem esse serviço básico em seus domicílios como a principal causadora de inúmeras intercorrências. Sendo assim, essa população urge de políticas públicas abrangentes.

Depreende-se, portanto, que a garantia do acesso universal e de qualidade ao saneamento básico em Aparecida de Goiânia ainda é um grande desafio. Os déficits denunciam o atraso não só do município, mas do país na garantia de direitos básicos como o

acesso à água e ao destino seguro dos esgotos. A exclusão, a desigualdade e a baixa qualidade dos serviços são o produto de um modelo de desenvolvimento vinculado ao modo de produção capitalista, promotor de iniquidades.

Posteriormente, analisando os dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS (2019), foi possível identificar que o crescente investimento em saneamento básico pode estar sendo um fator preponderante para a diminuição de despesas com internações por doenças associadas à falta de saneamento e por doenças gastrointestinais infecciosas em Aparecida de Goiânia, conforme vê-se no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Despesas com internações por doenças associadas à falta de saneamento e por doenças gastrointestinais infecciosas em Aparecida de Goiânia



Fonte: Brasil (2019).

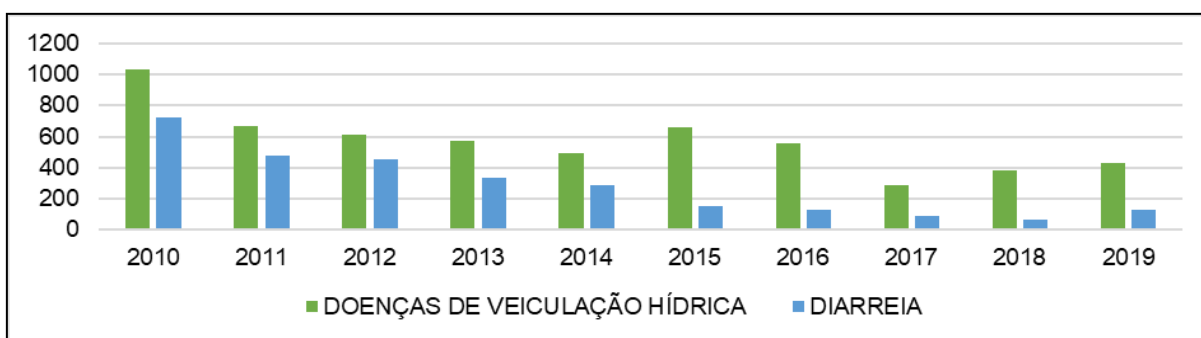
Em 2010 no município foram gastos mais de R\$ 380 mil só com internações ocasionadas por doenças de veiculação hídrica. Nos dados mais recentes, percebe-se uma melhora significativa, apresentando cerca de R\$ 172 mil em despesas em 2019 e em 2017 cerca de R\$ 114 mil. Mesmo diminuindo mais de R\$ 200 mil durante os 10 anos investigados, os gastos ainda são altos, mediante ao fato de que o número de pessoas atendidas com coleta de esgoto e água encanada tratada ainda é baixo no município. Logo, os impactos que a falta de saneamento produz à saúde e a outras áreas sociais explicitam as altas despesas e diversas deficiências.

Pode-se ainda observar que as despesas com internações relacionadas às doenças gastrointestinais infecciosas também decaíram no período analisado. Elas provocam como o principal sintoma a diarreia e pode levar o indivíduo a uma desidratação grave, necessitando de cuidados médicos. Desta forma, as despesas com internações por diarreia e doenças de veiculação hídrica são coeficientes fundamentais para análise do saneamento em um

município, uma vez que tais doenças e sintoma são extremamente comuns em regiões sem os serviços mínimos de saneamento.

Por fim, a partir da análise dos dados coletados no DATASUS (2019), percebe-se que as internações por doenças associadas à falta de saneamento e por doenças gastrointestinais infecciosas declinaram nos últimos tempos, conforme constata-se no Gráfico 4, apresentando consonância com o gráfico anteriormente exposto.

Gráfico 4 - Internações por doenças associadas à falta de saneamento e por doenças gastrointestinais infecciosas em Aparecida de Goiânia



Fonte: Brasil (2019).

Contudo, em 2015 e a partir de 2017 é possível perceber que houve um pequeno crescimento em internações por doenças de veiculação hídrica. Além disso, pode-se observar uma leve tendência de internações por diarreia no município de Aparecida de Goiânia nos últimos 3 anos analisados. Logo, esses acontecimentos podem estar relacionados com os baixos índices de coleta de esgoto e acesso à água tratada no município. Sugere-se, portanto, que essa situação carece de uma investigação mais profunda para mitigar as incertezas.

4 CONCLUSÕES

Dessa forma, conclui-se, no que se refere ao saneamento, que a prevenção de tais doenças analisadas estão associadas à quantidade de domicílios atendidos pela rede coletora de esgotos e ao número de domicílios atendidos com água tratada encanada. Assim, quanto mais abrangentes e eficientes forem esses serviços, menor será a ocorrência de internações por doenças de veiculação hídrica e por ocorrência de diarreia no município estudado. Conseqüentemente, o gasto público será menor com essas doenças apenas ampliando a cobertura dos serviços básicos de saneamento na região.

Faz-se necessária, portanto, a democratização do acesso a tais serviços de saneamento básico para assim, a população do município de Aparecida de Goiânia, trilhar o caminho democrático do bem-estar e do desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento – SNIS. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Painel de Informações Sobre Saneamento**. Brasília: SNIS, 2019. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/>. Acesso em: 05 jul. 2021.

BRASIL. Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento - SNIS. Painel de Informações Sobre Saneamento. **Painel de Indicadores - 2019**. Brasília, 2019. Disponível em: http://appsniis.mdr.gov.br/indicadores/web/agua_esgoto/mapa-esgoto. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Banco de dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS**. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2021.

GUIMARÃES, A. J. A.; CARVALHO, D. F. de; SILVA, L. D. B. da. **Saneamento básico**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ufrj.br/institutos/it/deng/leonardo/downloads/APOSTILA/Apostila%20IT%20179/Cap%201.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

HELLER, Léo. Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 73-84, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81231998000200007>. Acesso em: 20 jul. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Portal Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/apa-recida-de-goiania/pesquisa/19/29765?tipocartograma&indicador=29762>. Acesso em: 20 jun. 2021.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento 2021**. São Paulo, 2021. Disponível em: http://www.tratabrasil.com.br/images/estudos/Ranking_saneamento_2021/Ranking_do_Saneamento_2021_-_tabela_das_100_maiores_cidades_do_Brasil.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Saiba como a falta de saneamento básico afeta a renda do trabalhador brasileiro. **Blog sobre saneamento básico**, 2020. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/blog/2020/09/24/saiba-como-a-falta-de-saneamento-ba-sico-afeta-a-renda-do-trabalhador-brasileiro/>. Acesso em: 04 jul. 2021.

MURTHA, Ney Albert; CASTRO, José Esteban; HELLER, Léo. Uma perspectiva histórica das primeiras políticas públicas de saneamento e de recursos hídricos no Brasil. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 193-210, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC1047V1832015>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PINTO, Luana Patrícia *et al.* Salubridade Ambiental do Município de São Pedro do Iguaçu - PR. **Revista Brasileira de Energias Renováveis**, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/-rber.v3i1.36916>. Acesso em: 21 jul. 2021.

REVELAÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL:
a importância do acompanhamento psicológico a crianças sexualmente abusadas

Ayla Campos Pereira¹

Vinicius Novais Gonçalves de Andrade²

RESUMO: A assimetria nas relações entre adultos e crianças é estruturadora dessas relações, o seu fundamento na realidade brasileira. Os abusos sexuais na infância são um demonstrativo de como operam essas assimetrias e quais as suas finalidades: objetificar o corpo da criança. Entendendo o potencial devastador da ocorrência de um abuso sexual infantil, essa pesquisa tem o objetivo de contextualizar a infância, o abuso sexual infantil e suas consequências. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma revisão narrativa de literatura que buscou material teórico em livros e artigos científicos oriundos de portais de informações científicas como *SciELO*, *Google Scholar* e Portal de Periódicos CAPES. Os resultados coadunam com a ideia de abuso como expressão da assimetria de relações adulto e crianças; que o gênero é um marcador importante dada as estatísticas publicadas e que as consequências dos abusos podem ser potencialmente devastadoras para a vida da criança e em seu futuro. Concluímos que há nos abusos sexuais contra crianças componentes históricos, sociais, de gênero e relacionais, além de um processo de subnotificação que precisa ser superado com suporte psicológico, considerado extremamente necessário.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia. Abuso sexual infantil. Assimetria de relações. Consequências psicológicas.

ABSTRACT: The asymmetry in the relationships between adults and children is structuring of these relationships, its foundation in the Brazilian reality. Sexual abuse in childhood is a demonstration of how these asymmetries operate and what are their purposes: to objectify the child's body. Understanding the devastating potential of child sexual abuse, this research aims to contextualize childhood, child sexual abuse and its consequences. From a methodological point of view, this is a narrative literature review that sought theoretical material in books and scientific articles from scientific information portals such as *SciELO*, *Google Scholar* and *CAPES Periodicals Portal*. The results are consistent with the idea of abuse as an expression of the asymmetry of adult-child relationships; that gender is an important marker given the published statistics and that the consequences of abuse can be potentially devastating for the child's life and future. We conclude that sexual abuse against children has historical, social, gender and relational components, in addition to an underreporting process that needs to be overcome with psychological support, considered extremely necessary.

KEYWORDS: Psychology. Child sexual abuse. Asymmetry of relationships. Psychological consequences.

¹ Egressa do curso de Psicologia do Centro Universitário Alfredo Nasser. E-mail: aylacpereira@gmail.com.

² Coordenador do curso de Psicologia do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN) e docente da mesma instituição. Estágio Pós Doutoral pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás com período de Estágio Doutoral Sanduíche na Universidade do Porto – Portugal. E-mail: viniciusnovais@unifan.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Segundo a última atualização, em 2018, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, por hora são estupradas 04 meninas de até 13 anos no Brasil (FBSP, 2018). De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a pessoa até doze anos de idade incompletos é considerada criança, enquanto que o adolescente é o indivíduo entre doze e dezoito anos de idade, (BRASIL, 1990).

Na visão de Motti e Faria (2006, p. 47), o abuso sexual infantil configura quanto:

a utilização do corpo de uma criança ou adolescente, por um adulto ou adolescente, para a prática de qualquer ato de natureza sexual, sem o consentimento da vítima que é coagida física, emocional e psicologicamente. Trata-se de uma relação que satisfaz, de forma unilateral, uma só parte – aquele que pratica o abuso. Compreende atos libidinosos (incesto, pedofilia, assédio) até o estupro.

O Código Penal Brasileiro (1990) divide e classifica os diferentes tipos de abuso sexual que ocorrem contra crianças nos artigos 213, 214, 217, 218 e 234 explicitando diferentes classificadores, sendo:

Art. 213. Estupro: Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso;

Art. 214. Atentado Violento ao Pudor: Praticar ou constranger alguém a praticar ou permitir que com ele se pratique conjunção carnal ou outro ato libidinoso por meio não compreendido no artigo anterior – art. 213;

[...]

Art. 217. Estupro de Vulnerável: Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem;

Art. 218. Corrupção de Menores: Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem;

[...]

Art. 234. Pornografia: Fazer, importar, exportar, adquirir ou ter sob sua guarda, para fim de comércio, de distribuição ou de exposição pública, escrito, desenho, pintura, estampa ou qualquer objeto obsceno.

O julgamento e penalidade para o crime de abuso sexual contra crianças e adolescentes é definido como hediondo, ou seja, inafiançável, sem indulto ou possibilidade de diminuição de pena por bom comportamento (BRASIL, 1990). Crimes enquadrados nesse tipo, de acordo com a legislação brasileira, são aqueles considerados de alta gravidade. Isso expõe parte da magnitude do prejuízo acarretado às vítimas e o grande sofrimento infligido a elas. A revelação e a denúncia do abuso são elementos complexos que envolvem uma série de

fatores biológicos, psicológicos e sociais, sendo um processo difícil de ser enfrentado para muitas vítimas.

O abuso sexual abarca diferentes dimensões e se incorpora nos processos sócio-históricos e culturais apontando e evidenciando relações de poder e subordinação que se apodera de indivíduos incapazes de negar, resistir ou distinguir o abuso. Dentro deste grupo encontram-se pessoas em situações de vulnerabilidade e foco deste trabalho, principalmente crianças. Foucault (1999) elabora sobre o potencial do discurso para dominação ao passo que outorga poder sobre os corpos e sexualidades de crianças e adultos, à proporção que o ato e prática sexual passam a ser um tabu a determinados grupos, gêneros e idades, mas para outros é instrumento essencial do exercício de poder.

A criança sexualmente vitimada, segundo Blanchard (1996, p. 7), pode apresentar os seguintes impactos em seu desenvolvimento:

Ter vivido um trauma físico e psicológico faz com que a vítima questione sua capacidade de defender-se. Ela aprende a odiar seu corpo porque ele a faz lembrar de más experiências. Ela tem respostas dissociadas, apresenta dificuldade de intimidade e é emocionalmente distante. Ela aprende que não pode controlar seu corpo e que outra pessoa pode tocá-la sem o seu consentimento. Ela não confia na sua memória, nos seus pensamentos e no seu senso de realidade. Essas consequências afetam não só a vítima, mas também a sociedade em geral porque uma criança traumatizada torna-se eventualmente um adulto que pode adotar comportamentos agressivos ou passivos para resolver as situações e o estresse.

A partir do exposto, esse trabalho tem o objetivo de: contextualizar a infância, o abuso sexual infantil, suas consequências e a importância do acompanhamento psicológico.

2 METODOLOGIA

Foi utilizado para a construção desse estudo um levantamento bibliográfico delineado como revisão narrativa da literatura. De acordo com Matos (2015, p. 2), esse método é:

A revisão da literatura é o processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica. “Literatura” cobre todo o material relevante que é escrito sobre um tema: livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações e outros tipos.

Nesta investigação, foi efetuada a busca por referenciais bibliográficos a fim de constituir conhecimento científico para compreender o momento pós abuso sexual contra

crianças, bem como de seus impactos e os cuidados psicológicos. Para isso, foram utilizados artigos científicos, livros, impressos e/ou digitalizados, nos indexadores Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), SciELO e *Google Scholar*, utilizando as combinações de descritores: abuso sexual infantil; abuso sexual no Brasil; cuidado com vítimas de abuso sexual; atendimento psicológico em vítimas de abuso sexual. Em seguida, realizou-se uma leitura analítica para sistematizar as informações, identificar o objetivo de estudo e elaborar uma discussão teórica que o contemplasse.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O abuso sexual infantil pode produzir diversas consequências nas vítimas. As complicações atingem o âmbito físico, psicológico, social e sexual. É imprescindível compreender as estruturas de poder e violência estabelecidas social e culturalmente que cultuam a barbárie contra vulneráveis. Assim o abuso sexual infantil em suas diferentes faces é uma problemática que afeta a sociedade, pois transpassa as classes sociais e exacerbam ainda mais as diferenças de raça, gênero e relações adulto e criança culturalmente construídas ao longo do tempo.

O processo de desenvolvimento infantil se constitui como uma etapa de desenvolvimento com características específicas, que envolve o corpo, a constituição do eu, a internalização de valores sociais vigentes e que podem gerar conflitos e algumas vezes intenso sofrimento, algo que deve ser lidado com cautela pelos cuidadores já que as experiências da infância podem produzir registros que estarão presentes na adolescência e vida adulta. A transgressão do espaço físico e psicológico do outro consiste em fonte de diversas desordens à vítima. Assim, como produto dessa violação, o adoecimento físico e psíquico manifesta-se de diferentes formas. Os sintomas, para Prado (2004, p. 64),

Atingem todas as esferas de atividades, podendo ser simbolicamente a concretização, ao nível do corpo e do comportamento, daquilo que a criança ou o adolescente sofreu. Ao passar por uma experiência de violação de seu próprio corpo, elas reagem de forma somática independentemente de sua idade, uma vez que sensações novas foram despertadas e não puderam ser integradas.

Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) em 2019, 70% dos casos de abuso e exploração sexual infantil foram cometidos por familiares do convívio da vítima, e em mais 70% cometido na casa do autor do abuso ou da vítima, (BRASIL, 2019).

Tais dados evidenciam uma contradição cultural e social das relações familiares estabelecidas com crianças em que a família, lugar constitucionalmente de cuidado pode, potencialmente, ser um lugar de abuso e violência.

É importante ponderar nesta discussão de que abusos são subnotificados, ou seja, casos que não foram computados e que ficam fora das estatísticas pela falta de conhecimento das situações. O abuso sexual é potencialmente traumático para quem os sofre. Fatores como o abusador estar dentro da família corrobora para que a denúncia não seja efetuada e que as relações entre o adulto e criança, do ponto de vista corporal e emocional, fiquem borradas em seus limites. Para compreender esse fenômeno é necessário um resgate histórico e cultural que evidencia parte da gênese dessas relações e normatizações da violência.

Historicamente, determinados sujeitos foram – e são – considerados vulneráveis e subordinados. Bourdieu (2012) argumenta sobre a dominação de gênero pelo universo simbólico que se aparata em uma série de conceitos prévios estabelecidos e normatizados pela sociedade fazendo com que:

[...] dominados contribuam, muitas vezes à sua revelia, ou até contra sua vontade, para sua própria dominação, aceitando tacitamente os limites impostos, assumem muitas vezes a forma de emoções corporais — vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa — ou de paixões e de sentimentos — amor, admiração, respeito (BORDIEU, 2012, p. 51).

Dessa forma o ambiente familiar pode vir a ser para esses sujeitos vulneráveis, crianças, um lugar de possível risco à violência. Indicador alarmante dessas relações está no Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (2018), que realizou uma análise do abuso sexual contra crianças e adolescentes no Brasil de 2011 a 2017, em que 81,6% dos casos o autor era do gênero masculino e em contrapartida 73,8% dos casos eram crianças do gênero feminino.

Dados concretos sobre subnotificação de abuso sexual infantil não existem, afinal não há como computar os casos não denunciados, mas no discurso e na convivência popular não é raro que se encontrem adultos e adolescentes que revelam terem sido abusados na infância e por algum motivo não realizou a denúncia. Desta forma é possível perceber uma espécie de acordo de ocultamento e de silêncio do abuso sofrido e que diferentes justificativas emergem para encobri-lo.

Tratando-se de crianças os obstáculos para a denúncia são maiores, afinal é um indivíduo em desenvolvimento e que possui diversas características físicas, cognitivas,

emocionais e sociais próprias (e que são diferentes das dos adultos) que conseqüentemente dificulta a resistência ao abuso, compreensão e comunicação do abuso sofrido.

Ao compreender as condições específicas da criança, diferentes instituições têm se pautado na elaboração de campanhas e orientações à família, comunidade, escola, unidades de saúde, conselho tutelar, assistência social, delegacias e demais órgãos públicos. Conseqüência disso é o aumento relativo a identificação de possíveis casos de abuso sexual infantil, desse modo o número de denúncias tem aumentado.

O sofrimento da criança se prolonga ao entrar no sistema de justiça pois até chegar ao ato da denúncia e seus *a posteriori*, ocorre a repetição da narrativa sobre o abuso. A partir da compreensão de que isso era uma forma de revitimizar a criança, foi sancionada em 2017 a Lei Nº 13.431³ que promove a escuta especializada limitando o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade, buscando minimizar o impacto de rememorar o abuso (BRASIL, 2017). Ocorre também a instauração de inquérito, o atendimento médico, social e psicológico especializado, o julgamento e a sentença.

Com números cada vez maiores de abuso sexual infantil no Brasil, no ano de 2000 foi elaborado o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto Juvenil, a partir desse plano surge o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR) e tem por objetivo:

Integrar políticas para a construção de uma agenda comum de trabalho entre governos, sociedade civil e organismos internacionais, visando ao desenvolvimento de ações de proteção a crianças e adolescentes vulneráveis ou vítimas de violência sexual e tráfico para fins sexuais; e – Desenvolver metodologias exitosas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, que possam ser disseminadas para outras regiões brasileiras, referenciadas na organização, no fortalecimento e na integração dos serviços locais, possibilitando a construção de uma Política Municipal de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, assegurada a participação social na construção de todos os processos (MOTTI; FARIA, 2006, p. 12).

Passa-se então a pensar e elaborar estratégias buscando atender integralmente crianças vítimas de abuso sexual ao passo que o indivíduo passa a ser acolhido de maneira integral dentro da perspectiva da violência sofrida e do grau de necessidade do atendimento buscando minimizar e compreender os processos do trauma vivido.

³ Esta Lei normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, cria mecanismos para prevenir e coibir a violência, nos termos do art 227 da Constituição Federal da Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos adicionais, da Resolução nº 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e de outros diplomas internacionais, e estabelece medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência.

Todo o processo de acolhimento dessa criança envolve estar em contato com o relato e sequelas do abuso sexual, ser atendida por profissionais qualificados é de extrema importância para compreender esse indivíduo. Geralmente no contato com os profissionais o conteúdo do abuso toma forma, e exteriorizar e compreender a violência são fatores fundamentais para excretar as profundas dores dessa violência (AZAMBUJA, 2005).

O atendimento psicológico imediato após a revelação do abuso é processo fundamental para que a criança consiga incorporar e assimilar a série de rupturas psicológicas vivenciadas. Também é válido quanto espaço de acolhimento e aprendizagem para que as concepções de relação, adulto e criança, não sejam concebidas de maneira frágil ao passo que a violência não seja naturalizada e por fim perpetuada.

4 CONCLUSÕES

Conclui-se a partir do exposto, a urgente necessidade de capacitação e promoção do atendimento psicológico em crianças vítimas de abuso sexual. Evidenciam-se também os impactos devastadores que são produtos do abuso sexual e seu enorme grau de consequência na adolescência e vida adulta. É indispensável construir e propagar campanhas que busquem a prevenção do abuso sexual infantil, disponibilizar informação é a ferramenta potencialmente mais eficaz para a identificação de possíveis casos e para maior construção de rede de apoio que contribua para revelação e denúncia, para que de tal modo a sociedade caminhe para o acolhimento dessas crianças.

Assim, preservar a integridade, dar autonomia e suporte, e mudar a concepção do atendimento psicológico, principalmente reconhecendo sua importância para crianças sexualmente violentadas é uma alternativa altamente eficaz para minimizar os sintomas de uma sociedade adoecida, afinal localizam-se nesse processo, também, suas famílias que carregam consigo diversas demandas. É necessário esgotar-se do assunto, explorar as falhas e construir base científica para que ações efetivas sejam implementadas e que a temática se torne amplamente acessível ao passo de tornar-se um conhecimento popular e não apenas um problema a ser velado ou uma vergonha a ser escondida.

REFERÊNCIAS

- AZAMBUJA, M. P. R. Violência doméstica: Reflexões sobre o agir profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 25, p. 4-13, 2005.
- BLANCHARD, J. *Sexual exploitation*. Trabalho apresentado no Congresso *Against the Sexual Exploitation of Children*, Brasília, Brasil. Abril, 1996.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 12.015, de 07 de agosto de 2009. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Brasil, Brasília, 07 ago. 2009.
- BRASIL. **Lei n. 8.072**, de 25 de julho de 1990. Lei dos crimes hediondos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18072.htm. Acesso em: 28 ago. 2021.
- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 09 set. 2021.
- BRASIL. **Lei n. 13.431**, de 4 de abril de 2017. Dispõe sobre a Escuta Especializada de Crianças e Adolescentes. Brasília: Senado Federal, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico**. v. 49, n. 27, 2018. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>. Acesso em: 05 set. 2021.
- BRASIL. Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ODNH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). **Combate à violência**, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/disque-100-tem-mais-de-6-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contras-criancas-e-adolescentes-em-2021>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Análise Estatística dos Anuários Brasileiros de Segurança Pública**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/estatisticas/> Acesso em: 09 set. 2021.
- MATOS, P. C. **Tipos de revisão de literatura**. Faculdade de Ciências Agrônomicas de Botucatu, 2015. Disponível em: <http://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.
- MOTTI, A. J. A.; FARIA, T. D. (Orgs.). **Programa de Ações Integradas Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro**: capacitação das redes locais. Campo Grande, 2006. Disponível em: http://www.mpgp.mp.br/portal/arquivos/2015/05/22/17_44_53_197_PAIR_M%C3%B3dulo_2.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

PRADO, M. C. C. A. (Org.). **O mosaico da violência**: a perversão na vida cotidiana. Rio de Janeiro: Vetor, 2004.

**O SILÊNCIO DO ABUSO SEXUAL SOFRIDO NA INFÂNCIA:
efeitos na vida adulta**

Tatiane Maria O. Tirabassi¹

Vinicius Novais Gonçalves de Andrade²

RESUMO: A temática do abuso sexual contra crianças e adolescentes se mostra complexa e de difícil acesso, mas importante de ser analisada. O objetivo dessa pesquisa foi de descrever o abuso sexual infantil, bem como de seus processos de silenciamento e consequências na vida adulta. Do ponto de vista metodológico tratou-se de uma pesquisa de revisão narrativa de literatura em bases de dados como: *SciELO*, *PUBMED* e *LILACS*. Os resultados proporcionaram a construção de discussões conceituais sobre abuso sexual na infância e adolescência; o fato de que grande parte dos abusos acontece por pessoas conhecidas; que há a imposição de um pacto de silêncio por parte do autor de abuso sexual e que as consequências dos abusos sexuais sofridos na infância são vividas na fase adulta e são numerosos. Concluímos que há a necessidade de políticas públicas de prevenção ao abuso sexual, a necessidade de romper os processos de silenciamento para evitar revitimizações e a necessidade de a Psicologia estar cada vez mais presente quando das intervenções realizadas com as vítimas e com os autores de violência sexual.

PALAVRAS-CHAVE: Abuso sexual. Infância. Ressignificação. Transtornos mentais.

ABSTRACT: The issue of sexual abuse against children and adolescents is complex and difficult to access, but important to be analyzed. The objective of this research was to describe child sexual abuse, as well as its silencing processes and consequences in adult life. From the methodological point of view, it was a narrative review of literature in databases such as: *Scielo*, *Pubmed* and *Lilacs*. The results provided the construction of conceptual discussions about sexual abuse in childhood and adolescence; the fact that most of the abuses happen by people they know; that there is an imposition of a pact of silence on the part of the perpetrator of sexual abuse and that the consequences of sexual abuse suffered in childhood are experienced in adulthood and are numerous. We conclude that there is a need for public policies to prevent sexual abuse, the need to break the silencing processes to avoid revictimizations and the need for Psychology to be increasingly present when interventions are carried out with victims and perpetrators of sexual violence.

KEYWORDS: Sexual abuse. Childhood. Re-signification. Mental disorders.

¹ Egressa do curso de Psicologia do Centro Universitário Alfredo Nasser.

² Pós-doutor em Psicologia. Doutor em Psicologia pela PUC Goiás (com período de doutorado sanduíche na Universidade do Porto na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação). Mestre em Psicologia (PUC Goiás). Psicólogo graduado pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Psicanalista. Coordenador do curso de Psicologia do Centro Universitário Alfredo Nasser e docente da mesma instituição. Contato: viniciusnovais@unifan.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

O abuso sexual infantil apresenta-se de modo recorrente em muitas famílias, sustentado por uma lógica de silenciamento que se inicia na infância e se prolonga na vida adulta. Tal silenciamento se fundamenta em relações interpessoais assimétricas do adulto com a criança. Como consequência dessa dinâmica relacional violenta, observam-se prejuízos na saúde mental e social para aquele que sofreu o abuso na infância e não teve o devido acolhimento contingente ao trauma sofrido (FLORENTTINO, 2015) e nem posteriormente. Ao identificar o silêncio que perpassa as situações de abuso sexual, podemos, enquanto psicólogos, intervir e minimizar ou até mesmo sanar “problemas” de saúde mental e social na vida adulta deste sujeito que sofre.

Desta maneira, entendemos ser relevante investigar teoricamente sobre as experiências do abuso sexual infantil e suas consequências para a vida adulta. Compreender cada vez mais sobre este fenômeno possibilita refletir sobre a importância das políticas públicas para esses sujeitos e contribuir para elaboração de estratégias práticas para profissionais da Psicologia. Cabe ressaltar ainda sobre a importância de pesquisar os aspectos relacionais que inibem a revelação do abuso, pois assim, torna-se possível a diminuição da revitimização e os seus impactos negativos (HERSHKOWITZ *et al.*, 2007) tanto na infância quanto na vida do adulto. A partir do exposto, essa pesquisa tem o objetivo de descrever o abuso sexual infantil, bem como de seus processos de silenciamento e suas consequências para a vida do sujeito.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura científica construída a partir de um levantamento bibliográfico, para a qual se utilizou os descritores: “abuso sexual” e “infância”; “abuso sexual” e “fase adulta”, nos portais de dados científicos: *SciELO (Scientific Electronic Library Online)*, *PUBMED* (Biblioteca Nacional de Medicina os Estados Unidos), *Google Scholar* (Google Académico) *LILACS* (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), no período dos anos de 2015 a 2021, em língua portuguesa. Foram incluídas referências que abordavam o fenômeno do abuso sexual na infância e processos de silenciamento e suas consequências. Em seguida, realizou-se uma leitura analítica para sistematizar e analisar as informações teóricas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Papalia, Olds e Feldman (2013), a infância é constituída por características diferentes de acordo com a idade, sendo subdivididas em: Primeira infância – 0 a 3 anos, marcada pela aquisição da linguagem e locomoção; Segunda infância – 3 a 6 anos com desenvolvimento da imaginação, brincadeiras e noções de gênero (diferenças sexuais); e Terceira infância – 6 a 11 anos, momentos em que amizades e aprendizagem escolar acontecem. Nas três infâncias o abuso sexual pode, infelizmente, incidir.

O abuso sexual é definido como todo e qualquer ato ou jogo sexual, seja em relação heterossexual ou homossexual – com ou sem contato físico, com intenção de estimular sexualmente qualquer individuo sem seu consentimento. Define-se abuso sexual contra crianças e adolescentes todos os atos cujos objetivos são a obtenção de prazer sexual experimentada por alguém com idade cronológica superior e estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado em relação aos objetos de prazer: as crianças e adolescentes. (MINYO, 2001; HABIGZANG *et al.*, 2005; PFEIFFER; SALVAGNI, 2005; BRASIL, 2006; BOARATI; SEI; ARRUDA, 2009; SANTOS; DELL'AGLIO, 2010).

A maior parte dos casos de abuso sexual na infância e adolescência parte de pessoas que possuem ligação direta as vítimas e que exercem algum tipo de poder sobre elas, em relações assimétricas de poder. O incesto, que envolve grau de parentesco (pais, avós, tios, primos, irmãos) e maior proximidade entre autor de abuso e vítima, causa maior dano psicológico tanto quando os abusos acontecem, na infância, quanto posteriormente, na vida adulta (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005).

Poderíamos afirmar a partir da Constituição Federal de 1988 (Artº 227) e do ECA (1990) que atualmente a família, sociedade e o estado têm o dever de promover a segurança e bem estar à vida da criança e do adolescente. Entretanto, a realidade vivida por inúmeras crianças e adolescentes é outra, a do abuso sexual.

Ambientes de pertença da criança, sejam eles familiares ou não, podem influenciar diretamente na revelação do abuso sexual. Por outro lado, o que mais se observa, é a construção de um segredo, um silêncio exigido pelo autor à vitima, que pode se perpetuar ao longo da vida. Considera-se:

A família, como lugar de proteção e cuidados, é, em muitos casos, um mito. Muitas crianças e adolescentes sofrem ali suas primeiras experiências de violência: a negligência, os maus-tratos, a violência psicológica, a agressão física, o abuso sexual. As pesquisas demonstram que, no interior da família, a principal vítima da

violência física é o menino e, do abuso sexual, a menina. O pai biológico constitui-se no principal agressor (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999, p. 254).

Em decorrência do fechamento da família em si mesma (sem abertura para ser conhecida por outrem), podemos supor que há um baixo índice de denúncias destas violências. Assim como considera Cunha (2021, p. 1 - 30),

Os próprios dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) mostram a urgência da adoção de medidas para proteger esse público. De acordo com a pasta, de 2011 ao primeiro semestre de 2019, foram registradas no Disque 100 mais de 200 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes. Considerando o fato de que pesquisas afirmam que apenas 10% dos casos são notificados às autoridades, somos impactados com a impressionante cifra de mais de 2 milhões de casos nesse período em nosso país”, destaca o ministério.

Os dados explicitam a proporção da violência sexual em um ciclo repetitivo, configurando-se em uma verdadeira resistência à revelação do abuso sexual, ou seja, o silêncio sem mantê-lo, assim como os abusos sexuais.

Considerando o abuso sexual como um trauma transgeracional, Salomon (2013) destaca que o trauma do abuso sexual não permanece apenas na consciência e inconsciente, mas também no real do corpo, uma cicatriz pronta para se mostrar e doer; para se manifestar quando surgir qualquer gatilho que desencadeie aquela memória até então recalcada. Essas reviviscências, por sua vez, que também podem provocar prejuízos a saúde mental e social.

De acordo com Dalgalarro (2000), as consequências subjacentes deste abuso sexual sofrido na infância podem ser manifestos através de tristeza constante, sentimentos de culpa, medo exagerado de adultos, do mesmo gênero ou não da pessoa que abusou, comportamento sexual avançado para idade, tiques ou manias, masturbação frequente e descontrolada, enurese ou encoprese e baixa autoestima.

Ao entender que a subjetividade humana se constrói a partir de nossos processos de desenvolvimento corporal e psíquico, afirmamos que os efeitos dos abusos sexuais sofridos e silenciados na infância são expressos através de sintomas, também, posteriormente, na fase adulta, como: ansiedade, depressão, culpa, fobias, distúrbios do sono, transtornos alimentares, transtorno dissociativo de identidade (também conhecido como transtorno de personalidade múltipla), comportamento autodestrutivo e suicida (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005). Assim, a revelação do abuso sexual por crianças e adolescentes deve ser precoce para que intervenções psicológicas sejam possíveis e urgentes.

A partir do exposto, reafirmamos a necessidade de compreensão do fenômeno do abuso sexual contra crianças e adolescentes, bem como dos determinantes dos processos de

silenciamento da revelação dos abusos, pois como foi discutido, as consequências negativas dos abusos sexuais são muitas, sobretudo quando houve o processo de silenciamento e de reiteração dos abusos.

4 CONCLUSÕES

O objetivo dessa pesquisa foi de descrever o abuso sexual infantil, bem como de seus processos de silenciamento e efeitos na vida adulta. Concluimos que o fenômeno do abuso sexual contra crianças e adolescentes é complexo e de difícil acesso pois encontra-se em grande parte no seio familiar que, conforme discutido mostra-se fechada em si mesma e sem grande possibilidade de acesso a qualidade de suas relações. Concluimos que os efeitos do abuso sexual infantil na vida adulta são nefastos e que, é perceptível a necessidade da continuidade de estudos buscando trazer a luz ao que ainda, em oculto, tem trazido severos prejuízos às crianças e adultos abusados na infância. Consideramos, por fim, a necessidade da presença do profissional psicólogo nas intervenções com as vítimas de abuso sexual, tanto contingente ao abuso, quanto posteriormente visando a redução das suas consequências negativas.

REFERÊNCIAS

- BOARATI, M. C. B.; SEI, M. B.; ARRUDA, S. L. S. Abuso sexual na infância: a vivência em um ambulatório de psicoterapia de crianças. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.** [online]., v. 19, 2009.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 16/07/1990, p. 13.563.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CUNHA, M. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes** – Abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional. Brasília, 2021.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf>.
Acesso em: 12 set. 2021.

DALGALARRONDO, P. **Psicologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FLORENTINO, B. R. B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 139-144, Aug. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922015000200139&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 mar. 2021.
<http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/805>.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de pediatria**, Rio de Janeiro, v. 81, supl. 5, p. 197-204, nov. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/jped/v81n5s0/v81n5Sa10.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2021.

SANTOS, S. S.; DELL'AGLIO, D. D. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 328-335, ago. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 fev. 2021.

SOLOMON, A. **Longe da árvore: pais, filhos e a busca da identidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ANÁLISE CINEMÁTICA DA MARCHA DE PACIENTES COM ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA (ESTUDO LONGITUDINAL)

Paloma Nepomuceno Araujo¹

Paulo Fernando Lôbo Correa²

Denise Sisterolli Diniz³

Jakeline Ferreira de Araújo Lôbo⁴

RESUMO: A Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) é uma doença terminal de caráter neurodegenerativo, progressivo e paralítico que ocorre pela degeneração dos neurônios motores superiores e inferiores. A sobrevida é de 3 a 5 anos e, nesse tempo, a qualidade de vida dos indivíduos acometidos é comprometida principalmente pela redução da mobilidade e capacidade de realizar atividades de vida diárias, como a marcha. O objetivo desse estudo foi avaliar o desempenho da marcha de indivíduos com ELA, sem a utilização de dispositivos de auxílio, por meio da análise dos parâmetros cinemáticos. Trata-se de um estudo transversal, descritivo e laboratorial. Os parâmetros avaliados foram inclinação, obliquidade e rotação pélvicas; flexão, extensão, abdução, adução e rotação de quadril; flexão, extensão, abdução e adução de joelho; plantiflexão, dorsiflexão e rolamentos de tornozelo. Os pacientes foram orientados a caminhar por uma pista de coleta com 10 câmeras de infravermelho e 2 câmeras de vídeo, com velocidade auto selecionada. Foram realizadas cinco capturas da marcha. Para análise, utilizou-se a média das cinco coletas. Houve presença de alterações em todas as articulações, com maior frequência no componente de tornozelo e pelve. A escassez de materiais que analisaram a cinemática da ELA dificultou a possibilidade de uma discussão comparativa. Foi observado a presença de alterações cinemáticas da marcha de pacientes com ELA com grande heterogeneidade nos componentes cinemáticos.

PALAVRAS-CHAVE: Esclerose Lateral Amiotrófica. Marcha. Cinemática.

ABSTRACT: Amyotrophic Lateral Sclerosis (ALS) is a terminal disease of a neurodegenerative, progressive and paralytic character that occurs due to the degeneration of upper and lower motor neurons. Survival ranges from 3 to 5 years and, during this time, the quality of life of affected individuals is mainly compromised by reduced mobility and ability to perform activities of daily living, such as walking. The objective of this study was to evaluate the gait performance of individuals with ALS, without the use of assistive devices, through the analysis of kinematic parameters. This is a cross-sectional, descriptive and laboratory study. The parameters evaluated were pelvic tilt, obliquity and rotation; hip flexion, extension, abduction, adduction and rotation; knee flexion, extension, abduction and adduction; plantarflexion, dorsiflexion and ankle rolls. Patients were instructed to walk along a collection track with 10 infrared cameras and 2 video cameras, with self-selected speed. Five gait captures were performed. For analysis, the average of the five collections was used. Changes were present in all joints, more frequently in the ankle and pelvis component. The scarcity of materials that analyzed the kinematics of ALS hampered the possibility of a comparative discussion. The presence of kinematic changes in the gait of patients with ALS with great heterogeneity in the kinematic components was observed.

KEYWORDS: Amyotrophic Lateral Sclerosis. March. Kinematics.

1 INTRODUÇÃO

A Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), também conhecida como Doença do Neurônio Motor, Doença de Lou Gehrig ou Doença de Charcot é uma doença terminal de caráter neurodegenerativo, progressivo e paralítico que ocorre pela degeneração dos neurônios motores superiores e inferiores (GRAD *et al.*, 2017; HULISZ, 2018; LOGROSCINO; PICCININNI, 2019). A prevalência global bruta da ELA é de 4,42 por 100.000 pessoas-ano, sendo uma proporção de 1,4:1 para o sexo masculino com o pico entre 65 e 75 anos (MARIN *et al.*, 2017; XU *et al.*, 2020). A progressão da doença ocorre de forma rápida e a sobrevida varia de 3 a 5 anos, a insuficiência respiratória é a maior causa de morte (LAZARO; REINAGUERRA; QUIBEN, 2020).

A ELA pode ser subdividida na sua classificação etiológica como ELA esporádica que não possui causa definida (90%) e ELA familiar de caráter genético e hereditário, geralmente dominante (10%) (WHITE; SREEDHARAN, 2016). Pode também ser classificada quanto à origem dos sintomas, de início nos membros (70%), de início bulbar (25% a 30%) ou de início respiratório (3%) que geralmente possui um pior prognóstico (TARD *et al.*, 2017).

A qualidade de vida dos indivíduos acometidos mostra-se bastante afetada principalmente no aspecto motor pela redução da mobilidade e da capacidade de realização das atividades de vida diárias, que compreende atividades como alimentar-se, vestir-se, higienizar-se e transferir-se (SIQUEIRA *et al.*, 2017).

A avaliação funcional de indivíduos acometidos por doenças neurológicas faz-se importante para a análise diagnóstica e prognóstica dessas doenças, em especial a análise da marcha (NONNEKES *et al.*, 2020), que pode ser realizada por cinco sistemas de medidas em que três deles são específicos para análise do ato de andar, análise do movimento pela cinemática, cinética e eletromiografia, e os dois avaliam a biomecânica da marcha e seus efeitos; características da passada por parâmetros temporais e espaciais; e medição de gasto energético (PERRY, 2005).

Na literatura há pouca descrição acerca da análise de marcha da ELA em específico, principalmente que avalie e correlacione diretamente os parâmetros cinemáticos. Este trabalho, portanto, tem o objetivo de avaliar o desempenho da marcha de pacientes com ELA por meio da cinemática.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, descritivo e laboratorial em que foram analisados os parâmetros cinemáticos da marcha de pacientes com ELA, tais como: inclinação, obliquidade e rotação de pelve; flexão, extensão, abdução, adução e rotação de quadril; flexão, extensão, abdução e adução de joelho; e flexão plantar, flexão dorsal e rolamentos de tornozelo.

O recrutamento e triagem dos pacientes foram realizados no serviço de neurologia do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás (HC-UFG), na cidade de Goiânia - Goiás. A coleta de dados foi realizada no Laboratório de Análise do Movimento do Centro de Reabilitação Dr.º Henrique Santillo (CRER), na cidade de Goiânia-Goiás.

Para a análise dos parâmetros cinemáticos utilizou-se 10 câmeras de infravermelho da marca VICON® (Vicon Motion Systems Ltd.) modelo MXT40S e mais 2 câmeras de vídeo da marca VICON® (Vicon Motion Systems Ltd.) modelo Bonita 720C.

A amostra foi composta por 36 pacientes adultos com diagnóstico confirmado de ELA, para inclusão no estudo considerou-se pacientes de ambos os gêneros, sem distinção de grupo étnico ou social, com idade entre 18 a 80 anos, residentes no estado de Goiás, que fossem capazes de realizar a marcha de forma independente, que aceitaram participar do estudo e, com diagnóstico confirmado de ELA segundo os critérios de Brooks *et al.* 2000.

Realizou-se a calibração e configuração de todo o sistema de câmeras, posteriormente, conferiu-se a presença de todos os materiais complementares para a coleta dos dados (fita métrica, paquímetro manual, fita adesiva dupla face, marcadores reflexivos e ficha de controle dos dados). Posteriormente, mensurou-se a altura e peso, comprimento dos membros inferiores (MMII), largura dos joelhos e dos tornozelos dos indivíduos. Para realização desses procedimentos o paciente foi previamente orientado a usar vestimentas que expunham seus membros inferiores.

Após a preparação do paciente, o mesmo caminhou pela pista de coleta com velocidade auto selecionada e da forma mais confortável possível, na tentativa de reprodução da sua marcha habitual, em um ambiente climatizado. Para cada paciente foram realizadas cinco capturas da marcha e para a análise dos dados a média das cinco coletas.

Os dados coletados foram processados pelo software VICON NEXUS 1.8.5® e posteriormente os resultados relativos aos foram analisados e apresentados em um relatório gerado pelo software VICON POLYGON 4.1®. Exportaram-se esses dados para planilhas Excel para realização da análise estatística, que contou com a análise descritiva da amostra

total e da faixa etária, bem como das variáveis de caracterização demográfica, e dos dados temporais e espaciais que foram comparados.

Para análise estatística foi feita análise inferencial das características cinemáticas apresentadas, com média, desvio padrão, intervalo de confiança, frequência, porcentagem e intervalo interquartil. O software *Statistical Package for Social Sciences* versão 22.0 foi utilizado para a análise.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados os parâmetros cinemáticos dos membros inferiores da marcha de 36 pacientes com ELA que não utilizavam dispositivos auxiliares para deambulação. Na tabela 1 apresentam-se as principais alterações consideradas aquelas com frequência maior ou igual a 10%.

Tabela 1 - Frequência de alterações nos parâmetros cinemáticos

				Fase da marcha	
		Alterações com maior frequência		MID	MIE
Pelve	Inclinação	Apoio	-	-	-
		Balanço	-	-	-
	Obliquidade	Apoio	Down	19,63%	22,13%
		Balanço	Up	15,57%	17,21%
Rotação	Apoio	Rotação Interna	15,57%	11,48%	
	Balanço	Rotação Externa	13,93%	16,39%	
Quadril	Flexo/Extensão	Apoio	-	-	-
		Balanço	-	-	-
	Adu/Abdução	Apoio	Abdução	-	12,3%
		Balanço	-	-	-
	Rotação	Apoio	-	-	-
		Balanço	-	-	-
Joelho	Flexo/Extensão	Apoio	Extensão	10,66%	-
		Balanço	Atrasa flexão	16,39%	16,39%
			Menor flexão	-	12,3%
Tornozelo	Adu/Abdução	Apoio	-	-	-
		Balanço	-	-	-
	Dorsi/Planti	Apoio	-	-	-
		Balanço	-	-	-
	Rolamentos	Apoio	Não realiza 1º rolamento	20,49%	20,49%
			Atrasa 3º rolamento	13,93%	13,93%

MID: membro inferior direito; MIE: membro inferior esquerdo; - alterações com frequência menor que 10%.

Foi observado neste estudo que o comprometimento da cinemática na ELA é maior no componente do tornozelo, principalmente durante o primeiro rolamento em que não foi realizado por 20,49% dos indivíduos e o terceiro rolamento que ocorreu de modo atrasado em

13,93% dos pacientes. De acordo com Eisen *et al.* (2017), o predomínio do comprometimento inicial dos dorsiflexores sob os músculos plantiflexores pode ser explicado de duas maneiras, a primeira é pela atribuição do efeito da gravidade, visto que são músculos antigravitacionais, a segunda diz respeito ao impulso cortical que para os dorsiflexores é maior que para os plantiflexores.

No plano frontal houve maior abdução quadril esquerdo em 12,3% dos indivíduos, sem alterações significativas no membro direito. Quanto aos movimentos do joelho, houve maior extensão durante a fase de apoio para o membro direito em 10,66% dos indivíduos. Na fase de balanço houve atraso na flexão de joelho para 16,39% em ambos os membros, que indica que o paciente realiza a flexão efetiva do joelho, porém ela ocorre em um momento posterior ao fisiológico, o que pode acarretar no arraste da ponta de pé no solo durante o início do balanço. Ocorre também uma menor flexão para 12,3% dos indivíduos no membro esquerdo, o que também pode acarretar em arraste do pé no solo, porém agora em todo o período do balanço.

Na obliquidade pélvica, durante o período de apoio 19,67% dos indivíduos apresentaram queda da pelve à direita e 22,13% à esquerda. No movimento de obliquidade da pelve, em que há grande frequência de queda da pelve durante o apoio, o fisiológico deveria ser uma elevação máxima no momento de apoio médio. No balanço, 15,57% mostraram-se com a pelve direita elevada e 17,21% com a pelve esquerda elevada. A elevação pélvica durante o balanço pode ser associada como um movimento compensatório para o atraso na flexão e menor flexão de joelho durante a fase de balanço e ausência do primeiro rolamento (ROSE; GAMBLE, 2007).

Durante o movimento de rotação pélvica, a rotação interna apresentou-se presente no apoio, em 15,57% no membro direito e 17,21% no esquerdo, já no balanço houve prevalência de rotação externa em 13,93% no membro direito e 16,39% no esquerdo.

De modo geral, apesar de haver movimentos com alterações frequentes, foi observado uma grande heterogeneidade na cinemática da marcha desses indivíduos. A fraqueza dos membros inferiores apresentada na ELA leva a padrões de marcha menos eficientes e que consomem mais energia (SORIANI; DESNUELLE, 2017). Devido à isso, faz-se necessário que, na prática clínica, seja realizado treinos de marcha ao longo da progressão da doença, visto que padrões de marcha compensatórios podem desencadear dores musculoesqueléticas, como lombalgia, e podem piorar a fadiga. Contudo devem ser realizados exercícios moderados, pois atividades de alta intensidade são associadas à dano muscular, e podem levar à um pior prognóstico (PAGANONI *et al.*, 2015).

4 LIMITAÇÕES

Há, na literatura, escassez de trabalhos que realizaram análise da marcha de pacientes com ELA, em especial de sua descrição cinemática, portanto impossibilitando uma discussão comparativa. É necessário que mais pesquisas sejam realizadas nessa área.

5 CONCLUSÃO

Foi analisado no presente estudo a presença de diversas alterações cinemáticas da marcha de pacientes com ELA, em especial para os movimentos de rolamento do tornozelo e obliquidade pélvica.

Portanto, não é uma marcha eficiente, pois há muitas compensações de movimento e que, apesar de a ELA ser uma doença progressiva, faz-se necessário, na prática clínica, um tratamento com treino de uma marcha para que torne-se o mais eficiente possível.

REFERÊNCIAS

- BROOKS, B. R., *et al.* *El Escorial revisited: Revised criteria for the diagnosis of amyotrophic lateral sclerosis. ALS and Other Motor Neuron Disorders*, v. 1, p. 293-299, 2000.
- EISEN, A. *et al.* *Cortical influences drive amyotrophic lateral sclerosis. J Neurol Neurosurg Psychiatry*, v. 88, p. 917-924, 2017.
- GRAD, L. I. *et al.* *Clinical Spectrum of Amyotrophic Lateral Sclerosis (ALS). Cold Spring Harbor perspectives in medicine*, v. 7, n. 8, p. 1-16, 2017.
- HULISZ, D. *Amyotrophic lateral sclerosis: disease state overview. The American journal of managed care*, v. 24, n. 15, p. S320-S326, 2018.
- LAZARO, R. T.; REINA-GUERRA, S. G.; QUIBEN, M. U. (Eds.). *Umphred's Neurological Rehabilitation*. 7. ed. St. Louis: Elsevier, 2020.
- LOGROSCINO, G.; PICCININNI, M. *Amyotrophic lateral sclerosis descriptive epidemiology: The origin of geographic difference. Neuroepidemiology*, v. 52, n. 1-2, p. 93-103, 2019.
- MARIN, B. *et al.* *Variation in world wide incidence of amyotrophic lateral sclerosis: A meta-analysis. International Journal of Epidemiology*, v. 46, n. 1, p. 57-74, 2017.

NONNEKES, J. *et al.* *Functional gait disorders: A sign-based approach.* **Neurology**, v. 94, n. 24, p. 1093-1099, 2020.

PAGANONI, S. *et al.* *Comprehensive rehabilitative care across the spectrum of amyotrophic lateral sclerosis.* **NeuroRehabilitation**, v. 37 n. 1, p. 53-68, 2015.

PERRY, J. **Análise de Marcha**: Sistemas de análise de Marcha. São Paulo: Manole, 2005.

ROSE, J.; GAMBLE, J. G. **Marcha** – Teoria e Prática da Locomoção Humana. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

SIQUEIRA, S. C. *et al.* *Quality of life of patients with Amyotrophic Lateral Sclerosis.* **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v. 18, n. 1, p. 139-146, 2017.

SORIANI, M.-H.; DESNUELLE, C. *Care management in amyotrophic lateral sclerosis.* **Revue Neurologique**, v. 173, n. 5, p. 288-299, 2017.

TARD, C. *et al.* *Clinical features of amyotrophic lateral sclerosis and their prognostic value.* **Revue Neurologique**, v. 173, n. 5, p. 263-272, 2017.

WHITE, M. A.; SREEDHARAN, J. *Amyotrophic lateral sclerosis: Recent genetic highlights.* **Current Opinion in Neurology**, v. 29, n. 5, p. 557-564, 2016.

XU, L. *et al.* *Global variation in prevalence and incidence of amyotrophic lateral sclerosis: a systematic review and meta-analysis.* **Journal of Neurology**, v. 267, n. 4, p. 944-953, 2020.

**CÂNCER DE MAMA: os efeitos biopsicológicos
do tratamento e os colaterais do tamoxifeno**

João Guilherme de Souza Ramos¹

Micailla Alves de Souza²

Gustavo Martins Pereira³

Karlla Morgana Nunes Rocha⁴

RESUMO: O câncer de mama é uma doença muito prevalente e incidente nas mulheres, com um diagnóstico que traz muito sofrimento e ansiedade às pacientes, principalmente pelos dados desfavoráveis, assim como o tratamento que pode trazer muitas alterações na qualidade de vida em todos os aspectos biopsicossociais e fisiológicos pelo fato de ser muito incisivo e agressivo. Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo relatar a experiência de alunos da Faculdade de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser, tendo como amostra uma paciente de 49 anos de idade. Trata-se de um estudo que utiliza o arco de Magueréz como metodologia, passado pelas cinco etapas do mesmo: observação da realidade, pontos-chaves, teorização, hipóteses de solução e aplicação à realidade. Com a observação aprofundada da paciente, foi possível identificar o que fazer para intervir e melhorar nos problemas decorrentes do tratamento de câncer de mama prolongado com o uso e efeitos colaterais do tamoxifeno, bem como a implementação de soluções e propostas de intervenção para melhorar os anseios da paciente, diminuir os efeitos colaterais e psicológicos trazidos pela utilização da medicação a longo prazo, a fim de proporcionar uma melhora na qualidade de vida da paciente.

PALAVRAS-CHAVE: Arco de Magueréz. Tamoxifeno. Câncer de mama. Tratamento de câncer. Quimioterapia.

ABSTRACT: Breast cancer is a very prevalent disease and incident in women, with a diagnosis that brings much suffering and anxiety to patients, mainly by the unfavorable data, as well as the treatment that can bring many changes in quality of life in all biopsychosocial and physiological aspects because it is very incisive and aggressive. In this sense, the present study aims to report the experience of students from the Alfredo Nasser University Center Medical School, having as sample a 49-year-old patient. This is a study that uses Magueréz's arc as methodology, going through its five steps: observation of reality, key points, theorization, solution hypothesis and application to reality. With the in-depth observation of the patient, it was possible to identify what to do to intervene and improve the problems arising from the treatment of prolonged breast cancer with the use and side effects of tamoxifen, as well as the implementation of solutions and proposals for intervention to improve the patient's wishes, decrease the side effects and psychological brought about by the

¹ Acadêmico do Curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser. joaoguilhermedsr@gmail.com.

² Acadêmica do Curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser.

³ Acadêmico do Curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser.

⁴ Professora do Curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser, Mestre em Enfermagem e orientadora do presente trabalho.

long-term use of the medication, in order to provide an improvement in the patient's quality of life.

KEYWORDS: Maguerez's Arc. Tamoxifen. Breast Cancer. Cancer treatment. Chemotherapy.

1 INTRODUÇÃO

O câncer de mama é um dos tipos de câncer mais temido pelas mulheres, por causa de seus efeitos psicológicos, como: impacto na vida sexual, medo de recidivas, ansiedade, depressão, alterações na imagem corporal, dentre outros (BERGAMASCO; ANGELO, 2001), além de acometer, de acordo com o Ministério da Saúde (2020), uma porcentagem muito maior em mulheres (99%) do que homens (1%). Em 1971, foi declarada guerra ao câncer pelo National Cancer Act, o que promoveu nos últimos 50 anos, avanços expressivos tanto no conhecimento quanto no tratamento do câncer de mama. Dessa forma, aliando o diagnóstico precoce por meio da mamografia aos métodos terapêuticos, tem se permitido índices de sobrevividas significativamente e progressivamente maiores em casos que até pouco tempo atrás, eram vistos como incuráveis (HOFF *et al.*, 2013). Porém, ainda permanecem elevadas as taxas de morbimortalidade relacionadas a doença, o que demonstra quão importante e necessária é a prevenção primária. Nesse sentido, em 1985, Cuzick e Baum relataram o decréscimo na incidência de câncer de mama em usuárias do Tamoxifeno, sendo a primeira observação de eficácia do fármaco como quimiopreventivo do Câncer de Mama, com os estudos posteriores concluindo que ele deve ser prescrito por um período de 5 anos. O medicamento possui uma ação complexa, que não é adequadamente elucidado (ASTRAZENECA, 2007), mas que pode ser explicada de maneira plausível como uma competição pelos locais de estrogênio no corpo feminino, principalmente no tecido mamário, apesar de produzir efeitos em outros tecidos. (HOFF *et al.*, 2013).

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, tipo relato de experiência, com uso da metodologia do arco de Maguerez. Foram realizadas teleconsultas com checagens semanais via Whatsapp. O arco de Maguerez é uma metodologia na qual o ponto de partida e chegada é a realidade

social. Essa metodologia é baseada na problematização como ferramenta de aprendizagem. Dessa forma, ela é composta por cinco etapas: observação da realidade, os ponto-chaves, a teorização, as hipóteses de solução e a aplicação à realidade, que permitem o estudante desenvolver a capacidade de identificar problemas e elaborar propostas que ajudem a superá-lo.

A primeira etapa, “Observação da realidade” e identificação do problema, envolve o início de um processo de apropriação de informações pelos sujeitos, que são conduzidos a observar a realidade em si, sob sua própria ótica, a identificar-lhe características. Dessa forma, a qualidade de vida do paciente foi observada em toda sua completude, desde a situação da sua residência e sua perspectiva para com o tratamento e o pós-tratamento, até seus cuidados com a alimentação e sua saúde psíquica. Com isso, após a eleição dos determinantes do problema e sua determinação, houve a reflexão e escolha minuciosa dos ponto-chaves a serem analisados e teorizados dentro do relato de experiência. Em seguida, procurou-se teorizar toda a problemática, oferecendo explicações e respostas fundamentadas presentes nas bibliografias disponíveis até o momento. (COLOMBO; BERBEL, 2007).

Assim, para um maior aprofundamento na experiência ofertada pelo caso relatado, foram averiguados livros, artigos, observações e receitas médicas, exames para que fossem melhor personalizadas e formuladas propostas de intervenção passíveis de serem aplicadas na realidade observada da paciente, respeitando as condições da mesma e intervindo para que ela pudesse apresentar ainda mais aspectos de estado saudável e ter uma maior qualidade de vida possível.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

3.1 Observação da realidade

E.M.S.A, 49 anos, sexo feminino, preta, casada, residente na zona urbana do município de Xambioá (TO), possui ensino médio completo, 3 filhos e é trabalhadora do lar. Tem se queixado de um sono insatisfatório, das manchas na pele e no rosto decorrentes de momentos de ansiedade e do sentimento depressivo que as vezes ela se encontra.

E.M.S.A sempre fazia consultas regulares. Sua história com o câncer de mama se iniciou em maio de 2015, durante um banho, encontrou um caroço pequeno anormal ao fazer o autoexame das mamas, (prática recorrente segundo ela) para conhecimento de seu próprio

corpo. Foi direto ao mastologista, fez ultrassonografia, onde foi visto um nódulo, e uma mamografia com resultado de BI-RADS 5 (nódulo com risco muito alto de ser câncer). Após a biópsia e confirmação, a paciente foi direcionada para o tratamento: 8 sessões de quimioterapia, seguidas por uma quadrangectomia na mama direita, 30 sessões de radioterapia e o uso de tamoxifeno por 5 anos após a quadrangectomia. Ela relata ainda sentir ondas de calor devido ao uso do tamoxifeno, e ainda estão presentes dores na mama direita (que foi realizada a quadrangectomia).

3.2 Pontos-chave

Uso prolongado do Tamoxifeno; Sono irregular e insatisfatório; Ansiedade e depressão; Queixa de dor na mama direita; Manchas no rosto; Recidiva do câncer, com achados benignos em outros órgãos;

3.3 Teorização

Cânceres são doenças em que uma expressão descontrolada de genes se prolifera no interior de células anormais que, por sua vez, formam um tumor e possuem capacidade de se disseminar por diferentes vias para os demais tecidos e órgãos (HOFF *et al.*, 2013). Com exceção do câncer de pele do tipo não melanoma, o câncer de mama é o tipo de neoplasia que mais acomete a mulher brasileira, representando 29,7% dos diagnósticos de câncer no Brasil em 2020 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020) e de acordo com a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2018) é o segundo mais incidente no mundo, com estimativa de 2,1 milhões de novos casos por ano (BRAY, *et al.*, 2018).

Dentre os principais sinais e sintomas de câncer de mama, pode-se citar: nódulo na mama e/ou axila, dor mamária e alterações da pele que recobre a mama, como abaulamentos ou retrações com aspecto semelhante à casca de laranja. Em geral, as lesões são indolores, fixas e com bordas irregulares (SILVA; RIUL, 2011). E, são pontuados como fatores de risco para o câncer de mama: fatores ambientais e comportamentais (obesidade após a menopausa, sedentarismo e inatividade física, consumo de bebidas alcoólicas, exposição frequente a radiações ionizantes (raio-x), fatores genéticos e hereditários e, por ser uma doença estrogênio-dependente (CANTINELLI *et al.*, 2006) fatores da história reprodutiva e hormonal são de risco como: menarca precoce (antes dos 11 anos), menopausa tardia (após os 55 anos),

primeira gestação acima dos 30 anos, anticoncepcionais orais, nuliparidade e terapia de reposição hormonal) (DROPE, *et al.*, 2018).

O Ministério da Saúde (2004) preconiza que a doença pode ser controlada previamente através de detecção precoce, permitindo uma terapia com uma probabilidade maior de cura. Para isso, se faz necessário como método de rastreio o exame clínico das mamas por um médico ou enfermeiro, e como padrão-ouro, a mamografia, recomendada pelo Ministério da Saúde para mulheres entre 50 e 69 anos, com frequência bianual. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014). A partir do diagnóstico, são traçados os planos de tratamento considerando o estadiamento em que a doença se encontra e o tipo de tumor, optando por cirurgia, radioterapia, quimioterapia, hormonioterapia e terapia biológica (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Em casos não-metastáticos, Hoff *et al.* (2013) deixam claro que a modalidade padrão de tratamento é a quimioterapia neoadjuvante, com objetivo de tornar possível a realização de uma cirurgia conservadora para retirar o tumor localmente avançado, como por exemplo, a ressecção segmentar da mama.

Em seguida, a terapia hormonal adjuvante pode ser considerada. Dentre os tratamentos hormonais, o representante mais firmemente estabelecido é o tamoxifeno. O fármaco é um antagonista do receptor de estrógeno, ou seja: ele atua competindo com o hormônio (já que o tumor é estrogênio-dependente) por um sítio de ligação de estrógeno no receptor, levando a inibição da ativação do estrógeno e diminuindo os efeitos gerados pelo hormônio. Porém, esse efeito só acontece em pacientes cujo câncer seja positivo para a presença de receptor de estrógeno. (HOFF *et al.*, 2013). O fármaco pode ajudar a reduzir as probabilidades de recidiva e aparecimento de câncer no outro seio, bem como aumentar a expectativa de vida da paciente. Ele geralmente é antes (como terapia neoadjuvante) ou após a cirurgia (terapia adjuvante) (AMERICAN CANCER SOCIETY, 2019).

Segundo Liedke (2006), o uso de tamoxifeno pelo período de 5 anos leva a uma redução de recorrência de 11,3%, com ganho em 15 anos, e de 9,3 % em redução de mortalidade. Contudo, não há benefício na sua utilização por período superior a 5 anos. Evidências também demonstram que não existe interação do tamoxifeno com tratamento radioterápico adjuvante, independentemente do seu uso em conjunto ou em sequência.

O tamoxifeno pode exibir um efeito agonista parcial ao estrogênio, o que pode ser benéfico pois previne a desmineralização óssea em mulheres após a menopausa (LEITE *et al.*, 2011); mas, pode aumentar a incidência de câncer endometrial, bem como a incidência de acidentes trombóticos (HOFF *et al.*, 2013). Dessa forma, mesmo sendo uma boa opção para o

tratamento de Câncer de Mama, tem ação em tecidos que não são o mamário; portanto, como foi preconizado por Bönmann e Lissarassa (2016), as pacientes devem ser avaliadas e o risco benefício analisado cautelosamente.

A partir disso, são pontuados como possíveis efeitos colaterais ao uso prolongado do Tamoxifeno: fogachos (ondas de calor), náuseas, perda de peso, retenção hídrica, pele seca, amenorreia, alteração do ciclo menstrual, corrimento, prurido e sangramento vaginal, câncer do colo uterino, mudança de humor, depressão, fraqueza, faringite (LEITE *et al.*, 2011) tontura, erupção cutânea, queda de cabelo e problemas estomacais e intestinais (ASTRAZENECA, 2007).

De qualquer modo, a mulher sente o impacto das consequências do tratamento para o câncer de mama nos âmbitos biopsicossociais (HUBER *et al.*, 2006). Um dos fatores que podem ser agravados após o diagnóstico da doença é a depressão que pode diminuir ou persistir com o tempo, correlacionada principalmente com a imagem corporal das mulheres que passaram pelo câncer de mama, com uma tendência a ter uma imagem negativa de seus corpos. Nesse viés, Huber *et al.*, (2006) preconizou que a intimidade é algo importante para a qualidade de vida de uma pessoa, bem como a sexualidade e a funcionalidade sexual, que fica diminuída devido a consequências do processo do tratamento como depressão, cansaço, ressecamento vaginal e diminuição da libido. De acordo com a pesquisa de Ussher *et al.*, (2012), mais de 70% das mulheres entrevistadas relataram diminuições na frequência e na energia para o sexo, excitação, e interesse sexual; e 60% delas constataram diminuição no prazer e na satisfação sexual, como também na diminuição de intimidade com o parceiro. Outra pesquisa com outras mulheres afirmou que 88,2% das mulheres possuíam no mínimo uma disfunção sexual, sendo 88% com dificuldade na excitação, 82% com desejo sexual hipotativo, e 79% contaram ter dispareunia e anorgasmia (BOMFIM; BATISTA; LIMA, 2014), reforçando o resultado da pesquisa de Ussher *et al.*(2012).

Outro fator que pode acarretar prejuízo ou agravamento após o diagnóstico de câncer é a má qualidade do sono. Muller e Guimarães (2007) pontuam que a dor, o uso de medicações e diferentes condições clínicas podem afetar a quantidade e a qualidade do sono. Presença de comorbidade psiquiátrica, como ansiedade e/ou depressão, sexo feminino e presença de ciclo vigília-sono irregular são condições que aumentam a vulnerabilidade para o desenvolvimento da insônia, e são frequentemente relatadas por pessoas acometidas pelo câncer de mama, sendo frequentes e com prevalência geralmente maior do que na população não acometida (RAFIHI-FERREIRA; SOARES, 2012).

Pode-se dizer que, apesar de todos os avanços e disseminação de informações, o sentimento gerado na mulher submetida ao tratamento do câncer de mama, continua sendo o de “sentença de morte”, comumente associado a dor, sofrimento e degradação. A mulher se depara com a iminência da perda de um órgão importante e repleto de representações, além do temor de ter uma doença sem cura, repleta de sofrimentos e estigmas (VENÂNCIO, 2004).

Nesse sentido, a filantropa Irene Pollin, citada por Vênâncio (2004), traz em seu livro *Medical Crisis Counseling: Short - Term Therapy For Long-term Illness* (1995), as oito preocupações constantes na vida de pacientes que vivenciam doenças crônicas, ilustrando de maneira clara os maiores problemas trazidos pelas mulheres com câncer de mama. Nessa prerrogativa são abordadas: perda do controle sobre a vida, mudanças na autoimagem, medo da dependência, estigmas, medo do abandono, raiva, isolamento e morte. Além disso, há o medo da progressão da doença e da recidiva (VENÂNCIO, 2004). Pesquisando sobre a qualidade de vida das mulheres tratadas de câncer de mama e sua atuação social, evidencia-se que as mudanças no trabalho, lazer, relações familiares e sociais dessas mulheres são provocadas mais por problemas psicológicos do que físicos. Concomitantemente, a ansiedade e depressão estão entre os problemas psicológicos mais frequentes entre as pacientes. Carroll (2000) ao citar Raminerz *et al.*, indica que 20% a 30% das pacientes com câncer de mama têm ansiedade, depressão e baixa autoestima em algum momento depois do diagnóstico e o próprio Carroll (2000) reitera que isso pode prolongar por tempos após o término do tratamento. O enfrentamento do câncer requer, portanto, etapas subjetivas que a paciente percorre rumo a solução da crise que se instalou devido ao câncer. De acordo com Hoff *et al.*, (2013), são elas: Reconhecimento; Identificação; Desidentificação; Relativização; Transformação; Elaboração; Integração.

3.4 Hipótese de solução

Auxílio na criação de uma rotina; Implementação de uma rotina de sono; Diminuir sintomas de ansiedade e depressão; Manter o acompanhamento com o médico

3.5 Aplicação na realidade

Primeiramente, aconselhamos que ela fizesse um acompanhamento psicológico, a fim de que expressasse mais seus sentimentos em relação ao tratamento do câncer de mama e resultados adquiridos até aqui. Visto que, pacientes que tenham uma história de câncer

necessitam de uma rede social de apoio integrada, para que a saúde mental também seja preservada. Assim, falando mais sobre seus anseios e tristeza ela passaria a se sentir mais confortável em conversar sobre o assunto com familiares, amigos e pessoas próximas. Dessa forma, buscou-se que ela se fizesse mais presente com os filhos que não moram com ela, instituindo um horário para realizar ligações para eles. Nesse âmbito, a rotina prevê que a paciente sinta a sua rede de apoio de certa forma mais forte, mesmo que em tempos de pandemia.

Procurando melhorar a qualidade de vida da paciente, foi implementada uma higiene do sono, de forma que a paciente tivesse um ambiente propício para o descanso. Sugeriu-se que ela pingasse gotas de óleo de lavanda (relaxante fitoterápico dado a ela pelos estudantes) na fronha de seu travesseiro. Além disso, orientamos que ela fizesse uma leitura antes de dormir e evitasse assistir televisão ou utilizar o celular em períodos próximos, o que permitiria que seu corpo começasse a ser preparado para o momento de descanso, e, visando a melhoria da autoestima, foi proposta uma rotina de cuidados diários com a pele e uma possível consulta com a dermatologista para verificação dos produtos necessários. Contudo, de imediato, orientou-se o uso recorrente de protetor solar para não haver novas manchas no rosto;

4 CONCLUSÕES

O câncer de mama é uma doença que ainda acomete bastante a população feminina brasileira, e o tamoxifeno é o medicamento mais associado ao tratamento da doença. Notoriamente, o fármaco traz resultados positivos para o tratamento, mas, junto com a doença, provoca alterações consideráveis no ritmo de vida considerado normal pelas pacientes antes do tratamento, com repercussões biopsicossociais tornando ainda mais difícil talvez o acompanhamento e a garantia de bem-estar para a paciente após os resultados colhidos com o tratamento do que durante o tratamento em si (que já é muito difícil). Mas, se faz importante deixar a paciente consciente de todas as alterações que o tratamento contra o câncer de mama e o uso do tamoxifeno podem trazer, objetivando não só o atendimento integral à paciente, mas a consciência de todos os passos e consequências desde a transparência, firmeza e acolhimento ao dar o diagnóstico, até as mudanças e intervenções terapêuticas, sejam farmacológicas ou não, para se obter um melhor prognóstico. As intervenções foram apresentadas de maneira remota, via chamada de vídeo e áudios orientadores, e com o envio de óleo de lavanda e um protetor solar específico para incentivar a paciente à adesão ao

tratamento não-medicamentoso e na melhora de sua autoestima, com o primeiro passo para criar-se uma rotina de autocuidado. Portanto espera-se obter uma melhora significativa no quadro da paciente, atendendo a mesma de maneira mais ampla, estando mais disposta, menos ansiosa, e com um bem-estar aumentado, somando as orientações aplicáveis na realidade dela e na busca pelo atendimento multiprofissional e, com isso, evitando possivelmente maiores complicações futuras.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN CANCER SOCIETY* (Org.). *Hormone Therapy for Breast Cancer*, 2019. Disponível em: <https://www.cancer.org/cancer/breast-cancer/treatment/hormone-therapy-for-breast-cancer.html>. Acesso em: 29 abr. 2021.
- BERGAMASCO, R. B.; ANGELO, M. O sofrimento de descobrir-se com câncer de mama: como o diagnóstico é experienciado pela mulher. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 47, n. 3, p. 277-282, 2001. Disponível em: http://www1.inca.gov.br/rbc/n_47/v03/pdf/artigo4.pdf. Acesso em: 04 abr. 2021.
- BÖNMANN, T. J.; LISSARASSA, Y. P. S. Principais Efeitos Colaterais e Alterações Endometriais Relacionadas ao Uso do Tamoxifeno em Tratamento de Câncer de Mama. **Revista Saúde Integrada**, Santo Ângelo, v. 9, n. 18, p. 25-28, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/229766050>. Acesso em: 01 abr. 2021.
- BRAY, F. *et al.* *Global Cancer Statistics 2018: GLOBOCAN Estimates of Incidence and Mortality Worldwide for 36 Cancers in 185 Countries*. **CA: A Cancer Journal For Clinicians**, Hoboken, v. 68, n. 6, p. 394-424, nov. 2018.
- CANTINELLI, F. S. *et al.* A oncopsiquiatria no câncer de mama: considerações a respeito de questões do feminino. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 124-130, 2006.
- CARROL, S. *Psychological response and survival in breast cancer*. **Lancet**, v. 335, p. 404-406, 2000.
- COLOMBO, A. A.; BERBEL, N. A. N. A Metodologia da Problematização com o Arco de Maguerez e sua relação com os saberes de professores. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 28, n. 2, p. 121-146, 2007. Disponível em: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_390_ametodologiadaproblematizacaocomoarco-demaguerez.pdf. Acesso em: 18 mar. 2021.
- CUZICK J, BAUM M. *Tamoxifen and contralateral breast cancer*. **Lancet**, v. 2, p. 282-284, 1985.

DROPE, J. *et al.* *The Tobacco Atlas*. **Atlanta: American Cancer Society and Vital Strategies**, 2018. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-de-mama/profissional-de-saude>. Acesso em: 30 mar. 2021.

HOFF, Paulo Marcelo Gehm *et al.* (Eds.). **Tratado de Oncologia**. São Paulo: Atheneu, 2013.

HUBER C., *et al.* *Sexuality and Intimacy Issues Facing Women With Breast Cancer*. **Oncology Nursing Forum**, p. 1163-1167, 2006. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/4726/3168>. Acesso em: 02 abr. 2021.

LEITE, F. M. C. *et al.* Mulheres com Diagnóstico de Câncer de Mama em Tratamento com Tamoxifeno: perfil sociodemográfico e clínico. **Revista Brasileira de Cancerologia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 15-21, dez. 2011. Disponível em: http://www1.inca.gov.br/rbc/n_57/v01/pdf/04_artigo_mulheres_diagnostico_cancer_mama_tratamento_tamoxifeno.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

LIEDKE, P. E. R. Hormonioterapia Adjuvante em Câncer de Mama. **Revista Brasileira de Oncologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 23-27, 2006. Disponível em: <https://www.sbec.org.br/sbec-site/revista-sbec/pdfs/8/artigo5.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Câncer de Mama: versão para profissionais da saúde**. Rio de Janeiro: Inca, 2020. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-de-mama/profissional-de-saude>. Acesso em: 01 abr. 2021.

MULLER, M. R.; GUIMARÃES, S. S. Impacto dos transtornos do sono sobre o funcionamento diário e a qualidade de vida. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 24, n. 4, p. 519-528, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v24n4/v24n4a11.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2021.

NOVALDEX: citrato de tamoxifeno. Dra Daniela M. Castanho. Cotia: AstraZeneca, 2007. Bula de remédio.

RAFIHI-FERREIRA, R.; SOARES, M. R. Z. Insônia em pacientes com câncer de mama. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 29, n. 4, p. 597-607, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v29n4/v29n4a14.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2021.

SILVA, P. A.; RIUL, S. S. Câncer de Mama: fatores de risco e detecção precoce. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 6, n. 6, p. 1016-1021, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v64n6/v64n6a05.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.

USSHER J.M. *et al.* *Changes to Sexual Well-Being and Intimacy After Breast Cancer*. **Cancer Nursing**, Sydney, v. 35, n. 6, p. 456-465. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/221727063_Changes_to_Sexual_Well-Being_and_Intimacy_After_Breast_Cancer. Acesso em: 03 abr. 2021.

VENÂNCIO, J. L. Importância da Atuação do Psicólogo no Tratamento de Mulheres com Câncer de Mama. **Revista Brasileira de Cancerologia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, p. 55-63, fev. 2004. Disponível em: http://www1.inca.gov.br/rbc/n_50/v01/pdf/REVISAO3.pdf. Acesso em: 03 abr. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. International Agency for Research on Cancer: breast cancer, 2018.

**PREVENÇÃO DE DOENÇAS OSTEOMUSCULARES EM PROFISSIONAIS
DENTISTAS ATRAVÉS DA ERGONOMIA: revisão de literatura**

*Emanoelli Pereira Lima*¹

*Vitória Taveira Aires*²

*Letícia da Silva Freitas*³

*Thelma Dias Gomes*⁴

*Paulo Inácio Marques da Cruz*⁵

RESUMO: O trabalho realizado pelos profissionais de odontologia é desgastante físico e mentalmente, podendo haver comprometimentos ao sistema musculoesquelético à longo prazo, que pode ocasionar o afastamento temporário dos atendimentos. Para alcançar uma correção que conserve a integridade física do profissional, faz-se necessário recorrer à ergonomia. O objetivo desta pesquisa foi resumir as intervenções ergonômicas para a prevenção de dor musculoesquelética entre profissionais da odontologia. A busca por artigos foi desenvolvida utilizando as bases de dados: *LILACS*, *SciELO*, *PubMed*, *MEDLINE* e *PEDro*. O período de publicação foi restrito aos últimos 10 anos e foram incluídos artigos em inglês, português e espanhol. Foram encontrados 194 artigos sendo excluídos os artigos que não cumpriram os critérios de inclusão, e 09 artigos foram utilizados nesta pesquisa. A ergonomia no ambiente de trabalho é eficaz e necessária para os dentistas, promovendo melhor desempenho profissional e melhor qualidade de vida no trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Ergonomia. Odontologia. Musculoesquelético. Prevenção. Saúde do trabalhador.

ABSTRACT: The work performed by dental professionals is physically and mentally exhausting, and there may be long-term commitments to the musculoskeletal system, which can cause temporary withdrawal from appointments. To achieve a correction that preserves the physical integrity of the professional, it is necessary to resort to ergonomics. The objective of this research was to summarize ergonomic interventions for the prevention of musculoskeletal pain among dental professionals. The search for articles was developed using the following databases: *LILACS*, *SciELO*, *PubMed*, *MEDLINE* and *PEDro*. The publication period was restricted to the last 10 years and articles in English, Portuguese and Spanish were included. A total of 194 articles were found, articles that did not meet the inclusion criteria were excluded, and 09 articles were used in this research. Ergonomics in the work environment is effective and necessary for dentists, promoting better professional performance and better quality of life at work.

¹ Acadêmica do 7º período (em 2021/2) do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser. E-mail: emanuelyplima@gmail.com.

² Acadêmica do 7º período (em 2021/2) do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser.

³ Acadêmica do 7º período (em 2021/2) do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser.

⁴ Acadêmica do 7º período (em 2021/2) do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser.

⁵ Professor do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser, especialista em Fisioterapia traumato-ortopédica e orientador do presente trabalho.

KEYWORDS: Ergonomics. Dentistry. Skeletal muscle. Prevention. Worker's health.

1 INTRODUÇÃO

Em definição, de acordo com Chomakhashvili *et al.* (2020), ergonomia é a ciência responsável por proporcionar uma melhor interação entre as pessoas e suas tarefas, adequando a tarefa às necessidades pessoais e evitando que a pessoa se acomode à tarefa e se prejudique fisicamente, isso proporciona uma prevenção à longo prazo, melhora a capacidade de oferecer maior produtividade, uma vez que as disfunções musculoesqueléticas trazem desconfortos persistentes, lesões e fraquezas musculares que aumentam gradativamente com a idade e tempo de trabalho, impedindo o profissional de realizar bem sua função (GOPINADH *et al.*, 2013).

É muito comum disfunções musculoesqueléticas causadas pela contribuição do ambiente de trabalho ou em erros na hora de executar as tarefas da profissão. Um dentista pode passar 60.000 horas de sua vida em posições tensas e desajeitadas, portanto, o risco de disfunções musculoesqueléticas na odontologia é prevalente, pois além de processos cirúrgicos por longas horas em postura distorcida, há uma demanda dos membros superiores em movimentos repetitivos, podendo piorar por falta de assentos ergonômicos ou lupas de ampliação (PLESSAS *et al.*, 2018).

A busca dos dentistas por observar melhor a cavidade oral dos pacientes, acabam por adotar posturas prejudiciais. Pesquisas recentes de autores citados no presente trabalho constataam que a dor musculoesquelética é sempre correlacionada à má postura, e que o uso de lupas de ampliação traz melhoras na postura e alivia/diminui o risco de dores nos membros superiores (WAJNGARTEN *et al.*, 2021).

O método de avaliação do estado de saúde de profissionais em relação aos sintomas de dor musculoesquelética chamado Cornell Musculoskeletal Discomfort Questionnaire (Questionário de desconforto musculoesquelético Cornell (CMDQ) aplicado a 87 profissionais de odontologia, resultou em um total de 79,8% dentistas que relataram pelo menos uma queixa osteomuscular proveniente do exercício da profissão (ŠCEPANOVIC *et al.*, 2019).

Autores que realizaram descobertas baseadas em pesquisas acerca do tema abordado no presente estudo, foi Ohlendorf *et al.* (2016), na Alemanha, onde verificou que cerca de 86,7% dos dentistas relatam sentir dores. Outro autor cujos resultados é oportuno citar é

Keirklo *et al.* (2011), que obteve em sua pesquisa realizada com 220 dentistas uma porcentagem de 92% com dores músculo-esqueléticas, observando ainda o autor que, a limitação ergonômica no ambiente de trabalho do cirurgião-dentista resulta em dores e sua prevalência é muito elevada. O presente trabalho visou resumir as intervenções ergonômicas para a prevenção de dor musculoesquelética entre profissionais da odontologia.

2 METODOLOGIA

A busca foi realizada uma busca retrospectiva nas seguintes bases de dados: *LiLACS* (Literatura Latino-Americano em Ciências da Saúde), *SciELO* (*Scientific Eletronic Library Online*), *PubMed* (*National Library of Medicine*), *MEDLINE* (*Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*) e *PEDro* (*Physiotherapy Evidence Database*). Para a busca foram utilizados os seguintes descritores: “Ergonomia” E “Odontologia” E “Musculoesquelético” OU “Prevenção” OU “Saúde do Trabalhador”. O período de busca foi restrito aos artigos dos últimos 10 anos e foram incluídos artigos em inglês, português e espanhol. Foi realizada uma busca no modo avançado das bases de dados, sendo encontrados na *PubMed* (138); *PEDro* (3), *SciELO* (0); *LiLACS* (10) e *MEDLINE* (43) artigos relacionados ao tema da pesquisa. Foram incluídos artigos que: avaliaram o uso dos métodos de prevenção de doenças osteomusculares em dentistas através da ergonomia, relataram casos das queixas mais recorrentes entre os profissionais de odontologia, determinaram o declínio da capacidade para o trabalho a longo prazo, ou abordaram como combater tais doenças. Os artigos foram excluídos se abordaram outras patologias, ou mesmo outras áreas de estudo dentro da mesma profissão, ou não avaliaram aspectos relacionados ao método (ergonomia) em questão. Então ficaram 06 artigos a serem avaliados e estudados minuciosamente, os quais serão apresentados a seguir.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dable *et al.* (2014) compararam estudantes que trabalhavam com e sem lupa de ampliação e cadeiras convencionais ou ergonômicas, e observou que os alunos que trabalhavam em cadeiras convencionais e sem lupa corriam maior risco de desenvolverem alguma dor musculoesquelética. O mesmo foi constatado por Hayes *et al.* (2014) e Ohlendorf

et al. (2016), que concluíram ainda que cadeiras e equipamentos odontológicos precisam de um design ergonômico específico para a prática laboral, pois os profissionais costumam adotar posturas padrões na realização dos tratamentos.

Entre os dentistas, pode haver diferenças entre os locais onde a dor prevalece. Para chegar a uma conclusão, Rabiei *et al.* (2012), em seu estudo, disseram que 43% dos dentistas relatam dor no pescoço, 38% nos ombros, e apenas 25% no punho. Caso confirmado no trabalho de Kierklo *et al.* (2011), em que cervical é a região predominante e o punho e braços se mostraram semelhantemente menos afetados. Em contrapartida, Haas *et al.* (2020), analisando a prevalência de distúrbios musculoesqueléticos na mão entre dentistas e auxiliares de dentistas na Alemanha, constataram que 30,8% dos dentistas afirmaram ter dor na mão em algum momento da vida, 20,3% nos últimos doze meses e 9,5% nos últimos sete dias. Entre auxiliares de dentistas, 42,6% relataram ter dor na mão em algum momento da vida, 31,8% nos últimos 12 meses e 15,3% nos últimos sete dias. Haas *et al.* (2020) concluíram que a prevalência de distúrbios musculoesqueléticos é maior em auxiliares de dentistas do que em dentistas.

Em seu artigo, Eyvaslou *et al.* (2021) relataram que atividade física regular foi importante na redução de desconfortos no pescoço, que é a principal queixa dos profissionais de odontologia. De acordo com Gandolfi *et al.* (2021), as pessoas que praticam ioga ou alongamento como atividades físicas, demonstraram menor dor relacionada ao trabalho.

Segundo Gupta *et al.* (2014), algumas intervenções ergonômicas são adequadas pois promovem melhoria na qualidade de vida dos profissionais da área, como por exemplo: uma boa iluminação, ferramentas ao alcance e em peso leve que não prejudique o punho, cadeira do paciente adaptada em altura ideal para boa postura do dentista, temperatura agradável e apoio do tórax ou braços na cadeira do dentista.

4 CONCLUSÕES

A ergonomia no ambiente de trabalho odontológico é importante para o bom desempenho do profissional. Através dela pode-se prevenir e corrigir hábitos posturais danosos, que podem trazer estresse e dor. Conclui-se com essa pesquisa que os métodos ergonômicos são indispensáveis e eficazes, e os autores acima citados são concordes em recomendar atividade física regular, especialmente aquelas que têm o intuito de fortalecer os músculos estabilizadores de coluna, realizar adequação ergonômica nos equipamentos de

forma a trazer mais conforto no trabalho e, sobretudo, policiar-se em suas próprias atividades aplicando as estratégias de prevenção.

REFERÊNCIAS

- CHOMAKHASHVILI, N. *et al.* *Ergonomic Principles in Medicine and Dentistry (Review)* *Georgian Med News*, n. 304-305, p. 158-163, Jul-Aug 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32965268/>. Acesso em: 14 set. 2021.
- DABLE, Rajani A. *et al.* *Postural Assessment of Students Evaluating the Need of Ergonomic Seat and Magnification in Dentistry*. *J Indian Prosthodont Soc*, v. 14, p 51-58. 2014. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs13191-014-0364-0>. Acesso em: 10 set. 2021.
- EYVAZLOU, Meysam; ASGHARI, Arya; MOKARAMI, Hamidreza. *Musculoskeletal disorders and selecting an appropriate tool for ergonomic risk assessment in the dental profession*. *Work*, ed. 68 v. 4, p. 1239-1248. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33867383/>. Acesso em: 10 set. 2021.
- GANDOLFI, Maria Giovanna; ZAMPARINI, Fausto; SPINELLI, Andrea. *Musculoskeletal Disorders among Italian Dentists and Dental Hygienists*. *Int J Environ Res Public Health*, ed. 8, v. 18, p. 2705. Mar, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33800193/>. Acesso em: 10 set. 2021.
- GOPINADH, Anne *et al.* *Ergonomics and musculoskeletal disorder: as an occupational hazard in dentistry*. *J Contemp Dent Pract.*, ed. 14, v. 2, p. 299-303, Mar. 2013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23811663/>. Acesso em: 10 set. 2021.
- GUPTA, Anshul *et al.* *Ergonomics in dentistry*. *Int J Clin Pediatr Dent.*, ed. 7, v. 1, p. 30-4. Jan. 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25206234/>. Acesso em: 10 set. 2021.
- HAAS, Yvonne; NASER, Antonia; HAENEL, Jasmin. *Prevalence of self-reported musculoskeletal disorders of the hand and associated conducted therapy approaches among dentists and dental assistants in Germany*. *PLoS One*, ed, 15. v. 11, nov. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33156851/>. Acesso em: 10 set. 2021.
- HAYES, M. J; TAYLOR, J. A.; SMITH, D. R. *Predictors of work-related musculoskeletal disorders among dental hygienists*. *Int J Dent Hyg*, ed. 10, v. 4, p. 265-9, nov. 2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22081978/>. Acesso em: 10 set. 2021.
- KIERKLO, Anna *et al.* *Work-related musculoskeletal disorders among dentists—a questionnaire survey*. *Ann Agric Environ Med*, ed. 18, v. 15, p. 79-84, 2011. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21736272/>. Acesso em: 10 set. 2021.

OHLENDORF Daniela *et al.* *Kinematic analysis of work-related musculoskeletal loading of trunk among dentists in Germany.* **BMC Musculoskelet Disord.** ed. 17, v. 1, p. 427, oct. 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27756271/>. Acesso em: 10 set. 2021.

PLESSAS, A.; DELGADO, Bernardes M. *The role of ergonomic saddle seats and magnification loupes in the prevention of musculoskeletal disorders - A systematic review.* **Int J Dent Hyg.**, ed, 16, v. 4, p. 430-440, nov. 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29318741/>. Acesso em: 10 set. 2021.

RABIEI, Maryam *et al.* *Musculoskeletal disorders in dentists.* **Int J Occup Hyg**, ed. 4 v. 1, p. 36-40. 2015. Disponível em: <https://ijoh.tums.ac.ir/index.php/ijoh/article/view/46>. Acesso em: 10 set. 2021.

ŠCEPANOVIC, Darija; KLAVS, Tina; IVAN, Verdenik. *The Prevalence of Musculoskeletal Pain of Dental Workers Employed in Slovenia.* **Workplace Health Saf**, ed. 67, v. 9, p. 461-469, set. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31288626/>. Acesso em: 14 set. 2021.

WAJNGARTEN, Danielle; PAZOS, Júlia Margato; GARCIA, Patricia Petromilli Nordi Sasso. *Ergonomic working posture in simulated dental clinical conditions: effect of magnification on the operator's experience.* **PeerJ**, ed. 8, v. 9, p. 1168, apr. 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8038638/>. Acesso em: 10 set. 2021.